

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ROGÉRIO SANTANA MAUÉS

**BELÉM, CIDADE DAS BAIXADAS: um olhar sobre as condições de
moradia em áreas úmidas**

SÃO PAULO
2022



ROGÉRIO SANTANA MAUÉS

BELÉM, CIDADE DAS BAIXADAS: um olhar sobre as condições de moradia em áreas úmidas

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Habitat.

Linha de Pesquisa: Participação social e políticas públicas: a produção e gestão do habitat.

Orientação: Prof^a Dr^a Karina Oliveira Leitão.

Exemplar revisado e alterado em relação a versão original, sob responsabilidade do autor e anuência da orientadora.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 29 de outubro de 2022.

SÃO PAULO
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Maués, Rogério Santana

BELÉM, CIDADE DAS BAIXADAS: um olhar sobre as condições de moradia em áreas úmidas / Rogério Santana Maués; orientadora Karina Oliveira Leitão. - São Paulo, 2022. 301 p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Habitat.

1. Baixadas. 2. Precariedade Habitacional. 3. Áreas Úmidas. 4. Favelas. I. Leitão, Karina Oliveira, orient. II. Título.

Nome: MAUÉS, Rogério Santana

BELÉM, CIDADE DAS BAIXADAS: um olhar sobre as condições de moradia em áreas úmidas

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico esse trabalho à toda a minha família, pois sem eles não teria chegado até aqui, com muito amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação só foi possível por eu ter em minha vida pessoas que sempre me apoiaram e amaram, e aqui demonstro minha gratidão.

Em primeiro lugar eu agradeço aos meus pais, Sandra e Raimundo que me amam e me deram todo apoio na vida para seguir meu caminho. Minha eterna gratidão e amor.

Aos meus irmãos Rodrigo, Ricardo, Romulo e Maria Eduarda, pela parceria de vida. Pais e irmãos, amo vocês!

Aos meus tios, tias e os primos, "gadernais" e os Maués, parceiros de vida, companheirismo e amor. Em especial à minha tia Joana, mentora no mundo acadêmico e minha co-mãe, exemplo de amor.

À vovó babá (Sebastiana) e vó ti (Lucrecia) in memoriam. Exemplos de cuidado e carinho. E aos meus avós Nazário e Leopoldo in memoriam.

Ao meu amor Felipe que esteve presente em todos os momentos. Te amo!

Aos meus amigos e amigas, em especial Manu, Wallace, Keyth e Antônio, que nessa reta final foram de suma importância com suas ajudas.

Ao meu amigo Vinícius por ter me acolhido em sua casa quando vim morar em São Paulo antes de eu conseguir uma moradia na USP.

Aos meus amigos Cruspianos, Alessandra, André, Cris, Gabriel, Hérik, Maria, Ticiane e muitos outros que permitiram manter a alegria e bom convívio na moradia da USP.

Na FAU USP, minha gratidão à Prof^a. Dr^a. e amiga Karina Oliveira Leitão, pela acolhida em São Paulo, pelas orientações e parceria paraense essencial nessa relação.

Ao Labhab, sua coordenadora, professores e amigos, pelos momentos de debate e alegria.

À Claudia Miranda, graduanda da FAUUSP que me acompanhou nos primeiros momentos da Pesquisa. Minha gratidão.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa, política necessária ao desenvolvimento da ciência no País. Assim como as políticas assistenciais da USP, como moradia e alimentação, que garantiram a minha permanência em São Paulo.

Aos funcionários da FAU, secretaria, limpeza, segurança, em especial às funcionárias da copa pelo cafezinho.

E a todos e todas que passaram na minha vida e auxiliaram na formação da pessoa e profissional que sou hoje.

RESUMO

BELÉM, CIDADE DAS BAIXADAS: um olhar sobre as condições de moradia em áreas úmidas

Essa pesquisa pretende analisar, à luz de uma leitura histórica dialética, a formação das baixadas no espaço urbano de Belém e os processos aos quais esses foram submetidos e os conduziram ao que são hoje; debater conceitos de caracterização de tipologias de assentamentos precários por meios de diferentes metodologias no espaço urbano de Belém, demonstrando a relevância das baixadas na cidade; para, por fim, caracterizar e qualificar as condições particulares das baixadas a partir de um recorte analítico da baixada do Jurunas, localizada na bacia hidrográfica da Estrada Nova, em Belém-PA. Pretende-se dar visibilidade ao modo de morar nas baixadas, um espaço urbano em contexto amazônico, de modo a contribuir com os estudos sobre os diferentes tipos de assentamentos precários do Brasil.

Palavras-chave: Baixadas, Precariedade habitacional, Áreas úmidas

ABSTRACT

BELÉM, CITY OF THE *BAIXADAS*: a look at housing conditions in humid areas

This research aims to analyze, in the light of a dialectical historical reading, the formation of *baixadas* in the urban environment of Belém and the processes to which it were submitted and led to what it is today; debate concepts of characterization of typologies of precarious settlements by means of different methodologies in the urban environment of Belém, demonstrating the relevance that the *baixadas* have in the city; to, finally, characterize and qualify the particular conditions of the *baixadas* from an analytical cut of the *baixada of Jurunas*, located in the watershed of *Estrada Nova*, in Belém-PA. It is intended to give visibility to the *baixadas* way of living, an urban environment in the context of Amazonia, in order to contribute to studies on the different types of precarious settlements in Brazil.

Keywords: *Baixadas*, Housing precariousness, Humid Areas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01 - Municípios, suas malhas viárias, corpos d'água e aglomerados subnormais da Região Metropolitana de Belém.....	19
Figura 02 - Renda média do chefe de família em Belém.....	21
Figura 03 - Plano geral da cidade do Pará, 1791.....	34
Figura 04 - Plano de alinhamento executado da primeira légua patrimonial da cidade, contornando áreas baixas e alagáveis.....	41
Figura 05 - Iconografia da vista da Estrada do Arsenal da Marinha, atual Praça do Arsenal, por Joseph L. Righini, no terceiro quarto do século XIX'.....	42
Figura 06 - Foto do edifício do Correio e Telégrafo, Belém-PA.....	46
Figura 07 - Foto da Avenida 16 de Novembro, Belém-PA.....	46
Figura 08 - Cartão Postal de Belém – Avenida S. Jeronymo, [ca. 1910].....	50
Figura 09 - Foto da Doca do Ver-o-Peso – Belém-PA-Brasil (1910)	50
Figura 10 - Mapa do Cinturão institucional de Belém.....	60
Figura 11 - Ortofotos de Belém do Pará em 1955.....	64
Figura 12 - Ortofotos de Belém do Pará em 1955 com foto do Dique da Estrada Nova.....	65
Figura 13 - Notícia de jornal “Várias Obras Importantes” sobre obras aterramento em Belém.....	65
Figura 14 - Notícia de Jornal “CAPIM E ESTRUME, COMO ATERRO” no bairro do Marco em Belém, 1951.....	66
Figura 15 - Trabalhadores do Ver-o-Peso tomando o seu alimento na cuia, Belém-PA – artefato indígena com diversas utilidades, incluindo a alimentação.....	67
Figura 16 - Mulheres tecendo rede de pesca e criança remando no casco/canoa, Vila da Barca, Belém-PA.....	68
Figura 17 - Igarapé no bairro da Condor com ocupações de casas em sua margem.....	69
Figura 18 - Foto do acesso da Vila da Barca por estivas – pontes de madeira suspensas sobre área úmida.....	75
Figura 19 - Foto da Vila da Barca totalmente em palafitas sobre área alagada e alagável no bairro Telégrafo sem Fio.....	77
Figura 20 - Notícia do Jornal Resistência sobre “Programa de Recuperação das Baixadas” e a obra de macrodrenagem piloto de na Bacia do Una.....	79
Figura 21 - Foto de crianças enchendo latões de água na tubulação geral da rede de água como alternativa para a falta de água nas suas casas no bairro do Jurunas, Belém-PA.....	81
Figura 22 - Foto de obra de melhoramento de estivas na baixada do bairro do Telégrafo, Belém-PA.....	83
Figura 23 - Fotos da ocupação no Bairro do Bengui, Belém-PA.....	85
Figura 24 - Linha do tempo da formação urbana de Belém.....	93

Figura 25 – Gráfico 01: Sobre estimativa de domicílios em aglomerados subnormais – 2019 / por municípios com mais de 750 mil habitantes.....	103
Figura 26 – Gráfico 02: comparativo do percentual de aglomerados subnormais no Brasil – Norte – Belém / 2019.....	104
Figura 27 – Gráfico 03: comparativo do percentual de aglomerados subnormais nas Regiões do Brasil / 2019.....	104
Figura 28 – Mapa 01: Aglomerados subnormais em Belém-PA, 2019.....	106
Figura 29 – Mapa 02: Assentamentos precários e a aglomerados subnormais em Belém-PA.....	108
Figura 30 – Mapa 03: Sobreposição de contornos das áreas de ocupação irregular na RM de Belém e dos aglomerados subnormais e assentamentos precários.....	110
Figura 31 - Mapa 04: Tipologias de assentamentos precários da RM de Belém	114
Figura 32 – Comparação entre delimitação territorial de assentamentos precários na Bacia da Estrada Nova a partir da proxy de Marques et al. (2007) e Ponte et al. (2016).....	115
Figura 33 – Assentamentos precários classificados como baixadas por bacias hidrográficas, Belém-PA.....	120
Figura 34 - Fotos comparativas do Igarapé das Armas e sua ocupação tradicional (antes das obras), à esquerda, e a inauguração das obras e da Av. Visconde de Souza Franco, à direita.....	121
Figura 35 - Foto da Av. Visconde de Souza Franco atualmente, Belém-PA.....	121
Figura 36 – Localização da comunidade Vila da Barca – Bairro do Telégrafo, Belém-PA.....	123
Figura 37 – Comunidade Vila da Barca, Belém-PA.....	124
Figura 38 – Projeto habitacional Vila da Barca, Belém-PA.....	125
Figura 39 – Baixada do Tucunduba, Belém-PA.....	126
Figura 40 – Esquema de diferentes assentamentos precários em baixadas, Belém-PA.....	128
Figura 41 – Vista aérea do Canal da Quintino Bocaiúva, Belém-PA.....	129
Figura 42 – Pass. Pinheiro, entre Tv. Padre Eutíquio e Tv. Dr. Moraes – Batista Campos, Belém-PA.....	123
Figura 43 – Casas de madeira ou mista em construção palafítica sobre canal da Bernardo Sayão – bairro do Jurunas, Belém-PA.....	131
Figura 44 – Exemplo da transformação de cursos d’águas naturais em canais artificiais retificados de drenagem. Canal da Quintino, Belém-PA.....	134
Figura 45 –Gráfico 04: Precipitação pluviométrica acumulada anual 2010-2020, Belém-PA.....	136
Figura 46 – Suscetibilidade a inundações na zona centro-sul de Belém-PA.....	137
Figura 47 - Poligonal Água Cristal, entre canais -São Joaquim e Água Cristal. Marambaia, Belém-PA.....	140
Figura 48 - Imagem da Passagem Presidente Lula, entre Tv. Fluminense e Passagem Canaã, Água Cristal – Marambaia, Belém-PA.....	142

Figura 49 – Vista aérea da Ilha de Mosqueiro, localizada no Distrito Administrativo de mesmo nome, porção norte de Belém-PA.....	145
Figura 50 - Localização da ocupação Ipixuna, Ilha de Mosqueiro em Belém-PA.....	146
Figura 51 - Exemplo de moradia e banheiro externo sem ligação à rede de esgoto nas ocupações da Ilha de Mosqueiro, Belém-PA.....	147
Figura 52 - Vista aérea da Ilha do Combú, localizada as margens do Rio Guamá, Sul de Belém-PA.....	148
Figura 53 - Exemplo de moradia de madeira em estrutura palafítica na ilha do Combú.....	149
Figura 54 – Localização do bairro da Campina (A) dos imóveis degradados com estacionamento para veículos e (B) dos imóveis degradados com depósito de ambulantes.....	154
Figura 55 – Mancha de suscetibilidade de inundação parcial de Belém-PA.....	155
Figura 56 – Foto de alagamento do entorno do Ver-o-Peso, bairro da Campina – Belém/PA.....	155
Figura 57 – Fotos do Conjunto habitacional Jardim Sevilha – bairro Parque Verde, Belém-PA.....	157
Figura 58 – Primeiros conjuntos habitacionais (em destaque amarelo) na Avenida Augusto Montenegro (destaque vermelho)	159
Figura 59 – Fotos do cotidiano do Conjunto Habitacional Jardim Sevilha – Parque Verde, Belém-PA.....	160
Figura 60 – Problemas infraestruturais no Conjunto Satélite, Belém-PA.....	161
Figura 61 – Bacia da Estrada Nova: localização e principais canais.....	178
Figura 62 – Relação de portos, vilas e estâncias e outros equipamentos na bacia da Estrada Nova, Belém-PA.....	179
Figura 63 - Renda média dos moradores da Bacia da Estrada Nova, em Belém-PA (2010).....	180
Figura 64 – Densidade demográfica na Bacia da Estrada Nova, em Belém-PA (2010).....	181
Figura 65 – Aglomerados subnormais na bacia da Estrada Nova, em Belém-PA (2010).....	182
Figura 66 - Gráfico 05: Serviços públicos domiciliares na Estrada Nova, Belém-PA.....	183
Figura 67 – Descarte inadequado de lixo doméstico no canal da Quintino Bocaiuva com Roberto Camelier - Jurunas, em Belém-PA.....	184
Figura 68 – Mapa da bacia da Estrada Nova com indicação das áreas permeáveis, em Belém-PA.....	186
Figura 69 - Porcentagem de cobertura vegetal da Região Metropolitana de Belém - 1984, 1999, 2018.....	187
Figura 70 – Transbordamento do canal da 14 de março e alagamento das vias na bacia da estrada Nova.....	189
Figura 71 – Mapa de aglomerados subnormais e áreas de suscetibilidade de inundação na bacia da Estrada Nova, em Belém-PA.....	190

Figura 72 – Correlação espacial da Leptospirose de riscos ambientais no bairro do Jurunas, Condor e Guamá – 2007 a 2013.....	191
Figura 73 – Área de abrangência dos projetos de Urbanização e Macrodrenagem da Sub-Bacia 2.....	193
Figura 74 – Zoneamento urbano para a bacia da Estrada Nova segundo o Plano Diretor de Belém, 2008.....	194
Figura 75 – Caracterização da Avenida Bernardo Sayão e Orla.....	196
Figura 76 – Caracterização da malha urbana da bacia da Estrada Nova.....	198
Figura 77 – Feiras e comércios de rua no Jurunas, em Belém-PA.....	202
Figura 78 – Festas populares no bairro do Jurunas, em Belém-Pa.....	204
Figura 79 - Acesso da Vila Cardoso na Rua Caripunas – Jurunas, Belém/PA	208
Figura 80 – Moradias em estrutura palafítica sobre o canal da Bernardo Sayão no bairro do Jurunas, em Belém-PA.....	209
Figura 81 – Residências em alvenaria na rua Eng. Fernando Guilhon, em Belém-PA.....	210
Figura 82 - Delimitação da poligonal do “Miolo do Jurunas”, na bacia da Estrada Nova.....	210
Figura 83 – Malha orgânica do Miolo do Jurunas.....	214
Figura 84 – Material construtivo das casas na Av. Bernardo Sayão, Passagem Limoeiro e Travessa Honório dos Santos – Jurunas, em Belém-PA.....	215
Figura 85 – Gráfico 06: Proporção de material construtivos na Av. Bernardo Sayão, Passagem Limoeiro e Travessa Honório dos Santos – Jurunas, Belém-PA.....	215
Figura 86 – Exemplo da predominância de casas de madeira como material construtivo em palafita sobre o canal na Avenida Bernardo Sayão – Jurunas, Belém/PA.....	216
Figura 87 – Exemplos da predominância dos materiais construtivos em alvenaria e misto na nas casas da Passagem Limoeiro – Jurunas, Belém/PA	216
Figura 88 – Exemplo da predominância do material construtivo em alvenaria na Travessa Honório José dos Santos – Jurunas, Belém/PA.....	217
Figura 89 – Número de pavimentos das casas na Av. Bernardo Sayão, Passagem Limoeiro e Travessa Honório dos Santos – Jurunas, em Belém-PA.....	217
Figura 90 – Gráfico 07: Número de pavimentos das casas na Av. Bernardo Sayão, Passagem Limoeiro e Travessa Honório dos Santos – Jurunas, em Belém-PA.....	218
Figura 91 – Sala com redes na casa da moradora Lenita Cardoso – Jurunas, Belém/PA.....	219
Figura 92 – Densidade populacional do Miolo do Jurunas, em Belém-PA.....	219
Figura 93 – Cheios, vazios e áreas verdes do Miolo do Jurunas, em Belém-PA.....	221
Figura 94 – Dimensão de vias do Polígono do Miolo do Jurunas, em Belém-PA.....	221
Figura 95 – Porto do Açai – Jurunas, em Belém-PA	223

Figura 96 - Portos na Avenida Bernardo Sayão – Jurunas, Belém/PA.....	224
Figura 97 - Vendas de Açaí no Miolo do Jurunas – Jurunas, Belém/PA.....	224
Figura 98 – Tipos de usos dos imóveis na Av. Bernardo Sayão, Passagem Limoeiro e Travessa Honório dos Santos – Jurunas, em Belém/PA.....	226
Figura 99 – Gráfico 08: Tipos de uso dos imóveis na Av. Bernardo Sayão, Passagem Limoeiro e Travessa Honório dos Santos – Jurunas, em Belém/PA	226
Figura 100 – Renda média dos moradores do Miolo do Jurunas, em Belém-PA.....	228

QUADROS

Quadro 01 – Síntese das variáveis que definem as baixadas em Belém-PA.....	137
Quadro 02 – Síntese das variáveis que definem as ocupações em áreas de expansão em Belém-PA.....	143
Quadro 03 – Síntese das variáveis que definem as ocupações em áreas de expansão em Belém-PA.....	147
Quadro 04 – Síntese das variáveis que definem as ocupações em áreas de expansão em Belém-PA.....	150
Quadro 05 – Síntese das variáveis que definem os Cortiços em Belém-PA.....	156
Quadro 06 – Síntese das variáveis que definem os conjuntos habitacionais irregulares/deteriorados em Belém-PA.....	161

TABELAS

Tabela 01: Cálculo dos números de domicílios e habitantes em assentamentos precários da tipologia baixada em Belém-PA (2009).....	138
Tabela 02: Cálculo dos números de domicílios e habitantes em assentamentos precários da tipologia ocupação em áreas de expansão em Belém-PA (2009).....	144
Tabela 03 - Cálculo dos números de domicílios e habitantes em assentamentos precários da tipologia conversão de terra rural em urbana em Belém-PA (2009).....	147
Tabela 04 - Cálculo dos números de domicílios e habitantes em assentamentos precários da tipologia assentamentos ribeirinhos em Belém-PA (2009)	151
Tabela 05 – Densidade demográfica dos bairros da Condor, Guamá, Jurunas e Cremação (1950,1960,1970).....	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AS	Aglomerados Subnormais
AGSN	Aglomerados Subnormais
BASA	Banco da Amazônia S. A.
BCA	Banco de Crédito da Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEM/CEBRAP	Centro de Estudos das Metrôpoles / Centro Brasileiro de Análise e Pesquisa
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana
COHAB/PA	Companhia de Habitação do Estado do Pará
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DNERu	Departamento Nacional de Endemias Rurais
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IMS	Instituto Moreira Sales
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPES	Instituto de Pesquisa ao Ensino Superior do Estado de São Paulo
IPASEP	Instituto de Previdência do Estado do Pará
IPEA	Instituto de Pesquisa e Ensino Avançado
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
LABCAM	Laboratório de Cidade na Amazônia
LEDH	Laboratório de Espaço e Desenvolvimento Humano
LIT	Levantamento de Informações Territoriais
MCIDADES	Ministério das Cidades
NE	Não Especiais

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMB	Prefeitura Municipal de Belém
PNH	Política Nacional de Habitação
PRB	Programa de Recuperação das Baixadas
PROMABEN	Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova
RM	Região Metropolitana
RMB	Região Metropolitana de Belém
SDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEGEP	Secretaria Municipal de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SNM	Serviço Nacional de Malária
SPVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1. A FORMAÇÃO URBANA DE BELÉM E SUAS ÁREAS PRECÁRIAS: UM OLHAR HIGIENISTA QUE SE PERPETUA.....	26
1.1. OS MARCOS HIGIENÍSTAS HISTÓRICOS EM BELÉM-PA.....	32
1.1.1. A água como determinante estrutural na formação urbana de Belém.....	33
1.1.2. Ensecamento do Piri: o início de intervenções convencionais na alteração do uso e ocupação das áreas alagadas.....	36
1.1.3. Economia gomífera em Belém e consolidação do modo higienista no tratamento das áreas alagadas e os territórios populares.....	41
1.1.4. O adensamento das baixadas, aumento da precariedade e intervenções higienistas: reflexos de uma política desenvolvimentista da Ditadura Militar.....	73
1.1.5. Intervenções de melhorias nas baixadas e desapropriação de terras na área de expansão: uma política urbana clientelista sem a solução do problema.....	82
1.2. APRECIÇÕES FINAIS ACERCA DA HISTÓRIA DA PRECARIIDADE HABITACIONAL DE BELÉM.....	90
2. AS BAIXADAS E OS DADOS OFICIAIS SOBRE TERRITÓRIOS PRECÁRIOS: LIMITES E ALCANCES DOS DADOS LEVANTADOS.....	94
2.1. TERRITÓRIOS PRECÁRIOS: CONCEITOS E MÉTODOS.....	97
2.2. OS LIMITES DO DADOS OFICIAIS SOBRE TERRITÓRIOS PRECÁRIOS NOS ESTUDOS DAS BAIXADAS DE BELÉM.....	101
2.3. ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM BELÉM: A BAIXADA COMO O MODO PREDOMINANTE DE MORAR.....	109
2.3.1. Tipologia dos assentamentos precários de Belém.....	111
3. BAIXADAS: UM OLHAR SOBRE A COMPLEXIDADE E CONTRADIÇÕES DAS CONDIÇÕES DA MORADIA POPULAR EM ÁREAS ÚMIDAS.....	163
3.1. A BAIXADA ONTEM E HOJE: ALTERAÇÕES DO CONCEITO DE UM ESPAÇO PERIFÉRICO EM CONTEXTO URBANO AMAZÔNICO.....	164
3.2. A RELEVÂNCIA DA BACIA HIDROGRÁFICA DA ESTRADA NOVA NA DRENAGEM E AS BAIXADAS.....	177
3.3. JURUNAS: ENTRE A CONTRADIÇÃO DAS DESIGUALDADES E RIQUEZAS.....	200
3.4. LEVANTAMENTOS INDIVIDUAIS DAS BAIXADAS: UM OLHAR NECESSÁRIO PARA PENSAR O MODO DE INTERVIR.....	212
3.4.1. Caracterização das baixadas: um ensaio a partir do Miolo do Jurunas.....	213
3.4.1.1. Análise dos dados levantados.....	213
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	229
REFERÊNCIAS.....	232
APÊNDICES.....	248

INTRODUÇÃO

Analisar as condições de moradia popular em assentamentos precários em Belém do Pará é se deparar com a realidade habitacional da maior parte da população da cidade, dentro de contradições e complexidades que permeiam esses espaços. Nesse universo, as baixadas, tipologia de assentamento precário histórica na cidade de Belém, situada em espaços sob condições alagadas ou passíveis de alagamento, destacam-se como principal espaço de moradia da população belenense que está sob alguma situação de precariedade.

Apesar dessa importância no contexto urbano de Belém, as baixadas, assim como outros assentamentos precários no Brasil (CARDOSO, 2016), sofrem e sofreram apagamentos, que refletiram na produção de dados, proposições de políticas urbanas e, conseqüentemente, na negação ao direito à cidade e nas condições urbano-habitacionais de seus espaços.

Para entender o processo de formação das baixadas, tem-se que compreender o processo de formação urbana de Belém, seus condicionantes territoriais e os processos sociais que levaram a uma ocupação diferenciada, dentro do espaço da cidade, entre as terras altas e as terras baixas, de modo que, as porções situadas nas proximidades dos corpos d'água, portanto, áreas sujeitas a alagamentos, foram os espaços que ficaram "disponíveis" para aquela população migrante do interior ocupar.

Nesse sentido, inicia-se por uma contextualização da cidade de Belém, suas condições territoriais, urbanas, econômicas e sociais, para então falar sobre a formação das baixadas.

Belém do Pará é o 2º maior município em termos populacionais do Norte do Brasil, com uma população estimada de 1.499.641 (IBGE, 2019). Seu território é constituído por uma parte continental e um conjunto insular de 39 ilhas que ocupam uma área urbana de 250,20 km² e distribui-se em 72 bairros organizados em 6 Distritos administrativos (BELÉM, 2020). A taxa de urbanização da cidade é de 99,14%, segundo o último censo (IBGE, 2010). Atualizando para a população estimada de 2020, isso significaria 1.486.741 habitantes em meio urbano.

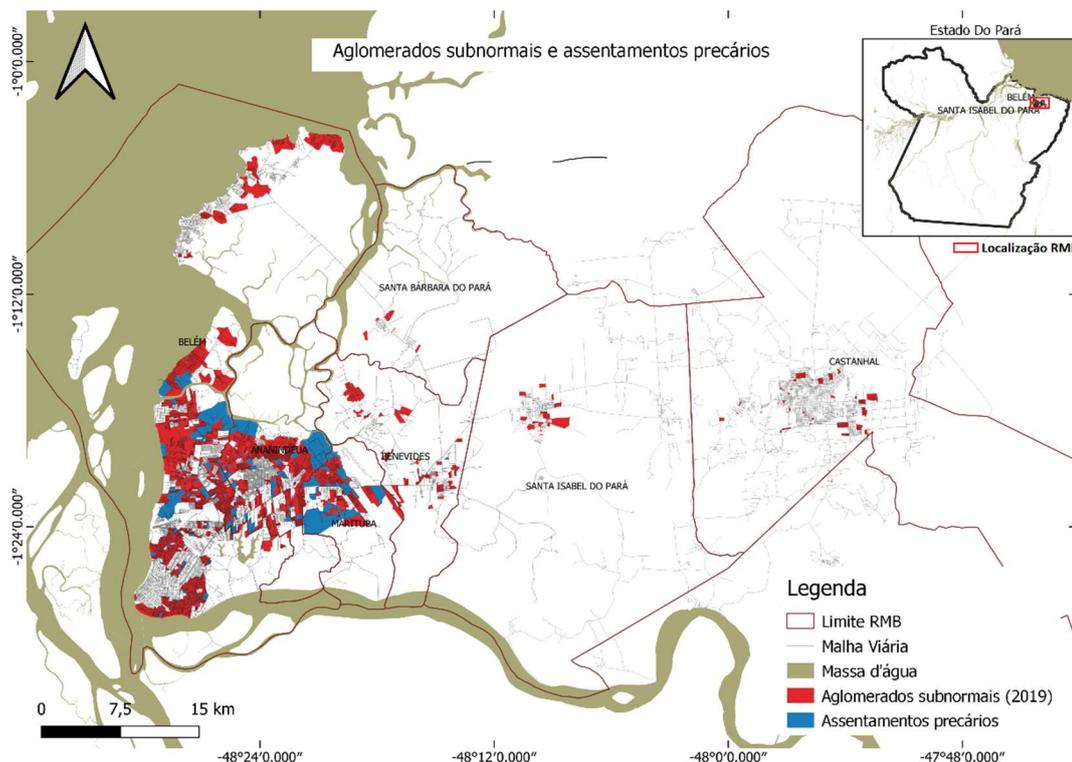
A capital paraense, juntamente com outros seis municípios (Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel, Santa Bárbara e Castanhal), formam a Região Metropolitana de Belém (RMB) (Figura 01), com população estimada em 2.529.178 habitantes em 2020, aproximadamente 29,10% dos habitantes de todo estado do

Pará. Essas cidades juntas são responsáveis por contribuir com 29,02% do PIB estadual, valor que corresponde a um PIB per capita de R\$108.958,47 (BELÉM, 2020).

A Região Metropolitana de Belém (RMB) é referida como “aglomerado urbano de alta integração” (OBSERVATÓRIO; FASE, 2005¹ *Apud.* Pinheiro *et al.*, 2016, p.194), entretanto em meio a médias e baixas situações sociais e elevada “concentração de riqueza e atividades econômicas”, fato esse explicado pela histórica concentração das atividades econômicas de serviço e comércio da região, assim como, bancos e outros equipamentos urbanos, principalmente na cidade de Belém.

Município sede da RM, a cidade de Belém contribui com 19,5% do PIB estadual de R\$ 155.195 bilhões (IBGE, 2017), e encontra no setor de serviço a sua maior participação do PIB municipal (34,24%), que junto a economia do comércio, formam as principais fontes de emprego e renda da população (BELÉM, 2020).

Figura 01 – Municípios, suas malhas viárias, corpos d’água e aglomerados subnormais da Região Metropolitana de Belém



Fonte: IBGE, 2019; IDESP-PA, 2012

¹ OBSERVATÓRIO das Metrôpoles; FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação. **Projeto Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil:** como andam as metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles; Fase, dez. 2005. (Relatório de Atividade, n. 4) Disponível em: <<http://goo.gl/liGKni>>. Acesso em: 26 out. 2009.

Por esse motivo, a cidade de Belém é vista como local de oportunidade para melhor qualidade de vida, emprego e renda, atraindo um grande contingente de migrantes, principalmente a partir da década de 60, oriundos, em grande parte, dos municípios do interior do estado e ilhas próximas.

Entretanto, a realidade dessas pessoas é outra ao se instalar na cidade. Dados revelam que de um total de 692.600 pessoas com 10 anos ou mais de idade com rendimento nominal mensal, 46,53% recebiam até 1 salário mínimo², que se somam a outras 486.924 sem nenhum rendimento³ (IBGE, 2010).

Ou seja, aproximadamente 809.205 dos habitantes de Belém, cerca de 58,07%, enquadra-se em uma situação econômica vulnerável, enquanto outros 3,74% recebiam mais de 10 salários mínimos, o que demonstra a grande desigualdade socioeconômica na cidade.

Analisando a renda média no espaço urbano de Belém (Figura 02), é nítida a concentração das maiores rendas na parte central da cidade⁴, na Primeira Léguas Patrimonial⁵, região que recebeu historicamente os maiores investimentos de melhorias urbanas, assunto que será debatido nesta dissertação.

Por outro lado, não coincidentemente, estão localizadas mais sul e ao norte, também da primeira léguas, uma grande mancha de baixas rendas, local dos assentamentos precários com insuficiências na infraestrutura urbana e outros aspectos estruturais aos territórios de favela, que revelam a desigualdade socioespacial na cidade de Belém.

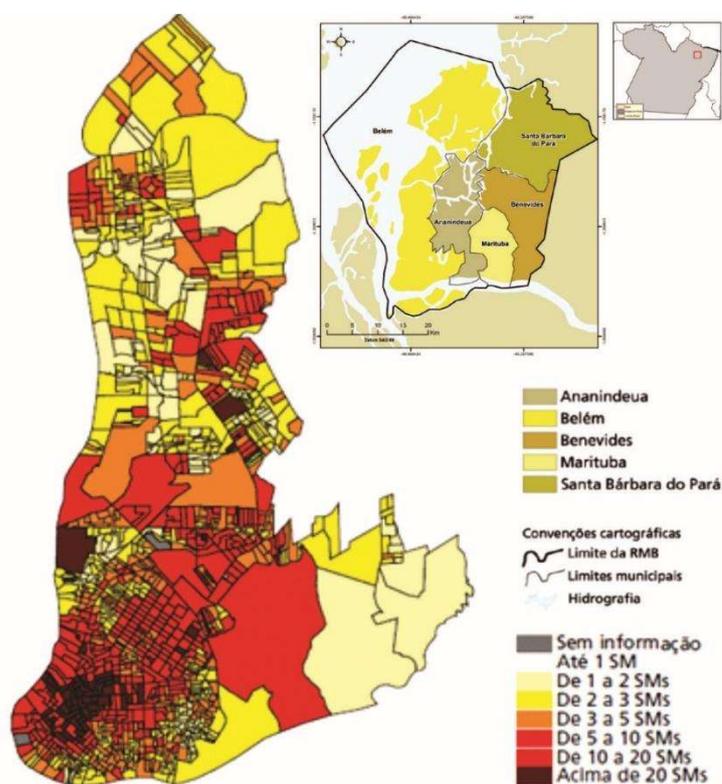
² O salário mínimo utilizado era de R\$510,00.

³ A categoria “Sem rendimento” inclui pessoas que recebiam somente benefícios.

⁴ Exceto por alguns pontos mais distantes que são referentes aos condomínios de alto padrão ao extremo norte, já na segunda léguas patrimonial. Ao extremo norte, da mesma forma, tem-se a periferia distante, ocupação mais recente que se intensifica em meados da década de 1980 (Ver cap. 01).

⁵ Logo após a fundação da cidade, em 1627, A Coroa Portuguesa à partir do Capitão Geral do Estado do Maranhão e Grão Pará doa ao Conselho Municipal de Belém uma extensão de terra de quase uma léguas, a contar do marco de fundação da cidade até onde hoje é o bairro do Marco, denominada de Primeira Léguas Patrimonial. A partir desse momento é atribuído ao Governo Municipal o *Jus Domini* dessa área (CRUZ, 1973. *Apud*. TRINDADE JR., 1997, p.22).

Figura 02 – Renda média do chefe de família em Belém, 2007.



Fonte: Barros; Medeiros e Morais, 2016, p. 108. Edição: Rogério Maués (2022)
Legenda: SMs – Salários Mínimos.

Essa questão de ordem socioespacial é resultado de uma dinâmica de crescimento urbano, que articulada a uma raquítica presença de políticas habitacionais e a necessidade de uma população pobre por moradia, materializou-se no espaço urbano em contíguos e densos assentamentos populares localizados, principalmente, na região sul de Belém, em porções de terra com propensão ao desenvolvimento do fenômeno de alagamento, as chamadas baixadas⁶, periferia próxima e mais antiga forma de “favela” da cidade.

As baixadas são resultado da estruturação do espaço urbano de Belém que se instaurou por processos históricos e sociais imbricados em um território naturalmente condicionado por corpos d’água (rios e várzeas) a partir da relação de sujeitos e suas dinâmicas econômicas e sociais que determinaram o uso e ocupação diferenciados no espaço urbano da cidade.

Esses territórios são seculares em Belém e estruturais ao modo de produção capitalista do espaço urbano. Possuem como conceito, a partir de uma visão dialética

⁶ O termo aparece no meio acadêmico e no poder público a algumas décadas para designar essas áreas, e aparece nas notícias de jornais na década de 1940.

do espaço urbano, espaços socialmente produzidos no território e na história, ocupados por uma população em situação de fragilidade socioeconômica, em sítios caracterizados por condições topográficas de cota altimétricas suscetíveis à inundação, que somados às condições de altas densidades e precariedades ou carência infraestrutural e/ou habitacional, tornam-se a materialização da desigualdade socioespacial-ambiental no espaço urbano da cidade de Belém.

Historicamente as baixadas foram apagadas, seja em documentos, dados oficiais sobre o território ou por intervenções urbanas que causaram a remoção de sua população residente. Entretanto, essas possuem importante expressão no espaço urbano da cidade, seja como local de moradia de grande parte da população, seja como espaço cultural e econômico que tem relações com diversos espaços da cidade.

Entretanto, estudar sobre as precariedades desses territórios é uma questão em si. Os apagamentos sofridos por esses espaços e a falta de interesse político por melhoria desses, resultaram em baixa produtividade de informação desses territórios. Por esse motivo a importância de somar com os estudos sobre territórios precários.

É nesse sentido que essa pesquisa tem como objetivo o debate sobre o problema da moradia e seus territórios precários em Belém do Pará, especificamente, no que se refere à tipologia de território precário localmente conhecida como *baixada* na urbanização da cidade estudada. Uma atualização dos dados tanto em uma dimensão mais ampla para compreender a baixada dentro do panorama nacional de territórios precários, quanto na dimensão local de caracterização para planejar e intervir.

Para chegar nesse objetivo mencionado foram elencadas as seguintes perguntas de pesquisa: como a tipologia baixada se insere no processo de urbanização de Belém? Como a baixada se ressignifica e é ressignificada com o tempo e se articula com os processos de intervenção urbana? Para compreender a baixada em um panorama nacional de territórios precários, as metodologias oficiais de levantamento de dados sobre o território são suficientes? E na escala do intervir, teríamos métodos e dados viáveis para um planejamento específico?

Nesse sentido, os objetivos específicos desta pesquisa foram: situar historicamente a baixada dentro processo de urbanização da cidade de Belém-PA e compreender a construção das narrativas e representações sobre essas; discutir os conceitos e metodologias oficiais sobre territórios precários, similitudes e

especificidades aos territórios populares outros no contexto da urbanização brasileira; e caracterizar e atualizar, o modo de morar nos territórios populares em baixadas.

Destaca-se que termo “tipologia” empregado na dissertação compreende o conjunto de fenômenos gerais comuns aos assentamentos precários brasileiros, entretanto, destacando as especificidades regionais e locais, como em Moraes, Krause e Neto (2016).

É importante destacar também que nessa dissertação o termo “precário” não se usa com caráter discriminatório às moradias da população residente nos territórios populares, mas sim com um uso político do termo, de modo a retratar as insuficiências infraestruturais, urbanas e habitacionais das casas e territórios dessas pessoas, fruto da negação do direito à cidades que sofrem.

Pela impossibilidade de tratar todas as baixadas de Belém, escolheu-se um recorte analítico representativo: a baixada do baixo Jurunas. É importante ressaltar que não foi usada uma parte como exemplo do todo, mas sim como uma forma de avançar nos estudos sobre as características particulares das baixadas a partir do polígono em questão.

A escolha dessa baixada tem alguns pontos que são importantes de ressaltar. Ela se encontra da bacia hidrográfica da Estrada Nova, uma das maiores e mais populosas de Belém. Essa possui grande importância do que se refere à drenagem urbana da cidade⁷ e consta em processo de intervenção urbana desde 2007 com obras de aporte de diversas instâncias.

O tempo e o espaço da pesquisa são os assentamentos precários na tipologia baixada do bairro do Jurunas nos dias atuais. O que se avalia aqui são as características físicas, socioeconômicas, urbano-habitacionais e dinâmicas sociais, a partir de análises espaciais e territoriais que identifique padrões morfológicos, econômicos, habitacionais que permitam caracterizar e atualizar esses assentamentos na baixada.

Dessa forma, a dissertação se estrutura em três capítulos, em que o primeiro capítulo fará um apanhado histórico do processo de formação do espaço urbano de Belém, de modo a constatar a formação das baixadas no conjunto da cidade, seus

⁷ Pelo fato da bacia hidrográfica da Estrada Nova ficar a jusante (em cotas altimétricas mais baixas) em referência às bacias hidrográficas próximas que ficam a montante (cotas altimétricas mais altas), essa recebe um grande volume d'água. Fator que se agrava com alguns determinantes urbanos que serão debatidos no capítulo 03.

processos intercorridos, narrativas e apagamentos sofridos que resultaram no que são esses espaços hoje na cidade de Belém.

No segundo capítulo faz-se um debate sobre as dificuldades de mensuração dos assentamentos precários pelos poucos dados produzidos desses espaços e limitações das metodologias oficiais no que se refere a produção de dados sobre os assentamentos precários. Após um debate sobre as diferentes metodologias de mensuração e caracterização com foco em Belém, demonstra-se a expressão das baixadas no espaço urbano belenense ao comparada aos outros tipos de assentamentos da cidade.

Por fim, faz-se um debate crítico sobre os diferentes conceitos de baixada produzidos até o momento de modo a somar na produção crítica sobre esses espaços, para então caracterizar, a partir da realidade da Bacia da Estrada Nova e do Bairro do Jurunas, as baixadas em Belém, e assim, contribuir com os estudos sobre a realidade de assentamentos precários no Brasil por meio de uma realidade urbana em contexto amazônico.

É importante ressaltar que o contexto de pandemia do COVID-19 enfrentado no período da produção dessa pesquisa prejudicou a ideia original da metodologia de utilizar a aproximação em campo para o levantamento dos dados não alcançados pela metodologia oficial do IBGE, como debatido por Marques *et al.* (2007), mas que isso não impossibilitou a análise, pois a empiria de vivência no bairro pelo pesquisador, como sendo o local onde nasceu e onde ainda moram alguns parentes, possibilitou tal estudo, juntamente com as análises espaciais remotas via satélite e algumas entrevistas feitas de forma remota e presencial, mas em número reduzido devido às condições aqui já apresentadas.

A importância desse estudo sobre os assentamentos populares surge com a necessidade de dar visibilidade às diversas formas de produção do espaço urbano em um país com dimensões continentais e características diversas como o Brasil. A extensão da precariedade habitacional existente no país (SILVA, 1989; SANTOS, 2008 e MARICATO, 2011) demonstra a urgência de analisar as causas, as particularidades e as intervenções nesses tipos de ocupações urbanas que vem sendo tratada por diversos agentes como um problema de déficit - quando deveria ser avaliada também a partir de outras variáveis – para validar a produção de novas

moradias como solução do “problema” (BOLAFFI, 1979). Esse pensamento prejudica a resolução da questão da habitação no Brasil que é muito mais complexa.

De modo geral, essa dissertação pretende debater a necessidade de produção de conhecimento e de narrativas sobre as diversas realidades de assentamentos populares, para que tenhamos bases de dados outras para melhores proposições de planejamento e intervenção nesses espaços, assim como, aprofundarmos o conhecimento sobre os nossos territórios periféricos brasileiros.

1. A FORMAÇÃO URBANA DE BELÉM E SUAS ÁREAS PRECÁRIAS: UM OLHAR HIGIENISTA QUE SE PERPETUA

Pretende-se, com este capítulo, percorrer e debater os processos históricos que cercam a cidade de Belém/PA, desde sua fundação até o momento de consolidação como metrópole da Amazônia oriental, de forma a compreender a tipologia de assentamento precário baixada no processo de urbanização, sua expressividade e relevância na formação urbana da cidade.

A cidade de Belém/PA, localizada na Amazônia brasileira e local do estudo de caso desta pesquisa, possui uma relevância histórica na relação da cidade com a água. A sua estrutura secular se expressa em uma interação quase permanente com a hidrografia do território (PONTE, 2010), característica essa que instaura certa importância nos fenômenos relacionados à ocupação e uso secular das áreas úmidas da cidade como território de moradia de uma população majoritariamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Para entender a formação destes territórios populares - as “favelas” - e áreas úmidas centrais e históricas localmente chamadas de *baixadas*, é necessário compreender os processos sociais e suas imbricações com seus sujeitos imbuídos em um território que, segundo Ponte (2010), é a materialização do assentamento humano em sua forma territorial, disposto num ambiente natural condicionado pela água.

Compreende-se por *baixada*⁸ os territórios populares urbanos em meio a um sítio alagado ou passível de alagamento, com alta densidade demográfica, insuficiência de equipamentos urbanos, infraestrutura e serviços, produzidos e ocupados há mais de um século por uma população local ou de migrantes em situação de baixos salários e vulnerabilidades sociais, localizados nas proximidades das áreas estruturadas de Belém/PA, que trazem particularidades características da região amazônica e similitudes aos outros assentamentos precários nacionais, aspectos que serão tratados e desenvolvidos no estudo em questão.

Entendendo a cidade como um processo histórico e social, onde a relação dos sujeitos e seus processos sociais/dinâmicas econômicas a torna concreta, e que se tratando da cidade de Belém, essa relação entre a cidade e a água estruturou

⁸ Convênio (1976); Trindade Jr. (1997) e Ponte (2010).

historicamente o espaço habitado (PONTE, 2010), esse capítulo anseia levantar a história da produção, uso e ocupação do espaço urbano de Belém do Pará, seus processos e condicionantes físicos, políticos econômicos e sociais, de modo que se verifique, a partir de uma análise crítica, quando e como os assentamentos populares se formaram, com foco nas baixadas da bacia hidrográfica da Estrada Nova, localizada nas margens do Rio Guamá, ao Sul de Belém.

Busca-se evidenciar, na história, a produção da cidade invisibilizada, da cidade produzida por uma população de baixa renda, que ocupou territórios de áreas úmidas centrais na cidade, forma mais antiga de favela em Belém, característica de um contexto regional amazônico.

Esta parte da pesquisa aspira também visibilizar como se sucederam os processos de apagamentos destes territórios populares na história, tanto na produção de informação, mapas e fotografias quanto nas intervenções procedidas nesses espaços em detrimento de interesses dos grupos dominantes de suas respectivas épocas, de forma que se coloque em evidência essa realidade ocupacional e se analise como a moradia precária e seus usuários foram tratadas pelos meios de informação, Estado e sociedade, e compreender quais os resultados disso hoje.

Assim, no intuito de disputar narrativas sobre essa informalidade ocupacional, que, segundo Maricato (2019), foi majoritariamente compulsória e é criminalizada pelo Estado e sociedade (informação verbal)⁹, buscou-se, com esse estudo, revelar o apagamento histórico dessas favelas, fato que permanece até o momento atual da cidade.

Para o alcance dos objetivos desta pesquisa, partiu-se inicialmente para um aprofundamento bibliográfico em referências locais sobre o uso e ocupação do espaço urbano de Belém, que compreendessem o cenário urbano-habitacional desde a sua fundação até os dias atuais, com foco nas *baixadas*, mas, ao mesmo tempo, complementando com literatura da teoria crítica sobre a produção do território.

A partir de referências teóricas locais como Abelém (2018), Moreira (1966), Penteado (1968), Ponte (2010) e Trindade Jr. (1997), entre outros, foi possível compreender a formação do espaço urbano de Belém e suas desigualdades socioespaciais, a partir da sua complexa relação do território com a água e suas

⁹ Informação fornecida por Ermínia Maricato durante o II Fórum Nacional BrCidades: por um projeto para as cidades do Brasil, São Paulo, 2019.

implicações na valorização e desvalorização territorial da cidade, refletindo, desse modo, na formação e consolidação das áreas úmidas como território habitado por uma população em situação de pobreza.

Essas reflexões se estabeleceram junto ao aparato teórico de outros autores representantes da teoria crítica, utilizados nessa pesquisa, que possibilitaram a compreensão dos fenômenos não somente nas suas particularidades características ao território, mas também na inserção dentro de uma lógica da produção capitalista das cidades.

Além disso, como a cidade e a arquitetura são objetos de pesquisa de abordagens e interpretações diversas (CASTRO; SILVA, 2016), fez-se uma etapa analítica de documentos representativos de Belém/PA, recuperados a partir de diversas fontes como: veículos de informação (jornais, folhetins), fotografias e mapas, com foco nos espaços de precariedade urbano-habitacionais. Analisou-se também as formas como esses espaços são representados e as narrativas utilizadas por esses documentos ao longo do período estudado (1859-1999). Incorporar esses dados ao estudo da formação urbana de Belém, principalmente das *baixadas*, é importante, uma vez que, segundo Castro e Silva (2016), a cidade pode ser vista da seguinte forma:

[...] a partir das suas características materiais, parece igualmente importante, ao se buscar construir as suas narrativas históricas, recuperar aquilo que Goethe lembrava como “uma parte essencialmente essencial: a vida”. [...] esse tem sido um dos caminhos de pesquisa [...], incorporando-se às interpretações, além das dimensões técnicas e disciplinares, a dimensão humana da cidade e da arquitetura (Ibid., p. 11).

Para Castro e Silva (2016, p.12), a utilização de “múltiplas escalas de observação” se faz necessária, quando se tratando da análise da cidade, em virtude de essa se fazer de uma variedade de relações que se materializam em formas culturais complexas permeadas por construções sócio-históricas. Dessa forma, a diversificação de documentos nos processos de análise, que vão “para além das fontes mais afeitas ao campo, como planos urbanos e projetos de arquitetura” (Ibidem, loc. cit.), tornam-se importantes fontes de informação e justificam a recorrência aos jornais, fotografias e mapas na realização dessa pesquisa.

É nessa perspectiva que, utilizando-se das diversas informações veiculadas pelos jornais, artefato de notória importância como “fonte para a investigação

histórica, dada a sua riqueza documental” (FIGUEIREDO, 2005, p. 245), realizou-se levantamentos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e em alguns jornais levantados por outras fontes, de forma a complementar a bibliografia inicial, a auxiliar na compreensão da formação territorial de Belém e da ocupação das áreas úmidas como espaço dos bairros pobres, e a analisar as narrativas construídas, assim como, as relações sociais entre os sujeitos e o território e os reflexos na materialização da cidade.

Para tanto, a análise foi feita a partir das informações possíveis de se resgatar no processo da pesquisa, sendo divididas em três momentos. Primeiramente, os jornais levantados foram analisados dentro de um recorte histórico entre o século XIX e XX¹⁰, onde se buscou averiguar “como” e “quando” os jornais noticiavam sobre a realidade da moradia popular. A partir de buscas com palavras-chave¹¹ de aproximação relacionadas a precariedade urbano-habitacional, elegeu-se as reportagens de maior relevância ao estudo, tabelou-se e fez-se uma análise síntese das mesmas¹².

Segundo Figueiredo (2005, p. 246), deve-se compreender que essas notícias trazem consigo “sua história com significados e sentidos próprios, gestados na redação da velha tipografia e no diálogo de seus editores com a sociedade da qual fazia parte”. Ou seja, para analisar as narrativas dos noticiários, é necessário entender os sujeitos e suas relações sociais em suas respectivas temporalidades.

Num segundo momento, foram analisadas as fotografias de cada período histórico de Belém/PA, pois mostram fontes de relevância na construção de narrativas (CASTRO; SILVA, 2016). Para tanto, consultou-se o acervo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o acervo Instituto Moreira Sales (IMS), com obras do Marcel Gautherot e Gilberto Ferrez; e fotografias de Pierre Verger no acervo da sua Fundação. Algumas outras fotografias foram encontradas em fontes como livros e jornais.

¹⁰ Estes são os períodos que o acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional dispunha de registros de Jornais do Pará com referências ao tema estudado nesta pesquisa.

¹¹ **Palavras-chave** relacionadas ao **tipo de moradia**, tais como: *palafita, cortiço, barracas, barracos, pardieiro, casebre*; **a área ocupada/tipo de ocupação**, como: *baixada, favela, periferia, alagado, subúrbio*; **intervenções sofridas**, como: *remoção, desapropriação, invasão*; e **condição socioeconômica**, como: *pobreza, pobre*, entre outras.

¹² A tabela síntese dos recortes de jornais sobre o universo da pesquisa entre os séculos XIX e XX se encontra na íntegra no apêndice A.

Analisar as fotografias como documentos dos respectivos períodos históricos auxiliou na compreensão da forma como a cidade era representada e quais os interesses relacionados a tais representações.

Por fim, o mesmo se procedeu sobre os mapas pesquisados. Encontrados em fontes diversas como bibliografias locais, artigos, sites e blogs, os mapas assumem uma enorme contribuição na análise da formação territorial de Belém/PA. Castro e Silva (2016, p.15) apontam a importância de refletir a “produção, circulação e consumo da cartografia”, considerando suas questões históricas.

A análise destes mapas, identificando os territórios representados e os não-representados/apagados – que majoritariamente são os territórios populares – permitiu interpretações que sustentam a ideia da produção e uso dos mapas oficiais apenas para representação dos territórios que se pretenda planejar/intervir, demonstrando, assim, a contradição socioespacial da cidade no planejamento urbano, bem como, os apagamentos sofridos pelos assentamentos precários.

Isto posto, no processo inicial de levantamento da pesquisa, confrontou-se com uma questão que se fez presente no decorrer dos estudos: o tipo de ocupação urbana estudada, ou seja, os assentamentos precários em áreas úmidas, as *baixadas*, dispunham recorrentemente de insuficientes documentações, representações ou retratações pelas fontes de pesquisa, configurando um aspecto de menor importância frente a outras questões urbanas em Belém, apesar de sua relevância para a sociedade e espacialidade belenenses, demonstrando, portanto, uma invisibilidade dessa realidade ocupacional.

Tais ausências passaram a se constituir como dados relevantes para a compreensão do fenômeno. Isto porque, conforme será observado pela pesquisa histórica, Belém aparece como espaço de grande desigualdade socioeconômica que se concretizam no território em assentamentos precarizados, formados por uma população proveniente de municípios amazônicos e nordestinos menos “desenvolvidos” atraída por melhorias de vida (SARGES, 2002).

Neste panorama, se a precariedade habitacional não era fortemente evidenciada, seja nas fotografias, jornais ou mapas, certamente, isso não se deve pelo fato destes territórios precários não existirem ou serem poucos. E quando apareciam, vinham com narrativas enviesadas aos interesses de uma elite, carregadas de desqualificações em diversas escalas.

Portanto, é importante analisar esses apagamentos, que se configuram tanto na produção de informação sobre esses territórios populares, quanto nas intervenções sofridas por eles, à luz de uma análise crítica, e apreender as relações entre os processos sociais e sujeitos que tornam a cidade concreta. Dessa maneira, evidencia-se na história dos territórios populares de Belém as transformações e permanências nas narrativas, nas intervenções e nos apagamentos.

Como nestes espaços precários habitam majoritariamente uma população em situação de pobreza, logo, a realidade concreta da segregação socioespacial na cidade (MARICATO, 2000) – com menores taxas de infraestrutura urbana, saneamento e habitações em situação de precariedade – é compreensível, dentro de uma lógica capitalista de cidade, que tais espaços sejam apagados dentro das narrativas oficiais, seja nos registros fotográficos, com intuito de promoção¹³ da cidade, seja com intervenções urbanas na cidade. Ponte (2010, p.28) aponta que as intervenções públicas se articulam com narrativas sobre o “ambiente”, de modo a “legitimar” as intervenções espaciais. Entretanto, os discursos demonstram contradições ao remover ou impossibilitar a permanência da população preexistente no território.

A partir dessas pesquisas documentais, utilizando-se dos múltiplos dados vinculados ao levantamento bibliográfico, pesquisa em jornais, fotografias e mapas, fez-se o possível para se constituir uma história da formação dos territórios precários em Belém/PA sob diversas perspectivas, formulando imbricações entre dados pesquisados e pondo em evidência agentes sociais antes apagados na construção das narrativas destes territórios populares. Enfrenta-se, assim, a questão da habitação precária dentro de uma perspectiva histórica para trazer para o debate na atualidade.

¹³ Edilza Fontes (2016, p. 20) afirma que na virada do século XIX, havia uma “preocupação em construir uma imagem positiva da região”, em contraponto à imagem projetada de uma cidade “de terra de índio insalubre e prestimosa” (Ibid, p. 21). Esse projeto de uma remodelação de Belém serviria como incentivo à vinda de imigrantes europeus para “modernizar” a cidade e trabalhar no setor agrícola (LACERDA e SARGES, 2009).

1.1. OS MARCOS HIGIENISTAS HISTÓRICOS EM BELÉM/PA

Belém, capital paraense no Brasil, assim como outras cidades localizadas na região amazônica, teve e tem o seu processo de urbanização intensamente dependente das características ambientais da várzea amazônica (MOREIRA, 1966; TRINDADE JR; SANTOS; RAVENA, 2005). A cidade sofre as influências fluviais do Rio Guamá e da Baía do Guajará que atuam como condicionante territorial em suas diversas formas como rios, igarapés, canais e pântanos, e apresentam importante papel no desenvolvimento cultural e econômico da região (MOREIRA, 1966; PENTEADO, 1973; PONTE, 2010).

Os estudos locais sobre a formação e crescimento da cidade de Belém/PA comumente dividem esse processo em três fases. Tal divisão é citada por um grande número de autores utilizados como referência textual para a construção dessa pesquisa, referindo-se à divisão feita pelo geógrafo Eidorfe Moreira em "Belém e sua expressão geográfica" (1966).

A primeira fase data da sua fundação, em 1616, até meados do século XVIII, é chamada de Ribeirinha; a segunda fase, de meados do século XVIII até meados do século XIX, é chamada de Fase de Penetração ou Interiorização; a terceira fase de crescimento da cidade de Belém, datada a partir de meados do século XIX, é denominada como Fase de Continentalização. Entretanto, Trindade Jr. (1997) acrescenta à referida periodização uma outra fase, a metropolização, a partir da década de 1960.

Para esse estudo, levaremos em consideração a periodização formulada por Moreira (1966), mas utilizando marcos históricos ou urbanísticos que consideramos relevantes na estruturação urbana de Belém e, principalmente, na ocupação popular das áreas úmidas da cidade.

Desse modo, os marcos utilizados foram: a fundação da cidade; o ensecamento do alagado do Pirí; o ciclo da borracha - Belle Époque; o Golpe de 64 - mais especificamente a operação Amazônia; e, por fim, a redemocratização do Brasil.

1.1.1. A água como determinante estrutural na formação urbana de Belém

De localização estratégica e de forte caráter político “expresso em termos geográficos”, em virtude das vantagens naturais e geográficas para fins militares e econômicos, Moreira (1966, p.13), atribui à fundação da cidade de Belém/PA (1616) uma alta “significação histórica e geográfica”, decisiva para a expansão portuguesa ao interior da América do Sul. Logo após a sua fundação, a movimentação de trocas de especiarias, apesar de incipiente, favoreceu a consolidação da cidade como um entreposto comercial nos seus dois primeiros séculos (PONTE, 2010), sendo o Rio Guamá a primeira via comercial da cidade (MOREIRA, 1966).

Nesse início da formação da cidade, Belém, assim como a maioria das demais ocupações territoriais da região, tinha na relação de proximidade com os rios um aspecto crucial ao funcionamento das atividades econômicas fundamentais para a subsistência e desenvolvimento da cidade (PONTE, 2010). Este período, chamado de fase “Ribeirinha”, é caracterizado por uma expansão territorial que acompanhava a orla fluvial e a cidade, dinamizada pelo capital comercial, voltava-se para as águas, comandando uma extensa rede urbana espraiada ao longo dos rios que compunham a bacia fluvial amazônica (TRINDADE JR., 1997, p. 40). Essa condição inicial da cidade na faixa “ribeirinha” ou “marginal” em torno dos cursos d’águas se expressa na constituição da água como a “via, o atrativo e o campo comum de ação militar”, atividades históricas que a cidade cumpria (MOREIRA, 1966, p.49).

Em virtude da sua localização, Belém/PA cresceu inicialmente regida por vetores orientados para o Rio Guamá que, aliado à presença do Forte do Presépio¹⁴ como “centro irradiador”¹⁵ (Figura 03), estabeleceu o lineamento das primeiras ruas no bairro da Cidade, e as ruas regidas por vetores orientados à Baía do Guajará no bairro da Campina (MOREIRA, 1966, p.47). Esse processo resultou no surgimento dos dois primeiros bairros: a Cidade (atualmente Cidade Velha), sob influência

¹⁴ O Forte do Presépio (marcado como um asterisco branco no mapa da Figura 3, p.31) foi a primeira construção da cidade de Belém, marcando a sua fundação em 1616. Após os vários usos militares da fortificação e das modificações arquitetônicas que sofreu, o Forte foi revitalizado para uso museológico em 2002. (SECULT/PA, 2016).

¹⁵ Eidorf Moreira (1966, p.47) explica que, nos primórdios, Belém tinha uma configuração quase “triangular”, com vértice no Forte, mas que pensar num plano urbano original com certa regularidade ou forma a partir de um “hemiciclo” em torno do forte – tese defendida por alguns – sugere-se haver uma “geometria”, uma mentalidade urbanística, o que seria difícil por se tratar de uma cidade não planejada.

"guamaense" e depois a Campina, sob influência "guajarina" (CONVÊNIO, 1976, p. 24).

Figura 03 - Plano geral da cidade do Pará, 1791



Fonte: Freire (1791)

Tal irradiação periférica, contudo, não se realizou de maneira contínua, devido à existência de dois expressivos acidentes geográficos materializados nos corpos d'água do igapó e o igarapé do Pirí (MOREIRA, 1966), responsáveis por separar os dois bairros existentes e condicionar de forma decisiva a expansão da cidade em sua fase inicial.

A água se apresenta nesse período como um “elemento definidor da paisagem e dos usos do território no local”, determinando o traçado de vias, de vetores de expansão; um “condicionante objetivo” na estruturação da cidade e suas primeiras intervenções urbanas (PONTE, 2010, p. 95). O caráter histórico da água que influencia a economia e o uso e ocupação do solo urbano é um fator importante a ser observado para o entendimento da diferenciação na ocupação das áreas secas das alagadas/alagáveis na cidade, futuramente.

A estrutura urbana de Belém não mudara muito desde a sua fundação até meados do século XVIII, contendo ainda aspectos fisiográficos como ocupação político-militar e o forte como “centro” do traçado das ruas (SANTOS, 2018). E ainda, a água, materializada em seus diversos corpos, apresentava-se como elemento

natural da paisagem condicionador da estruturação urbana, um “obstáculo”. Segundo Moreira (1970):

Entre o século XVII e princípios do XVIII, os que chegaram em Belém depararam-se com muitas águas, inclusive as que formavam o alagado do Pirí. E além dessas, com as águas das chuvas regulares e com os acúmulos por esses gerados. *A cidade do Pará* [sic] também era repleta de terrenos baixos e áreas consideradas pantanosas, algumas delas denominadas igapós, e igarapés a percorriam por diversas partes (Ibid., p. 10).

No terceiro quarto do século XVIII, a efetivação da inserção da região à economia colonial portuguesa se inicia, constituindo Belém um importante entreposto nessa economia. Reformas ocorreram na cidade providas pelo chamado período Pombalino¹⁶ na Amazônia (1755-1777), que configuraram importantes alterações no espaço urbano (SANTOS, 2018). Estes fatos deram início à chamada fase de penetração ou interiorização.

Nesse período, a região amazônica se apresenta como prioritária no empreendimento pombalino, no que tange à “reorganização político-administrativa do Império e da sua reestruturação econômica” (SANTOS, 2018, p. 985). Com isso, os diversos portos de Belém apresentaram movimentação comercial notória, segundo Ponte (2010), que complementa

[...] Belém, seria, portanto, entre os séculos XVIII e XIX, uma cidade de claros traços comerciais em suas margens fluviais, e representava a troca de produtos como o cacau, o café, o algodão, o cravo, a copaíba, a goma e a tapioca, o urucu, o melaço, a castanha e as madeiras (PENTEADO, 1973. *Apud.* PONTE, 2010, p.94).

As reformas pombalinas em Belém foram além das questões econômicas e de relações sociais de produção. Segundo Santos (2018), com a transferência da capital do estado do Grão-Pará e Maranhão de São Luís para Belém em 1751, houve uma expressiva modificação do espaço urbano, com inserção de objetos novos necessários ao “empreendimento pombalino” e com alterações na fisiografia e forma ocupacional da cidade de então.

¹⁶ Para Santos (2018, p.984), “a era pombalina está estabelecida na história como o período de ascensão do Marquês de Pombal ao cargo de Primeiro-Ministro de Portugal, personagem que representa a ascensão de ideias iluministas”, trazendo influências para a Amazônia.

Dessa forma, a frente de expansão da cidade, na segunda metade do século XVIII, estabeleceu-se através das Avenidas Presidente Vargas e 16 de novembro em direção à Avenida Nazaré. Fenômenos esses provocados pelo crescimento populacional e pelas vantagens das terras centrais sobre as ribeirinhas, no que tange as questões de adequação para o cultivo (CONVÊNIO, 1976).

1.1.2. Ensecamento do Piri: o início de intervenções convencionais na alteração do uso e ocupação das áreas alagadas

Como já foi dito, a ocupação urbana de Belém em seu primórdio foi caracterizada por uma expansão urbana condicionada por corpos d'água que materializaram um território habitado desconexo entre seus dois primeiros bairros. Entretanto, em decorrência da inserção de Belém na economia colonial portuguesa (SANTOS, 2018) e, conseqüentemente, do aumento das atividades comerciais nos portos (PONTE, 2010), o bairro da Campina se desenvolve e surgem seus vetores de expansão e melhoramentos. Com isso, os primeiros projetos urbanísticos para a cidade passaram a ser pensados (CONVÊNIO, 1976).

É importante salientar a perspectiva dos dirigentes da época sobre os objetivos expansionistas da cidade. Para eles, o alagadiço do Piri apresentava-se como um “obstáculo” ao projeto de expansão e a sua “superação” como limite natural seria via o ensecamento deste corpo d'água, por onde passariam vias, edificações e cultivos agrícolas (ALMEIDA, 2011, p.09) – como pode ser visto no mapa expresso na figura 01, ficando claro a intenção não só aterramento, mas também alteração de uso e ocupação de uma área antes alagada.

Para Almeida (2011, p. 04), “a ideia que prevaleceu foi marcada pela noção de utilidade e comodidade, ou seja, era preciso expandir a cidade e tal expansão implicava na submissão daquelas águas bem como a fauna e a flora nelas contidas”. O que para Ponte (2010), hoje chamaríamos de uma intervenção tida como convencional.

Dessa forma, no início do século XIX, em 1803, tem início o aterramento do alagado do Pirí um “marco” para os estudiosos da formação urbanística de Belém que consideram a intervenção de aterramento da área pantanosa como garantidora da

possibilidade de expansão urbana das áreas ocupadas, articulando os dois primeiros bairros existentes (PONTE, 2010, p.86).

Sobre o alagadiço do Piri, vale ressaltar que o mesmo obtivera uma proposta de intervenção, que não a executada, formulada pelo Engenheiro-Militar Major Gaspar Gronsfeld, conhecida como “*veneziamento*” de canais. Proposta que articulava saneamento, arruamento e parcelamento do solo (PONTE, 2010, p.86).

Comparando a proposta de Gronsfeld, que continha um caráter de menor impacto sobre a paisagem, com o projeto executado que resultou no ensecamento e canalização dos cursos d’águas, pode-se considerar a existência de uma polarização de pensamentos urbanísticos na época (PONTE, 2010):

[...] a presença desta polarização, à época, evidencia uma dualidade antiga entre intervenções de maior impacto sobre as condições pré-existentes e aquelas que pretendem criar outro regime, com alterações mais radicais e, frequentemente, modernizadoras (Ibid., p. 87).

Na perspectiva urbanística, à luz da classificação de Françoise Choay (1997), podemos considerar a proposta de Gronsfeld como culturalista e a intervenção executada como progressista, segundo Ponte (2010, p.87).

Faz-se importante a reflexão sobre a intervenção no alagadiço do Piri por essa se apresentar como um momento de inflexão na relação entre a cidade e a água em Belém. Apesar dos corpos d’água ainda serem condicionantes naturais importantes na estruturação urbana da cidade, nesse momento, além de elemento natural que delimita, a água passa a ser considerada como um elemento também a se transpor, conforme os interesses políticos, econômicos e sociais.

**Período histórico
1850 - 1900**

A capital do Pará

Segundo o último recenseamento procedido n'este Estado, tem a cidade de Belem 17 praças e largos, 11 estradas, 2 becos, 2 dokas, 1 boulevard, 54 ruas e 51 travessas com 10.706 predios, sendo 10.022 habitados e 684 não habitados.

D'estes são 685 sobrados, 6.670 casas terreas, 607 telheiros e 2.744 barracas.

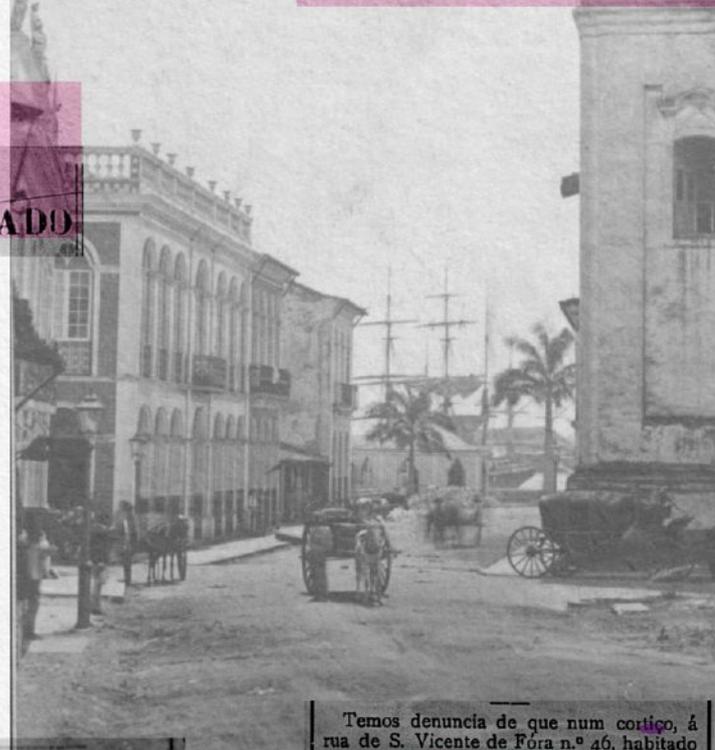
Art 10º. São predios urbanos todos os que, situados dentro dos limites da cidade, ou de lugares notaveis, comprehendidos na demarcação, possuem servir de habitação, uso e recreio, como casas, chcaras, ou quintas, cocheiras, cavallariças, senzallas, barracas, telheiros, trapiches, armazens, lojas, theatros, estalagens, fabricas e qua-quer outros edificios de qualquer denominação, fórma, construcção e cobertura, contanto que sejam immoveis e não possam ser transferidos de um para outro lugar sem se destruir.



**UM CORTIÇO
CONDEMNADO**

Com vista á Intendencia

Cumprindo o ordenado em uma parte do seu orçamento, a Intendencia comprou, para desapropriação, algumas casas da travessa 15 de agosto, afim de transformal a em uma elegante e vistosa Avenida.



OS CORTIÇOS

Todos sabem que n'esta capital os cortiços são uns certos biombos acachapados, immundos e infectos, construidos no interior de terrenos.

**Offensas á moral
publica**

Temos denuncia de que num cortiço, á rua de S. Vicente de Fora n.º 46, habitado por gente de vida equivocada, é diariamente offendida a moral com a linguagem desbragada que usam os locatarios d'aquelle valha-couto, que pela sua extrema immundicie reclama séria attenção da junta de hygiene.

Não raro é o dia em que ali também não se dêem pequenos conflictos, de quasi nenhuns resultados, é certo, porem que incommodam e alarmam a visinhança.

Em geral n'esta cidade os operarios, principalmente os jornalciros, moram em casas onde se nota falta absoluta das mais comezinhas regras da hygiene: em apertados compartimentos de cortiços, feitos de taboas mal unidas, quasi sem luz, edificados em terrenos pantanosos e sempre immundos, ou em pequenas barracas cobertas de palha e muitas vezes também com ellas tapadas, sólo nũ, sempre humido, com especialidade na estação invernosã; aquelles, cujo trabalho é melhor remunerado e procuram as ruas mais centraes, também não são alojados de modo muito vantajoso: occupam quasi sempre pequenas casas, de edificação antiga, defeituosa e absolutamente affastada dos principios de sannidade que exige a vida presentemente.

O Tngarafuso

Sabe a policia que bixo é este ?
E' um monumental cortiço, que existe na rua dos Martyres, quasi fronteiro ao "Reform Club": é uma furna immunda e ao mesmo tempo perigosa, devido á gatinha que a habita, vivendo na maior devassidão.

Cortiço

Informam-nos que na rua dos Martyr s proximo ao Reducto, existe um cortiço, que tem o numero 174, onde está reunida gente da mais baixa classe social e d'onde partem emanações pestilentas, pois não se encontra ali nem aceio nem respeito a moralidade publica.

As familias que moram n'aquelles arredores veem-se coagidas de sair ás janellas: a immoralidade estende-se do cortiço até á rua.

Ao sr. dr. chefe de segurança publica pedimos providencias a tal respeito.

SALUBRIDADE PUBLICA

PELA MORAL

Na estrada Almirante Tamandaré, entre as ruas Carlos de Carvalho e Angelo Custodio, todos os dias, mulheres moradoras nos cortiços ali situados, com af fronta á moral, tomam banho nas valas, semi nũas, numa gritaria infernal.

Pedimos á auctoridade do 1º districto que deite para ali suas vistas.



na travessa 3 do Maio, 4.º districto d'esta capital, grandes lotes de terrenos onde existem mais de 100 barracas habitadas por mais de 90 familias pobres cearenses, constituindo isto uma verdadeira villa.

Composição do período histórico 1850 - 1900

A colagem de imagens e jornais da época mencionada trazem uma visão geral de um modo como a cidade era representada promocionalmente para fins comerciais, *invisibilizando* a pobreza existente em Belém. Demonstra também, o *pensamento higienista* presente nos veículos de informação e no tratamento sofrido pelas moradias populares, reflexo da negação dessas por gestores e pela sociedade que almejavam uma cidade de padrão europeu em um período que Belém se inseria fortemente no mercado internacional a partir da economia gomífera.

1.1.3. Economia gomífera em Belém e consolidação do modo higienista no tratamento das áreas alagadas e os territórios populares

O início da segunda metade do século XIX marca a fase de “continentalização” em Belém. O processo de expansão urbana se consolidava nos terrenos mais altos, contornando os acidentes hídricos encontrados - processo responsável por dar à malha urbana um perfil irregular, e os terrenos mais baixos, alagáveis ou alagados, conformaram grandes vazios urbanos (CONVÊNIO, 1976), conforme consta na Figura 04. Este processo configurou historicamente uma divisão bem marcada na apropriação do espaço urbano entre terras altas e mais valorizadas em relação às terras baixas e menos valorizadas na área da Primeira Léguas Patrimonial¹⁷ (CARDOSO; VENTURA NETO, 2013).

Figura 04 - Plano de alinhamento executado da primeira léguas patrimonial da cidade, contornando áreas baixas e alagáveis (18- -)



Fonte: Muniz¹⁸ (1904) *apud*. Cardoso e Ventura Neto (2013)

¹⁷ Ler nota de rodapé na página 17.

¹⁸ MUNIZ, P. Patrimônios dos conselhos municipaes do Estado do Pará. Lisboa: Aillaud & Cia, 1904.

Mesmo sendo contornadas no processo de expansão, as áreas alagadas se encontravam nos planos urbanos do Governo, como pode ser visto na nota do Jornal¹⁹ que descrevia uma proposta do Diretor de Obras Públicas da Capital “para esgotar alguns dos pântanos que existem aos lados da estrada do Arsenal” (Figura 05).

A nota descreve um processo de “abertura de valas em todas as estradas ou ruas que, conforme a carta da cidade, cortam esses pântanos”, mas que “só os aterros poderão fazer desaparecer por uma vez os pântanos” para o caso de terrenos de nível muito baixo e enfatiza que “os terrenos não ficarão enxutos e habitáveis enquanto não forem alterados” (DIVERSAS, 1859). Identifica-se, deste modo, o aterramento e aberturas de valas como processo de enfrentamento das áreas alagadas na cidade, à época.

Figura 05 – Iconografia da vista da Estrada do Arsenal da Marinha, atual Praça do Arsenal, por Joseph L. Righini, no terceiro quarto do século XIX'



Fonte: Wiegandt, (1867). Nota-se que na década de 60 do século XIX Belém ainda não havia passado pelo processo de melhorias urbanas advindas com o apogeu da economia gomífera que se inicia na década seguinte.

¹⁹ Somente a partir desse período que se conseguiu registros jornalísticos do Pará dentro do acervo da Hemeroteca Digital. Houve uma diversidade de jornais, sendo alguns principais que forneceram conteúdo relevante ao tema estudado: *Diário de Belém*, *O Liberal do Pará*, *A Constituição: Órgão do Partido Conservador*, *Jornal do Pará*, *Diário de Notícias*, *O Democrata*, *Folha do Norte*, *Gazeta de Notícias*, *Gazeta Oficial*, *Correio Paraense*, *Treze de Maio*, *Mensagem do Governador no Pará para a Assembleia*, *O Pará* e *A República*. E os termos recorrentes foram: *alagado*, *baixada*, *barraca(o)*, *cortiço*, *desapropriação*, *pardieiro* e *subúrbio*.

Nesse período, a Amazônia se insere no circuito do capitalismo internacional, em detrimento do fortalecimento da economia gomífera, mas também, tem-se a crise e fim do trabalho escravo (FONTES, 2016; LACERDA e SARGES, 2009). Esses dois marcos transformam as relações de trabalho e têm impactos urbano e social em Belém.

Estas transformações urbanas, em muitas das pesquisas locais, mostram as riquezas e o “desenvolvimento” que a cidade de Belém alcançou com a economia da borracha. Mas ao mesmo tempo que houve um “boom” econômico e de prosperidade, a economia gomífera também trouxe pobreza, comum ao sistema capitalista moderno de produção, que se materializaram territorialmente no contraste socioespacial do espaço urbano da cidade.

O bairro da Campina, por exemplo, no início da segunda metade do século XIX, começou a ser habitado por quem, na época, chamava-se de as gentes de “cores”, os não-descendentes de europeus - negros, indígenas e seus descendentes²⁰. Essa população foi a principal contaminada pela cólera no ano de 1855 em Belém, evidenciando a condição de insalubridade das áreas em que essas pessoas viviam (BELTRÃO, 2007). Segundo Beltrão, utilizando registros da excursão do naturalista Bates²¹ na Amazônia, descreve as habitações da população pobre da época:

As casas com apenas rés-do-chão não possuem janelas envidraçadas e eram habitadas pelas classes pobres: "achavam-se em estado precário e por toda parte se viam sinais de indolência e desleixo. As estacas de madeira que cercavam os quintais, invadidos pelo mato, jaziam quebradas pelo chão" (BATES, 1979, p. 13-14). As ruas em que se situavam não obedeciam ao alinhamento, poucas eram revestidas com pedras (grés ferruginoso) grande parte delas era desprovida de calçamento. As habitações, segundo viajante, eram exíguas, possuíam aberturas estreitas e pé direito baixo, eram escassamente arejados e muito escuras, propícias, portanto, à umidade e aos insetos. Seus moradores, as gentes de cores, conviviam com a fumaça dos fogões, os odores supostamente pestilenciais e as poças de águas servidas (BATES, 1979, p. 13). (BELTRÃO, 2007, p. 160).

²⁰ Podemos perceber que a ocupação do bairro da Campina por essa população negra, indígena e seus descendentes se configurou a partir dos projetos de melhoramento da cidade que “valoriza novas áreas próximas aos centros comerciais tradicionais, e dão início ao processo de descentralização”, uma vez que o “centro” se faz onde a elite se concentra, ocorre o abandono e transformação das antigas moradias desses em cortiços (LEME, 1999, p. 24).

²¹ BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp. 1.ed., 1890.

Como já dito, uma crise se instaurava no Brasil com o fim do trabalho escravo. No Pará, com o início do crescimento da economia gomífera e no intento de fortalecer uma produção agrícola na região, as discussões se fortaleceram entorno da escassez de mão de obra intensificada desde a Cabanagem²² (FONTES, 2016). Esse quadro instigou debates sobre as possibilidades de onde conseguir tais “braços” para os trabalhos extrativistas e agrícola:

Uma das propostas apresentadas foi a substituição do trabalho escravo pelo trabalho do imigrante europeu. A possibilidade de atrair para região norte parte da corrente imigratória, que se dirigia para outros estados vinham ao encontro do sonho de construir na Amazônia uma civilização nos moldes das sociedades da Europa Ocidental. (FONTES, 2016, p. 11).

A cidade, em virtude do crescimento econômico vinculado a atividade gomífera na Amazônia, reconfigura-se urbanisticamente com inúmeros serviços e equipamentos urbanos, como bondes eletrificados, iluminação pública, serviços de esgoto, limpeza urbana, forno crematório, corpo de bombeiros, calçamentos de ruas e avenidas, entre outros (PIMENTEL *et al.*, 2012), possibilitando a instituição do plano de alinhamento pensado para a Primeira Léguas Patrimonial (CARDOSO; VENTURA NETO, 2013). Percebe-se que, neste ponto:

A proposta de embelezamento da cidade era uma das prioridades dos governos que desejavam ver Belém no contexto da civilização e, portanto, no circuito dos viajantes investidores estrangeiros, e nada mais pragmático do que enquadrar os habitantes do lugar nos moldes civilizatórios europeus. (LACERDA e SARGES, 2009, p. 168).

Havia em Belém uma preocupação em criar uma imagética de uma cidade moderna, limpa e embelezada, questão que envolveu governo, jornalistas, intelectuais e elites locais (FONTES, 2016). O ideário que permeava na cidade também estava presente em outras cidades do Brasil (BRESCIANI, 2016), reflexo de um projeto de cidade europeu. Para Françoise Choay (1965), este pensamento advém de uma

²² Revolução popular e social com mobilização da população afroindígena, mas também de uma elite local que iniciou em janeiro de 1835, com conflito fortemente armado. A revolta é marcada pela resistência à Independência do Brasil, em 1822, assim como a recusa ao reinado de Dom Pedro I por parte da Província de Belém do Grão-Pará. (cf. FERREIRA, 2009).

ordem progressista²³ de planejamento de cidade, onde era atribuída expressiva importância à impressão visual da estética. Entretanto, para autor:

É preciso, no entanto, sublinhar a austeridade dessa estética, onde lógica e beleza coincidem. [...] Em certos casos, a ordem específica da cidade progressista é expressa com uma precisão de detalhes e rigidez que eliminam a possibilidade de variantes ou de adaptações a partir de um mesmo modelo. (Ibid., p. 09).

Desse modo, as políticas urbanas da época, seguindo premissas do modelo progressista, proibiu, demoliu e condenou construções na cidade que não se adequavam à estética e ao ordenamento urbano que se pretendia, que em sua grande maioria, eram moradias populares.

Como exemplo da afirmação da ordem e da estética do belo, permeada nos ideais de espaço urbano da época, percebe-se que grande parte dos registros fotográficos encontrados da cidade de Belém, no final do século XIX e início do século XX, tinham como foco as principais praças, ruas, igrejas, edifícios e monumentos (Figura 06 e 07), reforçando a influência por um contexto europeu na cidade, pautado no ideal liberal de progresso - em termos tecnológicos, sociais e políticos, entre outras esferas, que determinou fortemente a espacialidade e a sociabilidade das cidades europeias, e logo mais as brasileiras (MÁRTYRES, 2014).

²³ Françoise Choay (1965, p. 08-09, **negrito nosso**) refere-se ao modelo progressista de cidade como um espaço “[...] amplamente aberto, rompido por vazios e verdes. Essa é a **exigência da higiene**” e o “espaço urbano é traçado conforme uma análise das funções humanas. [...] Essa lógica funcional deve traduzir-se numa disposição *simples*, que impressione imediatamente os olhos e satisfaça”.

Figura 06 - Foto do edifício do Correio e Telégrafo, Belém/PA



Fonte: Ferrez (ca. 1910)]. Na fotografia, nota-se a larga via equipada de iluminação pública e as docas, simbolizando a modernidade da cidade.

Figura 07 - foto da Avenida 16 de Novembro, Belém/PA



Fonte: Ferrez (ca. 1910)

Essas fotografias confirmam os apagamentos, nos registros da cidade, que os territórios populares sofreram por estarem fora do ideal de estética da cidade que prevalecia a beleza no intuito de promover a cidade ao mercado internacional.

Esses pensamentos que “eliminam a possibilidade variante” na cidade (CHOAY, 1965), ou seja, os territórios habitados pela população pobre em Belém, se confirmam em notícias de jornais da época. As narrativas utilizadas pela imprensa, elite local e governo muniam-se com termos condenatórios sobre estes espaços populares de modo a justificar suas remoções.

Analisando as notícias levantadas, percebe-se uma insatisfação com a não desapropriação completa de casebres na avenida 15 de agosto²⁴, pois o pertencimento de casebres em um dos lados seriam “prejudiciaes aos proprietários e até mesmo ao embelezamento da cidade”, e que a desapropriação completa seria interessante, pois traria “terreno suficiente para poder edificar (...) casas de dous andares, como em Paris procedeu a sua Intendencia” (AVENIDA 15 DE AGOSTO, 1893). Percebe-se no discurso um ideário de modernização da cidade incorporado pelos representantes políticos e sociedade alinhado a um projeto urbano onde o embelezamento ocorre em detrimento da remoção dos pobres do cenário da cidade remodelada, demonstrando evidentes influências europeias na estética a ser alcançada.

Segundo Mártires (2014), para além da implementação de planos urbanos para a remodelagem da cidade de Belém, a intendência municipal implementou “planos” sociais; Normas de conduta social que combatiam, a exemplo, a mendicância, proibiam manifestações populares e certos costumes, como banhos nas praças e chafarizes, além da venda de ambulantes na rua. Dessa forma, o espaço público, que é também o espaço das relações sociais, torna-se área de rigoroso policiamento “pelos fiscais detentores de poder de força para implementação da modernização civilizatória” (LACERDA e SARGES, 2009, p. 166). Para as autoras:

[...] como a modernidade apresenta contradições, ao mesmo tempo em que os governos do Estado do Pará faziam propaganda para vinda de imigrantes europeus para desenvolver o setor agrícola, devido ao aceleramento da economia gomífera como também para dar o ilustro da civilização, uma grande parcela desses imigrantes terminava se estabelecendo na cidade e para sobreviver recorriam trabalho informal nas ruas da capital transformando-se em mais um problema para os administradores. (Ibid., p. 167).

²⁴ Antes conhecida como Travessa dos Mirandas e hoje como Avenida Presidente Vargas.

Grande parte desses imigrantes ocupavam os cortiços - tipologia de moradia popular mais frequente nos registros de jornais do século XIX, acompanhado das barracas; o que nos faz supor que eram essas as moradias populares predominantes, na época. Ao examinar as abordagens com que habitações eram referenciadas, verifica-se que, em sua maioria, eram de formas depreciativas sobre o local ou sobre as pessoas que lá residiam, mostrando uma inquietação pela presença dessas tipologias próximas ao meio habitado por outras moradias de classes sociais mais abastadas. Lacerda e Sarges (2009) explicam que:

Desse modo, tudo que aparentava ser ameaçador ao projeto modernizador e civilizatório implementado pela intendência no espaço público "atualiza-se, redimensiona-se em suas várias instâncias e se prepara para enfrentar o medo" E no caso dos cortiços, derrubam-se e afastam-se os indesejáveis para fora da área central da cidade. (Ibid., p. 172).

Os cortiços representavam uma faceta indesejada para a composição do cenário de Belém como cidade em modernização. Na leitura realizada a partir dos jornais, os moradores de tais ambientes e as suas respectivas formas de se comportar nos espaços públicos e privados atentavam contra a moral e os bons costumes das famílias ordeiras, e mais abastadas de Belém que, muitas vezes, habitavam nas proximidades dos cortiços (PANTOJA, 2003, p. 6).

Em nota oficial do Ministério do Império no *Jornal do Pará – Órgão Oficial* sobre um relatório da comissão para indicar as causas para o desenvolvimento e persistência da febre amarela e outras “moléstias” na cidade, percebe-se o caráter sanitário e higienista sobre os cortiços:

Os cortiços existentes entre nós em grande número, os quaes, além de sua péssima construcção, sem preceito algum hygienico, privados de ventilação, de luz e de ar, encerrão uma população condensada, dotada em geral de pouco asseio, e onde, além da umidade do solo saturado de matérias organicas, reina uma atmospherá impregnada de princípios mephiticos, não só por estas circumstancias, mas ainda pela insofficiencia do ar respirado por seus muitos habitantes, condições estas que os contituem os focos mais terríveis de infecção desta cidade, e onde os germens que existem actuão de preferencia (MINISTERIO, 1876, p.01).

A agressividade com a qual os jornais se referiam aos habitantes dos cortiços aparecem também em notas que se referem a desobediência desses indivíduos às

ordens municipais, como na nota do Jornal Diário de Notícia, onde se chama a atenção da polícia sobre ocorrência de samba em cortiços:

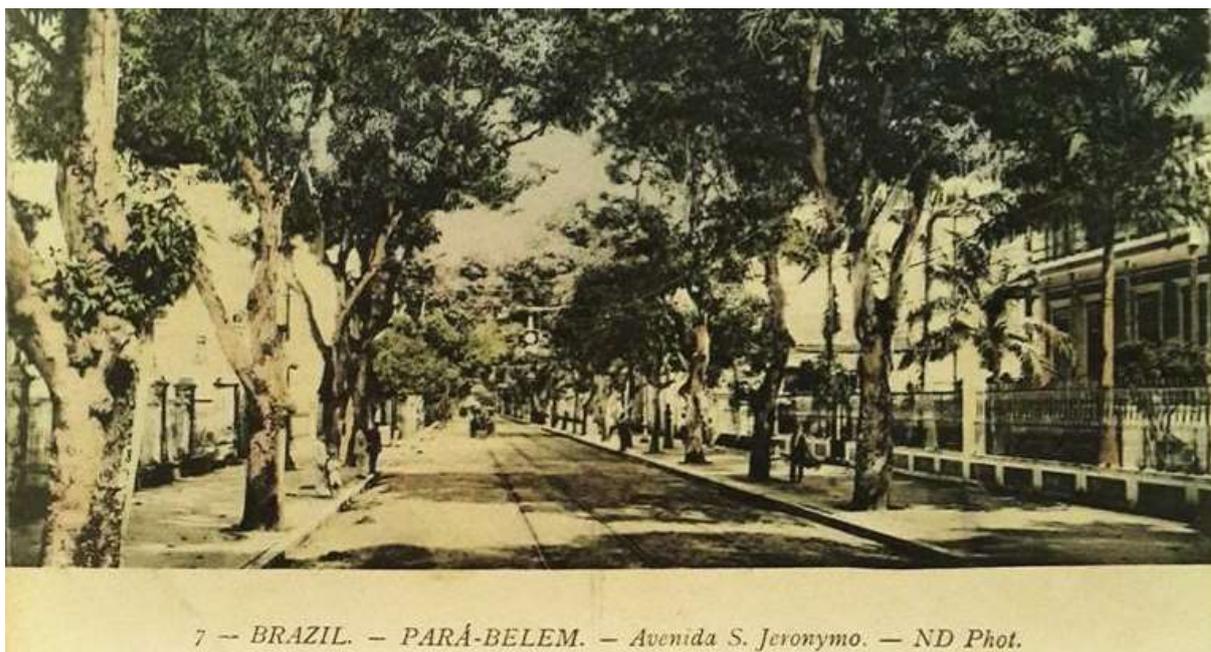
[...] cortiço na rua do Rosário [...], onde todos os domingos reúnem-se meia dúzia de vadios, e procede ao divertimento e incommodo e immoral do *samba*, condenado pelas posturas municipais, acompanhado pelo ruído surdo da pancadaria grossa (CORTIÇO, 1885, p. 02, itálico do autor).

Ou sobre os comportamentos “imorais” e “promíscuos” de seus habitantes que entravam em discordância com o esperado moralmente à época:

Tantas immoralidades commetidas tem n'aquelle conventilho que já as famílias não têm o direito de chegar às janellas. “O escândalo não é em certas horas, é constantemente, a todas horas, ao passar qualquer soldado, marinheiro, carroceiro ou quaesquer outras pessoas dessas classes pouco educadas e que sentem intima satisfação em affrontar o decoro publico. “Chame a attenção da polícia, á vêr se ela cohibe essas patifarias ou faz que taes *heronias* se embolemem n'outro cortiço, onde o respeito às famílias não as prive de *seu negocio*” (NOS COMMUNICAM, 1878, p. 01).

Ao sintetizar as notícias jornalísticas levantadas para este período, constata-se que a Belém de outrora, conhecida como a cidade moderna, de riquezas do ciclo da borracha (Figura 08 e 09), também era uma cidade de uma população pobre - habitantes desta mesma cidade, só que excluídos do seu usufruto, das melhorias urbanas e vivências sociais, dos direitos à cidade negados.

Figura 08 - Cartão Postal de Belém – Avenida S. Jeronymo, [ca. 1910]



Fonte: Antiquário (2020). O postal mostra a cidade com via alarga, arborizada e com calçamento e equipamentos urbanos, além de construções alinhadas a rua

Figura 09 - Foto da Doca do Ver-o-Peso – Belém/PA-Brasil (1910)



Fonte: Ferrez (ca. 1910). O registro ilustra uma Belém moderna com infraestrutura e instalações necessárias para transações comerciais.

Estas narrativas evidenciadas nos meios de informação que permeavam o pensamento de editores, Governo e elite local, eram usadas para justificar a remoção, demolição e proibição destes modos de moradia popular que estariam fora do ideal

higienista e modernista de cidade a ser promovida, objeto de atrativo financeiro e econômico.

Segundo Pantoja (2003), a imprensa belenense deste período era composta essencialmente por órgãos de difusão dos ideais políticos e partidários dos grupos que disputavam o poder local. Dessa forma, as circunstâncias pessoais e profissionais do quadro de editores, repórteres, gerentes e proprietários dos jornais circulantes interferia muitas vezes no teor dos discursos produzidos, orientando o enfoque das narrativas jornalísticas e a própria postura política que os integrantes dos periódicos assumiam diante dos fatos que noticiavam e das descrições que faziam das pessoas presentes nas matérias publicadas.

Em contraponto à narrativa utilizada pelas autoridades, imprensa, Intendência e elites locais sobre os cortiços, Edilza Fontes (2016), em análise de um alto policial de 1890²⁵ sobre um desentendimento de moradores de uma instância - que ao entendimento da época pode se considerar um cortiço, demonstra uma outra perspectiva sobre esses habitantes e seus locais de moradia:

José Francisco dono das estâncias se identifica como Carreiro. Não percebemos, no caso deste alto, a estância como lugar de imoralidades "cheios de mensalistas do mais alto degrau". José Francisco, ao chamar a atenção de Francisco Machado, argumenta que este não poderia continuar a proferir palavrões porque tinha ali a sua família. Para ele, o cortiço era um lugar de morada da sua família e de trabalhadores e que não permitem perturbação dessa ordem familiar, por isso, reprimiu Francisco Machado, alguém, a polícia o dono do cortiço procura a proteção do poder público contra aquele que coloca em risco a ordem da sua moradia. Nesse sentido, não comunga da mesma concepção de cortiço elaborada pelas elites políticas e intelectuais da época os moradores dos cortiços demonstram nos autos que tem relações sociais diferenciadas daquela pensada pelos higienistas e senadores da cidade. (Ibid., p. 86).

Esse fato demonstra como os sujeitos mais pobres são marginalizados na produção da narrativa histórica oficial, e como estas são utilizadas para justificar as remoções e repressões. Desse modo, a análise da história, a partir de outra perspectiva se mostra necessária, àquela vista de baixo "[...] que privilegia, sob diversos aspectos, manifestações que não são usualmente consideradas 'centrais',

²⁵ PARÁ, **Arquivo do Tribunal de Justiça. Autos Crimes de 1890**. Processo n.5, nov. 1894. Comarca da Capital. Ferimentos Graves.

‘dominantes’ ou ‘determinantes’ para a compreensão do processo de (trans)formação da cidade”²⁶ (SILVA, 2011, p. 14).

Além dos cortiços que apresentavam relevância como moradia popular na virada do século XIX para o XX, já era possível encontrar em áreas alagadas habitações em situação de precariedade no ano de 1892. Evidencia-se, assim, a ocupação secular dessas áreas como território de uma população em situação de pobreza. Como se vê na notícia intitulada “Saúde Pública” no Jornal Correio Paraense:

Roga-se ao Sr. Dr. Cypriano Santos, inspector de hygiene, pede-se a junta de hygiene e a municipalidade que se dignem a lançar as suas vistas para a Estrada do Arsenal e Travessa da Água das Flores. [...] Na Travessa da Água das Flores, dentro de um alto muro, que priva da ventilação, sobre um solo alagado, há sob n. 53 um grupo de pequenas habitações privadas de tudo quanto é hygiene. Digne-se o Sr. Dr. Cypriano Santos perder alguns momentos, rouba se aos labores da polícia e, pelo amor de Deus, ocupe-se com a saúde pública; providencie no sentido de supprimir aquelles focos de doença. Isto é uma supplica que respeitosa e levamos a sua presença fazendo um apello à sua consciência de medico (SAUDE, 1892).

Nota-se os pedidos de providências para “supprimir aquelles fócios de doença”. Entretanto, pode-se inferir que a preocupação é com o restante da cidade, e não necessariamente com as pessoas que residem nessas casas em área alagada, uma vez que as mesmas não são mencionadas na notícia e, podemos deduzir também que a possível resolução de “suprimir” seja a de remoção dessas moradias, reflexo de um pensamento no meio urbanístico e social de que essas pessoas e suas moradias são os próprios problemas sanitários na cidade.

Outras notícias mostram casos de “grandes lotes de terreno onde existem mais de 100 barracas habitadas por mais de 90 famílias pobres cearenses” na Travessa 3 de Maio (UMA ESCOLA, 1885), ou na Estrada do Utinga, onde “erguiam-se barracas de habitantes pobres” em meio a igarapés (O CYRIO, 1898).

Segundo Figueiredo (2005), depois de 1870, jornais com diferentes tendências políticas proliferaram-se com o desenvolvimento e ampliação do mercado da imprensa no Pará, o que justifica algumas notícias com cunho de denúncia sobre as condições de moradia dos trabalhadores, a ver:

²⁶ O termo usado por Silva (2011) faz referência ao conceito *History from below*, de Edward Thompson, filósofo marxista inglês que propõe a análise da história a partir da perspectiva de uma minoria de linguagem articulada e não de uma elite que detém a produção de narrativas oficiais (Cf. THOMPSON, 1987, p. 57).

Em geral n'esta cidade os operários, principalmente os jornaleiros, moram em casas onde se nota falta absoluta das mais comezinhas regras da hygiene: em apertados compartimentos de cortiços, feitos de taboa mal unidas, quasi sem luz, **edificados em terrenos pantanosos** e sempre imundos, ou em pequenas barracas cobertas de palha e muitas vezes também com ellas tapadas, sólo nú, sempre humido, com especialidade na estação invernosa; aquelles, cujo trabalho é melhor remunerado e procuram ruas mais centrais, ocupam quase sempre pequenas casas, de edificação antiga, defeituosa e absolutamente affastada dos princípios de sannidade que exige a vida presentemente (INTENDENCIA, 1890, p.02, negrito nosso).

A descrição das condições de moradia dos trabalhadores em terrenos pantanosos ou solo úmido confirma a uso e ocupação das áreas úmidas como espaço habitado por uma população mais pobre, em comparação com quem “é melhor remunerado” que buscavam áreas mais centrais na cidade.

O cenário urbano da Belém do fim do século XIX se faz presente no recenseamento do Estado na notícia do Jornal Folha do Norte²⁷, que descrevia uma cidade de 17 praças e largos, 11 estradas, 2 becos, 2 docas, 1 boulevard, 54 ruas e 51 travessas, estas com 10.706 prédios, sendo 10.022 habitados; destes, 685 sobrados, 6.670 casas térreas, 667 telheiros e 2.774 barracas (A CAPITAL, 1897).

A expressiva quantidade de barracas, tipologia apresentada nos jornais predominantemente como habitações dos pobres, evidencia que, no final do século XIX, o cenário habitacional de Belém era significativamente marcado por residências populares, contrastando com as narrativas mostradas nas fotografias oficiais da cidade

Considerando que o uso e a ocupação da cidade se organizavam de modo que as áreas “baixas” eram menos valorizadas e, como averiguado, ocupadas pela população em situação de pobreza, evidencia-se nos jornais que parte das moradias populares se encontravam em áreas úmidas, configurando um caráter secular às baixadas de Belém. Este fenômeno demonstra mais uma relevância do tema estudado, uma vez que as questões referentes a esses espaços se fazem presentes até a atualidade, com permanências e transformações.

²⁷ Jornal de oposição ao intendente Antônio Lemos que esteve à frente da Intendência de Belém de 1897 a 1911 (LACERDA e SARGES, 2009).

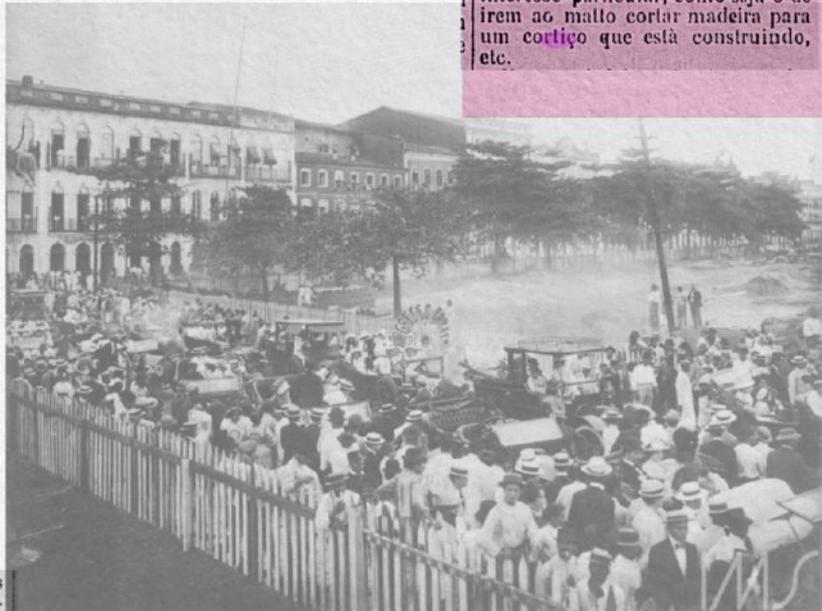
**Período histórico
1900 - 1940**

O sr. Alberto José Leonicio, ajudante da fiscalização geral, intimou, hontem, a Roberto Wanderley, procurador da proprietaria do cortiço sito á travessa Quintino Bocayuva, 8, para, dentro do prazo de 30 dias, mandar demolir o dito cortiço, visto se achar em pessimas condições de hygiene e de estabilidade.



O proprietario do cortiço n. 13, á rua Jeronymo Pimentel, foi intimado para no prazo de oito dias, a caiar e pintar o mesmo e limitar á duas pessoas a lotação de cada quarto,

O capitão encarregado da limpeza publica, d'ella pouco se importa, empregando os trabalhadores do governo em serviço inteiramente de seu interesse particular, como saja o de irem ao mallo cortar madeira para um cortiço que está construindo, etc.



Reclamações

As construcções urbanas

Escrevem-nos:
"Sr. redactor do ESTADO DO PARA'.— Meus cumprimentos.—Quando começaram a construção das avenidas 15 de Agosto e Ferreira Penna, ouvi dizer que os predios nellas se edificassem tinham que obedecer ás plantas que fossem approvadas pela Intendencia; pois bom; na avenida Ferreira Penna, entre as ruas Lauro Sodré e Pass de Carvalho, dentro do um grande cercado de taboas, estão construindo um cortiço de madeira, que dizem ser de propriedade do sr. dr. Mariano de Aguiar. Obedeceirá esse cortiço ás novas plantas approvadas pela Intendencia?
Do constante leitor,—João Mauricio."
•••

Em relação a outros cortiços que se iam construir, o sr. dr. intendente determinou as necessarias providencias no sentido de evitar essas construcções indecentes e anti-hygienicas.

O imposto predial affecta a todos as classes. Si ha capitalistas que podem resistir aos effeitos da contribuição, a maioria dos proprietarios não está nesses condições. Ha ainda um grande numero que possui a sua casinha, a sua barraca onde se abrigam lembranças queridas de familia, para os quaes a contribuição predial, como é feita, constitue um verdadeiro sacrificio que chega a ser uma iniquidade.

EMENDA

Ao art: 146
Onde se lê—§ Unico—diga-se :—
§ 1.º
Accrescente-se :
§ 2.º—Entende-se por cortiço series de quartos, geralmente de madeira, dando todos para um pateo ou corredor commum pelo qual se communicam com a via publica, sem o conforto necessario nem o mais rudimentar principio de hygiene, servindo de residencia a muitos individuos e não dispondo de banheiros, cosinhas e latrinas em numero correspondente ao dos seus habitantes.
S. R.—Sala das sessões do Conselho Municipal de Belém, 18 de Junho de 1900.
Dr. Lyra Castro.



Serviço Sanitario Municipal

cortiço da propriedade do sr. Antonio Bosque, o qual deve ser evacuado e demolido, visto não offerecer as condições de hygiene indispensaveis para ser habitado. O mesmo delegado verificou a existencia de boa vaccina em 143 pessoas de ambos os sexos, adultos e menores.

Composição do período histórico 1900 - 1940

Nesse período histórico, as imagens demonstram uma Belém mais (moderna), com vias largas e arborizadas, praças, energia elétrica e portos, mantendo uma representação parcial de uma cidade que queria se fixar como entreposto comercial internacional, fruto de um enriquecimento gerado pela economia gomífera. Em contraponto, as notícias dos jornais demonstram as restrições e proibições do poder público em relação aos cortiços, assim como, denúncias de uma parcela da sociedade sobre os mesmos, demonstrando uma realidade apagada de Belém. A composição possibilita a visão de um pensamento hegemônico vigente e um modo higienista ainda presente nas narrativas e soluções urbanas da época.

Até 1920, Belém ainda se encontrava em sua fase de maior incremento demográfico, compreendida entre 1870 e 1920, e relacionada aos tempos áureos da economia gomífera. A população passa de 34.644 habitantes (1870) para 236.400 habitantes (1920) (PENTEADO, 1968).

No início do século XX, Belém ainda estava no auge da economia da borracha. A Intendência da cidade, utilizando de sua autoridade e alinhada a um ideário de modernidade, proibia a construção de habitações fora dos padrões no centro da cidade, presentes no Código de Postura Municipal, multando quem construísse ou reformasse sem licença autorizada por eles (LACERDA e SARGES, 2009), a ver:

Não tem fundamento a notícia publicada hontem, pela imprensa, a respeito da construção de um cortiço junto a garage Cole, á travessa Benjamin Constant. O Sr. Intendente de Belém, tomando em consideração a denuncia, ordenou ao ajudante de fiscal Alberto José Leoncio verificasse o que havia de verdade, tendo constado a falsidade da tal noticia. Em ralação a outros cortiços que se iam construir, o sr. Dr. Intendente determinou as necessárias providências no sentido de evitar essas construcções indecentes e anti-hygienicas. (TOPICOS, 1912, p.02).

As ações de remodelagem da cidade, nesse contexto, tornam Belém exemplo das práticas higienistas e sanitaristas que ocorriam no Brasil. Segundo Bresciani (2016), a necessidade de alargar o tecido urbano das cidades justificou a “‘higiene física’ conjugada à ‘higiene social’”. Nessas premissas, a cidade tem suas vias alargadas de modo que se permita a implantação de equipamentos urbanos em rede.

Em decorrência da implantação desse modelo de cidade, Belém faz uso o Código de Postura Municipal determinado por Antônio Lemos, que impunha o fechamento e a demolição dos cortiços munindo de narrativas depreciativas sanitaristas:

Cumprindo libertar a cidade de grande número de cortiços situados em diversos lugares do perímetro urbano, na maior parte insalubres (...) verdadeiros centros de imoralidade (...) perigos à saúde pública (...) resolvo, determinar o fechamento demolição de todos os cortiços existentes nesta cidade, ficando para tal marcado o prazo de 90 dias, improrrogável, na forma da lei e que será contado da data da respectiva intimação (BELÉM, 1900).

Casos como um cortiço na Travessa Quintino Bocaiúva, onde o proprietário foi intimado a demolir o local por questões de “péssimas condições de higiene e de

estabilidade” (TOPICOS, 1913, p. 03), são exemplos de remoções destas moradias populares pelo poder público.

Diferente dos palacetes, monumentos, praças, entre outras melhorias urbanas que as narrativas oficiais mostravam da cidade de Belém, com intuito de promovê-la, constatou-se com as pesquisas em jornais as condições da moradia da população pobre formada por negros, indígenas, nordestinos, migrantes portugueses (FONTES, 2016), invisibilizadas nesta história oficial. Sujeitos estes que eram carreiros, vendedores ambulantes, ajudantes de cego, agenciadores, lavadeiras, empregadas domésticas (Ibidem), também integrantes desta cidade, mas que, em consequência das ações de remodelagem urbana e social aplicadas pela intendência municipal, foram negadas as suas presenças e moradias no centro, juntamente com seus modos de vida e expressões culturais.

Para Rolnik (1997), este ideário urbano e de sociedade que se fez presente no final do século XIX e início do século XX, dominou o pensamento de elites locais e gestores de cidades no Brasil, alinhava-se a um ideário higienista de cidade, onde os cidadãos deveriam ser remodelados a partir de um viés moralista²⁸.

Estas remodelagens se enquadraram numa linha de urbanismo no Brasil que se iniciou com planos de melhoramento, e depois se expandiu para conjunto da área urbana, em que se projetava sobre a cidade existente, a fim de melhorá-la. Com alargamentos de vias e com a questão do saneamento no centro, as intervenções ocorriam com forte caráter higienista discriminatório, e tiveram como referência as grandes reformas de cidades como Paris e Viena (LEME, 1999).

Para Choay (1965), isso resulta da influência de um plano de cidade progressista, vinculado a um momento histórico de industrialização da sociedade e da criação de infraestruturas urbanas em rede, que se implantou em múltiplos regimes econômicos e políticos, independente das características locais.

Não mais que o local, o plano da cidade progressiva não está ligado a limitações da tradição cultural; ele só que ser a expressão de uma demiúrgica liberdade da razão, colocada a serviço da eficácia e da estética. São esses dois imperativos que conferem ao espaço do modelo progressista suas características particulares (Ibid., p. 21).

²⁸ Rolnik (1997), ao falar da cidade de São Paulo, explica que o espaço público foi redimensionado com regularidade das fachadas e instalação de novos equipamentos urbanos; e a conduta aceita pela sociedade era a de uma classe burguesa. Demonstra-se, assim, que o viés higienista e moralista de cidade e sociedade influenciavam os ideais das cidades brasileiras, à época.

Com a declínio da economia gomífera²⁹ (1912-1942), entre 1920 e 1940, ocorreu um acentuado declínio demográfico em Belém relacionado ao "esvaziamento parcial" da cidade que acompanhou as crises do período. Nessa época, a população passou de 236.400 habitantes, em 1920, para 208.706 habitantes, em 1940 (PENTEADO, 1968).

Entretanto, na década de 40, o crescimento urbano volta em Belém/PA. E como a ocupação do solo urbano na cidade foi acontecendo de forma a se expandir por toda a porção de terra firme, a partir de quadriculas de ruas implantadas pelo plano de alinhamento da Primeira Léguas Patrimonial, contornando as áreas baixas, a tendência do crescimento da mancha urbana era em comprimento (CARDOSO; VENTURA NETO, 2013 CONVÊNIO, 1976).

De forma a evitar um espraiamento urbano que criasse uma "deseconomia" motivada pelas complicações desse alongamento territorial centro-periferia, na década de 1940, se faz uma intervenção de "delimitação" da expansão urbana que implementa um "cinturão" (Figura 10) nos limites da Primeira Léguas Patrimonial formado por estruturas e infraestruturas³⁰ que necessitavam de grandes extensões espaciais (CONVÊNIO, 1976). Essa ação se fez importante para que o crescimento urbano de Belém ocorresse de maneira concentrada com uso intensivo do solo, alterando o tipo de ocupação presente até então.

²⁹ A origem da crise ocorreu com as exportações asiáticas, de processo amplo e mais econômico do Látex em comparação ao da Amazônia, e empreendida pelo capital inglês (FERREIRA; BASTOS, 2016).

³⁰ Áreas de propriedades do Exército, Marinha, Aeronáutica e das Universidades.

Figura 10 - Mapa do Cinturão institucional de Belém



Fonte: Corrêa (1989, p.126).

Período histórico 1940 - 1984

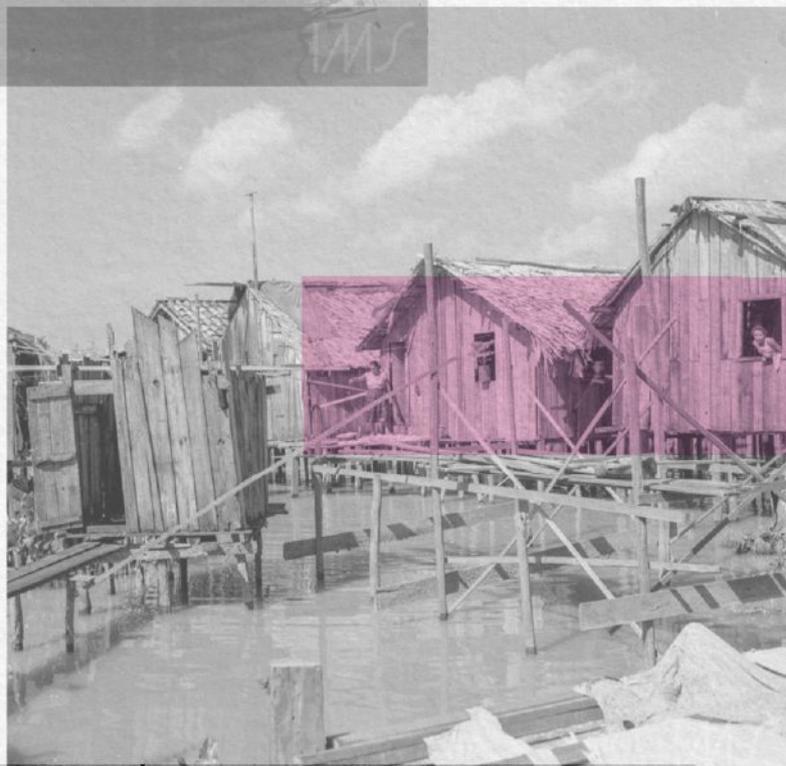
Não há negar nos tempos que correm a influência social do subúrbio na formação das cidades. E quem diz subúrbio, diz morro, diz "favela", diz "pedreira", "umarizal", "sacramenta, etc..

Em nosso país essa influencia se tem verificado intensa e exuberante na música, na linguagem e nos costumes domésticos.

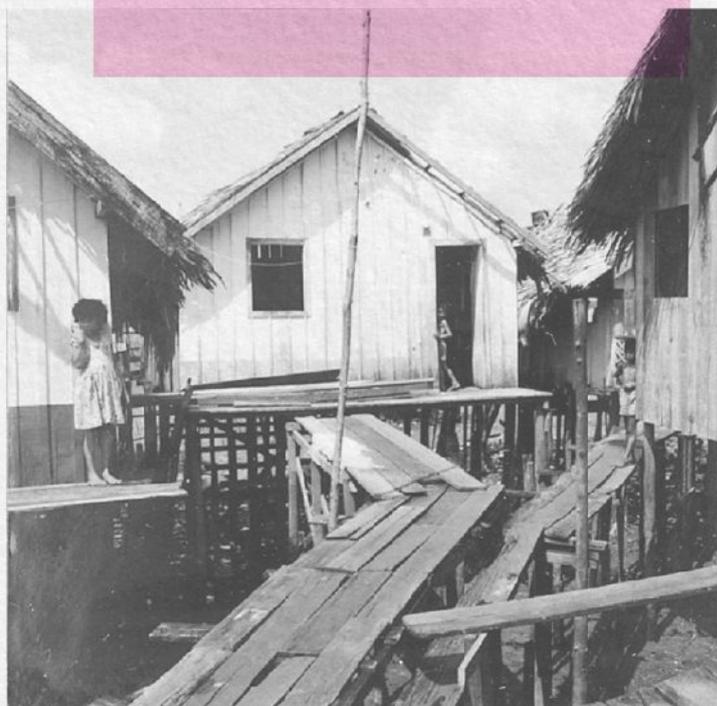
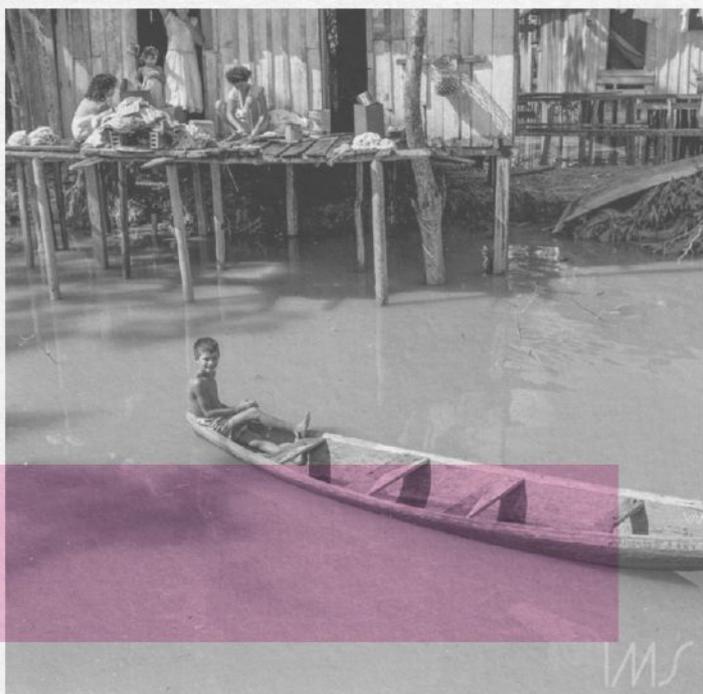


Refleta, agóra, a honesta e nobre sociedade de Belém; reflitam, enfim, todos os dignos habitantes do Pará sobre o moral dos pasqui-neiros do cortiço da RAMPA DA DECADENCIA, os quais chafurdam como fímicoas sob o automatismo e achaques do mais sordido dos saltimbancos da honra alheia — o caudáo amoral e cínico de todos os tempos, que só tem um espelho a refletir-lhe as chagas da alma imunda e um émulo a quem transmitiu as pústulas do carater: — o quadrupede que gerou sob inspiração equina nos campos de Marajó.

Um Baratista.



Influencia Social E Política Do Suburbio



Composição do período histórico 1940 - 1964

A composição desse período histórico demonstra os primeiros registros fotográficos das habitações populares em palafita, entretanto, pelo olhar “exótico” de estrangeiros, em um momento de início do processo de intensificação da ocupação das áreas úmidas. Nessas, é possível ver a relação cultural e econômica que as casas das baixadas tem com as águas. Ao mesmo tempo, é possível notar como a população pobre toma um novo lugar nas narrativas dos jornais. Estas pessoas agora são consideradas como possíveis eleitores, dessa forma, começam a ser incorporados aos discursos políticos as necessidades da população, não necessariamente para resolve-las, mas para angariar votos.

Com os esforços da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o cenário se altera. No início de 1942, com a tomada das produções do sudeste asiático pelos Japoneses, as potências Aliadas se voltam para a borracha Amazônica, portanto, culminando em uma Cooperação Econômica entre Brasil e Estados Unidos, os chamados “Acordos de Washington”, onde o látex foi o produto central (FERREIRA; BASTOS, 2016). Segundo os autores, esta ação conhecida como “Batalha da Borracha” foi responsável por atração de grande contingente de trabalhadores aos seringais³¹ da Amazônia, os “Soldados da Borracha”.

É neste contexto da “Batalha da Borracha”, aonde Belém se torna uma cidade de entreposto comercial com os Estados Unidos e, motivados pela preocupação do saneamento básico da cidade por conta das *baixadas* com os casos de malária, em 1942, é construído o Dique da Estrada Nova³², hoje Av. Bernardo Sayão, às margens do Rio Guamá, pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)³³ alinhado às diretrizes do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (CONVÊNIO, 1976; PONTE, 2010). Obra de importância relevante para a drenagem dos canais naturais da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova³⁴.

Como consequência destes fenômenos, o comércio na cidade se revigora com o movimento do porto e do aeroporto. Entre 1940 e 1950, associado à excelente posição geográfica da cidade como centro urbano capaz de organizar uma vasta região, Belém retoma seu crescimento urbano com o adensamento da primeira léguas patrimonial (Figura 11), atingindo a marca de 208.706 habitantes em 1940 (PENTEADO, 1968). Nesse contexto, o Jurunas, o Guamá e o Condor são os bairros diretamente afetados pela construção do dique (Figura 12), com expressivo aumento populacional³⁵ (PENTEADO, 1968) e intensificação do uso do solo.

³¹ De maioria com origem nordestina, esses trabalhadores vêm em busca de melhoria de vida, mobilizados por falsas promessas do Governo Brasileiro, via o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA).

³² Canal artificial para contenção de águas com comportas articuladas aos regimes de marés e de contribuição à drenagem da bacia hidrográfica da Estrada Nova (PONTE, 2010).

³³ Órgão público criado em 1943 no contexto da “Batalha da Borracha”, igualmente ao SEMTA, à fins de cuidar da saúde dos trabalhadores recrutados, e, encarregada das instalações sanitárias (FERREIRA; BASTOS, 2016).

³⁴ O debate sobre essa bacia será retomado no capítulo 03.

³⁵ Jurunas, Guamá e Condor compunham um quadro populacional de 14.904, 13.885 e 1.828 habitantes em 1950 para 48.838, 55.764 e 27.159 habitantes respectivamente em 1970 (PENTEADO, 1968).

Figura 11 - Ortofotos de Belém do Pará em 1955



Fonte: CODEM (1955). Nota-se que a cidade nesse período se concentra, predominantemente, na chamada Primeira Léguas Patrimonial, de modo que “limita” a sua ocupação até a faixa do cinturão institucional

Figura 12 - Ortofotos de Belém do Pará em 1955 com foto do Dique da Estrada Nova



Fonte: CODEM (1955; Penteadó, 1968). Elaboração: Rogério Maués (2022). Nota-se o dique da Estrada Nova já construído ao Sul de Belém e uma grande área da bacia da Estrada Nova ainda desocupada. Área que será retomada na análise do capítulo 03

As intervenções públicas presentes nas áreas de *baixada* na década de 1940, usavam do aterramento como sua principal atividade. Ações essas que sozinhas são incipientes, principalmente, considerando os diversos problemas enfrentados por estes bairros em áreas úmidas como da falta de água, que afeta a cidade desde o período colonial (PENTEADO, 1968). Essas obras estão noticiadas nos jornais que começam a dar visibilidade às obras nas baixadas e às precariedades a que são cometidas, como ilustra a figura 13.

Figura 13 - Notícia de jornal “Várias Obras Importantes” sobre obras aterramento em Belém

Varias Obras Importantes
Foram Ontem Visitadas
Pelo Chefe do Estado, Pelo
Senador Magalhães Barata
E Prefeito Alberto Engelhard

Fonte: Várias Obras (1947). Nota-se os jornais como via de promoção das atividades políticas

A exemplo, temos a notícia do Jornal O Liberal que expõe a ida do prefeito às suas obras quando “foi verificar o estado em que estão as obras de aterro, executadas na baixada da Avenida Alcindo Cacela” (ATIVIDADES, 1947, p.03), demonstrando serviço, ou com uma grande manchete (Figura 11).

A notícia que chama a atenção pelo destaque da manchete informa que os políticos estiveram “em visita de inspeção de **obras e melhoramentos** que estão sendo efetuados” na Capital Belém (VARIAS OBRAS, 1947, p.01, negrito nosso), descrevendo que:

[...] O governador Moura Carvalho e seus ilustres companheiros de excursão, rumaram para o trecho entre a 9 de Janeiro e a Independência, que é uma enorme baixada, cheia de água estagnada. Ali vai o governo Municipal fazer um grande aterro e proceder ao seu nivelamento, transformando-o em mais uma bela artéria da cidade. (Ibidem).

Apesar da realidade urbana das baixadas se fazerem presente na notícia, percebe-se que o jornal apresenta uma narrativa de forte aliança partidária, via que a própria manchete traz os nomes dos políticos e enaltece as atividades feitas por eles.

Entretanto, o contrário também ocorre. As notícias começam a expor com tom de crítica a situação de precariedade ao qual as famílias pobres estão sujeitas (Figura 14).

Figura 14 - Notícia de Jornal “CAPIM E ESTRUME, COMO ATERRO” no bairro do Marco em Belém, 1951



Fonte: Capim (1951, p. 01). Exemplo dos jornais como via de crítica à políticos adversários

Seja para enaltecer e mostrar os trabalhos realizados pelos políticos aliados ou, ao contrário, para justamente enfatizar as precárias condições dos bairros pobres, no intuito de prejudicar seus adversários, há uma transformação nas narrativas relacionadas à tais realidades habitacionais mais precárias e seus usuários por parte dos agentes políticos e dos meios de comunicação.

A partir do momento em que esses atores têm interesse de atrair o público de baixa renda como eleitores, nos jornais, se aflora um meio de disputa política que se utiliza de um discurso compreensivo, de interação e participação com a população, de modo a mostrar vontade política. Percebe-se, dessa forma, que a realidade da população mais pobre começa a aparecer nas notícias, com manchetes e notas mais chamativas, numa perspectiva dos problemas sofridos por essas pessoas com o intuito de utilizar dessa mídia para visibilizar insatisfações políticas da população e poder atingir politicamente os gestores vigentes.

Na transição da década de 1940 para 1950, as áreas populares de Belém começam a ser notadas em registros fotográficos, demonstrando a precariedade ao qual esses espaços e seus habitantes estavam submetidos ou em suas rotinas de trabalho (Figura 15 e 16).

Figura 15 - Trabalhadores do Ver-o-Peso tomando o seu alimento na cuia, Belém/PA – artefato indígena com diversas utilidades, incluindo a alimentação



Fonte: Verger (1948). Nota-se que o registro traz um olhar ao trabalhador, não mais aos monumentos, praças, e aos outros aspectos que serviriam para gerar promoção à cidade

As fotografias traziam um olhar menos seletivo do tecido urbano, mostrando realidades outrora invisibilizadas. Estes registros estavam predominantemente ligados às narrativas próprias de incursões fotográficas, como as de Pierre Verger³⁶ e Marcel Gautherot³⁷. Entretanto, percebe-se um olhar do espaço e das relações sociais como exótico, um olhar do estrangeiro sobre o “peculiar”.

³⁶ Pierre Edouard Léopold Verger (1902-1996) foi um fotógrafo, etnólogo, antropólogo e pesquisador francês que viveu grande parte da sua vida no Brasil, onde realizou um trabalho fotográfico com base no cotidiano das pessoas (Fundação Pierre Verger). Acesso em: 19/03/2021.

³⁷ Marcel Gautherot (1910-1996) foi um arquiteto francês que viveu no Brasil de 1940 até a sua morte, onde realizou um enorme acervo fotográfico das regiões brasileiras (Instituto Moreira Sales - IMS). Acesso em: 19/03/2021.

Figura 16 - Mulheres tecendo rede de pesca e criança remando no casco/canoa, Vila da Barca, Belém/PA



Fonte: Gautherot (ca. 1958). Nota-se uma relação ainda presente da casa na baixada com atividades relacionadas ao rio.

Outros registros são associados à realização de pesquisas, tais como as de Antônio Rocha Penteadó, em seu livro "BELÉM - Estudo de Geografia Urbana", que trazem uma diversidade maior de representações dos bairros pobres de Belém (Figura 17), importante fonte documental para pesquisas locais.

Os documentos fotográficos dos bairros da baixada evidenciam um padrão de habitação quase sempre erguidos por palafitas com acesso predominante por estivas - justificada pela presença da água de difícil drenagem no território (PENTEADO, 1968). Entretanto, as informações ligadas às narrativas oficiais continuaram insuficientes na representação e na documentação da precariedade belenense.

Penteadó, em suas fotografias, demonstra a ocupação e uso das áreas úmidas, com as referidas "barracas", anteriormente citadas nas pesquisas de jornais, nas

áreas alagadas ou às margens de canais naturais, bem como a utilização desses como lazer pelas crianças e vias de pequenas embarcações. Podemos considerar como características padrão das baixadas, à época.

Figura 17 - Igarapé no bairro da Condor com ocupações de casas em sua margem



Fonte: Penteado (1968)

Percebe-se a presença de corpo d'água urbano, ainda no seu leito natural, usado como forma de lazer por crianças e para o tráfego de pequenas embarcações. Isso demonstra que nesse período o adensamento das margens dos rios ainda não era grande o suficiente de modo a tornar essas águas poluídas, o que ainda permitiria considerar uma certa aproximação da casa na baixada à casa ribeirinha no que tange o complexo *rio-mata-roça-quintal* da Violeta Loureiro (2004), discussão a ser feita no capítulo 02.

O contexto no Brasil na década de 1950 era de crescimento da economia, fortalecimento do Estado e articulação do mercado interno, sendo criada no ano de

1953 a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)³⁸, um esforço de uma conjuntura política interna regional de uma elite local com discurso de Valorização Econômica da região (FERREIRA; BASTOS, 2016).

Segundo os autores, a experiência não alcançou os resultados desejados. Mesmo havendo importante impacto³⁹ na Infraestrutura, Energia e Comunicações, o setor mais afetado pela política da SPVEA foi o de transportes que recebeu mais recursos por também estar inserido no plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek a construção da Rodovia Belém-Brasília (1958-1959). Fatores esses que foram de expressiva importância ao crescimento urbano na região.

³⁸ Aprovada na Assembleia Constituinte de 1946, em um momento que o discurso era de “dinamizar” a região amazônica, mas com claro interesse econômico e de subsistência para o desenvolvimento das economias das outras regiões.

³⁹ Não necessariamente todos positivos, uma vez que ao analisar a Lei n. 1804/1953 que cria a SPVEA, não há menções à cuidados ecológicos ou sustentáveis nos seus objetivos (FERREIRA; BASTOS, 2016).

Período histórico 1964 - 1999

Bengui, Estrada Nova, baixada do Marco, Sacramento, Terra Firme e outras, são áreas onde, segundo o secretário, os moradores, sabendo ou não, tomam a primeira água da manhã contaminada, pois quando existe o encanamento de distribuição da Cosanpa geralmente ele está submerso na água parada. Ao abrir a torneira, de manhã, o habitante da baixada aciona também um sistema de pressão que "chupa" a água da parte externa para dentro dos canos.



Visual poético?

São várias as dificuldades enfrentadas pelos moradores, que por certo não são entusiastas da opinião de que o visual de miséria da passagem, se olhado da rodovia Arthur Bernardes (quer dizer, de longe), é poético e fotogênico. Se dependesse deles, sua rua não seria parecida com os povoados ribeirinhos do Amazonas, com casas do tipo palafita.

Famílias ainda instaladas nas margens do canal

O bairro do Jurunas possui enormes áreas alagadas e sem infra-estrutura.

"A água entra em casa quando chove. Já foram colocadas barreiras nas portas, mas de nada adiantou", reclama Maria Lurdes Serra. "É preciso que o prefeito tome medidas sérias para solucionar esses problemas", solicita.

Para os que residem nas partes mais baixas, os transtornos são bem maiores. "Na baixada da Soares Carneiro, quando chove as pessoas têm que andar de canoa", ironiza Deuzarina Silva, da casa 712. Estes problemas, segundo Deuzarina, devem ser sanados pela PMB com medidas concretas e



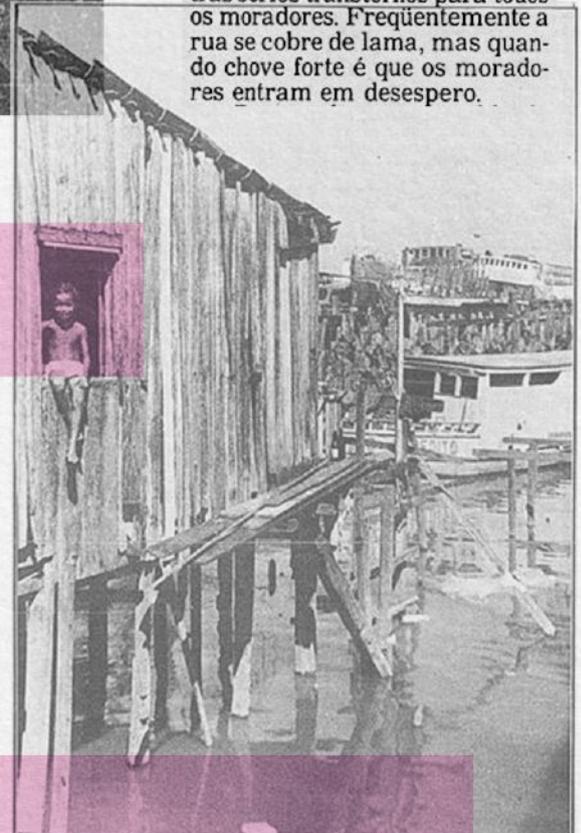
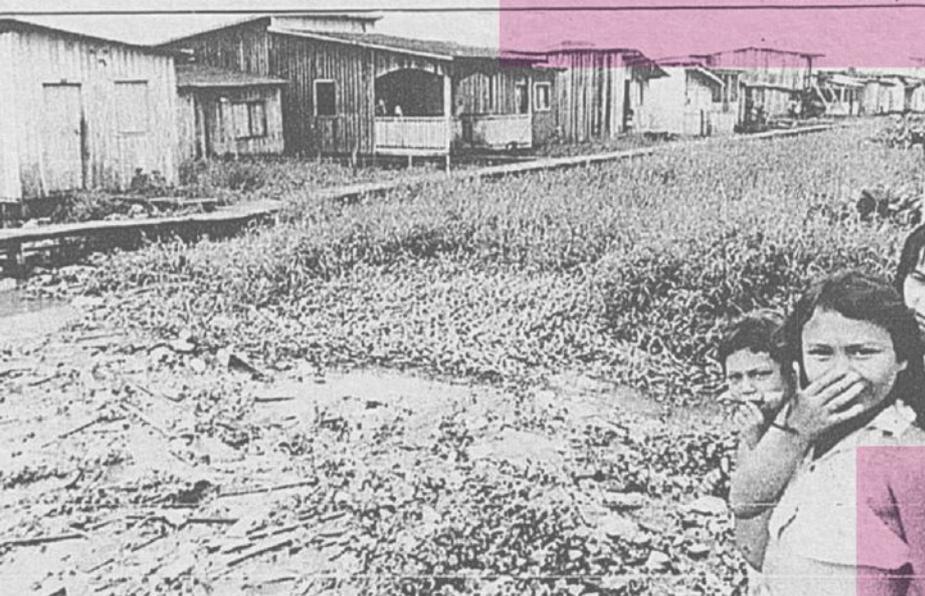
Valas abertas são comuns nas áreas alagadiças das periferias

Contraste na Baixada da Gentil

Na parte da frente, um mar de lama; por trás, um rio de problemas. É assim que vivem os moradores da passagem Miramar, no bairro do Telégrafo, onde a maioria das casas faz fundos com o canal do Una. A ausência de saneamento básico na passagem traz sérios transtornos para todos os moradores. Frequentemente a rua se cobre de lama, mas quando chove forte é que os moradores entram em desespero.

Terrenos ainda sem legalização

Foto: Fábio Assumpção



Água contaminada

Composição do período histórico 1964 - 1999

Trazendo bastante imagens e notícias de jornais, essa composição do final do século XX traz consigo a dimensão das baixadas como modo de morar do pobre e a consolidação dessa na cidade. Relata os problemas infraestruturais a que as baixadas e os novos territórios precários padecem, assim como, os contrastes existentes em Belém. Entretanto, pode-se inferir que tais relatos estejam relacionados a disputas partidárias, em que a evidência do problema do pobre é a crítica à gestão da oposição. De todo modo, esses registros possibilitam um panorama da realidade habitacional popular em Belém e os problemas aos quais a ela é premente, aspectos que levaram ao pensamento das primeiras medidas de intervenção em baixadas.

1.1.4. O adensamento das baixadas, aumento da precariedade e intervenções higienistas: reflexos de uma política desenvolvimentista da Ditadura Militar

A conjuntura nacional em contexto de Ditadura Militar se configurava desenvolvimentista. Com isso, são iniciados os planos regionais que transformaram a realidade brasileira a partir do fluxo migratório campo-cidade, que refletiu num processo crescente da urbanização, ampliação do espaço urbano e, conseqüentemente, a conurbação⁴⁰ (LEME, 1999).

Os reflexos na Amazônia se constituíram na reformulação das políticas governamentais federais e, com isso, no lançamento da chamada “Operação Amazônia”⁴¹, em 1966, expresso num discurso de integrar a região à economia nacional, com chave na distribuição de incentivos fiscais e foco na exploração de matéria-prima e produção de energia⁴², responsáveis por ampla alteração nas relações urbanas e econômicas da região, com incremento de grandes obras de infraestrutura⁴³ (CARDOSO; VENTURA NETO, 2013; FERREIRA; BASTOS, 2016). Neste aspecto, Abelém (2018) explica que:

[...] com a abertura da Belém-Brasília e com a extensão dos incentivos fiscais a projetos agropecuários, que vão se acentuar as tensões sociais com a corrida às terras da Amazônia, agravadas ainda mais com novas estradas que passam a cortar a Região (Cuiabá-Santarém e Transamazônica, por exemplo, além de estradas estaduais ligando núcleos urbanos a esses eixos rodoviários), com os projetos de colonização e com as facilidades creditícias (Ibid., p. 40).

⁴⁰ Segundo Geddes (1915 *Apud*. CHOAY, 1965, p. 01), conurbações são aglomerações/agrupamentos urbanos que se formam nos limites da cidade e que integram um núcleo urbano a outro a partir do crescimento destes, de modo que um novo arranjo populacional se forme, criando intersecções espaciais.

⁴¹ Nesse contexto, para o alcance dos objetivos, algumas Leis são promulgadas, entre elas: a Lei 5.122/1966 que transforma o Banco de Crédito da Amazônia S. A. (BCA) em Banco da Amazônia S. A. (BASA), e a Lei 5.173/1966 que transforma a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) (FERREIRA; BASTOS, 2016).

⁴² Obras de matriz energética ditas renovais, como as hidroelétricas, assim como a extração de minerais, foram responsáveis por grandes impactos ambientais e sociais nas regiões onde foram implantadas.

⁴³ Obras de abertura de rodovias foram executadas para facilitar o escoamento das produções, como a Transamazônica, criando, assim, uma nova articulação regional para além da via aquática, tradicional na região, alterando o modo de produção (CARDOSO; VENTURA NETO, 2013).

Como reflexo dessas ações, há uma “reconceituação regional da propriedade” (SANTOS, 1979 *apud.* ABELÉM, 2018)⁴⁴, conflitando com o entendimento de posse⁴⁵ do proprietário tradicional da terra rural que, impossibilitado de arcar com a nova estrutura jurídica, perde sua terra. Juntamente a isso, há um expressivo contingente populacional atraído pelos grandes projetos de exploração mineral, construção de hidrelétricas, entre outros, para o Norte do Brasil, mas a carência de políticas habitacionais de interesse social culminou num aumento da autoconstrução da moradia e na formação de assentamentos precários, levando, portanto, ao aumento progressivo da periferização das cidades na Amazônia (CARDOSO, 2004).

Em Belém, a posição estratégica da cidade e sua estrutura portuária conceberam que ela mantivesse a sua “proeminência na rede urbana da região” mesmo em um momento de crise regional (CARDOSO; VENTURA NETO, 2013), estando expresso no comércio a atividade econômica de então (PENTEADO, 1966). Isto se apresentou como atrativo de melhores perspectivas de vida ao contingente populacional atingido pelas grandes intervenções na Amazônia, refletindo no urbano um processo de transformação com adensamento das baixadas e formação de novos territórios precários.

Além do redimensionamento, houve uma redistribuição populacional para as outras regiões de Belém, em meio a ocupação adensada do território, principalmente nas áreas úmidas. O centro da cidade sofreu um decréscimo populacional, principalmente no bairro da Campina, hoje atual bairro do "Comércio", relacionado ao processo de alteração do uso residencial pelo uso comercial (PENTEADO, 1968).

O contingente populacional adicional na cidade passou a ocupar miolos de quadras a partir de vilas e passagens em um processo responsável por aumentar a densidade ocupacional e por diminuir drasticamente as reservas de áreas verdes da cidade. Nas baixadas, alagadiças ou alagáveis, ocupou-se com moradias assentadas diretamente sobre a argila, recoberta de camadas de aterro precário⁴⁶ ou suspensas por estacas de madeira (as *palafitas*) e de acesso por *estivas* (Figura 18); Por outro lado, as novas indústrias e projetos habitacionais ocuparam a área seguinte ao

⁴⁴ SANTOS, Roberto. Sistema de propriedade e relações de trabalho no meio rural paraense. In: COSTA, José M. M. **Amazônia: desenvolvimento e ocupação**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.

⁴⁵ Abelém (2018), baseando-se em Santos (1979, p.12), explica que o entendimento de posse para o caboclo se detinha ao morar e trabalhar, sem necessidades judiciais para comprovar a posse.

⁴⁶ Inicialmente, esses aterros nas baixadas eram realizados pela própria população e com materiais de baixo custo, como resto de obras e carochos de açaí (PINHEIRO *et al.*, 2016).

“cinturão institucional”, perímetro da Primeira Léguas Patrimonial que antes era entendido como a delimitação da cidade (CONVÊNIO, 1976).

Figura 18 - Foto do acesso da Vila da Barca por *estivas* – pontes de madeira suspensas sobre área úmida



Fonte: Gautherot (1954)

Esta redefinição das espacialidades e territorialidades da metrópole pressupõe uma série de perdas para os seus habitantes: primeiramente, uma expropriação em relação aos recursos de sua subsistência, no interior da Amazônia ou no Nordeste (de onde procedem parcelas consideráveis da população urbana belenense); em seguida, uma expropriação imposta pelo lugar em que vivem essas pessoas no interior da metrópole, as baixadas, visto que nelas a precariedade dos assentamentos inviabiliza a utilização dos recursos hídricos para alimentação, circulação e lazer; finalmente, das baixadas aos subúrbios, essas enormes parcelas populacionais são expropriadas do usufruto da própria cidade, pois passam a viver a quilômetros do centro comercial, em áreas ainda mais desprovidas de infraestrutura urbana e de equipamentos públicos do que as baixadas (TRINDADE JR., 1997).

As baixadas tiveram significativa influência no aumento populacional de Belém, nos bairros da Zona Sul⁴⁷, *Condor e Jurunas*⁴⁸ e *Guamá*, principalmente. Tipicamente de várzea e parte em baixo terraço, nestes bairros habitavam uma população em situação de baixa condição econômica e por uma ocupação essencialmente residencial com as referidas "barracas" como padrão de moradia.

A empreitada da construção do dique de proteção pela SESP já citada, que acompanhava quase todo o limite sul desses bairros e levou ao surgimento da Estrada Nova, fator que permitiu o aproveitamento de expressivas áreas na região (PENTEADO, 1968, p. 312). Segundo um relatório da década de 1970 sobre as áreas de *baixadas*:

[...] o fenômeno das altas taxas de crescimento demográfico alcançadas por esses bairros, ao longo das décadas das consideradas; é que conjuntamente a facilidade de acesso que eles oferecem as populações oriundas do êxodo rural, as baixadas, que os constituem com situação institucional geralmente indefinidas, proporcionaram condições favoráveis a permanência dessas populações. (CONVÊNIO, 1976, p. 32).

Além dessas questões, outros fatores foram importantes para constituir as *baixadas* como principais áreas de ocupação da população pobre. O primeiro é por se caracterizar como uma periferia próxima ao centro da cidade, fator determinante para que esta população construísse suas habitações, de modo a garantir a acessibilidade a trabalhos e serviços concentrados na Primeira Léguas Patrimonial (ABELÉM, 2018). Já o segundo fator se deu porque tais áreas, principalmente as da Zona Sul, se consolidaram com atividades comerciais e com uma diversidade de portos que faziam o transporte de muitos passageiros interioranos do estado, situação que facilitava a permanência na área (PONTE, 2010). Nesse aspecto, sobre o bairro do Jurunas, Juliano Ponte descreve:

[...] Tais portos, adaptados às condições locais e à sua situação de relativa informalidade, constituem uma territorialidade variada na cidade, transportando migrantes interioranos rumo aos seus locais de origem e trazendo novos contingentes de pessoas. As localizações dos portos de passageiros estabelecem uma espécie de zoneamento também informal, estruturado em função de oportunidades de

⁴⁷ Esses bairros, Condor, Jurunas e Guamá compõem parcialmente a bacia hidrográfica da Estrada Nova.

⁴⁸ O crescimento demográfico do bairro do Jurunas, especificamente, foi de 74,5 hab./ha (1950); 149,8 hab./ha (1960) e; 216,0 hab./ha (1970) (CONVÊNIO, 1976, p. 32).

ocupação de terras, de formação de “colônias” regionais em bairros da cidade (PENTEADO, 1968), e que também exhibe a estratificação por renda da população, a partir dos diferenciais locacionais dos seus pontos. (PONTE, 2010, p. 100).

As condições de precariedade se agravam com a vinda da população do interior para a capital em condições similares às dos residentes já ocupantes da área, pobres e com baixos salários. A inexistência de uma política urbana promotora de habitação e infraestrutura transformou as áreas alagadas de Belém, “as baixadas”, em enormes “favelas” (ABELÉM, 2018), atingindo, na década de 1970, um quadro urbano no qual 40% do sítio central da cidade era formado por ocupações em áreas alagadas (Figura 19), abrigando 43% da população total (284.076 habitantes) (CONVÊNIO, 1976).

Figura 19 - Foto da Vila da Barca totalmente em palafitas sobre área alagada e alagável no bairro *Telégrafo sem Fio*



Fonte: Gautherot (1954)

Nessa dinâmica, o espaço urbano de Belém vai se materializando em um processo de ocupação e uso do solo urbano característico dos países na condição capitalista periférica, expresso na contradição socioespacial em forma de assentamentos precários (HARVEY, 1982; MARICATO, 2011; DAVIS, 2016), que em

Belém, concretizam-se na intensificação da ocupação das áreas úmidas⁴⁹ pela população em situação de pobreza, seguindo um padrão contemporâneo de ocupação irregular em áreas ambientalmente sensíveis/protegidas comuns a esse período do século XX no Brasil (PONTE, 2010).

Nesse contexto, a formação do pensamento crítico sobre a cidade periférica se aflora em conjunto com as novas produções acadêmicas, com crescimento dos movimentos sociais e das novas gestões populares em resposta à ditadura militar, quando buscavam compreender as transformações urbanas ocorridas no Brasil e pensar uma agenda urbana (MARICATO, 2011). Em Belém, com as baixadas adquirindo relevância no cenário da cidade, tornam-se tema central de uma série de estudos locais.

Esse quadro alarmante fez com que a atuação do Estado nas baixadas começasse a ser percebida. A partir de uma interação entre Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), Banco Nacional de Habitação (BNH) via Governo Estadual pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB/PA) e Municipal, pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana (CODEM) (ABELÉM, 2018; Diário do Pará, 1985, ed. 672), surge, na década de 1970, por iniciativa do Estado, o “Programa de Recuperação das Baixadas” (PRB), com a proposta de sanear e melhorar as condições de vida da população ali residente e “integrar” estas áreas à cidade.

Dentre as ações do Programa, um estudo de caráter tecnicista sobre ocupações em áreas alagadas chamado “Monografia das Baixadas” (CONVÊNIO, 1976) foi realizado para selecionar qual seria a área inicial a sofrer intervenção e depois ser tomada como piloto para as próximas ações.

A área escolhida para a experiência piloto⁵⁰ foi o Igarapé do São Joaquim, pertencente à Bacia do Una (Ibid.), mas a forma como foi conduzido o planejamento das obras demonstram suas contradições. Segundo o Jornal Resistência⁵¹ (CODEM,

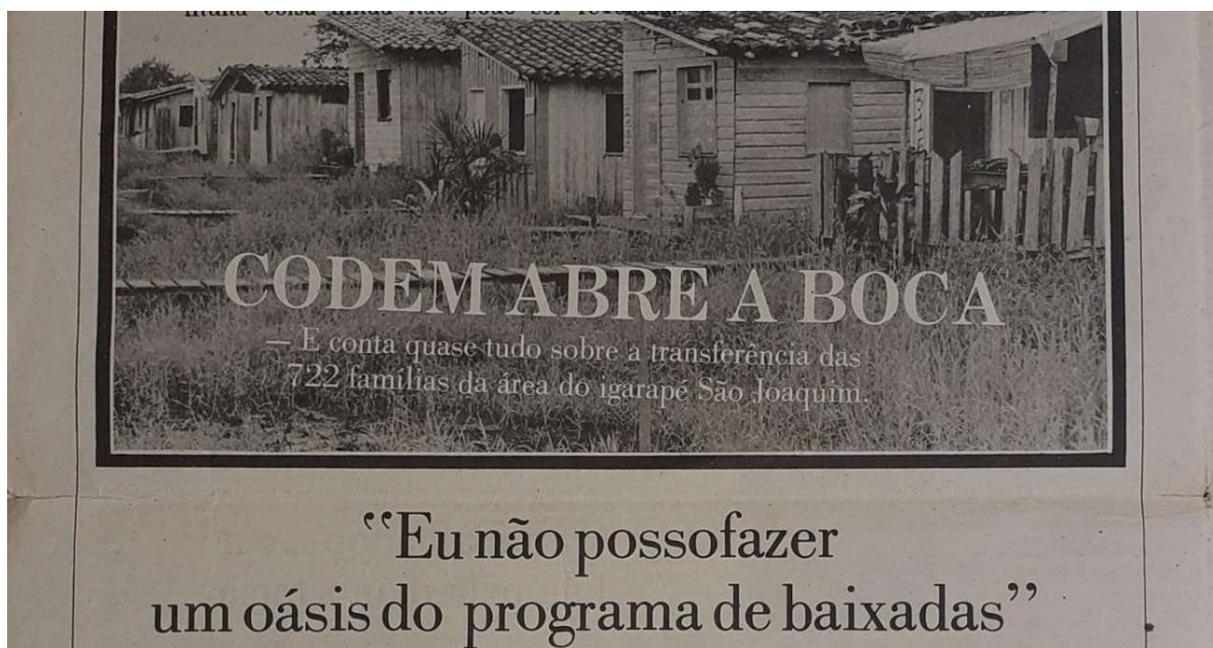
⁴⁹ Descrevo que se *intensificou* as ocupações destas áreas alagadas e alagáveis, pois como constatado nos jornais, a ocupação dessas data do final do século XIX.

⁵⁰ Auriléia Abelém questiona o Programa adotar essa iniciativa como “piloto”, pois já haviam sido feitas outras experiências de características análogas, como o Canal Almirante Tamandaré e da Doca de Souza Franco, desprezando, assim, uma avaliação dessas antigas ações (ABELÉM, 2018).

⁵¹ Jornal criado em 1978 como meio de comunicação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH, (SDDH, 2021). Disponível em: <www.sddh.org.br>. Acesso em: 22 mar. 2021.

1978), havia muita apreensão entre os moradores que constituíam as 722 famílias que seriam desapropriadas da área do igarapé São Joaquim, no Una (Figura 20).

Figura 20 - Notícia do Jornal Resistência sobre “Programa de Recuperação das Baixadas” e a obra de macrodrenagem piloto de na Bacia do Una



Fonte: CODEM (1978). Nota-se um alinhamento crítico do jornal ao abordar o projeto

O Jornal traz à tona diversos fatores que inquietavam os habitantes que seriam atingidos pelo projeto de macrodrenagem, os quais alegavam falta de repasse de informação sobre os processos conduzidos no projeto, incluindo a moradia após a remoção. Queriam saber “para onde é realmente que eles vão”, “quanto vai valer a casa?”, “como eles irão pagar isso?” (CODEM, 1978, p.8-9).

O jornal faz crítica também ao local para onde as famílias seriam realocadas, pois parte terreno, de forma igual onde as famílias residiam, localizava-se em área alagada. Abelém (2018) afirma que não havia consenso entre os órgãos sobre as ações a serem feitas, “evidenciando-se a improvisação”. A autora explica também que no PRB:

Observam-se, além dos interesses políticos, interesses econômicos não só do governo, que visava garantir o retorno dos investimentos a serem feitos e ainda auferir algum lucro, pois os executores eram órgãos de economia mista, CODEM e COHAB, sendo este último agente do BNH. (Ibid., p.62)

Fica claro muitas indefinições por parte do projeto no que se refere à solução habitacional, mas a remoção de 722 famílias não deixou de ser feita. Tanto que, a

remoção das famílias aconteceu no início de 1980 e o PRB só foi retomado na década seguinte (ABELÉM, 2018). Essa concepção de remoção que via na erradicação da favela a solução do problema, comum ao modelo conservador e tecnicista dos projetos urbanos do período de ditadura militar (BRUM, 2013), aparece influente no ideário do programa, segundo o autor, ao falar da experiência no Rio de Janeiro.

Ademais, verifica-se que a maior parte das obras realizadas pelo poder público nas áreas de várzea não proporcionaram avanços reais à vida dos seus moradores, seja pela remoção ocorrida, seja pelas intervenções serem de cunho físico pontuais, sem abranger a totalidade do problema, muito menos o aspecto social, o que resulta na inexpressiva melhora, ou mesmo no agravamento da situação da classe trabalhadora habitante nas baixadas, (PIMENTEL *et al.*, 2012, p. 42).

Santana *et al.* (2020), explica que em se tratando de intervenção do Estado para a classe trabalhadora:

[...] tomando por base os estudos de Lojkin (1997), afirma-se que a lógica de ação do Estado é sempre limitada quando se consideram os gastos com despesas de consumo coletivo referentes às necessidades de reprodução de força de trabalho, a exemplo os gastos com moradia (Ibid., p. 21).

Outro exemplo das intervenções estatais pontuais e não efetivas são as obras de infraestrutura de abastecimento de água nesses territórios populares. Dentre as condições de precariedade mais comuns nas *baixadas*, a falta de água é histórica, conforme se constata na Figura 21.

Como exemplo, no bairro do Jurunas, não eram todas as ruas que possuíam rede de água, e as poucas que tinham, as redes estavam obstruídas por serem de ferro e oxidadas. Essa situação obrigava os moradores e as moradoras a buscarem formas alternativas de acesso à água, uma vez que o Estado não fornecia com eficiência (PRA ONDE, 1978, p.10). Segundo mostra o Jornal Resistência (PRA ONDE, 1978), na notícia intitulada “Para onde está indo a água da COSANPA?”⁵²:

Dezenas de famílias, **sem água** em suas torneiras, **buscam a tubulação geral, para conseguir um balde d’água**. Apesar de todo mês vir a conta, nunca vem a água [...]. A Cosanpa alega abastecer 60,45% da população de Belém. Parece que o restante, os 29,55%

⁵² Cosanpa é a Companhia de Saneamento do Pará, criada pela Lei 4.336/1970, que tem por finalidade: planejar, executar e administrar todos os serviços de água e esgoto no Estado do Pará (PRA ONDE, 1978, p. 10). Esta funciona como uma concessionária mediante acordo com PMB.

está no bairro do Jurunas, onde falta água, quando luz, falta água quando não falta luz. Em algumas torneiras os proprietários **têm bomba**, outros **cavam poço** de um ou mais metros de fundura e abaixam a ponta do cano para colher um pouco de água, isso pela madrugada. E onde isso acontece vem pessoas de um raio de um quilômetro, não para ver o fenômeno, mas buscar um pouco de água. [...] O povo sofre, mas lá um dia **busca suas próprias soluções**, visto que os poderes constituídos, ao que parece, não ligarem ao problema dos pobres (ibid. p, 10, negrito nosso).

Figura 21 - Foto de crianças enchendo latões de água na tubulação geral da rede de água como alternativa para a falta de água nas suas casas no bairro do Jurunas, Belém/PA



Fonte: Pra Onde (1978, p. 10). Evidência do problema de rede de abastecimento de água urbana no bairro do Jurunas como, assim como mostra um padrão de casas de madeira e rua sem pavimentação

De modo geral, a partir das notícias encontradas nesse período histórico e com suporte na bibliografia revisada, nota-se que os problemas relacionados às áreas precárias mais centrais de Belém, e de ocupação mais antiga, continuam relacionados aos alagamentos das áreas de baixada, com deficiência na infraestrutura urbana e nas condições de moradia inadequadas.

Enquanto que, nas ocupações periféricas distantes resultantes da "espoliação urbana", que, segundo Kowarick (2000, p.13-22), somam-se a esse conjunto de

extorsões cometidas, a precariedade dos serviços públicos e os baixos salários. Contudo, algumas ações pontuais de intervenções nos territórios populares, mesmo que incipientes, começam a ser percebidas, fator que pode ser explicado pelo contexto nacional de redemocratização, assunto a ser debatido no próximo tópico.

1.1.5. Intervenções de melhorias nas baixadas e desapropriação de terras na área de expansão: uma política urbana clientelista sem a solução do problema

No final do século XX, Belém começa a se consolidar na fase de metropolização (TRINDADE JR., 1997), processo posterior à periodização de Moreira (1966), que se inicia na década de sessenta. O autor explica que este momento urbano da cidade se constitui num processo implícito na incorporação de cidades e vilas próximas a Belém, além de maiores adensamentos e verticalização das áreas centrais concomitantes a maiores expansões e extensões urbanas, entretanto, juntamente com crescimento dos territórios precários.

Nesse momento, a presença de uma nova postura de intervenção na periferia surge no cenário urbano de Belém, seja expressa em melhorias nas áreas ou mesmo com a desapropriação de terras para os moradores pobres ocuparem. O modelo conservador de pensar o projeto urbanístico, que considera as remoções como única solução dos problemas para as favelas, começa a ser substituído, em contexto nacional, por propostas de melhorias dos bairros pobres a partir de maior oferta de infraestrutura e de serviços públicos, criando, portanto, a falsa sensação do “fantasma da remoção” ter sumido (BRUM, 2011).

Mário Brum (2011), no que tange a esse fenômeno, postula que o cenário de “relaxamento” do regime militar no Brasil causado pelo processo de redemocratização a partir de algumas ações do Governo Federal como, a Lei da Anistia, fim do AI-5, e o retorno do Pluripartidarismo, inicia um processo de abertura política. Tal contexto tem influência nas favelas, com o fortalecimento dos movimentos populares frente à luta por questões fundamentais da sociedade, dentre as quais a moradia está inclusa, que, de uma luta por permanência/não remoção das ocupações populares, toma corpo a luta por melhorias de infraestrutura e oferta de serviços públicos.

Além disso, o direito ao voto reconquistado pela população atraiu interesses políticos sobre os moradores dos territórios populares como um significativo corpo

eleitoral a ser conquistado. Isso implicou em um certo poder aos movimentos populares que, por meios desses políticos, reivindicavam por uma urbanização feita pelo Estado, como água, esgoto, saneamento (BRUM, 2011).

Em Belém/PA, este novo pensamento de projeto urbano se fez presente nas execuções de obras pontuais nos bairros pobres, que não solucionaram a totalidade dos problemas, mas trouxeram algumas melhorias. No caso das baixadas, a reforma e construção de estivas (Figura 22), estrutura que dá acesso às moradias, aparecem como solução mais frequente de intervenção, segundo as buscas nos jornais.

Figura 22 - Foto de obra de melhoramento de estivas na baixada do bairro do Telégrafo, Belém/PA



Fonte: Baixadas (1984, p. 02). Ilustra uma mudança de postura do Estado com intervenções pontuais de infraestrutura e serviços públicos nas baixadas

A execução destas obras se faziam necessárias, pois o crescimento urbano se acentuava em Belém com vinda da população interiorana do estado que almejava melhores condições de vida. Desse modo, como era nas baixadas que encontravam um local para ocupar, intensificavam o adensamento ocupacional de tais áreas, assim como os evidentes problemas de saneamento. Essa situação é demonstrada pelo Jornal Diário do Pará (TEMPORAL, 1984, p. 08) que comenta ser evidente na metrópole o “número de habitantes aumentar” motivado por “verdadeiras levas de interioranos” que, “se instalando na periferia da cidade”, mais especificamente “nas áreas alagadas e de difícil saneamento”, resultou no “aumentando os seus problemas de esgotos”.

A proximidade à rede de serviços e empregos no centro da cidade são fatores determinantes para que essa população pobre e migrante se instale nas baixadas, mesmo que em condições de precariedade, o que evidencia o contraste urbano entre as classes sociais em Belém. A exemplo, a Rua Gentil Bittencourt, na parte mais ao centro, abriga uma classe mais abastada e na parte mais baixa, se caracteriza por uma população em situação de pobreza. A vivência diferenciada por ambos os lados se mostra presente na notícia a seguir:

Embora num bairro com privilégios, em seu núcleo central, moradores da “Baixa da Gentil” estão sujeitos à toda ordem de contratemplos. A poluição das valas e a poeira os castigam duramente. Lama no inverno e poeira no verão, um problema realmente difícil. O maior consolo dos que ali vivem é a proximidade dos serviços (CONTRASTES, 1984, p.10).

Por outro lado, neste período também se consolida a ocupação das periferias distantes de Belém, com população pobre da cidade, migrantes do interior, ou pela população removida por projetos das periferias centrais (BENGUI, 1989), configurando uma reestruturação da metrópole belenense baseada no crescimento horizontal em uma direção bem definida, oposta ao caminho das águas; os eixos das rodovias, iniciados na década de 60, mas intensificado na década de 80 (TRINDADE JR., 1997). Segundo o autor (Ibid.), outra parcela da classe trabalhadora passa a ocupar efetivamente a periferia distante, anexando à malha urbana espaços de outros municípios até então considerados rurais:

Os novos espaços de assentamentos urbanos em Belém, configurados principalmente a partir de meados da década de oitenta, passam a estar situados, em sua maioria, nos eixos da Rodovia BR-316 (que liga Belém aos Municípios de Ananindeua, Marituba e Benevides, também integrantes da Atual Região Metropolitana) e da Rodovia Augusto Montenegro (que liga Belém a Icoaraci e a Outeiro, distritos administrativos integrantes do Município de Belém) (Ibid., p.42).

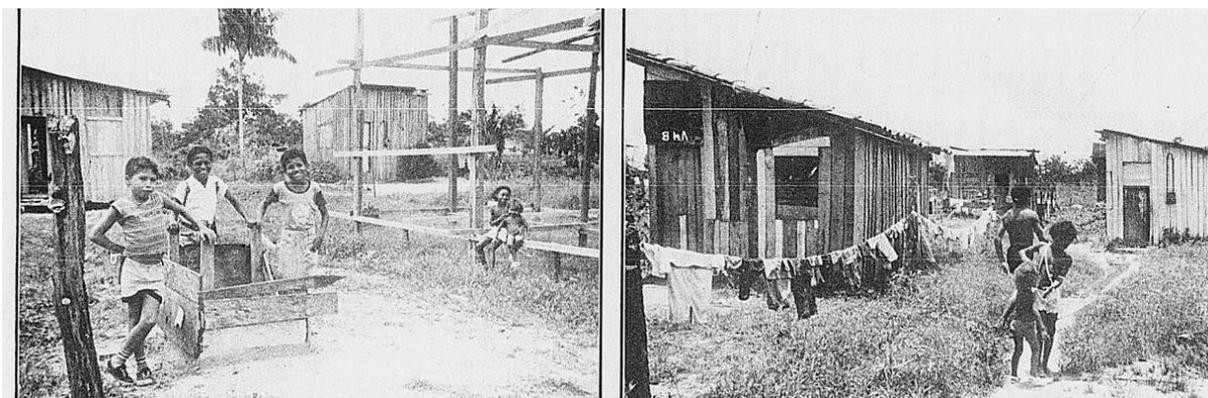
Ao analisar a atuação do Poder Público nestas áreas de expansão de Belém, percebe-se que se fazia de forma clientelista pelo uso da desapropriação de terras para beneficiar as famílias pobres, entretanto, essa prática vinha desacompanhada de obras de urbanização e infraestrutura, o que não resolvia as outras necessidades urbanas que estas áreas apresentavam. Segundo o Jornal Diário do Pará, sobre os feitos políticos do Governador da época:

Cerca de 12 mil famílias já ganharam terra para morar **em apenas um ano do Governo Jader Barbalho**. Hoje, estamos assinando o ato de desapropriação das terras que vão beneficiar aproximadamente 4 mil famílias nos bairros da Pratinha e do Benguí. E, antes, 8 mil famílias já haviam sido beneficiadas na Cremação, Jardim Sideral, Vila Esperança e Jaderlândia, onde estamos inaugurando os serviços de água e iluminação pública [...] (UM ANO, 1984, p.15, negrito nosso).

Vale ressaltar que o jornal em questão pertencia ao próprio gestor político citado na notícia, o Governador Jader Barbalho, o que atribui um caráter promovedor dos atos políticos e de barganha eleitoral para conquista de votos. Entretanto, a presença de carência de infraestrutura nestes bairros (Figura 23) se faz presente, como consta na notícia do Jornal O Liberal com manchete de título “Benguí ainda sem títulos definitivos”, que descreve as dificuldades e apreensões enfrentadas pela população:

A maior parte dos moradores do Benguí **vive ainda a incerteza e a expectativa de serem expulsos a qualquer momento** do lugar onde moram. A questão da legalização da posse da terra, uma antiga luta dos moradores, ainda persiste em várias áreas da antiga invasão. [...] os primeiros núcleos de moradia do Benguí surgiram em 1940, época em que o local ainda não era reconhecido como bairro. Já na década de 70, **várias famílias foram remanejadas dos bairros periféricos de Belém para o Benguí**. Foi nessa mesma época que chegaram as primeiras famílias do interior do estado. [...]. Os moradores contam que [...] **não há água encanada, escola nem transporte**. (BENGUI, 1989, p.04, negrito do autor).

Figura 23 - Fotos da ocupação no Bairro do Benguí, Belém/PA



Fonte: Bengui (1989, p.04). Falta de infraestrutura e moradias em barracos de madeira ilustram a situação de precariedade do local

De modo geral, as obras de melhorias urbanas nos bairros pobres neste período se centralizavam nos territórios populares das áreas centrais da cidade, possivelmente, por um fator de proximidade que afetava os bairros privilegiados do

centro. Desse modo, obras como canalização, aterramentos e provimento de infraestrutura surgem com mais frequência nas baixadas, mesmo que de forma não efetiva para a totalidade dos problemas. O discurso político nos jornais de iniciativas como o “Projeto Baixadas”, em 1984, traziam como proposta a construção de redes de “estivas, água encanada, iluminação e praças” no Governo Jader Barbalho, juntamente com o programa “fossas sanitárias para as baixadas” (O POVO, 1984, p.01).

Como citado, a canalização de cursos d’águas naturais foi uma das intervenções frequentes nas baixadas. Obras como o canal da Almirante Tamandaré (década de 1950) e da Doca de Souza Franco (década de 1970) são exemplos de intervenções urbanas que antecederam esse período.

As baixadas aparecem como prioridade de obra no discurso de muitos gestores municipais e estaduais. Em entrevista aos jornais pelo seu um ano de mandato, o então Prefeito Coutinho Jorge fala sobre “a solução do problema das baixadas”, com ações “priorizadas em debate com a comunidade” com recursos buscados “lá fora”, fazendo alusão ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (COUTINHO, 1987, p.4-5), em uma narrativa enaltecedora das ações da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), que constrói na participação popular as decisões tomadas pela mesma. Na entrevista, fala-se a opção do saneamento como prioridade:

A opção pelo saneamento, básico na área social, **para atender 40 por cento da população de Belém que vive nas baixadas** sem drenagem nem saneamento, em condições subumanas, no meio da lama, do lixo e dos dejetos, no pior nível sanitário possível. Montamos o programa e **começamos a abrir canais em várias áreas**, partindo para a macrodrenagem, a **começar pela bacia do Una**, que representa metade das baixadas, planejando os trabalhos nas **bacias da Estrada Nova e Tucunduba. Nessas 3 bacias estão 95 por cento da população das baixadas.** [...] Não é que a baixada vá ser toda aterrada. **A prioridade é abrir canais.** À medida que vai secando, começa-se a aterrar o sistema viário. **O resto vai sendo aterrado pela própria comunidade**, como já aconteceu em várias áreas do centro de Belém, que também eram assim. Criamos as condições para melhorar a condição e a qualidade de vida dos moradores (Ibid., negrito nosso).

O discurso da melhora das condições de vida da população pobre está sempre presente nas narrativas governamentais, entretanto, estudos locais sobre as intervenções urbanas de saneamento em Belém (LEÃO, 2013; PONTE, 2004 e SANTANA *et al.*, 2020) demonstram que há contradição, à medida muitas famílias

atingidas pelos projetos são removidas para outros locais, muitas vezes distante ao antigo local de moradia, ou mesmo com o aumento do custo de vida para aqueles que permaneceram no local da obra.

A exemplo, no bairro do Guamá com o Canal Carapuru, uma obra de “extensão de 1.200 metros” em processo final de construção no final da década de 80, que se ligaria ao Canal do Tucunduba e tinha como objetivo “drenar toda a água para o Igarapé do mesmo nome”, segundo o prefeito da época Coutinho Jorge, em notícia no Jornal Diário do Pará (CANAL, 1988, p.08), entretanto explica que, para a realização da obra, “foi necessário a desapropriação de 34 casas que se encontravam quase dentro do canal”, sendo “esse problema” solucionado. Na notícia não há menção alguma sobre a forma como se solucionou a questão das moradias das pessoas removidas.

Sobre as obras de canalização, Abelém (2018) afere aos aterramentos feitos pelas intervenções a ampliação das áreas alagáveis, uma vez que, desaparecem as áreas de acúmulo das águas, sucedendo no seu espalhamento. E outro reflexo das obras são a remoção dos moradores em situação de pobreza para periferias distantes – o que explica a criação de novos assentamentos precários, e a área atendida pelo projeto sofre enobrecimento com absorção pelo capital imobiliário para a classe média e alta, a exemplo do canal da Doca de Souza Franco. Materializa-se, assim, a produção do espaço numa lógica do capitalismo moderno de cidade expressa no contraste econômico, social e territorial.

Por outro lado, o crescimento das áreas precárias ocupadas pela população pobre, seja nas áreas centrais alagadas, seja nas periferias distantes, também é explicado pela impossibilidade financeira de consumir uma habitação nas áreas urbanizadas da cidade, uma vez que, os baixos rendimentos salariais a que essa parcela da sociedade é acometida, a partir da superexploração do trabalho do sistema capitalista, dificulta o acesso ao mercado habitacional, o que faz com que busquem outras possibilidades de reprodução da vida que, no caso da moradia, materializam-se na produção de assentamentos precários (SILVA, 1989). No caso de Belém, de forma expressiva nas baixadas.

É interessante ressaltar que, ainda em meados da década de 1980, o interesse pelas áreas de orla nas baixadas começa a se apresentar. O Decreto Municipal nº 18.294/86-PMB, de 18 de novembro de 1986, previa a desapropriação de “diversos

prédios que estão nas laterais” do Porto do Açaí, na Avenida Bernardo Sayão. A proposta era de remover os prédios para tornar real as “janelas abertas de Belém”, idealizadas pelo então Prefeito da época. Os argumentos para o projeto giravam em torno do “bem-estar do belenense”, pois o mesmo se encontra “sufocado pela falta de ar pelas construções erguidas na orla marítima” impedindo o ar marítimo de “varrer a cidade” (ALCAIDE, 1989, p.12).

A narrativa sobre o projeto “Janelas abertas de Belém” se constrói em torno do ambiente, da vista para o rio, e do fluxo do ar que se encontra obstruído, barrado, negado pelas construções na orla, o que prejudica o bem-estar da população belenense. Sobre esse assunto, Ponte (2010) explica que:

Atualmente há, sobretudo na política ambiental, um discurso generalizado de democratização do acesso ao ambiente. Entretanto, nota-se que através de diferentes formas de abordagem, tratamento e apropriação da água na cidade, na verdade a instalação progressiva de padrões e formas seletivas de acesso (e de veto) desenvolvimento econômico e de acesso a *recursos*. (Ibid., p. 23).

Práticas essas que se tornam mais evidentes a partir dos anos 90. Para Trindade Jr. (1997), trata-se de uma reestruturação metropolitana na qual as áreas mais centrais, inclusive as baixadas, anteriormente assentamentos para a população de baixa renda, são redefinidas em função dos interesses de agentes privados, que passam a ser cobiçadas pelo mercado privado. Concomitantemente, há uma realocação das camadas de baixa renda no tecido urbano, por meio da ocupação de novos assentamentos. Este último movimento é chamado de desconcentração e se caracteriza pelo "crescimento da população e das atividades econômicas relativamente superior em áreas situadas fora dos tradicionais centros de concentração populacional" (Ibid., p. 43).

No caso específico de Belém, a forma compacta do espaço metropolitano vem sendo substituída por uma forma dispersa de novos assentamentos, indicativos do referido processo de reestruturação. Como consequência, as baixadas têm seu solo intensamente valorizado, o que se reflete muitas vezes na verticalidade do ambiente construído. Essa nova paisagem passa a ser uma identidade expressiva do processo de metropolização: "a paisagem dos arranha-céus, simbolicamente uma barreira física e social no conjunto do espaço urbano de Belém" (TRINDADE JR., 1997, p. 42).

Tal mudança nos interesses locacionais das baixadas, em Belém, pode ser explicada pela absorção da paisagem da água como algo a ser consumido pelo mercado imobiliário, criando-se, assim, uma imagem socialmente construída do litoral (PONTE, 2010). Estes territórios nas margens dos rios são descritos com narrativas condenatórias, de pobreza, de modo a sustentar a ideia de remoção para embelezamento da cidade. Para Ponte (2010):

A disputa em torno dos territórios locacionais do litoral é particularmente acentuada quando da consolidação de alguns processos de modernização. (...) um dos pontos mais expressivos desta mudança seria a chegada do mercado de terras, institucionalmente amparado, às margens dos cursos d'água - bem como, de resto, ao território em geral. Neste aspecto, o Estado costuma ter papel fundamental. Em segundo lugar, e em momento no geral posterior, por definir ações de ordenamento territorial (Ibid., p. 48).

O papel do Estado em Belém, nesse aspecto, em termos de intervenções físicas e materiais, configura-se em obras de saneamento e urbanização nas áreas de proximidades aos rios, criando condições para a reprodução do mercado imobiliário privado. Obras estas que implicam na substituição dos seus antigos moradores, seja diretamente com as remoções, seja indiretamente com o aumento do custo de vida atrelado aos novos impostos, taxas de serviços ou aumento do aluguel pela valorização da área afetada pelas melhorias.

Percebe-se que as transformações das narrativas referentes às habitações precárias são alinhadas aos interesses políticos e econômicos que, quando necessário, voltam a munir-se de termos pejorativos para se referir a essas moradias e seus usuários de forma que consigam alcançar os seus objetivos.

Com isto, constata-se as ações sofridas por essa população de baixa renda residente em moradias precárias, direta ou indiretamente, na remoção de seus locais de moradia, seja com a proibição e demolição dos cortiços no século XIX, seja com a remoção de moradores de baixada por projetos de saneamento. A condição de pertencimento a um lugar por essa população em situação de pobreza é sempre negada. Há uma tendência na forma do poder público de intervir nessas áreas precárias enviesado por interesses ligados ao capital de terras, ou, quando não, utilizando de intervenções paliativas, ou mesmo ineficientes, que não alcançam a totalidade das necessidades que essas áreas e seus habitantes.

1.1. APRECIACÕES FINAIS ACERCA DA HISTÓRIA DA PRECARIEDADE HABITACIONAL DE BELÉM

A partir das análises feitas das notícias de jornais e fotografias e do aparato bibliográfico, percebe-se que os discursos sobre as precariedades habitacionais apresentados por jornalistas, gestores públicos e sociedade, sofreram mudanças de narrativas ao longo do tempo, mas o olhar higienista sobre essas se perpetua.

Notou-se que o tratamento destinado às habitações em situação de precariedade de uso coletivo, os cortiços - realidade habitacional das pessoas pobres em Belém em meados do século XIX e início do século XX -, foi de repressão, demolição e proibição, sendo essas representadas com hostilidade e desaprovação tanto pelo poder público, quanto por uma parcela da população, jornais e intelectuais. Caráter esse evidenciado nas narrativas e tratamento para com as baixadas e outros territórios populares, também. Esses fatos demonstram a reprodução histórica de uma narrativa e tratamento higienista sobre os territórios precários, que negam o pertencimento desses a um lugar na cidade e os apagam.

O discurso jornalístico cria uma “cidade distinta” dentro da própria cidade remodelada que se almeja. O espaço onde antes habitavam os gatunos, meretrizes, homens sem conduta (séculos XIX e início do século XX), hoje são ladrões, meliantes, “de menor” ou pessoas responsáveis por causarem problemas ambientais por suas moradias em beira de canais ou áreas de proteção ambiental nos jornais dos dias atuais, enfim, pessoas que não cabem na ordem social de uma cidade que busca a modernidade, negando-se, assim, o direito à cidade a essas pessoas de baixa renda.

Essa dualidade que se cria entre cidade legal e cidade ilegal, que, segundo Vera Telles (2010), criminaliza a pobreza e desconsidera as relações existentes entre esses espaços, demonstra um ideário almejado de padrão de cidade que permeia pensamentos⁵³ de gestores e parte da sociedade historicamente. Padrão que pode ser entendido a partir de uma discussão epistemológica de normalidade que transforma essas realidades habitacionais em situação de precariedade - comuns em

⁵³ Esse modo de pensamento que perpetua no planejamento de países em desenvolvimento, como o Brasil e outros da América Latina, tem início a partir de um processo de colonização iniciado pelas grandes nações que detinham o poder econômico, alimentadas por um ideal iluminista de “conhecimento superior”, e que foi influenciado por uma epistemologia dominante que, segundo Santos, Meneses e Nunes (2004, Apud SANTOS; MENESES, 2009. p. 10) “só foi possível com base na força com que a intervenção política, econômica e militar do colonialismo e do capitalismo moderno se impuseram aos povos e culturas não-ocidentais e não-cristãos”.

idades da América Latina e cidades da periferia global como um todo -, em anormais (SANTOS; MENEZES, 2009) em vista de subsidiar interesses de uma lógica de produção capitalista do espaço (HARVEY, 2005).

Dessa forma, os direcionamentos das políticas públicas aplicadas à cidade tendem a negar essas tipologias habitacionais e formas de viver – como as baixadas, a exemplo -, pois estas não condizem com a forma “normal”, ou seja, aos parâmetros “civilizados” de morar e ser (mesmo que saibamos que essa é a forma predominante de morar da população pobre em Belém), removendo-as, assim, do centro da cidade dita legal (TELLES, 2010), local de interesse do capital, e transpondo-as para áreas da periferia distante de forma direta ou indireta.

Percebeu-se também que o histórico processo de negação à cidade para as pessoas em situação de pobreza residentes em territórios populares esteve muito presente nos discursos dos jornais da cidade - influenciado por um modo hegemônico de pensar - aliado a interesses de gestores públicos e camada da sociedade de classe mais alta. Essas ações criam um imaginário hostil sobre essas habitações precárias para que se concretizasse o modelo de cidade (moderna).

Mas, para além da análise dos discursos e interesses por trás dos fatos nas notícias, esta pesquisa demonstra também o jornal, a fotografia e o mapa como importantes documentos históricos de análise para a compreensão dos processos urbanos e as relações sociais dos sujeitos no território. Auxiliando na compreensão da cidade de forma concreta em cada período histórico e os reflexos dessas relações sociais na cidade e nas baixadas, a exemplo.

Por fim, a análise histórica de Belém revelou a importância das baixadas na formação do espaço urbano da cidade e possibilitou a compreensão sobre os processos de intervenção nas áreas úmidas e seus desdobramentos na estruturação das baixadas hoje.

Além do mais, essa análise demonstra a urgência de entender e conhecer as particularidades habitacionais e visibilizar esta forma de ocupação urbana em áreas úmidas para disputar narrativas. Pois, somente conhecendo essa realidade, pode-se ampliar o debate sobre a condição de moradia popular no Brasil, assim como, auxiliar o assessoramento técnico e proposições urbanas que busquem a construção de uma outra arquitetura, uma outra cidade.

Portanto, de modo a possibilitar uma visão panorâmica do processo de formação urbana de Belém ao longo do tempo, e a formação e consolidação das baixadas como território popular, fez-se uma linha do tempo (Figura 24) com mapas, fotos e os recortes de jornais de modo a constatar na história os apagamentos, as narrativas, as representações e tratamentos que tornaram as baixadas o espaço predominante de morar da população pobre de Belém do Pará.

Figura 24 - Linha do tempo da formação urbana de Belém



Elaboração: Rogério Maués e Cláudia Miranda (2020)

2. AS BAIXADAS E OS DADOS OFICIAIS SOBRE TERRITÓRIOS PRECÁRIOS: LIMITES E ALCANCES DOS DADOS LEVANTADOS

Estudar a informalidade e precariedade habitacional no Brasil é deparar-se com fragilidades, seja nas políticas públicas voltadas para esses assentamentos populares (CARDOSO; DENALDI, 2018), seja na produção de dados que os mensurem e qualifiquem de forma detalhada as necessidades e situações desses territórios (CARDOSO, 2016; LEITÃO; FERREIRA, 2019).

Belém do Pará, nesse contexto, encontra-se em situação semelhante às outras capitais do Brasil, posto que o município possui uma extensa área de territórios precários que alcança mais de 52% da sua população (IBGE, 2019). Territórios, esses, divergentes em características físicas, tipológicas, históricas e culturais, a exemplo das baixadas e as ocupações em Belém – debate que será feito neste capítulo –, mas são identificados de forma generalizada pelos levantamentos oficiais, criando apagamentos sobre esses assentamentos populares.

Essas questões dos limites dos dados causam entraves na análise das particularidades desses territórios, dificultando o aprofundamento dos estudos sobre os assentamentos populares, como as baixadas, tipologia objeto dessa pesquisa, assim como, o processo de planejamento e proposições de intervenções. Sobrepõe-se a esse fato a raquítica produção de dados oficiais que, quando existentes, não compreendem a totalidade dessas áreas em nível quantitativo destes territórios precários na cidade, assim como, as diversidades tipológicas que as guardam.

As limitadas metodologias de mensuração e qualificação utilizadas nos processos de produção de dados oficiais sobre os assentamentos precários, por sua vez, corroboram para esses fenômenos, principalmente, em um país de tamanho continental e de contrastes sociais desmedidos que se materializam no espaço em numerosos e vultuosos assentamentos precários. Essas condições prejudicam um processo de planejamento urbano condizente com as especificidades locais, assim como, um plano de estratégia de nível nacional (CARDOSO, 2016).

É importante ressaltar que tais produções de dados são incipientes por motivos diversos. Para além das questões das metodologias oficiais nacionais de levantamentos de dados territoriais e populacionais que serão debatidas a seguir, tem-se a dimensão continental do território brasileiro que dificulta a produção de dados a

níveis locais, principalmente, por muitas cidades mais pobres não possuem corpo técnico e/ou condições financeiras e administrativas capaz de fiscalizar e controlar o espaço urbano, ou ainda, não dispõem de programas de regularização, causando uma situação de “total ausência de informações” (CARDOSO, 2016, p.36).

Outro ponto a ser colocado em pauta é a falta de interesse político com a questão da produção de dados de um modo geral, dentre eles, sobre a realidade urbana das cidades. Levantar esses dados, significa dar visibilidade em dados oficiais a uma realidade que se faz presente no nosso cotidiano urbano; contrastes, desigualdades, precariedades e informalidades. Logo, produzir esses dados pressupõe uma articulação para um planejamento e ações de políticas públicas para o enfrentamento das problemáticas levantadas.

Ou seja, governos de ideologias políticas contrárias à presença de um Estado forte e provedor de políticas públicas, e negacionistas da realidade, tendem a agravar as questões dos apagamentos como forma de mascarar os fatos, de modo a negar a necessidade de políticas públicas para a questão urbano-habitacional, a exemplo, contribuindo para a ausência dessas.

Um grande e infortúnio exemplo desse apagamento se faz presente no cancelamento do Censo 2021⁵⁴ (PUTTI, 2021), maior e mais importante - mesmo que limitado - processo de levantamento de dados do país, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), agravando o “vazio estatístico” dos municípios (PUTTI, 2021).

Percebe-se, nessa postura, uma ação de desmonte de uma política de produção de dados que traz prejuízos imensuráveis para a formulação de políticas públicas em diversas esferas, como para o planejamento urbano, tanto em escala nacional quanto local⁵⁵. Essa medida pode ser entendida também como uma forma de esconder os retrocessos urbanos e sociais que o país vem sofrendo desde a

⁵⁴ O IBGE, para o Censo 2020, que foi replanejado para 2021 devido a pandemia do COVID-19 que atingiu o mundo inteiro, pediu um valor de 3,4 milhões de reais ao Governo Federal, mas devido pressões do mesmo, reduziu para 2 bilhões, sendo, no final, aprovado pelo Congresso somente 71 milhões de reais, menos de 5% do pedido (PUTTI, 2011). Entretanto, após o sancionamento do orçamento de 2021, o atual presidente, Jair Bolsonaro (sem partido), reduz mais ainda o orçamento, ficando apenas 50 milhões para aplicação do Censo (ZANFER, 2021) para quando for feito ou se for feito...

⁵⁵ Segundo Jefferson Mariano, analista socioeconômico do IBGE, em entrevista para Putti (2021), os municípios são os mais afetados, pois entre os problemas causados está o repasse de recursos públicos para o Fundo de Participação Municipal que é calculado pelo número de habitantes de cada município.

implementação de políticas de extrema-direita e ultraliberais que se iniciam no golpe de 2016 e se agravam com o mandato presidencial de Jair Bolsonaro em 2018.

Pelos motivos supracitados, este capítulo faz uma abordagem sobre os territórios precários e a condição da moradia popular, a partir da análise dos seus conceitos e métodos oficiais de levantamento de dados sobre os territórios urbanos precários, assinalando as eficácias e fragilidades metodológicas para a mensuração e qualificação desses espaços em escala local, no que tange à identificação e caracterização da tipologia baixada, objeto de estudo dessa pesquisa, presente no município de Belém/PA.

Para tanto, esse capítulo se constrói, primeiramente, por uma breve conceituação sobre assentamentos precários no Brasil, por meio de bibliografias sobre produção do espaço urbano e precariedade habitacional no país por autores e autoras como (CARDOSO, 2016; DENALDI *et al.*, 2018; LEITÃO; FERREIRA, 2019; MARICATO, 2000; 2001; SANTANA *et al.*, 2019), e por documentos oficiais (IBGE, 2010, 2019; MARQUES *et al.*, 2007).

Partindo de tal conceituação, analisou-se as metodologias oficiais de levantamento de dados sobre os territórios precários, a partir dos dados de aglomerados subnormais do IBGE e da proxy setores precários do Centro de Estudo das Metrôpoles/Centro Brasileiro de Análise e Pesquisa (CEM/CEBRAP), debatendo, assim, a eficácia e fragilidades dessas metodologias oficiais na mensuração e qualificação desses territórios para a produção de dados oficiais.

Feito os referidos debates sobre os conceitos e métodos relativos à precariedade urbano-habitacional, fez-se uma análise sobre os assentamentos populares na cidade de Belém/PA, tendo como ponto de partida os dados dos aglomerados subnormais do IBGE (2010; 2019) e dos assentamentos precários do CEM/CEBRAP (MARQUES *et al.*, 2007), como forma de demonstrar o universo da precariedade habitacional da cidade, apontando as diferenças dos dados levantados por cada metodologia, bem como, o alcance e as limitações das mesmas.

Por fim, analisa-se o estudo sobre a questão dos assentamentos precários da Região Metropolitana de Belém (PONTE, *et al.* 2016), que atualiza o procedimento metodológico da *proxy* assentamentos precários do CEM-Cebrap (MARQUES *et al.*, 2007) - de modo a renovar, tanto o cálculo das dimensões populacionais de moradores em assentamentos precários da RM de Belém quanto às delimitações territoriais

desses assentamentos -, e aborda o problema da precariedade habitacional a partir de suas diferentes tipologias. A partir dessa análise, demonstramos a importância do estudo e atualização da tipologia baixada que compõe os assentamentos precários de Belém, assim como, seus desafios no campo da política e planejamento urbano.

2.1. ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: CONCEITOS E MÉTODOS

Autores que discutem a questão urbana afirmam que a produção do espaço urbano nas cidades brasileiras foi caracterizada por um processo desigual de ocupação solo que desencadeou problemas de níveis, sociais, ambientais e habitacionais de alto grau (OLIVEIRA, 1972; SILVA, 1989; MARICATO, 2011).

Esse processo é resultado de uma fragilidade das políticas públicas para tratamento da questão habitacional acompanhada da baixa condição econômica de grande parcela da sociedade (CARDOSO, 2016), condições que resultaram na autoprodução de moradias e formação de assentamentos precários - manifestação concreta das relações entre as questões social, ambiental e habitacional (SANTANA et al., 2019).

Segundo Gondim (2012), o centro da questão da moradia para população de baixa renda nos países latino-americanos está nos impasses de acesso à terra urbanizada. Nesse sentido, Cardoso (2016, p.31) explica que isso está na prevalência de propriedades “que predomina o valor de uso” ou também de “acumulação patrimonial ou reserva de valor”, os primeiros entraves na disponibilidade de terras bem localizadas, em quantidade e qualidade, para produção habitacional.

Cardoso (2016) também aponta outra questão quando faz alusão ao mercado habitacional. O autor esclarece que esse viés de mercado, para alcançar dimensões de grande escala a nível de Brasil, necessitaria de uma grande oferta de crédito e terra, o que só seria possível a partir de uma política federal para aquela e do incremento de políticas urbanas para esta.

O resultado concreto desses fatores, somados à expressiva desigualdade social que permeia as regiões do nosso país, foi a formação assentamentos precários produzidos ou consumidos por uma classe trabalhadora, situados em terras públicas ou privadas, na maioria das vezes mal servidas de infraestrutura urbana – em especial de saneamento básico -, em periferias distantes, morros, margens de rios, lagoas, etc.

(SANTANA *et al.*, 2019). Ou seja, uma característica ocupação urbana brasileira, principalmente, em meados do século XX (MARICATO, 2000).

Essa produção informal e muitas vezes precária desses territórios populares, desvinculada de políticas públicas e sem recurso técnico e financeiro significativo (MARICATO, 2001), além de negar o direito à cidade para a população mais pobre, provoca a degradação de áreas ambientalmente sensíveis e muitas vezes protegidas por lei (GONDIM, 2012; DENALDI e FERRARA, 2018). Essa intersecção entre a questão ambiental e habitacional para Santana *et al.* (2019):

tem a sua expressão mais contundente nas áreas identificadas como assentamentos precários, nas quais o problema habitacional se apresenta de forma concentrada, constituindo aglomerados de moradias precárias, irregulares (sem segurança de posse) e em espaços que apresentam pouca ou nenhuma infraestrutura e serviços urbanos (Ibid., p. 171).

Essas condições das moradias precárias no Brasil se apresentam como um dos grandes desafios a serem resolvidos pelas políticas públicas diante das grandes proporções que elas tomam nas cidades. Leitão e Ferreira (2019) reconhecem que o Brasil teve grandes avanços no reconhecimento, análise e intervenção em áreas urbanas de moradias precárias, mas explicam que:

ainda assim, existem lacunas legais, políticas, técnicas, tecnológicas e ideológicas que inviabilizam uma intervenção com ações efetivas e soluções adequadas para a precariedade habitacional que atinge uma grande parcela da população (Ibid. p. 02).

Segundo Denaldi *et al.* (2018), há um restrito número de estudos que abordam o tecido urbano dos assentamentos precários no Brasil. Essa insuficiência de informações produzidas é um dos grandes impasses encontrados para formulação de estratégias em âmbito nacional para a precariedade habitacional (CARDOSO, 2016), assim como, a nível local, quando consideramos o aspecto generalizante das informações produzidas, logo, das formas generalizadas de planejamento.

Para Marques *et al.* (2007), essa questão impacta na operacionalidade da política, uma vez que, em muitas ocasiões, essa se constitui em territórios de amplas incertezas, no que tange aos fenômenos relacionados, tanto nas “casualidades associadas aos problemas e às soluções propostas” quanto na “mensuração e localização do objeto da política” (Ibid., p.11).

Quando se trata de dados oficiais sobre os territórios populares, os principais produzidos no Brasil são levantados pelo IBGE, a partir do censo demográfico que utiliza como universo da pesquisa os setores censitários⁵⁶ e que classifica alguns desses como setores especiais subnormais⁵⁷, onde se formam os aglomerados subnormais⁵⁸ a partir de números variáveis de setores censitários (IBGE, 2010), e que possuem por definição:

um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa (Ibid., p. 18).

No entanto, apesar da importância de fonte de dados oficiais confiáveis, de abrangência nacional e de relativa homogeneidade metodológica (MARQUES *et al.*, 2007), a proxy utilizada pelo IBGE para classificar os chamados aglomerados subnormais possui limitações ao utilizar setores censitários definidos previamente à aplicação da pesquisa. Segundo as definições sobre os setores (IBGE, 2010):

Os setores tiveram seus limites definidos e foram classificados a partir de critérios como divisão político-administrativa (estados, municípios, distritos, subdistritos e bairros), situação rural ou urbana e alguns outros critérios específicos, como no caso dos aglomerados subnormais.” (Ibid., p. 27).

Essa delimitação fundamentalmente administrativa dos setores censitários ocasionou, em alguns casos, a junção de ocupações territoriais com características diferentes em um mesmo setor, unindo territórios populares a outros tipos de territórios. Isso traz prejuízos, no que diz respeito à identificação das especificidades ocupacionais e morfológicas dos assentamentos populares no contexto intra-urbano, assim como, gera a desatualização do polígono dos assentamentos, principalmente, em áreas de alto crescimento demográfico (MARQUES *et al.*, 2007).

⁵⁶ Unidade territorial instituída pelo IBGE que consiste em pequenos recortes territoriais que servem para organizar e gerenciar a coleta de informações (IBGE, 2010, p. 27).

⁵⁷ Percebe-se no termo “subnormal” utilizado para determinar os setores com presença predominante de habitações populares uma ideia epistemológica de cidade dual (SANTOS; MENEZES, 2009) que, para Ananya Roy (2011), é um pensamento sob lentes euro-americana que considera esses territórios como lugares díspares aos outros territórios validados como cidade, como antagônico um do outro.

⁵⁸ No Brasil, esses setores possuem diversas denominações: favela; vila; comunidade; baixadas, entre outros.

Essa questão se intensifica pelo fato da metodologia de classificação dos aglomerados subnormais considerar as características territoriais dominantes⁵⁹ dos setores para classificação dos mesmos. Isso corrobora ao subdimensionamento ou, até mesmo, ao superdimensionamento, em alguns casos, dos dados mensurados.

Marques *et al.* (2007) explica que, o fato da abrangência de um setor censitário tender a um número superior a 50 domicílios, alguns “núcleos de moradia precária de pequeno porte” comumente são inseridos em áreas urbanas de maior amplitude, o que interfere em “indicadores ‘diluídos’ em médias socialmente heterogêneas” (Ibid., p.13).

Outro ponto negativo, é que a proxy dos aglomerados subnormais trata apenas de favelas e assemelhados, não abrangendo todas as especificidades regionais, morfológicas de ocupação do habitat precário brasileiro (LEITÃO; FERREIRA, 2019). Fato esse que pode ser constatado ao comparar a determinação do IBGE com a determinação de Assentamento Precário utilizada pela Política Nacional de Habitação que considera um “conjunto de assentamentos urbanos irregulares, ocupados por moradores de baixa renda e que apresentam deficiências de infraestrutura e de acessibilidade” (BRASIL, 2005, p.37), e compreende tipologias, tais como:

os cortiços; as favelas; os loteamentos de moradores de baixa renda; os conjuntos habitacionais produzidos pelo poder público, que se acham em situação de irregularidade ou de degradação, demandando ações de reabilitação e adequação (CARDOSO; ARAÚJO; GHILHARDI, 2009. p. 95. Itálico do autor).

Por esse motivo, uma outra pesquisa surge, na intenção de melhor mensurar e localizar os assentamentos precários no Brasil, contratado pelo Ministério das Cidades e coordenado pelo CEM/CEBRAP em 2007. O estudo desenvolveu uma metodologia que possibilitou uma complementação dos dados levantados pelos setores censitários do Censo 2000. Essa utilizou como proxy os chamados “setores precários” no intuito de melhorar as aferições sobre a realidade desses assentamentos, o que trouxe avanços na consolidação e cartografia dos setores censitários (MARQUES *et al.*, 2007, p.02).

⁵⁹ O estudo sobre Aglomerados Subnormais do IBGE utiliza os dados do Levantamento de Informações Territoriais (LIT), com informações como topografia, sítio e padrão urbanístico. As características territoriais observadas foram classificadas entre existentes e predominantes, mas como era comum a existência de mais de uma característica, optaram pelo uso apenas das características predominantes (IBGE, 2010).

A *proxy* dos setores precários considera as características físicas, econômicas e sociais encontradas nos setores subnormais levantadas pelo IBGE no Censo 2000, mas expande, também, essa característica para setores não-especiais a partir de técnicas quantitativas de análise discriminante⁶⁰ que permitem delimitar outros setores como similares aos classificados na condição de subnormais pelo IBGE. Estima-se assim, os “assentamentos precários” a partir da soma dos setores subnormais e setores precários (MARQUES *et al*, 2007).

Entretanto, a nova *proxy* de Marques *et al.* (2007) também apresenta limitações. Como a classificação dos setores precários se fundamenta nos setores censitários, as informações não conseguem ser desagregadas para uma escala menor que as dos setores (MARQUES *et al*, 2007). Da mesma forma, o estudo não inclui “dados fundiários, urbanísticos ou relacionados ao padrão de ocupação do território”, uma vez que utiliza apenas os dados do Censo Demográfico (Ibid., p. 14), além de não identificar os tipos de problemas relacionados às ocupações (Ibidem), fator essencial para promoção de políticas urbanas.

Dessa forma, para alcançar o levantamento das necessidades concretas dos assentamentos populares, deve-se utilizar, para além dos dados oficiais, que são uma garantia de confiabilidade metodológica, a aproximação em campo aos territórios para apreensão do tipo de precariedade urbano-habitacional, das necessidades e outras características não alcançadas e, de certo modo, apagadas na produção oficial de informação sobre os territórios populares.

2.2. OS LIMITES DO DADOS OFICIAIS SOBRE TERRITÓRIOS PRECÁRIOS NOS ESTUDOS DAS BAIXADAS DE BELÉM

Como visto anteriormente, quando falamos sobre assentamentos precários, uma das principais fontes de dados são os chamados “Aglomerados Subnormais” levantados pelo Censo do IBGE. Apesar da sua confiabilidade metodológica, os dados possuem limitações no alcance das especificidades dos territórios, como suas diferenças tipológicas, localização no contexto intra-urbano e seus problemas

⁶⁰ Técnica que consiste na determinação das funções que classificam os setores Não-Especiais (NE) e Aglomerados Subnormais (AS) e se baseia nas variáveis selecionadas (habitação e infraestrutura; renda e escolaridade; aspectos demográficos, possibilitando classificar um setor NE como setor precário baseado nas características socioeconômicas da população residente (MARQUES, 2007).

relacionados. Essas questões afetam no conhecimento real das condições de moradia dos diversos assentamentos precários presentes do país, assim como, na possibilidade de um planejamento urbano com soluções mais efetivas aos problemas concretos.

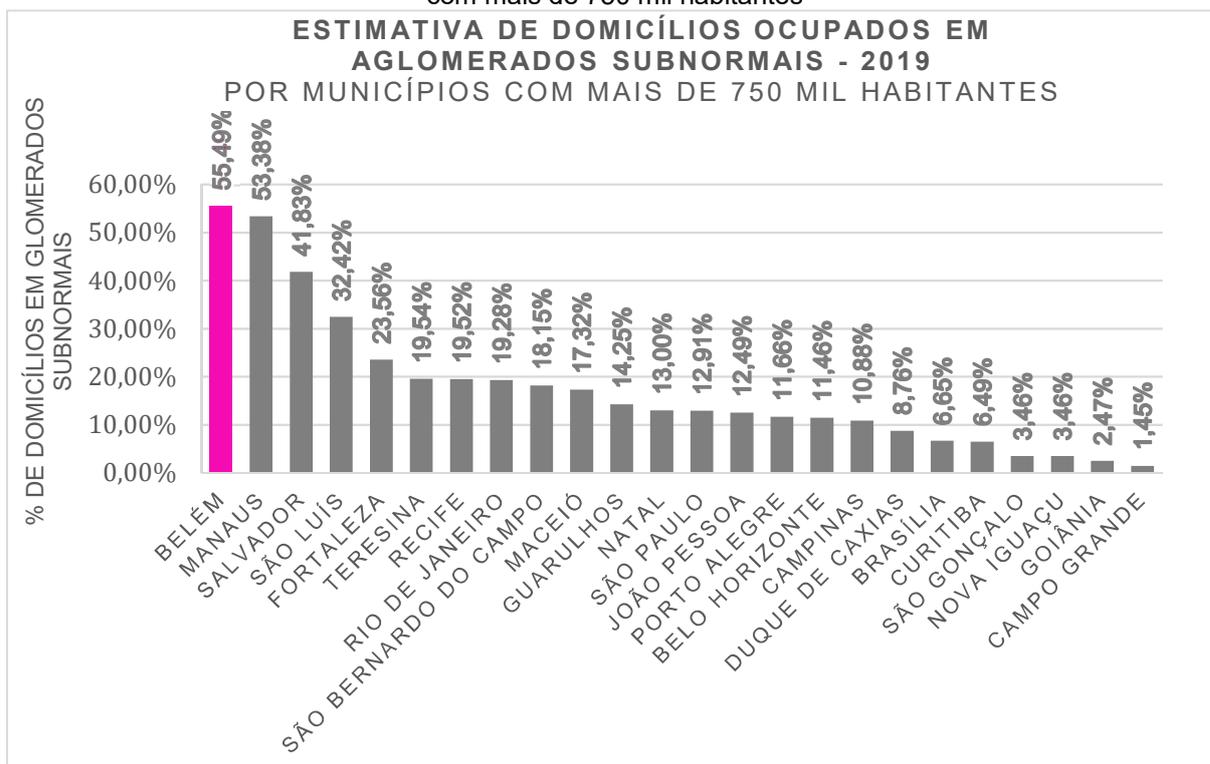
É nesse sentido que esse tópico analisa os dados oficiais sobre esses assentamentos humanos populares no espaço urbano de Belém, de modo a demonstrar a gravidade do problema da moradia, mas também, as limitações que essas informações possuem e que acarretam em dificuldades na compreensão das características outras das baixadas e suas localizações dentro do contexto geral dos assentamentos precários da cidade, a exemplo.

Em um panorama nacional, Belém é o município brasileiro com terceiro maior índice em valores absolutos de população morando em áreas ditas aglomerados subnormais (AGSN) e o maior em valores relativos, alcançando 204.502 dos domicílios da cidade, aproximadamente 52,43%, cerca de 758 mil habitantes ou 54,48% (IBGE, 2010). Proporção essa que se agrava, segundo resultados preliminares dos AGSN de 2019⁶¹. Os dados demonstram que dos 406.512 domicílios totais da capital paraense, cerca de 225.557 domicílios (55,49%) (Figura 25) estariam em Aglomerados Subnormais (IBGE, 2019), ou seja, mais de metade dos habitantes de Belém vivem em alguma situação de precariedade urbano-habitacional⁶².

⁶¹ Pesquisa feita pelo IBGE para classificação preliminar e informações para o enfrentamento à Covid-19.

⁶² Considerando que a *proxy* aglomerado subnormal do IBGE possui limitações metodológicas que implicam no subdimensionamento dos dados mensurados, como já mencionado no tópico anterior, pode-se supor que essa realidade de precariedade sócio habitacional esteja ainda mais agravada.

Figura 25 – Gráfico 01: Estimativa de domicílios em aglomerados subnormais – 2019 / por municípios com mais de 750 mil habitantes

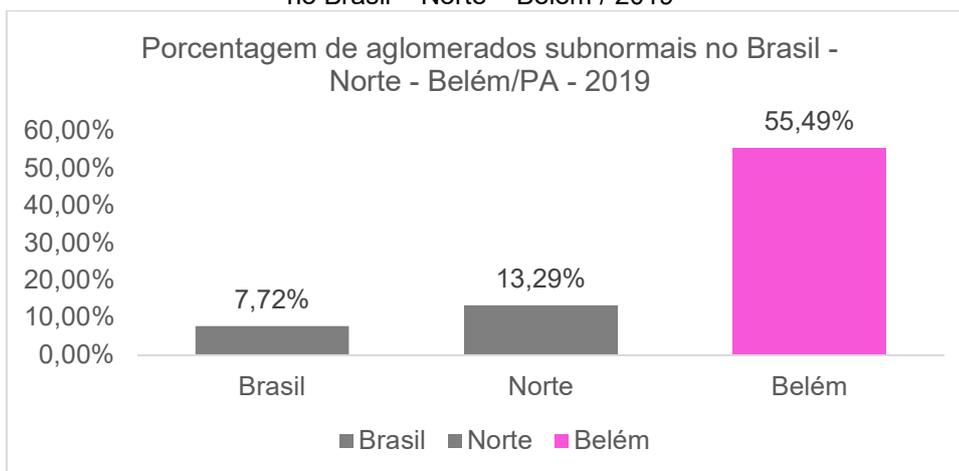


Fonte: IBGE (2019). Elaboração: Rogério Maués (2022)

Em comparação à média brasileira da proporção de domicílios em AGSN, a Região Norte, principalmente, Belém, se destacam (Figura 26 e 27), revelando o problema estrutural das condições de moradia imbricada ao processo histórico de desenvolvimento nacional desigual que, para Melo e Cardoso (2016), é fruto de uma divisão social do trabalho que explorou e explora a região como fornecedora de matéria prima bruta – o minério⁶³, a exemplo -, a base da superexploração da força de trabalho e que intensifica a desigualdade socioespacial na região.

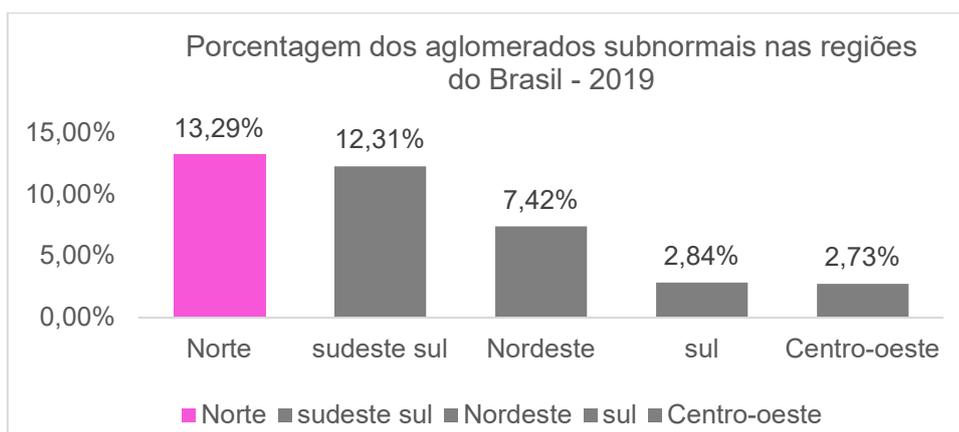
⁶³ A grande mineração em inserção periférica na Amazônia gera um número limitado de empregos em contramão ao grande fluxo populacional atraído por esses grandes projetos. Soma-se a isso as baixas opções de absorção local dos recursos gerados pela extração mineral (MELO; CARDOSO, 2016). Esse contexto propicia, junto aos escassos investimentos em política habitacional, à segregação socioespacial.

Figura 26 – Gráfico 02: comparativo do percentual de aglomerados subnormais no Brasil – Norte – Belém / 2019



Fonte: IBGE (2019)

Figura 27 – Gráfico 03: Comparativo do percentual de aglomerados subnormais nas Regiões do Brasil / 2019

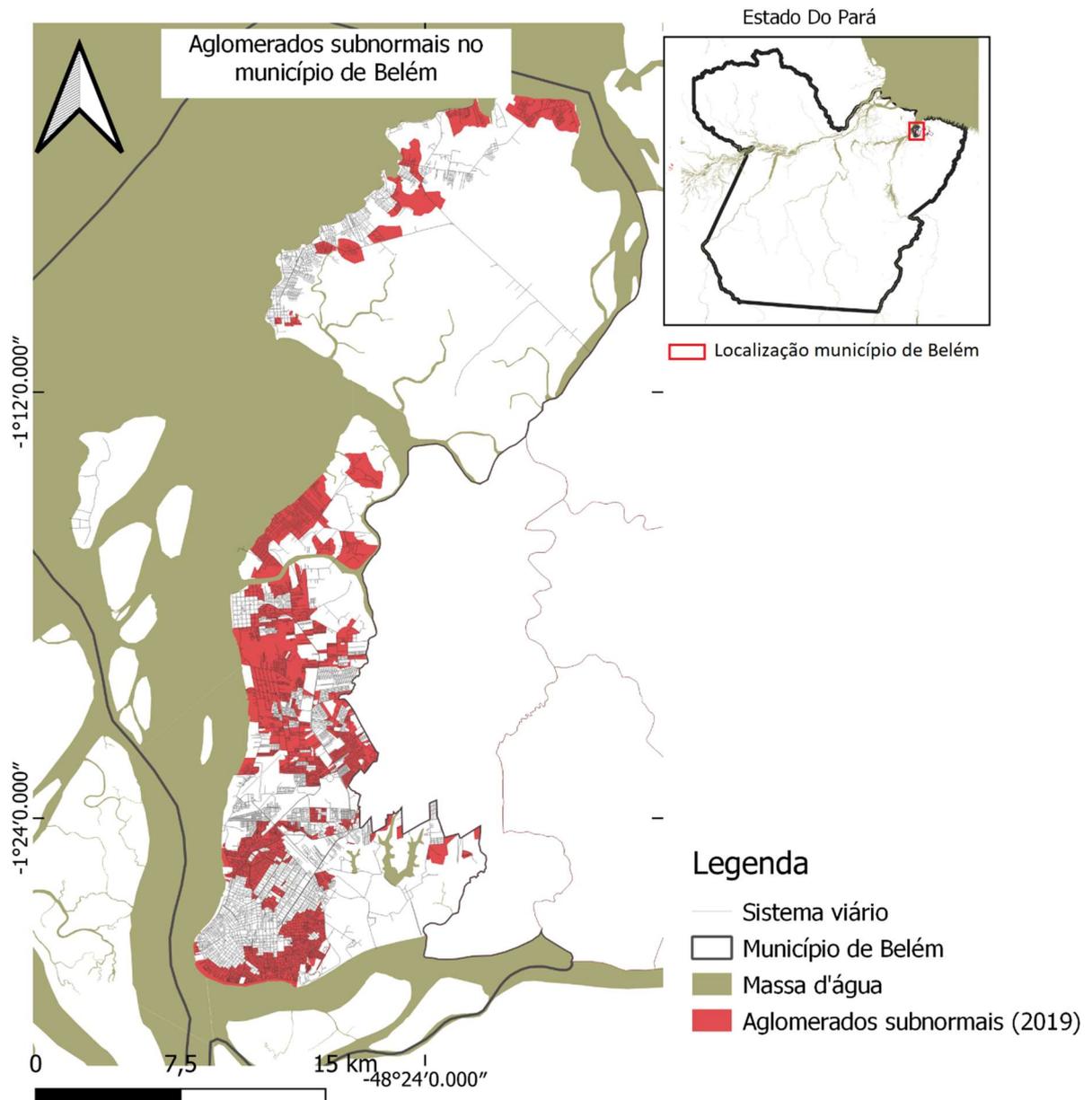


Fonte: Aglomerado subnormal (2019): Classificação preliminar e informações para o enfrentamento à Covid-19

Os dados oficiais do IBGE sobre os aglomerados subnormais, em termos comparativos da situação de Belém, tanto em números relativos quanto em números totais ao seu contexto urbano regional e Brasileiro, demonstram a importância do debate sobre a questão da precariedade habitacional da capital paraense pela dimensão do problema, a exemplo. Entretanto, o uso dos dados secundários não revela a complexidade dos assentamentos dentro das condições objetivas de suas realidades. Esses dados não revelam as diversidades tipológicas existentes entre os assentamentos, ou ainda, dentro de um mesmo - como é o caso das baixadas, a exemplo -, ponto a ser debatido ainda nesse capítulo.

Em Belém, os AGSN estão distribuídos em 681 setores censitários que formam uma extensa e contígua mancha com área igual a 8.557,3 ha, o que abrange 34,20% da mancha urbana do município (Figura 28). A densidade demográfica nesses setores se aproxima de 88,6 hab/ha e densidade de domicílios particulares ocupados de 22,6 dom/ha (IBGE, 2010).

Figura 28 – Mapa 01: Aglomerados subnormais em Belém/PA, 2019



Fonte: IBGE (2019). Elaboração: Rogério Maués e Wallace Avelar (2022)

As características predominantes dos domicílios particulares ocupados em AGSN são de 99,36% em condições topográficas planas, sendo que 97,36% estão

localizados em sítio urbano de características planas, mas com outros 3115 domicílios localizados às margens de córregos, rios ou lagos/lagoas ou sobre rios, lagos ou mar (palafitas) (Ibidem).

Outra característica predominante dos domicílios são que 69,14% possuem arruamento regular em todo o setor⁶⁴ e outros 29,24% arruamento regular na maior parte do setor⁶⁵. Mas, se tratando do lote, 75,78% possuem predominância de tamanho e forma regular dos lotes na maior parte do setor, e 19,54% em todo o setor (Ibidem).

Com relação ao tipo de via de circulação interna predominante, 81,18% dos domicílios possuem via de circulação interna por rua, 18,37% por beco/travessa, mas um número de 674 domicílios ou 0,35% tem circulação interna por passarela/pinguela, as chamadas estivas em Belém, e outros 213 domicílios não existem via de circulação interna (Ibidem).

Quanto ao número de pavimentos, os domicílios particulares ocupados em AGSN, 95,29% possuem apenas um pavimento, enquanto 4,53% possuem dois pavimentos e outros 0,18% três pavimentos ou mais.

Dentro das características predominantes dos domicílios, os dados referentes ao espaçamento entre as construções preocupam bastante, pois 97,04% não possui espaçamento entre as construções, sendo apenas 2,96% com espaçamento médio (Ibidem). Essa característica, relacionada a áreas de maiores densidades, produz condições favoráveis à propagação de doenças respiratórias, uma vez que Belém possui condições ambientais quente e úmida.

Constata-se duas questões principais ao analisar os dados dos AGSN em Belém. Primeiro, o fato da escala de análise ser o setor censitário que tem sua delimitação essencialmente administrativa, e não correspondente aos polígonos dos assentamentos, resulta em prejuízos para a identificação das características tipológicas da baixada no território intra-urbano da cidade, a exemplo, e, conseqüentemente, na caracterização da mesma.

O segundo ponto é que a caracterização dos setores é feita a partir das características territoriais predominantes. Isso implica em valores aproximados, que podem conter subdimensionamentos ou superdimensionamentos dos dados

⁶⁴ 95% ou mais do setor (IBGE, 2010).

⁶⁵ Entre 60% e 94,99% do setor (Ibidem).

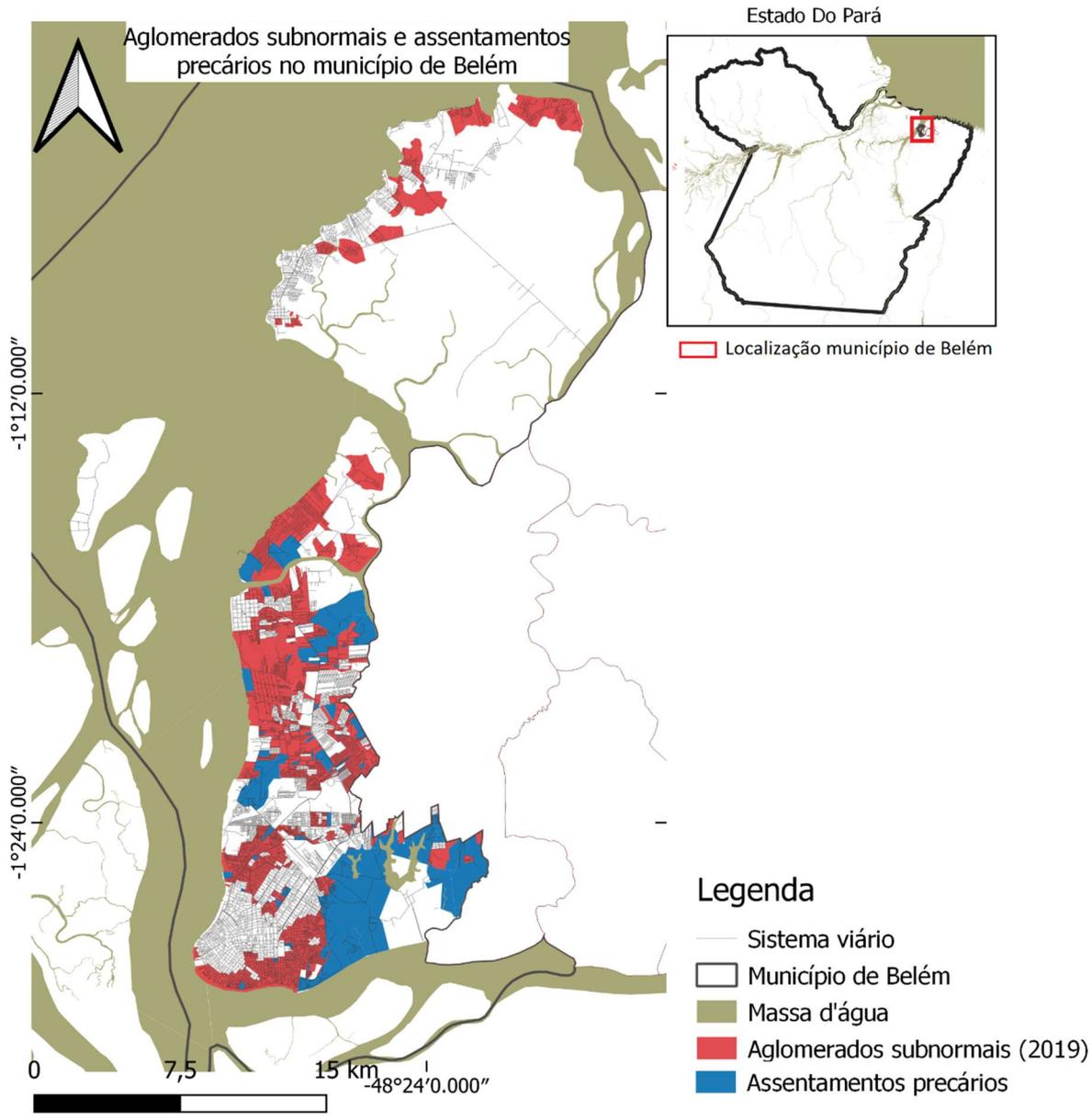
dependendo da variante, ofuscando problemas outros existentes nas baixadas, um entrave para a atualização dos estudos e formulação de ações e planejamento para essa tipologia de assentamento precário.

A mancha urbana estima que áreas precárias ou com influência das áreas precárias aumentam quando considerada a *proxy* assentamentos precários usada pelo CEM/CEBRAP (MARQUES *et al*, 2007). A pesquisa feita com esta *proxy* sobre o espaço urbano de Belém demonstrou um aumento do número de setores censitários com características semelhantes aos aglomerados subnormais e, conseqüentemente, uma realidade ainda mais preocupante de moradias próximas ou em situação de precariedade urbano-habitacional no município, como pode se constatar na Figura 29.

Segundo Marques *et al* (2007), comparando os setores subnormais de Belém aos setores precários, dependendo do índice analisado, a realidade dos habitantes dos setores classificados como precários é pior do que a dos moradores dos setores considerados pelo IBGE como subnormais. Os dados levantados mostram que, em termos de infraestrutura, o índice de domicílios em áreas precárias que não possuem acesso a água fica em torno de 38% a 46%, enquanto que aproximadamente 40% e 42% não possuem esgotamento sanitário (Ibid., p.54)

Desse modo, a pesquisa sobre assentamentos precários (MARQUES *et al*, 2007) trouxe melhoras na mensuração e localização dos assentamentos precários em Belém, entretanto, manteve as limitações encontradas nos setores subnormais do IBGE ao manter as informações restritas a escala dos setores censitários, não atingindo a totalidade dos problemas e características dos assentamentos precários. Esse fato mantém um nível de apagamento desses territórios no que se refere a produção oficial de dados sobre a cidade.

Outra característica limitante é que as duas *proxies* não utilizam informações urbanísticas ou fundiárias municipais, de modo a dificultar a compreensão do padrão ocupacional do território. Da mesma forma, não especificam a diversidade das tipologias ocupacionais e nem seus problemas relacionais que guardam estrita relação com a história da cidade, como é o caso das baixadas, forma mais antiga de ocupação de periferia moderna de Belém (TRINDADE JR., 1997).



Fonte: IBGE, (2019); Marques *et al* (2007). Elaboração: Rogério Maués e Wallace Avelar (2022)

2.3. ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM BELÉM: A BAIXADA COMO O MODO PREDOMINANTE DE MORAR

Dados oficiais demonstram que a Região Metropolitana (RM) de Belém é uma “metrópole favela”, levando em consideração que mais da metade de suas moradias e população estão em assentamentos com algum tipo ou sob influência de precariedade urbano-habitacional, questão abordada no item anterior. Por outro lado, esses dados possuem limites no que diz respeito às delimitações territoriais, tipológicas, quantitativas e qualitativas destes assentamentos.

É nesse sentido que o estudo sobre os assentamentos precários da RM de Belém, produzido por Ponte *et al* (2016), surge na demanda por um “planejamento urbano” a nível metropolitano juntamente com a necessidade da “quantificação do problema da moradia na realidade local” (Ibidem, p.189), avançando na produção de dados locais, por meio de uma análise com caracterização tipológica dos assentamentos precários mais fidedigna, tendo por base informações coletadas entre os anos de 2000 e 2010.

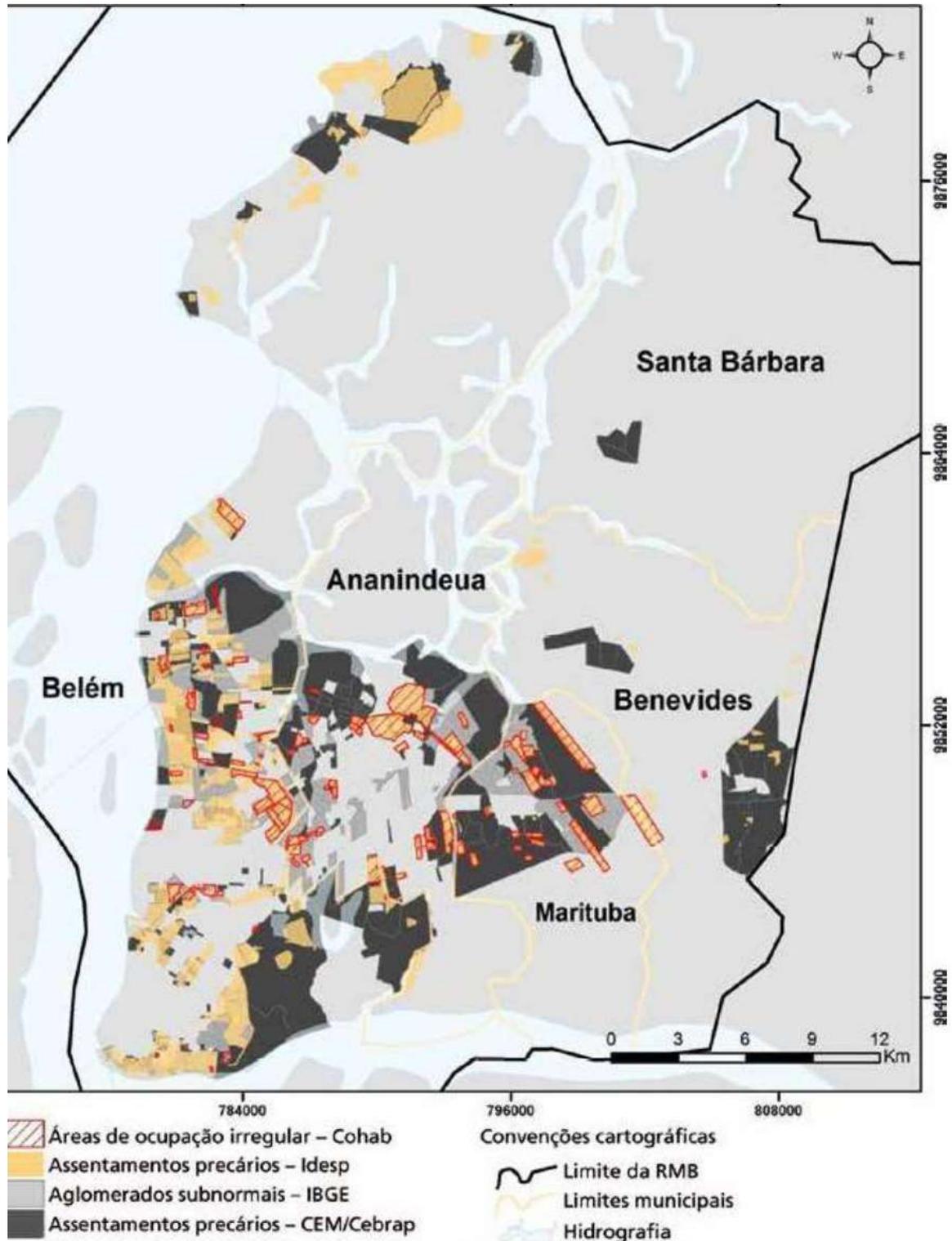
No sentido metodológico da questão, a pesquisa nos auxilia com o esforço de atualização da mensuração e delimitação dos assentamentos precários da RM de Belém, através de bases outras com dados locais que vão além das informações alcançadas pelos aglomerados subnormais do IBGE (2000; 2010). Para isto, Ponte *et al.* (2016) utiliza a *proxy* estatística assentamentos precários (MARQUES *et al.*, 2007) - áreas qualificadas que, geralmente, acompanham o “comportamento e o perfil socioeconômico e infraestrutural” dos setores subnormais do IBGE (MARQUES *et al.*, 2007, *apud*. PONTE *et al.*, 2016, p. 197) -, atualizando-a, pois explica que esta *proxy*:

ajuda na construção de um padrão e na atualização posterior de dados, mas cria, por outro lado, novas exigências metodológicas de agregação de dados, já que os assentamentos precários não haviam sido adotados como recorte espacial georreferenciado por aquele instituto (PONTE *et al.*, 2016, p.197).

Nessa perspectiva, Ponte *et al.* (2016) utilizam dados oficiais da COHAB-PA (2007), Idesp (2010), Cosanpa Segep (2010), Polícia Militar do Pará (2010) e Polícia Civil do Pará (2010), além de realizar visitas de campo nos municípios da RM de Belém e nas ocupações irregulares em vista de atualizar as informações e classificar

em tipologias os assentamentos precários da RM de Belém, compondo o mapa demonstrado na Figura 30.

Figura 30 – Mapa 03: Sobreposição de contornos das áreas de ocupação irregular na RM de Belém e dos aglomerados subnormais e assentamentos precários



Fonte: Ponte *et al.* (2016). Nota: Base cartográfica: IBGE-bCIMd – (2006), CEM/Cebrap (2008), Cohab (2007), Idesp (2010) e Segep (Polícia Militar de Belém) (2010)

Nota-se, a partir do Mapa 03, que a metodologia de análise empregada por Ponte *et al.* (2016) delimita territorialmente com maior precisão os assentamentos precários da RM de Belém, de modo que inclui outras áreas de ocupações irregulares levantadas pela COHAB-PA⁶⁶, a exemplo, avançando nesse quesito, em relação aos dados sobre aglomerados subnormais do IBGE e a *proxy* assentamentos precários do CEM-Cebrap. Essa abordagem possibilita um processo de análise mais fidedigno das necessidades urbano-habitacionais dos assentamentos precários, tanto como, o planejamento urbano para solução das mesmas.

A partir desses dados, o estudo de Ponte *et al.* (2016), especificamente para os assentamentos precários de Belém, demonstrou a existência de 449 assentamentos precários distribuídos em 48 bairros da cidade. Foram identificados nestes, cerca de 165,4 mil unidades habitacionais, ou seja, 52% dos domicílios da cidade de Belém estão em assentamentos precários. Esses assentamentos foram então classificados em tipologias, debate que faremos a seguir.

2.3.1. Tipologia dos assentamentos precários de Belém

Entende-se por tipologia a identificação de um conjunto de critérios que caracterizam os assentamentos precários (MCidades, 2010), podendo essas caracterizações serem atribuídas de forma oficial: Plano Diretor, Plano de Habitação e/ou criadas/identificadas por grupos de pesquisa, a exemplo.

Para Laura Bueno (2005, *apud*. Cardoso, 2016), a caracterização em tipologia contribui na identificação de territórios populares que necessitam de políticas urbanas, assim como estabelece prioridades de intervenção, mas aponta:

É necessário distinguir irregularidade de precariedade e de carência/vulnerabilidade social. Nem todos os assentamentos irregulares são precários, nem todos os precários comportam população em situação de carência ou vulnerabilidade social (Ibidem, p.46).

⁶⁶ A Cohab-PA usa a terminologia “áreas de invasão” para poligonais que se referem às ocupações irregulares em geral. Essas áreas levantadas pela Cohab-PA foram identificadas precisamente pelas suas poligonais, diferenciando-se assim da metodologia utilizada pelo estudo do CEM-Cebrap (MARQUES *et al.*, 2007) que utiliza como recorte espacial os setores censitários (PONTE *et al.*, 2016).

A Política Nacional de Habitação (PNH) reconhece três tipologias básicas de assentamentos precários, usualmente reconhecidas pelas políticas públicas urbano-habitacionais, são eles: loteamentos clandestinos/irregulares, favelas e cortiços, mas assinala que se deve acrescentar a tipologia “conjuntos habitacionais deteriorados” (Ibidem). Todavia, o PNH aponta que esses tipos não abrangem a totalidade de assentamentos a nível nacional, uma vez que, particularidades regionais e locais criam variações nas caracterizações. Outra questão que deve ser levada em consideração é que, comumente, ocorrem sobreposições de tipologias em um mesmo território, o que pode levar também à sobreposição de dados (MCidades, 2010).

Nessa perspectiva, para classificar a tipologia dos assentamentos precários da RM de Belém, Ponte *et al.* (2016, p. 197, além de basear-se nos estudos de Marques *et al.* (2007) e nas “variáveis censitárias ponderadas no cálculo da associação entre aglomerados subnormais e não especiais”, a pesquisa se conceituou em elementos centrais, como:

1. [...] *posse instável do solo ocupado*; assentamentos precários em geral se caracterizam por ocupação juridicamente irregular de terra (urbana ou rural) ou, excepcionalmente, por situação juridicamente regular, mas exposta à instabilidade em geral – seja mediante o mercado de terras, seja pelo conflito com as demais atividades ou pelo Estado. A situação de irregularidade em geral (urbanística e, sobretudo, fundiária), no caso, seria um fator relevante de definição, embora não exclusivo.
2. *A renda familiar* é importante; o estudo do CEM-CEBRAP (MARQUES *et al.*, 2007) mostra a correlação entre renda e setores precários e entre estes e setores subnormais do IBGE. Em todo caso, a situação de pobreza e seus variados graus têm demonstrado [...] uma tendência à reprodução de fatores de segregação socioespacial e, portanto, à manutenção do isolamento e da existência de assentamentos precários e/ou periféricos nas cidades latino-americanas.
3. O *nível de escolaridade* costuma ter comportamento, socialmente falando, muito próximo ao fator de baixa renda, pois tende a acentuar a situação de baixa remuneração, pela qualificação no mundo do trabalho e pela relativa carência de contatos em extratos sociais situados fora do universo da baixa remuneração.
4. *taxa de dependência*. Na RM de Belém, com população jovem e altos níveis de desemprego [...], este fator compõe a caracterização dos níveis de pobreza urbana e rural e, sobretudo, cria um quadro de difícil inserção no mundo do trabalho e na reprodução social de forma geral.
5. [...] a questão da *carência de infraestrutura* é determinante da definição de assentamentos precários. A questão da falta de infraestrutura (com forte aspecto de fixidez territorial) qualifica tanto a situação precária do solo quanto sua reprodução, pela desvalorização fundiária ou pela tendência a certa imobilização de sua população. Nesse sentido, reside boa parte da acepção “precária” destas áreas, pelo menos em termos territoriais (Ibidem, p. 197-198. *Itálico do autor*).

A partir desses elementos, Ponte *et al.* (2016) classificou hipoteticamente os assentamentos precários em três grandes grupos: **baixadas, ocupações e comunidade ribeirinha** (Figura 31), sendo as ocupações divididas em dois tipos por questões temporais e espaciais a cargo de “características territoriais, ocupacionais e locacionais” (PONTE *et al.*, 2016, p.198), classificando-as em **ocupações em áreas de expansão urbana e conversões de terra rural em urbana**.

Com o objetivo de embasar as classificações empregadas aos assentamentos precários na pesquisa, cada grupo foi abordado de modo a assinalar “suas configurações e dinâmicas socioespaciais, bem como o tratamento dado até então pelo governo municipal e/ou estadual a estas áreas com o intuito de integrá-las ao espaço urbano, sobretudo com intervenções infraestruturais” (PONTE *et al.*, 2016, p.198).

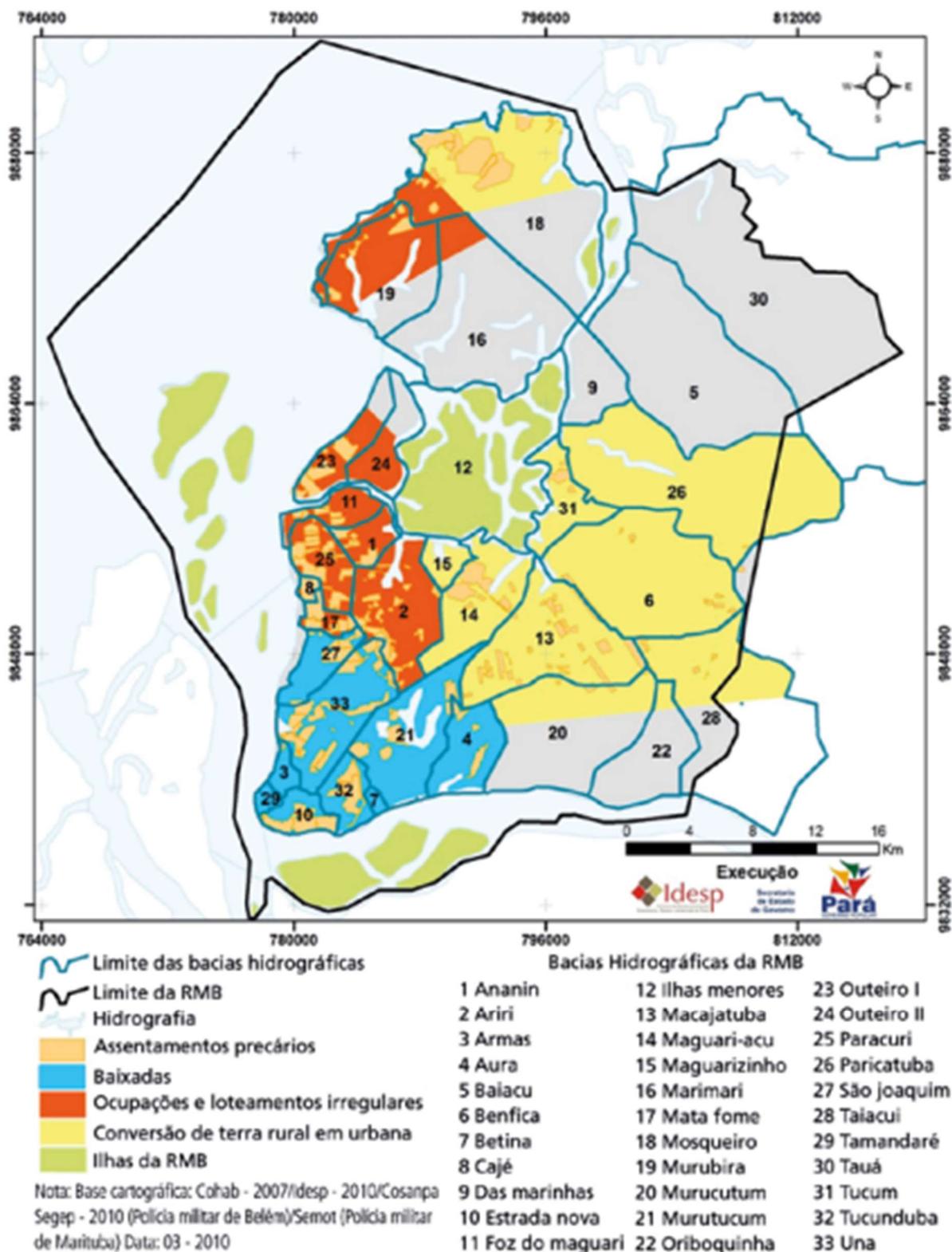
Em decorrência da maioria dos municípios da RM de Belém carecerem de levantamentos e estudos sobre assentamentos precários - exceto Belém e Ananindeua que possuem maior capacidade administrativa -, tem-se a baixa disponibilidade de dados cartográficos digitais georreferenciados por aqueles outros, bem como, a dificuldade no entendimento do conceito/sentido de assentamentos precários por alguns dos gestores.

É importante ressaltar que o estudo de Ponte *et al.* (2016) não faz análise da tipologia **cortiço** e nem dos **conjuntos habitacionais deteriorados** – tipologias básicas de assentamento precário caracterizadas pela PNH.

Diante disso, utilizaremos fontes distintas para a análise dos cortiços, principalmente, para compreender os presentes nas baixadas.

Assim como os cortiços, para analisar essa tipologia, utilizamos outras fontes que pudessem subsidiar o debate sobre o assentamento em conjuntos habitacionais deteriorados.

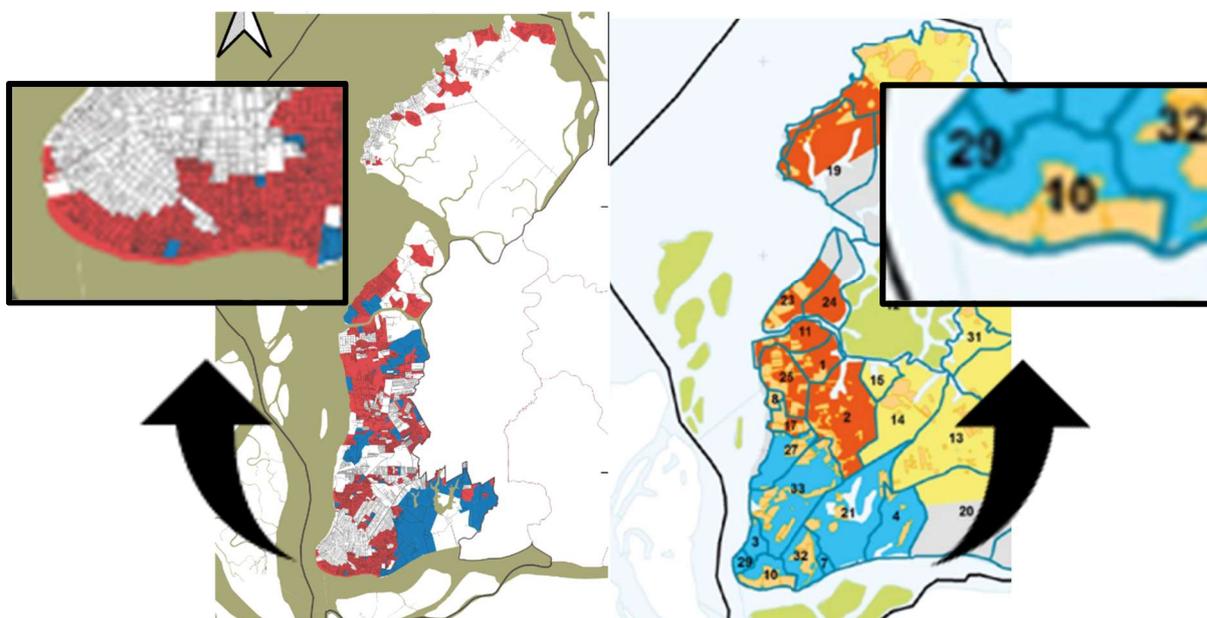
Figura 31 - Mapa 04: Tipologias de assentamentos precários da RM de Belém



Fonte: Ponte et al. (2016)

Fazendo uma comparação entre os resultados alcançados a partir da *proxy* assentamentos precários (MARQUES *et al.*, 2007) com a *proxy* atualizada por Ponte *et al.* (2016), para o caso dos assentamentos precários da tipologia *baixadas* na bacia da Estrada Nova em Belém (Figura 32), é possível verificar um refinamento dos dados no que se refere à delimitação territorial. Deixa-se mais fidedigna as informações, uma vez que, abandona-se a análise na escala do setor censitário do IBGE, para usar uma delimitação correspondente aos polígonos dos assentamentos.

Figura 32 – Comparação entre delimitação territorial de assentamentos precários na Bacia da Estrada Nova a partir da *proxy* de Marques *et al.* (2007) e Ponte *et al.* (2016)



Fonte: IBGE, 2019; Marques *et al.* (2007); Ponte *et al.* (2016). Elaboração: Rogério Maués e Wallace Avelar (2022)

As classificações tipológicas utilizadas por Ponte *et al.* (2016) nos assentamentos precários da RM de Belém, juntamente com a tipologia cortiço e conjuntos habitacionais deteriorados, serviram de base nessa dissertação para analisarmos o universo da precariedade urbano-habitacional em Belém. A análise de cada tipologia será feita a seguir, de modo a identificar a importância do estudo e atualização da tipologia *baixada* para a realidade urbana de Belém.

a) **Baixadas:**

Considerada uma tipologia histórica de ocupação das áreas alagadas e/ou alagáveis, os assentamentos precários classificados como *baixadas* surgem,

inicialmente, em Belém do Pará, nas áreas que correspondem à Primeira Léguas Patrimonial⁶⁷. No caráter fisiográfico, esses espaços ocupam as porções de menores cota da cidade, dentro de uma realidade de solo de área úmida composta por furos, igarapés e paranás⁶⁸, de relevo com padrão predominante de planícies flúvio-marinhas (IPT; CPRM, 2014) e com origem sedimentar e pouco resistente (PENTEADO, 1968).

Em se tratando dos aspectos socioeconômicos e espaciais, esses assentamentos apresentam características similares às áreas periféricas já definidas na literatura urbana brasileira, - Mautner (1999), a exemplo -, que define esses espaços como detentores de pobreza e de baixa escolaridade, situados fisicamente em ambientes e a titularidade pública da terra frágeis, proximidade relativa aos centros econômicos urbanos e ocupação produzida a partir de camadas de trabalho, segundo Ponte *et al.* (2016).

Vincular uma imagem de espaço marginal e segregado para esses espaços não é errônea, mas não contempla a complexidade dinâmica presente nessas frações urbanas de Belém, historicamente (Ibidem).

Na literatura local, uma das primeiras classificações sobre as *baixadas* surge a partir dos estudos vinculados ao planejamento de intervenção urbana em áreas alagadas intitulado “Programa de Recuperação das Baixadas” (PRB), na década de 1970, a “**Monografia das Baixadas**” (CONVÊNIO, 1976). A abordagem, nesse primeiro momento, era altamente tecnicista e sistemática, de modo que “o aspecto utilizado foi o fisiográfico da região para determinar o que se entende por baixadas ou áreas alagáveis, sendo assim, **as áreas ocupadas em cota altimétrica inferior a 4 metros** (ibidem, p. 28. **negrito nosso**).

Nesse momento, as análises não tinham como interesse abordar a origem dos problemas socioeconômicos que cercavam os ocupantes desses espaços, mas sim identificar qual área serviria de modelo para outras intervenções em áreas alagadas pelo PRB em Belém (ABELÉM, 2018).

Para compreender a linha tecnicista seguida pelas análises da Monografia das Baixadas, utilizo Menezes e Santos (2001)⁶⁹ que, ao discutirem sobre esta na

⁶⁷ Antiga delimitação territorial de Belém. Ver capítulo 01.

⁶⁸ Muitos dos quais sofreram alteração física por ações antrópicas de aterramento ou canalização.

⁶⁹ MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. Verbete pedagogia tecnicista. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001.

pedagogia, caracterizaram-na autoritária, inflexível ao contexto social a que se destinava e, por vezes, não-dialógica, segundo Camillo e Medeiros (2018). E Saviani (2007⁷⁰, p. 379. *Apud. Ibidem*, p. 33) explica que essa linha de pensamento, “no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade”, sustenta a objetividade e a operacionalidade.

Nesse sentido, podemos inferir que a primeira definição de baixada elaborada pela “Monografia das Baixadas”, na década de 1970, tem como interesse maior o processo de execução objetivo e operacional das obras de intervenção urbana em áreas alagadas. Os interesses, por sua vez, eram outros que não os de melhoria da vida dos ocupantes das áreas de baixada, mas sim de gerar valorização na área escolhida como área-piloto (PONTE *et al.*, 2016), como aponta o próprio relatório da Monografia das baixadas ao selecionar a área para intervenção por sua possível “resposta financeira” e “benefícios sociais” (CONVÊNIO, 1976, p.62).

Posteriormente, na década de 1990, Trindade Jr. (1997) aborda as baixadas em seu estudo sobre a produção e uso do solo urbano de Belém, explicando a baixada na divisão econômica e social do espaço da cidade. Nessa perspectiva, Trindade Jr. se diferencia da concepção utilizada pela Monografia das baixadas (CONVÊNIO, 1976), uma vez que afirma a produção do espaço urbano para além do relacional com a “forma natural do sítio”, mas também com “sua inserção no âmbito do modo de produção do ambiente” (Ibidem, p. 21), refletindo de maneira significativa na divisão socioespacial da cidade. O autor ainda explica:

O espaço⁷¹, no entanto, não é só a paisagem ou aspecto sensorial. A análise exclusiva da paisagem, distorcida da dinâmica social e espacial é, não só insuficiente como arbitrária. O entendimento do espaço, pressupõe a compreensão de outros elementos (Ibid.).

Moraes e Costa⁷² (1984, p.91-92), segundo Trindade Jr. (1997), sinalizam a definição concreta da urbanização contemporânea como a superação substancial das apreensões à nós oferecidas pela simples observação do seu caráter físico. E afirmam:

⁷⁰ SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

⁷¹ Trindade Jr. (1997, p.21) explica a diferença de paisagem e espaço a partir de Santos (1988), que define a paisagem como “o domínio do visível, aquilo que nossos sentidos alcançam”, composta por elementos materiais e imateriais que se “materializam no momento da sociedade”, mas não se confunde com o espaço, entretanto o compõe. E este, “implica em sua articulação com a dinâmica da sociedade”.

⁷² MORAES, A. C.; COSTA, W. M. da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

é no contexto das relações mundializadas que a metrópole deve ser compreendida... ela é o espaço relacional por excelência. Um momento historicamente concreto, cuja expressão empírica é a concentração física e a fixação (...). A unidade na relação sociedade-espaço não deverá ser natural (...), mas a sua negação permanente, a separação, a relação em oposição à fixação (...). A verdadeira unidade sociedade-espaço é histórica (contraditória) e não ecológica (de conteúdo natural). (MORAES; COSTA, 1984, p. 91-92. Apud. TRINDADE JR., 1997, p.21).

Sob essa concepção de unidade histórica da sociedade-espaço, Trindade Jr. (1997) compreende a inserção das baixadas na materialização espacial intra-urbana de Belém. Dessa maneira, a ocupação de áreas alagadas e alagáveis do sítio da cidade por uma população pobre seria a expressão no espaço de processos sociais que geraram, no decorrer da história e geram no momento presente, uma segregação socioespacial com usos diferenciados e formas espaciais específicas, a exemplo.

Trindade Jr. (1997, p.22) classifica então as baixadas como “áreas inundadas ou sujeitas a inundações – decorrentes, em especial, dos efeitos das marés” e como “espaços de moradia das camadas sociais de baixo poder aquisitivo”. Essa definição avança na compreensão do espaço para além da sua estrutura fisiográfica, considerando-o um produto social que tem redefinida continuamente sua função na totalidade da cidade e que gera alterações significativas na sua própria fisiografia⁷³ (TRINDADE JR., 1997).

Nessa perspectiva, esse estudo pretende somar à crítica produzida sobre as baixadas, de modo a considerar especificidades outras desses assentamentos – culturais, sociais, econômicos e morfológicos, a exemplo -, por meio de uma análise que considere, entre outros aspectos, a produção social do espaço, demonstrando a complexidade que a ela é premente e materializá-la na sua realidade concreta.

Ou seja, para além dos problemas infraestruturais, ambientais, socioeconômicos e habitacionais, as baixadas são compostas por uma gama de realidades: raciais, de gênero, territoriais, histórica e culturais; que as definem e diferenciam dentro do universo dos assentamentos precários.

⁷³ Trindade Jr. (1997) explica que mudanças no perfil fisiográfico, do uso do solo e da apropriação dessas áreas alagadas e/ou alagáveis pelas atividades e camadas sociais, resultam de significativas intervenções proferidas nessas frações urbanas da cidade – canalização de corpos d’água, aterros, melhorias urbanas, etc., a exemplo.

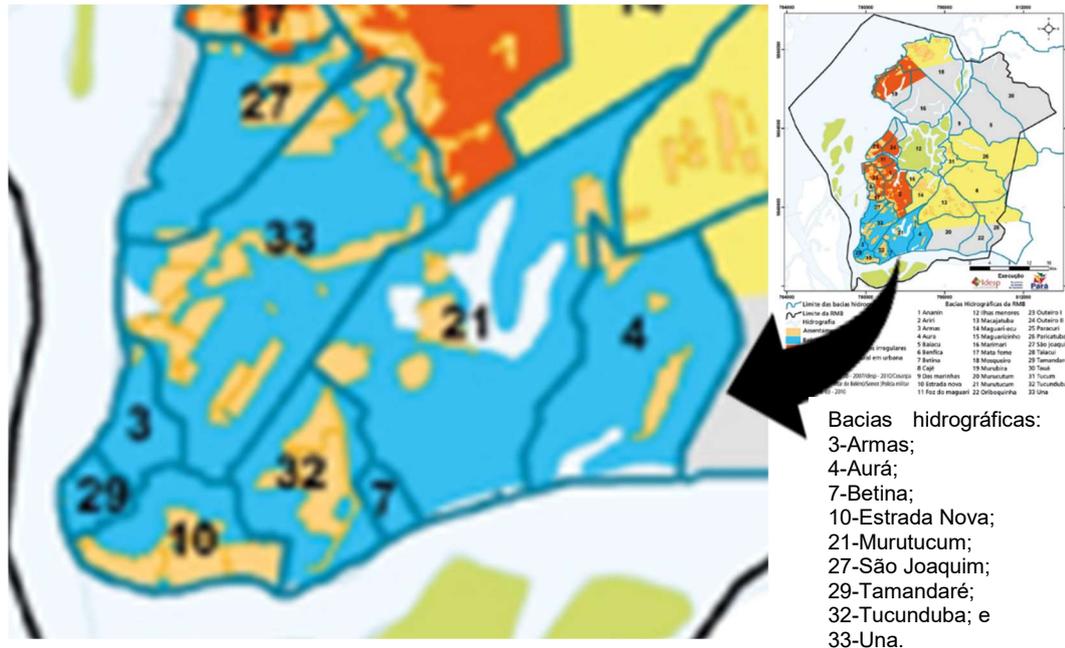
É possível verificar essa diversidade dentro das próprias baixadas a partir dos assentamentos precários dessa tipologia identificados por Ponte *et al.* (2016) em diferentes bacias hidrográficas (Figura 33). Essas variações podem ser explicadas a partir da compreensão das baixadas como espaços produzidos por diferentes processos sociais no decorrer da história em determinadas frações do espaço urbano (TRINDADE JR., 1997), nessa perspectiva, diferentes assentamentos em baixadas, localizados em diferentes espaços, tendem a constituírem-se de forma distinta, mesmo que detendo uma característica comum que os definem como baixadas.

Vale ressaltar que não é objetivo desta pesquisa aprofundar os estudos sobre todas as baixadas de Belém. Para isso, outras dissertações estão sendo produzidas, vinculadas ao Laboratório de Cidade na Amazônia (LABCAM) na Universidade Federal do Pará (UFPA), como os estudos de Bruna Brasão (2022), a exemplo.

Nessa pesquisa, utilizaremos como objeto de estudo a baixada do Jurunas⁷⁴, mais especificamente o baixo jurunas, na bacia hidrográfica da Estrada Nova – local do qual os exemplos de figuras utilizados neste tópico sobre as baixadas fazem referência -, de modo a aprofundar os estudos sobre esta que concentra a maior densidade populacional da RM de Belém e as contradições que são premente a essas questões.

⁷⁴ Outras dissertações já foram produzidas sobre essa área do Jurunas na bacia hidrográfica da Estrada Nova, como Ana Júlia Brandão (2016), em uma análise mais geral da bacia, e Camilla Araújo Santos (2022), com um olhar para a parte alta do Jurunas. Dessa forma, essa dissertação se propõe, ao olhar para a parte baixa do Jurunas, complementar os estudos sobre esse setor da bacia de expressiva precariedade, densidade, mas de importante caráter social e econômico dentro do contexto urbano de Belém.

Figura 33 – Assentamentos precários classificados como baixadas por bacias hidrográficas, Belém/PA



Fonte: Ponte *et al.*(2016). Elaboração: Rogério Maués (2022)

Com uma breve abordagem sobre a diversidade presente nas baixadas em Belém, utilizamos algumas baixadas já estudadas amplamente por estudiosos locais para ilustrar essa questão. A fim disso, escolheu-se a bacia hidrográfica das Armas, do Una e do Tucunduba, bacias estas, detentoras de um importante fator histórico no processo de intervenção em baixadas, logo, na formação urbana de Belém.

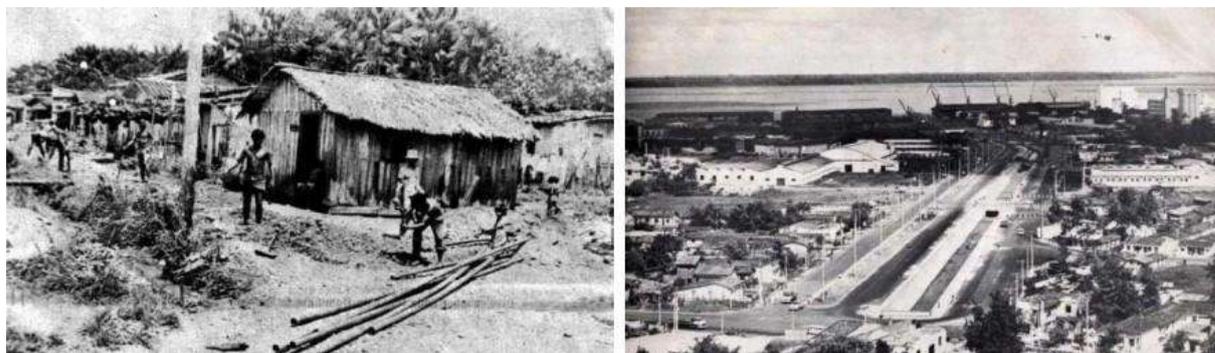
- A bacia das Armas:

Localizada ao lado do centro histórico da cidade de Belém, a bacia das Armas possuía típica ocupação característica das baixadas - população pobre e construções em estilo palafítico - até a década de 1960 (LEÃO, 2013).

Segundo Cardoso e Ventura Neto (2013), a partir desse período essa baixada passou por um processo de transformação mediante intervenções urbanas - melhorias infraestruturais e obras de macrodrenagem, a exemplo -, com mudança dos antigos ocupantes e valorização do espaço no que se refere ao mercado imobiliário, tornando o metro quadrado dessa fração de espaço urbano um dos mais caros da cidade, segundo Leão (2013). As figuras 34 e 35 demonstram essa transformação mencionada.

Para Leão (2013), os pobres ocupantes dessas áreas da baixada, após as intervenções, deixaram esses espaços quando reassentados para conjuntos habitacionais distantes das centralidades urbanas da época (primeira légua patrimonial), segundo Ponte (2010) e Cardoso *et al.* (2007), ou ainda, quando tornar-se insustentável a reprodução social nesse espaço em vista do aumento do custo de vida (taxas, impostos, entre outros gastos) advindo da valorização do espaço.

Figura 34 - Fotos comparativas do Igarapé das Armas e sua ocupação tradicional (antes das obras), à esquerda, e a inauguração das obras e da Av. Visconde de Souza Franco, à direita



Fonte: FAUUFPA (2012). *Apud.* Leão (2013)

Figura 35 - Foto da Av. Visconde de Souza Franco atualmente, Belém/PA



Fonte: Google Street View (2022). Percebe-se uma alteração no uso do solo e intensa verticalização na área.

Desse modo, com a intensa alteração e valorização do espaço nessa baixada, a bacia das Armas não apresenta mais expressivas áreas de assentamento precário, exceto uma pequena parte identificada por Ponte *et al.* (2016), que acreditamos ser o início da comunidade Vila da Barca que se constitui, em sua maior parte, na bacia hidrográfica do Una. Justifica-se, então, a análise dessa bacia como forma de elucidar

as alterações provocadas por obras de saneamento urbano em baixadas no que se refere o uso e ocupação do espaço urbano.

- A bacia hidrográfica do Una:

Considerada a maior da cidade de Belém, abrangendo onze bairros⁷⁵, a bacia do Una, em 1986, recebe uma proposta de projeto de macrodrenagem da Prefeitura Municipal de Belém, resultado de lutas dos movimentos sociais por melhorias nas baixadas, mas que só foi executado entre 1993 e 2004, a partir de uma ação do Governo do Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), segundo Leão (2013).

Leão (2013) explica que o projeto foi considerado um dos maiores da América Latina financiados pelo BID no que se refere ao saneamento urbano, à época (PARÁ, 2013)⁷⁶, abrangendo nove dos onze bairros que compõem a bacia (exceto Nazaré e São Brás), e prevendo atingir diretamente, aproximadamente, 31.000 pessoas (TRINDADE JR)⁷⁷, em uma gama de ações de saneamento, drenagem e pavimentação de vias.

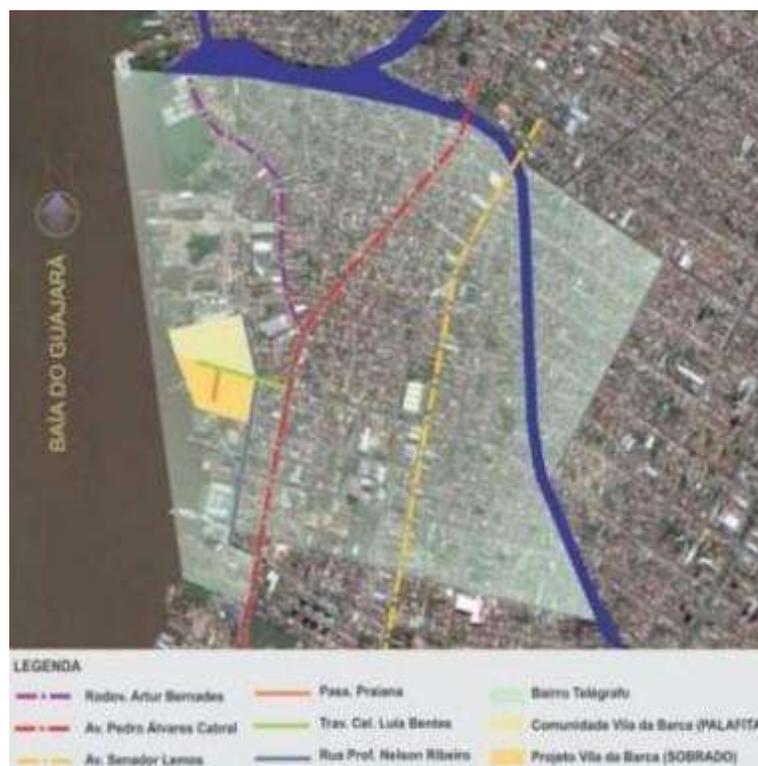
Como pode ser visto no mapa dos assentamentos precários em baixadas (Figura 31), dentro do extenso território da bacia do Una, encontram-se diversos assentamentos precários, sendo um deles bastante tradicional, a Vila da Barca. Localizada no bairro do Telégrafo (Figura 36), essa comunidade se formou por uma maioria de pescadores ribeirinhos que migraram do interior para Belém, e a sua origem data de meados da década de 1920 e 1930 (DIOGO, 2002), segundo (OLIVEIRA; FELISBINO; PERDIGÃO, 2016).

⁷⁵ Compõem a bacia do Una os bairros: Telégrafo, Umarizal, Nazaré, Sacramento, Pedreira, Fátima, São Brás, Marco, Souza, Marambaia e Bengui (LEÃO, 2013).

⁷⁶ PARÁ, (Assembleia Legislativa do Pará). **Relatório final Una**. Comissão de Representação da Bacia do Una, 2013.

⁷⁷ TRINDADE JR., Saint-Clair. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana**. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

Figura 36 – Localização da comunidade Vila da Barca – Bairro do Telégrafo, Belém/PA



Fonte: Laboratório de Espaço e Desenvolvimento Humano/LEDH-UFPa (2014)

Dados da Secretaria Municipal de Habitação de Belém (SEHAB) (2004)⁷⁸ referentes ao projeto social para o Projeto Vila da Barca, informam que a população da comunidade era de aproximadamente 4.000 habitantes. Dos imóveis cadastrados pela Sehab (472 unidades), 89,41% eram de caráter residencial; 9,53% eram mistos (residencial e comercial); e apenas 0,64% era somente comercial. Das residências, um pouco mais de 80% eram unifamiliares, mas outras 19,50% apresentavam coabitação de 2 a 4 famílias. Essas famílias residiam em sua maioria em palafitas (83,05%) e outras 9,53% em casa de alvenaria – estas, mais próximas dos acessos terrestres -, enquanto nas palafitas o acesso se constituía, principalmente, por estivas de 0,8 a 1,20 m de largura –, pelo fato dessas adentrarem o rio, segundo Oliveira, Felisbino e Perdigão (2016), como podemos ver nas Figura 37 (a/b).

⁷⁸ SEHAB, Secretaria Municipal de Habitação de Belém. **Projeto Social Vila da Barca**, 2004.

Figura 37 – Comunidade Vila da Barca, Belém/PA

a) Casas em palafita na beira do rio



Fonte: Google Street View (2022)

b) Vendedor de leite nas estivas



Fonte: Almeida (2004)

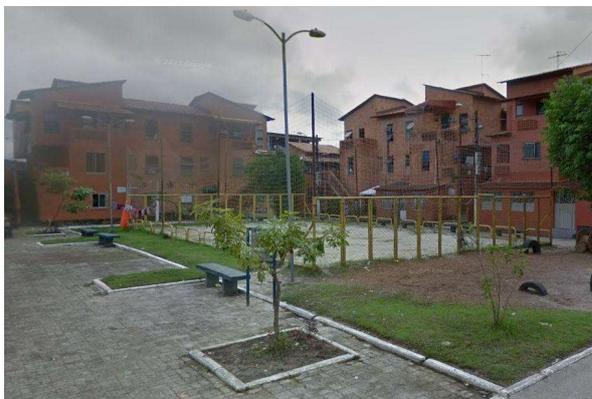
É possível verificar as condições de precariedade das madeiras nas habitações. Não que o uso da mesma seja a precariedade, mas a dificuldade de manutenção gera isso.

Percebe-se a relação da comunidade com o rio de forma conflituosa. Ao mesmo tempo que a presença de barcos na comunidade assinala o uso daquele como via de locomoção, a precariedade na infraestrutura das habitações pressupõe um rio contaminado, portanto, vetor de doenças, fator que retoma o debate feito por Ponte (2010) sobre desmonte do complexo *rio-mata-roça-quintal* de Loureiro (2004) para a casa ribeirinha, nas baixadas.

A comunidade passou por um processo de intervenção urbana promovido pela SEHAB de modo que, atualmente, existe a Comunidade e o Projeto Habitacional Vila da Barca, sendo este ao lado daquele. A comunidade ainda permanece com habitações predominantemente em tipologia palafita e material construtivo em madeira, enquanto o Projeto apresenta-se em tipologia sobrado, de material construtivo em alvenaria estrutural, como pode ser visto na Figura 38 (a/b).

Figura 38 – Projeto habitacional Vila da Barca, Belém/PA

- a) Área comum com espaço de lazer do Projeto Vila da Barca. b) Modelo de sobradado multifamiliar do Projeto Vila da Barca.



Fonte: Google Street View (2022)



Fonte: Co.Opera.Ativa (2010)

Ao analisar o Projeto Vila da Barca, percebe-se que a proposta executada utilizou do aterramento como solução para questão das áreas alagadas ou passíveis de alagamento, de modo a manter a população ao lado da antiga comunidade, assim como, as suas relações – sociais e econômicas, a exemplo -, com o local. Entretanto o projeto recebeu muitas críticas vinculadas a tipologia escolhida – tanto pelas famílias beneficiadas, quanto por estudiosos locais -, relacionadas ao tamanho das unidades habitacionais, a quantidade reduzida de quartos para famílias grandes, ou mesmo, pelo recebimento de uma única unidade para casas que antes apresentavam coabitação, assim como, pelo material construtivo e as dificuldades que a eles são premente no que se relaciona adaptações construtivas (OLIVEIRA; FELISBINO; PERDIGÃO, 2016)⁷⁹.

- A bacia hidrográfica do Tucunduba:

Esta bacia é considerada uma das maiores da cidade de Belém e tem sua ocupação caracterizada por informalidade, alta densidade populacional e habitações em condições de precariedade. A fim de urbaniza-la, com criação de vias de acesso, implantação de infraestrutura e reassentar famílias, durante os últimos 30 anos a bacia foi alvo de intervenções (NASCIMENTO; LEÃO, 2020).

Com uma área de aproximadamente 1.055 ha, a bacia é composta, integralmente, por 3 bairros (Canudos, Terra Firme e Universitário) e, parcialmente,

⁷⁹ Para mais informações sobre a avaliação do Projeto Vila da Barca, ler Oliveira, Felisbino e Perdigão (2016).

por 4 bairros (Guamá, São Brás, Marco e Curió-Utinga), sendo o Guamá e Terra Firme os mais populosos. De toda a sua área, cerca de 54% é inundável, o que faz com que a bacia do Tucunduba abranja aproximadamente 21% das áreas de várzea de Belém (PMB, 2001), segundo Nascimento e Leão (2020).

Segundo o mapa de assentamentos precários em baixadas de Ponte *et al.* (2016), essa bacia concentra uma grande e contínua área destes, formadas por uma população empobrecida que ocupam moradias em situação de precariedade (NASCIMENTO; LEÃO, 2020), como se pode ver nas Figura 39a e 39b.

Figura 39 – Baixada do Tucunduba, Belém/PA

a) Casas em área mais consolidada com canal do Tucunduba com trecho navegável após projeto de macrodrenagem.



Fonte: Bemerguy (2017)

b) Conjunto de casas em palafita sobre área alagada com acesso às moradias por estivas.



Fonte: Sampaio (sem data)

O rio Tucunduba, maior curso d'água da bacia, mesmo com todos os problemas ambientais ligados à quantidade de pessoas morando nas suas várzeas em situação de precariedade, com alta ocupação e densidade, e falta de infraestrutura (carência de rede de esgoto, drenagem e água canalizada), possui uma interação na rotina dos moradores - mesmo que de forma menos usual que antigamente -, em trechos navegáveis que são utilizados para o comércio de produtos, principalmente, com as maiores baixadas da bacia que ficam à sua margem, Guamá e Terra Firme (RODRIGUES *et al.*, 2018)⁸⁰, segundo Nascimento e Leão, 2020.

A bacia do Tucunduba, dentre as bacias de Belém, é a que apresenta uma das maiores precariedades no que se refere à questão infraestrutural e socioeconômica

⁸⁰ RODRIGUES, R. M.; ARAÚJO, Q. P. de; CASTRO, R. B.; Urbanizar as baixadas: um balanço do PAC na Região Metropolitana de Belém. In.: CARDOSO, Adalto Lúcio (org.). **Urbanização de favelas no Brasil**: um balanço preliminar do PAC. Primeira Edição, Rio de Janeiro – Letra Capital, 2018.

(BARBOSA, 2003)⁸¹, de modo que, desde 1992-1993, os canais que compõem a bacia (13 ao todo)⁸² vem sofrendo intervenções de macrodrenagem, segundo Nascimento e Leão (2020).

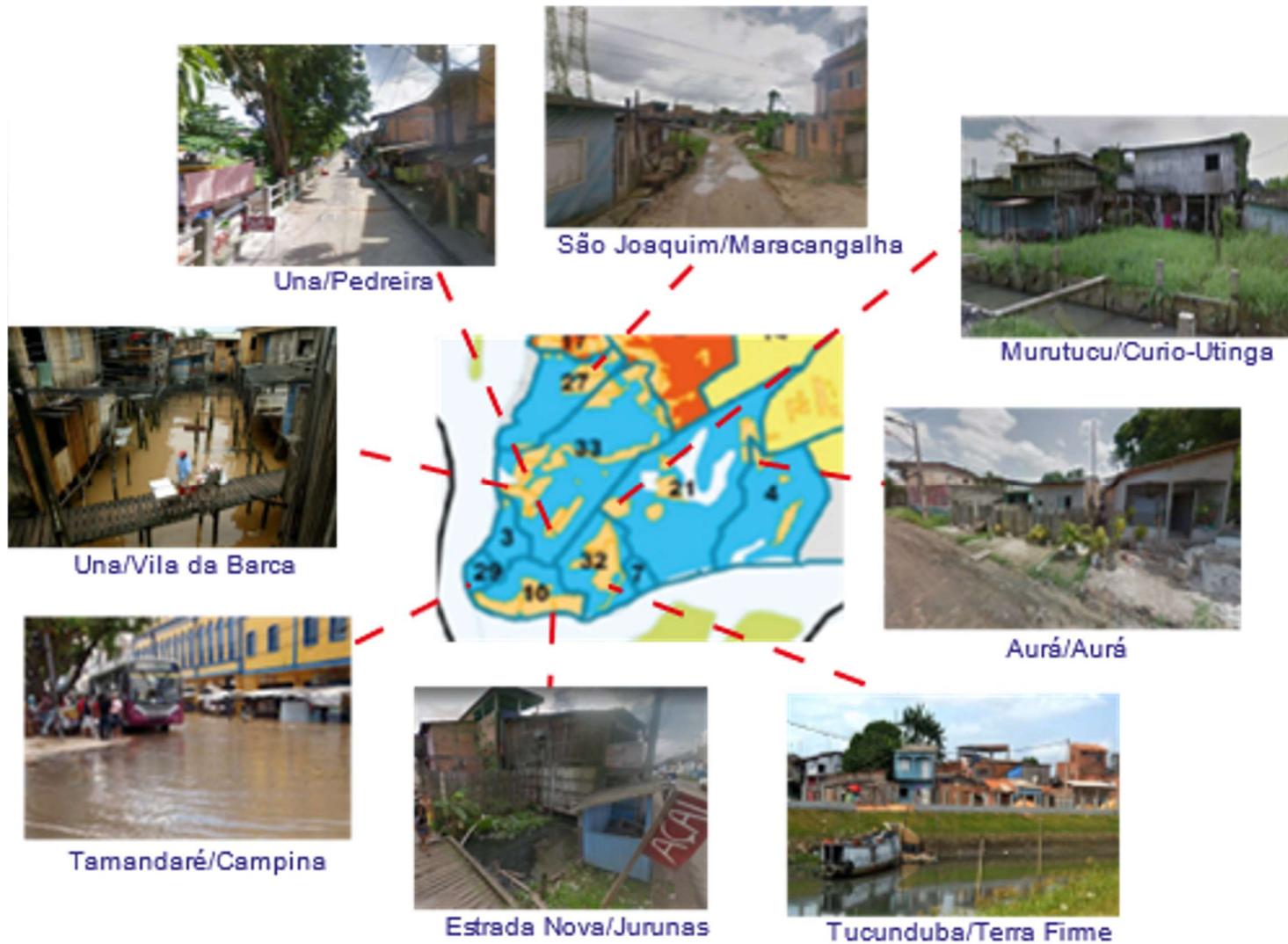
A intervenção mais emblemática, no que se refere ao tratamento dado ao curso d'água no processo de macrodrenagem, foi feita em 2000 por uma proposta que considerava o leito de forma mais natural possível, sem retificá-lo, e mantendo um leito navegável, de modo que efetivasse a recuperação da área (BARBOSA, 2003), segundo Nascimento e Leão (2020).

Por fim, de modo a demonstrar de forma visual e esquematizada essa diversidade presente nas baixadas de Belém, fez-se um mosaico para tal comparação (Figura 40).

⁸¹ BARBOSA, M. J. de S.. **Estudo de caso – Tucunduba:** urbanização do igarapé Tucunduba, gestão de rios urbanos – Belém/Pará – versão condensada. Maria José *et al.*(Coord.), Belém: UFPA, 2003.

⁸² Os 13 canais que compõem a bacia do Tucunduba, em extensão, totalizam 14.175 metros, destes, 7.865 estão retificados (NASCIMENTO; LEÃO, 2020).

Figura 40 – Esquema de diferentes assentamentos precários em baixadas, Belém/PA



Elaboração: Rogério Maués (2022)

Percebe-se, a partir do esquema de exemplos de assentamentos em baixadas, que esses assentamentos em áreas alagadas/alagáveis apresentam características comuns aos outros assentamentos precários no Brasil que, segundo Denaldi (2003), são: irregularidades - urbanas, edilícias e da propriedade, a exemplo -, precariedades diversas, assim como, carências e vulnerabilidades.

Por outro lado, também possuem particularidades comuns ao habitat amazônico, com características socioculturais que se expressam em condicionantes estratégicos do uso e da ocupação do solo que resultam numa morfologia urbana adaptada à fisiografia local, a exemplo, aspectos que se evidenciam nas Figuras 41 e 42 (BRANDÃO, 2016; PONTE, 2010) e serão mais debatidos à frente.

Figura 41 – Vista aérea do Canal da Quintino Bocaiúva, Belém/PA



Fonte: Mota (2020)

Figura 42 – Pass. Pinheiro, entre Tv. Padre Eutíquio e Tv. Dr. Moraes – Batista Campos, Belém/PA



Fonte: Google Street View (2022)

Nota: Estivas sobre canais para acesso das moradias em palafitas.

Essas áreas, quando não alagadas, estão sujeitas ao alagamento nos períodos de cheia dos rios e igarapés condicionados pelo regime de marés⁸³ que se intensifica nos momentos de grande precipitação pluviométrica na cidade (BRANDÃO, 2016), e que se agravaram pelas ações antrópicas com alterações físicas no espaço.

É nesse contexto que as baixadas demonstram estratégias de uso e ocupação do solo com “acúmulos de tecnologias ‘vernaculares’” e populares como solução para os assentamentos em áreas úmidas (PONTE, 2010, p. 54-55), que se materializam em edificações suspensas sobre as águas por estruturas, geralmente, de madeira – as chamadas palafitas⁸⁴ – (Figura 43), característica de um modo de vida tradicional “ribeirinho”, mas adaptado ao meio urbano, a exemplo (PONTE, 2010), ou mesmo precarizado, para ser mais específico.

⁸³ Acontecimento natural de variação do nível dos rios e afluentes, influenciado pela posição da lua em relação à terra (IPT; CPRM, 2014).

⁸⁴ Essas estruturas, assim como as edificações, no decorrer do processo de consolidação do território e melhoramento das condições financeiras da família, apresentaram evoluções no que se refere o material construtivo, de modo que percebe-se diferentes condições de moradias para tempos diferentes de ocupação, assim como, proximidades com os canais.

Figura 43 – Casas de madeira ou mista em construção palafítica sobre canal da Bernardo Sayão – bairro do Jurunas, Belém/PA



Fonte: Google Street View (2020)

Para explicar a reprodução social do modo de vida ribeirinho amazônico, utilizo Violeta Loureiro (2004) com o “complexo *rio-mata-roça-quintal*” (Ibid. p.23, *grifo da autora*), que traduz a expressiva relação com a natureza para subsistência ribeirinha, no qual a casa à beira do rio (casa ribeirinha) compõe em essência esse complexo. Por outro lado, a reprodução desta casa no contexto urbano, à beira de canais, margens de rios, áreas alagadas (casa na baixada), acaba por tornar precário esse complexo que se rompe na sua relação *casa-rio-mata-roça-quintal* e na pauperização do ribeirinho tornado pobre urbano, segundo Ponte (2010).

Isto é, a casa na baixada deixa de basear-se em um modo de vida efetivamente pautado na forma de subsistência para depender de outro baseado na forma mercadológica. Em outras palavras, o valor de uso essencialmente presente na reprodução social na *casa ribeirinha* é substituído pelo valor de troca na casa na baixada – numa adequação ao que se refere às categorias utilizadas por Marx na análise sobre o modo capitalista de produção (HUNT, 2013) -, justificando assim, o empobrecimento de quem outrora era ribeirinho e, agora, vive no meio urbano.

Nessas condições de precariedade, a relação da casa com o rio, no contexto urbano, modifica-se e rompe o complexo explicado por Loureiro (2004) para a casa

ribeirinha. O rio, nas baixadas, perde a qualidade de meio de subsistência frente à degradação ambiental causada pelas condições materiais de precariedade das habitações e a falta de infraestrutura a que esses assentamentos estão sujeitos. A água se torna, então, transmissora de doenças, de alagamentos das casas, de perdas de bens materiais, e não mais de meio de locomoção e fonte de alimento, fundamentalmente.

Ponte (2010) explica que a noção de “ribeirinho” no contexto urbano belenense tem sido associada de modos distintos no que se refere aos interesses do mercado imobiliário. Quando associada às ocupações irregulares nas baixadas de Belém, “ribeirinho” tem atribuído ao seu valor pelo senso-comum a deterioração e o atraso. Essa visão é conferida como forma de sustentar a necessidade de remoção destes padrões construtivos (estruturas palafíticas, edificações das margens fluviais como um todo), em detrimento de interesses territoriais para intervenções urbanísticas e valorização imobiliária.

Por outro lado, é lançado mão de uma outra variação da noção de “ribeirinho” – de resgate cultural e de interação com o rio -, quando associados a “estratégias de produção de legitimidade e hegemonia políticas” para produção de identidade com os sujeitos outros, portanto, “uma estratégia de convencimento, de produção de hegemônias”, para casos de intervenção urbana em orlas, a exemplo (Ibid., p. 121).

Estas estruturas construtivas e suas edificações de caráter ribeirinho no meio urbano, inseridas em um espaço socialmente produzido (TRINDADE JR., 1997), apresentaram evoluções no decorrer do processo de consolidação do território e incorporação ao tecido urbano, e do melhoramento das condições financeiras das famílias, seja no material construtivo ou nas condições do solo, de modo a ser aparente diferentes condições urbano-habitacionais para diferentes períodos de ocupação (LEÃO, 2013).

Soma-se à essa tecnologia construtiva os aterramentos improvisados com materiais passíveis de reaproveitamento - caroço de açaí e/ou entulho de obras -, que permitiram, como define Mautner (2004) sobre os processos de formação de assentamentos periféricos, os chamados “ganhos de terra” num processo de consolidação e expansão por meios individuais, segundo Leão (2013).

Mautner (2004) utiliza a relação de camada de trabalho e capital para elucidar a produção do território da cidade periférica em São Paulo. Coube aqui o uso desta

teoria para explicar a formação das baixadas, ou seja, a produção de uma fração do espaço urbano da cidade feita por sujeitos da classe trabalhadora sem o devido acompanhamento técnico formal do mercado ou Estado (MARICATO, 2001). Sendo assim, reconhece-se semelhanças na produção dos territórios informais na formação espaço urbano brasileiro, mas se compreende as devidas particularidades comuns ao habitat amazônico.

Mesmo com essas estratégias de ocupação à fisiografia local que resultaram em uma morfologia típica adaptada, as baixadas concentram conflitos de ordem socioeconômica e habitacional que se aprofundam com a questão ambiental. Como esses assentamentos ocupam os limites das faixas de inundação dos cursos d'água, mas sem a devida infraestrutura de drenagem (BRANDÃO, 2016), elas sofrem com o aumento constante do risco de alagamento e inundação⁸⁵. O intenso processo de ocupação e impermeabilização do solo, a montante da cidade, culminou no aumento do escoamento superficial, assim como, do pico de descarga a jusante (Ibidem).

Soma-se a essa questão as insuficientes soluções de infraestrutura urbana de drenagem que teve na transformação dos seus cursos d'água naturais em canais de drenagem - por métodos ditos tradicionais -, a sua maior expressão (PONTE, 2010), como se verifica na Figura 44. Essas práticas de drenagem urbana se utilizam da retificação e concretagem de canais, formando uma rede hidrográfica artificial de margens impermeabilizadas (TRAVASSOS, 2010), que têm uma concepção higienista de expulsão dos volumes d'água do centro urbano num processo que resulta em grandes descargas d'água a jusante e, conseqüentemente, nas cheias das porções de cotas mais baixas (BUENO, 2008).

⁸⁵ Conceitualmente, alagamento é o "acúmulo momentâneo da água ante a dificuldade de escoamento superficial em terrenos com baixa declividade **ou por deficiência ou baixa capacidade de escoamento do sistema de drenagem**" (IPT; CPRM, 2014, p. 7, grifo nosso). Por outro lado, a inundação seria o fenômeno de transbordo hídrico de um curso d'água natural ou artificial, que pode se tornar "**um evento catastrófico quando a área inundável não apresenta uma ocupação adequada**" (BRASIL, 2007, p.96, grifo nosso).

Figura 44 – Exemplo da transformação de cursos d'água naturais em canais artificiais retificados de drenagem. Canal da Quintino, Belém/PA



Fonte: Google Street View (2020)

Esse pensamento moldou as intervenções de saneamento e drenagem urbana no Brasil (TRAVASSOS, 2010), e, em Belém, não foi diferente. Como as baixadas são entrecortadas por corpos d'água, historicamente, as intervenções públicas nessas áreas se deram em torno das obras de drenagem – ensecamento, canalização de padrão conservador⁸⁶, aterramento - como consta na recuperação histórica em jornais nessa pesquisa (Ver cap. 01). Entretanto, por esse sistema causar grandes descargas d'água a jusante, as áreas das baixadas acabam atingidas por essas águas, corroborando com as enchentes e agravando as questões envolvidas, nessas áreas que já padecem de alta densidade urbana e grande precariedade (PONTE, 2010).

Esses episódios de transbordamento dos canais, alagamento das vias e, conseqüentemente, das baixadas, se agravam no período do ano de intensas chuvas

⁸⁶ Esse padrão de drenagem urbana resultou em muitos processos de remoção e/ou reassentamento de famílias que viviam sobre, ou no entorno, da área de intervenção, mas sem a devida resolução da questão habitacional (ABELÉM, 2018; LEÃO, 2013; SANTANA *et al.*, 2020), mostrando negligência à vida e as necessidades das pessoas que habitavam o lugar.

e marés altas conhecido como “inverno amazônico”⁸⁷ (BRANDÃO, 2016), que ocorre entre os meses de dezembro a maio, mas com os maiores índices de precipitação no trimestre de dezembro a fevereiro, período em que a precipitação chega a ser acima de 300mm (MOREIRA *et al.*, 2019).

Os altos índices de chuva e temperatura são características de Belém pelo fato da cidade se situar próximo a linha do equador e em bioma amazônico, com clima classificado como tropical, quente e úmido⁸⁸. Todavia, Belém vem enfrentando o aumento da temperatura do ar e alteração do seu ciclo de precipitação pluviométrica, resultado da intensa urbanização da cidade (MOREIRA *et al.*, 2019).

Moreira *et al.* (2019) explica que as alterações físicas no meio urbano da cidade de Belém - redução drástica das áreas verdes na mancha urbana e impermeabilização do solo -, geraram grandes suscetibilidades, a exemplo da ilha de calor. Esse fenômeno pode ser explicado pelo aumento da incidência de radiação solar direta (Ibidem), assim como, segundo Bueno (2008, p.107), por fatores relacionados aos materiais das construções no meio urbano, suas habilidades de reflexão e armazenamento de calor, as “superfícies adicionais de edifícios altos verticais” e “alteração do ciclo da água”, a exemplo.

Observa-se esses impactos nos dados de precipitação pluviométrica anual dos últimos 10 anos de Belém registrados pelo INMET (2010-2020), que demonstram uma tendência ao aumento da média anual de precipitação pluviométrica na cidade (Figura 45). Essa tendência, juntamente com as outras alterações físicas no meio urbano de Belém e os efeitos das mudanças climáticas nas áreas urbanizadas (BUENO, 2008)⁸⁹, corroboram para o ampliação da área com suscetibilidade à inundação e alagamento.

⁸⁷ Como Belém não possui estações do ano bem definidas, localmente, é a distribuição da chuva durante o ano que definem os períodos (EMBRAPA, 2002) sendo eles: período chuvoso, período de estiagem, período seco e período de transição (BASTOS, 2000* *apud.* EMBRAPA, 2002). Mas, de modo geral, divide-se as estações em Belém em duas: o “inverno amazônico” para o período mais chuvoso que compreende os meses de dezembro a maio, e “verão amazônico” para o período mais “seco” que compreende os meses de junho a novembro. * BASTOS, T.X. Aspectos agroclimáticos do dendezeiro na Amazônia Oriental. In: VEIGAS, I de J. M.; MULLER, A. A. **A Cultura do dendezeiro na Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2000. p.48-60

⁸⁸ Belém possui um índice efetivo de umidade entre 100% e 80% (EMBRAPA, 2002), e temperatura média anual é de 26°, com dias mais quentes com temperaturas máximas de 33° e dias mais frios com temperaturas mínimas de 22° (INMET, 2021).

⁸⁹ Laura Bueno (2008) explica que as extremas mudanças climáticas em processo no mundo têm como um de seus reflexos o aumento do nível dos mares. Logo, cidades litorâneas ou que sofrem influência das marés, como Belém, encontram-se sujeitas aos impactos a isso acometidos.

Fator preocupante, tendo em vista os problemas de drenagem urbana que acarretam a cidade, principalmente, as baixadas.

Figura 45 – Gráfico 04: Precipitação pluviométrica acumulada anual 2010-2020, Belém/PA



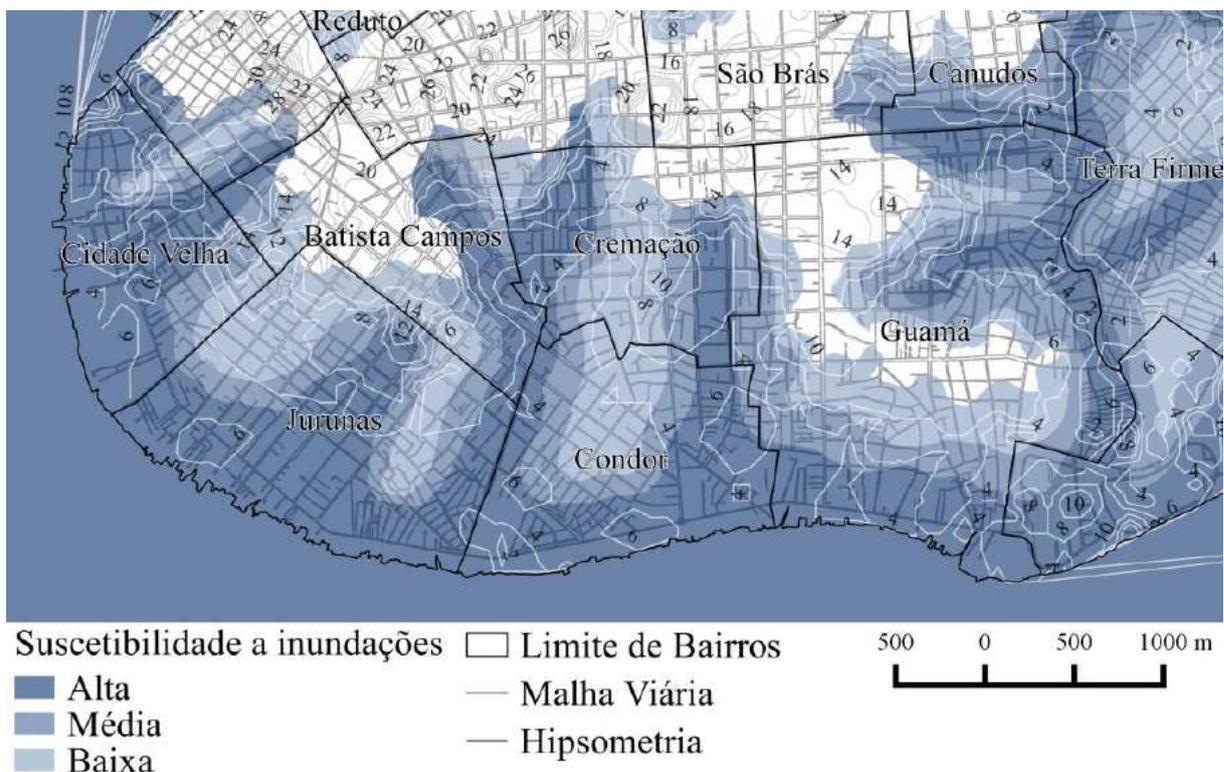
Fonte: INMET (2010-2020). Elaboração: Rogério Maués (2022)

Isso implica dizer que a área de assentamento urbano na cidade exposta ao risco de alagamento tende a crescer ainda mais. Como o fenômeno da inundação tem relação direta com os episódios de chuvas prolongadas e com a intensificação do índice pluviométrico acumulado, assim como os alagamentos têm relação com solo de pouca declividade e/ou insuficiência da rede de drenagem na solução de escoamento (IPT; CPRM, 2014), isso nos possibilita supor que Belém aumentará a sua área com suscetibilidade à inundação, uma vez que os condicionantes para tal se intensificam cada vez mais na cidade.

Ou seja, a denominação de “baixada” daquele antigo padrão técnico para designar o local de moradia de uma população empobrecida e em situação de informalidade a partir das características físicas de um relevo sujeito a alagamento para cotas menores que 4 metros (CONVÊNIO, 1976) se torna obsoleta.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Tecnológicas do Estado de São Paulo e da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (IPT; CPRM, 2014) demonstra que a área de suscetibilidade em Belém tem alcançado cotas muito maiores que 4 metros, chegando, em alguns casos, a cota de nível de 12 metros, como demonstra a Figura 46.

Figura 46 – Suscetibilidade a inundações na zona centro-sul de Belém/PA



Fonte: IPT; CPRM (2014). IDESP (2010)

Dessa maneira, não deixando de considerar toda a questão habitacional e social que são prementes nas baixadas, a questão ambiental demonstra uma tendência ao aprofundamento do quadro de precariedade envolvendo o risco por inundações, demonstrando a importância de maiores estudos sobre essa realidade urbana.

Por fim, utilizando a síntese das definições das baixadas produzida por Ponte *et al.* (2016), organizadas nessa pesquisa segundo as principais variáveis utilizadas no “Guia para o Mapeamento e caracterização de assentamentos precários” do Ministério das Cidades (2010), temos a Quadro 01:

Quadro 01 – Síntese das variáveis que definem as baixadas em Belém/PA

Variáveis	Tipologia – Baixadas
Período histórico	Iniciadas no final do século XIX, mas de ocupação intensificada em meados dos anos 1960.
Acesso à moradia	Acesso juridicamente irregular de terra urbana por estarem situadas nas proximidades de cursos d'água.
Terreno	A morfologia urbanística que quase sempre acompanha o desenho dos terraços suaves e das várzeas da região, resulta em ocupações

Localização	de vias de acesso tortuosas, adaptadas à topografia; terrenos pantanosos e sujeitos ao regime diário de marés. Áreas periféricas próximas ou na centralidade econômica urbana de Belém.
Traçado urbano	A lógica do aproveitamento do solo privilegia a constituição de quadras, lotes e solo parcelável em geral em detrimento do acesso viário, direto ou indireto às edificações. Alta contiguidade entre as edificações; instalação de pontes estreitas e suspensas <i>estivas</i> , como técnica de garantia de acesso interno para configuração de suas quadras.
Sistema ou Rede de infraestrutura	Apesar das proximidades às redes e serviços urbanos e infraestrutura, percebe-se fragilidades das ligações à estes, de modo que o abastecimento de água seja geralmente comprometido a nível de contaminar e resultar em altos índices epidemiológicos; Ligações clandestinas de luz; esgotamento sanitário desvinculado da rede, coleta de lixo comprometida pelas características de algumas vias de acesso e deficiência na rede de transportes públicos e espaços de lazer.
Condição da unidade habitacional	Ocupação horizontal, com evolução vertical e subdivisão dos lotes com aumento do densidade; Autoconstrução com problemas estruturais, sujeitas ao fenômeno de alagamento, que representa o mais expressivo tipo de risco ambiental urbano
Processo de ocupação e Agentes Envolvidos	Ocupação de caráter individual por população migrante das ilhas ou cidades interioranas próximas em busca de melhor condição de vida, oportunidade de trabalho e serviços, e, posteriormente, coletivo, mas nem sempre organizado. Eventual existência de liderança comunitária nos processos de melhoria infraestruturais.

Fonte: Ponte *et al.* (2016, p. 206-207); MCidades (2010, p. 20). Elaboração: Rogério Maués (2022).
Obs.: Incluiu-se para além das variáveis utilizadas pelo MCidades (2010), “período histórico” e o “processo de ocupação e agentes envolvidos”.

E em uma análise quantitativa de domicílios e moradores em áreas de assentamento precário consideradas baixadas, segundo Ponte *et al.* (2016), temos:

Tabela 01: Cálculo dos números de domicílios e habitantes em assentamentos precários da tipologia baixada em Belém/PA (2009)

Número de domicílios	Número de famílias	Número de Habitantes
122.054	112.198	448.791

Fonte: Ponte *et al.* (2016). Elaboração: Rogério Maués

Entretanto, para além das questões aqui mencionadas que são premente às frações de espaço urbano de Belém consideradas baixadas, dá-se uma grande

importância a esta tipologia devido esta ser a mais antiga forma de periferia urbana moderna da região metropolitana de Belém (PONTE *et al.*, 2016), logo, possui significativa relevância histórica, econômica, cultural e de luta no contexto urbano belenense.

Ou seja, definir os assentamentos considerados baixadas apenas a partir de suas precariedades, condições socioeconômicas e ambientais, entre outras características aqui já mencionadas - apesar de relevante para o estudo e planejamento urbano -, não alcançaria a complexidade que é premente desses espaços e traria uma visão parcial dessa realidade urbana. Nessa perspectiva, faz-se importante uma análise dialética desses espaços, considerando suas contradições, para compreender a sua realidade concreta e relações com outros espaços urbanos da cidade de Belém, objetivo dessa pesquisa e que será desenvolvido no próximo capítulo a partir de um estudo de caso selecionado.

b) Ocupações em áreas de expansão urbana

As ocupações em áreas de expansão urbana são assentamentos em frações de espaço urbano na RM de Belém que surgiram com o processo de crescimento da capital belenense e, conseqüentemente, da sua malha urbana, em um movimento diretamente associado ao processo de aumento das relações econômicas metropolitana (TRINDADE JR., 1997). Em Belém, as ocupações iniciaram em meados da década de 1950, mas se intensificaram nas décadas de 1980 e 90, período contemporâneo à concretização da RM de Belém como metrópole e polo de influência regional (PONTE *et al.* 2016).

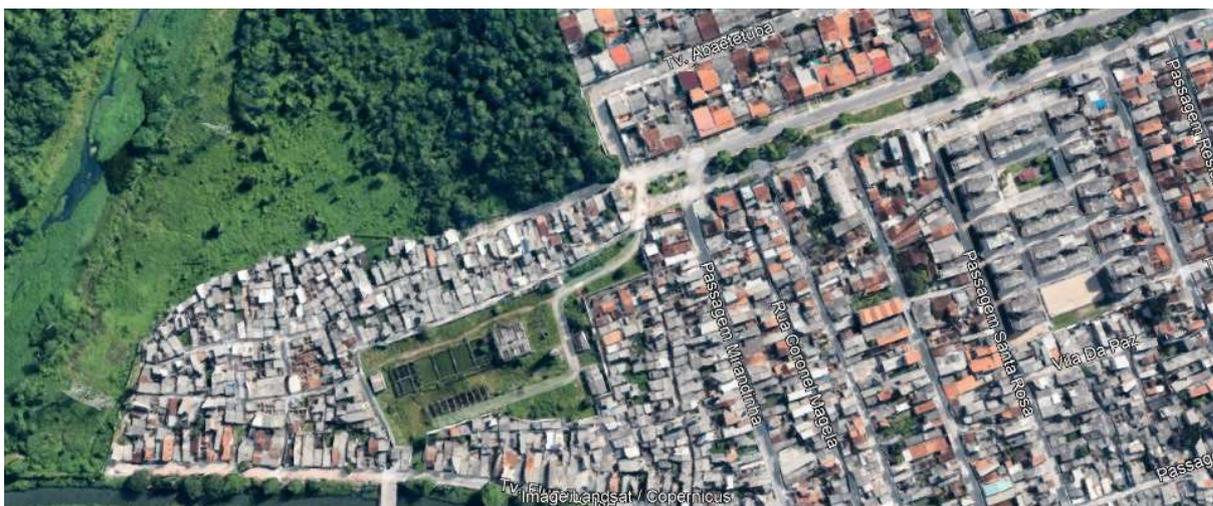
Foco de implementação de programas habitacionais do poder público na década de 1960⁹⁰ por motivos da disposição de terras economicamente viáveis (Ver cap. 01), a área de expansão urbana de Belém era isenta de arruamento e plano de ocupação⁹¹, de modo que só receberam os primeiros investimentos em infraestruturas com a implementação daqueles (SOUZA, 2016).

⁹⁰ No ano de 1960 foi construído o primeiro Conj. habitacional em Belém pela Companhia de Habitação do Pará (COHAB-PA), o Nova Marambaia I no bairro da Marambaia, que contabilizou 834 unidades habitacionais (COBAH-PA, 2020), a princípio, destinados aos remanejados pelas obras de infraestrutura urbana no centro de Belém (SOUZA, 2016).

⁹¹ Segundo Renata Souza (2016), isso se explica pelo fato das concessões de terra ao município nessa área serem posteriores ao uso como propriedades rurais (fazendas) nas mesmas.

Para a autora, as novas condições de infraestrutura propiciadas pelos conjuntos habitacionais atraíram novos agentes – os loteadores, a exemplo -, que produziram assentamentos irregulares (Figura 47) direcionados à população economicamente pobre (Ibidem).

Figura 47 - Poligonal Água Cristal, entre canais - São Joaquim e Água Cristal. Marambaia, Belém/PA



Fonte: Google Street View (2017)

Nota: Ocupação situada no bairro em que foi implementado o primeiro conjunto habitacional de Belém

Trindade Jr. (1997) explica que a formação desses assentamentos precários, em um primeiro momento, está relacionada à dificuldade de produção de novas ocupações no centro urbano de Belém em vista da reduzida quantidade de grandes áreas disponíveis⁹². Esse contexto levou a população pobre a criar novas estratégias⁹³ de acesso ao solo urbano, segundo Ponte *et al.* (2016).

Estas estratégias demonstram o volume de demanda popular pelo acesso à terra e à moradia e também o movimento estratégico de criação de alternativas para garantia de formas de acesso ao solo urbano em situação de exclusão do mercado formal de terras. Este conjunto de fatores é comum em cidades de grande porte no Brasil (...). (Ibid., p.209).

⁹² Realidade diferente das décadas passadas, quando as áreas alagadas formavam vazios urbanos, permitindo a ocupação destas por uma população pobre para uso com fins residenciais, dando origem às baixadas (Ver capítulo 01).

⁹³ Segundo Souza (2016, p.01), essas estratégias locais de organização social preencheram problemas estruturais de uma urbanização incompleta que resultou de uma política de desenvolvimento econômico da década de 1970 - o programa de integração nacional brasileiro (ver Cap. 01) -, desacompanhada de “suporte adequado de infraestrutura e políticas públicas” que abarcasse “as dinâmicas econômicas e sociais”.

O processo de ocupação das áreas de expansão se intensifica com o movimento de valorização das baixadas – resultado das intervenções urbanas e de saneamento nestas áreas, incorporando-as ao mercado -, de modo que os grupos sociais de baixo poder aquisitivo, tanto os recém chegados à cidade quanto os que já residiam nas baixadas, são forçados a se alocar nas periferias distantes, a partir de um contínuo processo de migração (TRINDADE JR., 1997). Em comparação às baixadas, as ocupações em áreas de expansão em geral possuem melhor topografia, todavia, as condições de infraestrutura urbana e proximidades em relação aos locais de trabalho e rede de serviços geralmente são piores (Ibidem).

Percebe-se, com isso, similitudes do processo de formação dos assentamentos precário brasileiro – que possuem grande expressão no cenário urbano nacional -, na formação dos assentamentos urbanos periféricos distantes de Belém. Processo no qual o Estado⁹⁴ se isenta do compromisso com políticas urbanas voltadas para classe popular ao mesmo tempo que é agente nos processos de valorização do solo urbano de áreas sob interesse do mercado - responsáveis pela remoção direta e indireta daquela classe trabalhadora (CORRÊA, 1995). Desse modo, tem-se como resultando a autoprodução compulsória de moradias por uma população economicamente mais pobre em áreas, geralmente, a margem dos interesses do mercado e com pouca ou nenhuma infraestrutura (MARICATO, 2019), ou seja, a reprodução de assentamentos precários, a exemplo da Figura 48.

Ponte *et al.* (2016), relata que, localmente, os assentamentos precários em áreas de expansão eram denominados por *invasões*, em meados da década de 1980 a 1990, e organizados, frequentemente, por “movimentos de luta pela moradia, lideranças comunitárias, associações de bairro, incentivo de vereadores locais ou mesmo pequenos especuladores imobiliários do mercado informal” (Ibidem, p.208). No entanto o termo *invasão* logo foi abandonado e o termo *ocupação* foi adotado como mais qualificado pelo planejamento urbano e militantes da Reforma Urbana⁹⁵ (Ibid.)

⁹⁴ Segundo Corrêa (1995), o Estado compõe os agentes sociais da produção do espaço urbano e sua ação na organização espacial é mutável tanto no tempo quanto no espaço. Dentro da lógica da produção do solo urbano como mercadoria, o Estado faz uso de seus instrumentos urbanos – investimento público para obras de melhorias urbanas, a exemplo -, para facilitar os interesses dos outros agentes promotores do espaço urbano nas cidades, como os proprietários de meio de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários.

⁹⁵ Possuindo relação com o movimento de redemocratização do país, período em que se evidenciou publicamente, de forma mais frequente, as “anistias de terras públicas ocupadas e a desapropriação de terrenos privados”, juntamente a um momento de reconhecimento formal ao direito à cidade no Brasil, segundo Pinheiro *et al.* (2016).

este ressaltaria a dimensão do uso da terra em detrimento da conotação criminal que aquele teria. A luta pelos discursos no contexto da RM de Belém, portanto, já denota a politização da questão e também sua dimensão de conflito social e disputa pela prioridade de investimentos públicos (Ibid.).

Figura 48 - Imagem da Passagem Presidente Lula, entre Tv. Fluminense e Passagem Canaã, Água Cristal – Marambaia, Belém/PA



Fonte: Google Street View (junho, 2022)

Por outro lado, para Trindade Jr. (1997, p.159), o envolvimento de grupos que almejam ocupar cargos políticos por via eleitoral acabou contribuindo para a proliferação das ocupações espontâneas em Belém, a partir de um movimento chamado “clientelismo de base” (CAMPOS FILHO, 1989), processo no qual o morador ou a comunidade são incentivados por aqueles, e estes, por conseguinte, são transformados em “clientes”, em vista de que se atenda certas necessidades suas⁹⁶.

As ocupações em área de expansão seriam então a expressão mais recente da segregação socioespacial no espaço urbano de Belém. Segundo Ponte *et al.* (2016), os desenhos urbanos de caráter precário destas ocupações estariam relacionados com seguintes fatores:

⁹⁶ Entretanto, Trindade Jr. (1997) por meio de Santos (1987, p.41), explica que esses moradores não assumem o seu papel de eleitor em sua completude, restringindo-se ao momento do voto. Um “eleitor não-cidadão” que não tem participação ativa nem dinâmica.

(...) com o controle e a exclusão no acesso formal, estável à terra; com a disponibilidade espacialmente restrita das melhorias no sistema viário; com as restrições à ocupação imposta pelo *cinturão institucional*, de terras públicas em torno do núcleo central de Belém; com a falta de instrumentos de atuação sobre a terra juridicamente; e com a manutenção de interesses de proprietários de terras na gestão do uso e da ocupação do solo nos municípios metropolitanos (Ibidem, p.210).

Para Renata Souza (2016), essa área de expansão possui uma infinidade de usos e parcelamentos em tempos e espaços diferenciados. Hoje, há conjuntos habitacionais que datam da década de 60, condomínios de classe alta e loteamentos espontâneos ou dirigidos, que criam uma diversidade de uso do solo da área da Segunda Légua Patrimonial⁹⁷, caracterizando-a como um “espaço de múltiplas vivências”. Souza (2016), revela a partir dessa compreensão a disputa pelo acesso ao solo urbano dessa área de expansão que carece de infraestrutura e espaços públicos de qualidade, contudo valorizada gradualmente pelos diferentes agentes produtores do espaço.

Por fim, sintetizando as definições das ocupações em áreas de expansão produzida por Ponte *et al.* (2016) e organizadas nessa pesquisa, segundo as principais variáveis (MCidades, 2010), temos a Quadro 02:

Quadro 02 – Síntese das variáveis que definem as ocupações em áreas de expansão em Belém/PA

Variáveis	Tipologia – Ocupações em áreas de expansão
Período histórico	Iniciadas em meados dos anos 1960, mas intensificadas nos anos 1980.
Acesso à moradia	Acesso juridicamente irregular à terra
Terreno	Apresenta parcelamento, frequentemente, em lotes estreitos, porém profundos, com alta incidência de ocupação de áreas de fragilidade ambiental e/ou terras públicas, em geral anistiadas.
Localização	Áreas periféricas distantes da centralidade urbana de Belém
Traçado urbano	Parcelas em glebas espacialmente articuladas a corredores viários locais, a partir de arruamento relativamente legível, ao aguardo de futura retificação e implantação da rede de infraestrutura.
Sistema ou Rede de infraestrutura	Solo urbano em regime precário, com deficiência infraestrutural e nas articulações com linhas de ônibus e redes de serviço urbano no entorno.
Condição da unidade habitacional	Ocupação horizontal, em geral em forma extensiva; Autoconstrução com problemas estruturais e acesso comumente irregular ao abastecimento de água e fornecimento de energia, inicialmente.

⁹⁷ A Segunda Légua Patrimonial é a outra porção de terra doada à intendência de Belém no ano de 1831.

Processo de ocupação e Agentes envolvidos

Ocupação de caráter coletivo, mas nem sempre organizado. eventual existência de liderança comunitária do movimento de ocupação de terra; eventual existência de articulação com políticos locais ou membros de caráter político; loteadores informais; e ocupantes.

Fonte: Ponte *et al.* (2016, p. 210-211); MCidades (2010, p. 20). Elaboração: Rogério Maués
Nota.: Incluiu-se, para além das variáveis utilizadas pelo MCidades (2010), “período histórico” e o “processo de ocupação e agentes envolvidos”

E em uma análise quantitativa de domicílios e moradores em áreas de assentamento precário, consideradas ocupação em áreas de expansão, Segundo Ponte *et al.* (2016) temos:

Tabela 02: Cálculo dos números de domicílios e habitantes em assentamentos precários da tipologia ocupação em áreas de expansão em Belém/PA (2009)

Número de domicílios	Número de famílias	Número de habitantes
91.025	98.205 famílias	191.641 pessoas

Fonte: Ponte *et al.* (2016). Elaboração: Rogério Maués (2022)

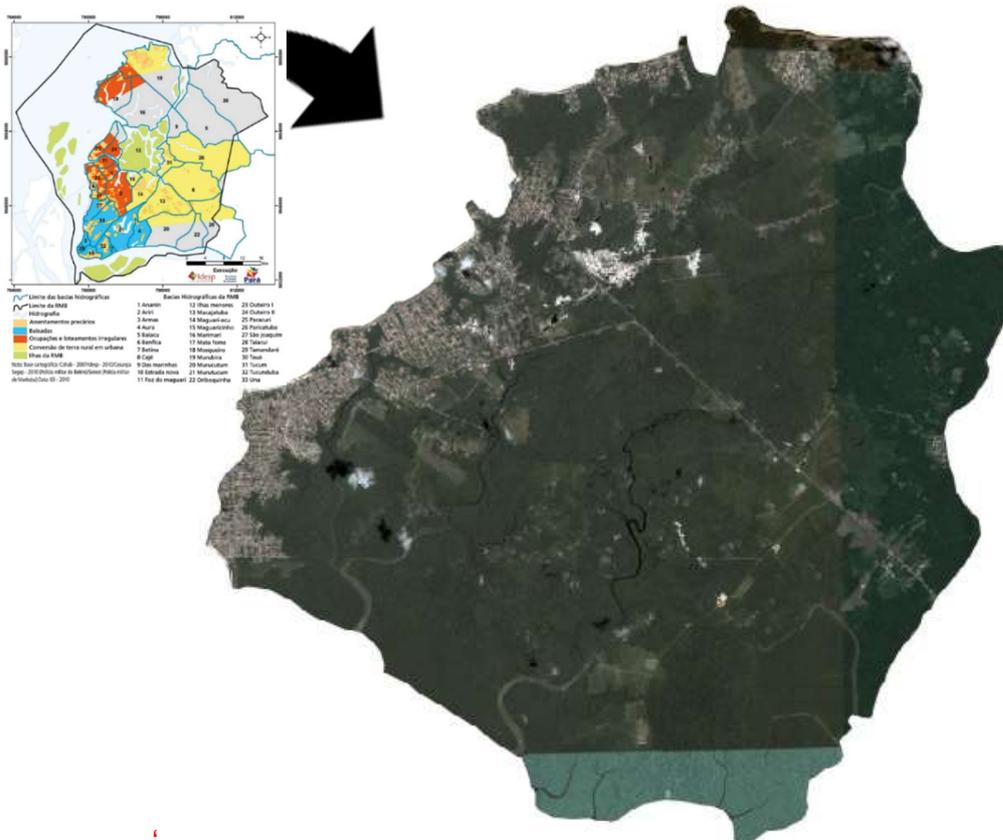
c) Conversão de terra rural em urbana

A tipologia “conversão de terra rural em urbana” consiste de um fenômeno posterior à ocupação em áreas de expansão urbana – mas que não se configura como uma simples piora do quadro destas -, que se constitui da disposição de ocupações irregulares em frações limítrofes de expansão do espaço urbano, de modo a alcançar terras rurais, com menores custos, escasso controle urbanístico e dinamismo imobiliário insignificante, de modo a reduzir a disputa fundiária e de agentes privados sobre essas áreas (PONTE *et al.*, 2016). Em vista disso, foi utilizada como definição tipológica na pesquisa de Ponte *et al.* (Ibidem), por conter particularidades históricas e físico-territoriais.

Essa tipologia apresenta em seu maior isolamento e segregação espacial o diferencial como mais novo espaço urbano periférico da região metropolitana de Belém. As particularidades desta tipologia consistem, de modo mais pragmático, em fatores, tais quais: o afastamento espacial de maior expressão - terras localizadas em zona rural ou mediações de perímetros urbanos, de características de litígio judicial, ociosidade ou subutilização, a exemplo -, juntamente ao agravamento da segregação,

articulada a condições infraestruturais extremamente deficientes e informalidade laboral, com a presença frequente de algum nível de criminalidade interna associado a estes assentamentos, “tráfico de drogas, furtos, assaltos, relação com o mercado da pirataria local, contrabando (PONTE, *et al.*, 2016, p.212).

Figura 49 – Vista aérea da Ilha de Mosqueiro, localizada no Distrito Administrativo de mesmo nome, porção norte de Belém/PA



Fonte: FERREIRA (2010). Com base em imagens obtidas a partir do Satélite Landsat 5, composição falsa cor (Spring/INPE) / dados da Prefeitura de Belém/Secretaria de Saúde

Segundo Ponte *et al.* (2016), as primeiras constatações das conversões de terra rural em urbanas datam do final do século XX, na década de 1990, todavia, sua consolidação ocorreu no início do século XXI. Esta tipologia é mais presente nos outros municípios da RM de Belém, que não a capital belenense, entretanto Belém possui como exemplo conversões de terra rural em urbana na ilha de Mosqueiro (Figura 49), que possui tempo de ocupação um pouco mais antigo que as demais cidades da RM de Belém.

Segundo Ferreira (2010), as características como maior isolamento, segregação socioespacial, precariedade da terra ocupada irregularmente e

habitações com problemas esgoto/sanitário estão presentes em frações espaciais da Ilha de Mosqueiro caracterizada como assentamento precário – ocupação Ipixuna, a exemplo (Figuras 50 e 51) -, condições estas que têm se agravado com a expansão urbana na região.

Nesse ponto, outro aspecto importante a se considerar nessa tipologia é que, por estar em área de grande valor ambiental, as ações antrópicas resultantes do processo de ocupação, desvinculado de planejamento e serviços urbanos, tem causado impactos ambientais, tais quais a produção de lixões o assoreamento dos cursos d'água são exemplos (FERREIRA, 2010).

Figura 50 - Localização da ocupação Ipixuna, Ilha de Mosqueiro em Belém/PA



Fonte: FERREIRA (2010). Com base em imagens obtidas a partir do Satélite Landsat 5, composição falsa cor (Spring/INPE) / dados da Prefeitura de Belém/Secretaria de Saúde

Figura 51 - Exemplo de moradia e banheiro externo sem ligação à rede de esgoto nas ocupações da Ilha de Mosqueiro, Belém/PA



Fonte: Ferreira (2010)

Por fim, utilizando a síntese das definições dos assentamentos do tipo conversão de terra rural em urbana produzida por Ponte *et al.* (2016) e organizadas nessa pesquisa segundo as principais variáveis (MCidades, 2010), temos a Quadro 03:

Quadro 03 – Síntese das variáveis que definem as ocupações em áreas de expansão em Belém/PA

Variáveis	Tipologia – Ocupações em áreas de expansão
Período histórico	Iniciadas em meados dos anos 1990, mas intensificadas nos anos 2000.
Acesso à moradia	Acesso juridicamente irregular à terra de caráter residual, geralmente, de litígio judicial, ociosidade (de ocupação, de aproveitamento) ou subutilização. Maior incidência de ocupação de terras privadas.
Terreno	Com ocupação esparsa, de baixa densidade, espacialmente menos acessível e mal servida por conexões viárias.
Localização	Terras em zonas rurais ou nas imediações do perímetro urbano, de alto grau de isolamento espacial.
Traçado urbano Sistema ou Rede de infraestrutura	Inseridos em áreas com ausência ou precariedade de infraestrutura. Em geral, desprovidas de equipamentos urbanos; menos acessíveis, mal servidas por conexões viárias.
Condição da unidade habitacional	Ocupação horizontal, em geral espaçadas; Autoconstrução com problemas estruturais e acesso comumente irregular ao abastecimento de água e fornecimento de energia, esgotamento em fossa séptica ou “negra”
Processo de ocupação e Agentes envolvidos	Ocupações recentes com forte composição de migrantes pobres do interior do Pará e outros estados do Brasil – Maranhão, a exemplo -, de fortes relações sociais estabelecidas internamente à coletividade. Proprietários da terra particular e Polícia Militar (acionada no momento do conflito para reintegração de posse).

Fonte: Ponte *et al.* (2016, p. 210-211); MCidades (2010, p. 20). Elaboração: Rogério Maués.
 Obs.: Incluiu-se para além das variáveis utilizadas pelo MCidades (2010), “período histórico” e o “processo de ocupação e agentes envolvidos”.

E em uma análise quantitativa de domicílios e moradores em áreas de assentamento precário consideradas ocupação em áreas de expansão, Segundo Ponte *et al.* (2016) temos:

Tabela 03 - Cálculo dos números de domicílios e habitantes em assentamentos precários da tipologia conversão de terra rural em urbana em Belém/PA (2009)

Número de domicílios	Número de famílias	Número Habitantes
5.479	5.607	20.747

Fonte: Ponte *et al.* (2016). Elaboração: Rogério Maués (2022)

d) Assentamentos Ribeirinhos

Essa proposta de tipologia de assentamento precário é bastante diferenciada na RM de Belém devido ao seu isolamento geográfico e por não se aproximar, necessariamente, ao padrão de assentamento urbano comumente encontrado em outras RM brasileiras. De grande peculiaridade, esses assentamentos possuem ocupação de baixa densidade demográfica em zonas rurais-ribeirinhas das ilhas da RM de Belém, geralmente encontrados nos municípios de Belém e Ananindeua (PONTE *et al.*, 2016).

Caracteriza-se por ser uma forma de ocupação *rural* característica da região Norte, localizada nas ilhas – Ilha do Combú em Belém, a exemplo (Figura 52) -, que se relaciona com contexto urbano a partir de um movimento quase diário para atividades comerciais, abastecimento de materiais extrativistas e uso dos serviços públicos – educação e saúde, a exemplo (Ibidem).

Figura 52 - Vista aérea da Ilha do Combú, localizada as margens do Rio Guamá, Sul de Belém/PA



Fonte: Google Street View (2019)

Considerando que a ocupação amazônica, inicialmente, deu-se pelos cursos d'água por serem as vias de acesso constituídas da região (BENCHIMOL, 1995) segundo Ponte *et al.* (2016), esses assentamentos ribeirinhos consistem de uma ocupação histórica da ribeira – terras baixas, contíguas aos cursos d'água, geralmente

alagadas ou suscetíveis a alagamentos, denominando, assim, aos que habitam essas áreas, de ribeirinhos⁹⁸ (Ibidem). O autor compara esses assentamentos “com os modos de vida e reprodução social de populações de áreas amazônicas alagáveis e das proximidades dos rios e lagos em geral”, o que para Loureiro (2004), configura-se o “*complexo rio-mata-roça-quintal*”, (Ibidem, p.217).

Ponte *et al.* (2016) considera que as características territoriais desses assentamentos ribeirinhos se configuram a partir da predominância da proximidade com os cursos d'água, em virtude de atividades e reprodução social relacionadas aos rios – a locomoção, a pesca, o comércio, o extrativismo e agricultura, a exemplo -, assim como, de uma ocupação esparsa, de baixa densidade e comumente horizontal em núcleos que se encontram próximos de bosques e áreas de florestas com interesse econômico – a exemplo dos açazais das ilhas belenenses.

As moradias são construídas, praticamente em madeira e estrutura tipo palafita (Figura 53). Essa tipologia tem como características a falta de formalização jurídica, estável, da situação da posse da terra; ausência parcial ou total de infraestrutura como água encanada, luz elétrica, coleta de lixo, rede de esgoto; precariedade nos transportes; materiais construtivos das habitações de baixa perenidade e exclusão social causado por baixo benefício de programas sociais e políticas públicas (PONTE *et al.*, 2016).

Figura 53 - Exemplo de moradia de madeira em estrutura palafítica na ilha do Combú



Fonte: Eduardo Versoni (2019)

⁹⁸Costa (2009) explica que os ribeirinhos advêm da miscigenação de indígenas e portugueses que se localizavam em pequenas comunidades ao longo dos rios de menor importância econômica e política, de cultura extrativista e de mão de obra familiar, segundo Cardoso e Ventura Neto (2013).

Percebe-se, pelo exemplo de moradia, que o material construtivo em madeira não é um problema em si nos assentamentos ribeirinhos, entretanto, segundo Ponte *et al.* (2016), a baixa durabilidade do material, aliada à realidade socioeconômica atual de seus habitantes, torna-se um problema para a manutenção das mesmas, juntamente, com a gradativa redução dos recursos naturais para produção dessas.

A falta de infraestrutura, mesmo para uma realidade de baixa densidade populacional, torna-se um problema por conta dos impactos ambientais relativo aos itens de consumo e do uso de energia baseada em geradores termoelétricos movidos a diesel (Ibidem).

Por fim, utilizando a síntese das definições dos assentamentos ribeirinhos produzida por Ponte *et al.* (2016) e organizadas nessa pesquisa segundo as principais variáveis (MCidades, 2010), temos a Quadro 04:

Quadro 04 – Síntese das variáveis que definem as ocupações em áreas de expansão em Belém/PA

Variáveis	Tipologia – Ocupações em áreas de expansão
Período histórico	Mesmo período da ocupação das primeiras ocupações urbanas.
Acesso à moradia	Falta de formalização jurídica, estável, da situação da posse da terra.
Terreno	Ocupação das ribeiras, ou seja, terrenos baixos alagados ou passíveis de alagamento, adjacentes às margens dos rios.
Localização	Zonas rurais-ribeirinhas localizadas nas ilhas.
Traçado urbano	Pequenos núcleos habitados na proximidade com cursos d'água, seguindo o traçado dos rios, de ocupação em grande parte horizontal e baixa densidade.
Sistema ou Rede de infraestrutura	Precariedade nos transportes, pela característica insular e a necessidade de locomoção por meio de embarcações a motor, canoas a remo ou rabetas (pequenas embarcações motorizadas), dificultando o deslocamento; ausência parcial ou total de infraestrutura de água encanada, luz elétrica, coleta de lixo e rede de esgoto.
Condição da unidade habitacional	Os materiais construtivos das residências apresentam baixo nível de perenidade, sendo a maioria das casas construídas de madeira, ou seja, baixa resistência mecânica e durabilidade.
Processo de ocupação e Agentes envolvidos	Ocupações históricas que datam das primeiras ocupações da Amazônia. População nativa denominada ribeirinhos.

Fonte: Ponte *et al.* (2016, p. 210-211); MCidades (2010, p. 20). Elaboração: Rogério Maués (2022)

Nota: Incluiu-se, para além das variáveis utilizadas pelo MCidades (2010), o “período histórico” e o “processo de ocupação e agentes envolvidos”.

E em uma análise quantitativa de domicílios e moradores em áreas de assentamento precário consideradas ocupação em áreas de expansão, Segundo Ponte *et al.* (2016) temos:

Tabela 04 - Cálculo dos números de domicílios e habitantes em assentamentos precários da tipologia assentamentos ribeirinhos em Belém/PA (2009)

Número de domicílios	Número de famílias	Número Habitantes
1.335	1.378	5.513

Fonte: Ponte *et al.* (2016). Elaboração: Rogério Maués (2022)

e) Cortiços

Como já mencionado, o estudo de Ponte *et al.* (2016) não considera a tipologia *cortiço* como forma de análise dos assentamentos precários de Belém, mas, por analisarmos importante para o entendimento do universo da precariedade urbano-habitacional da cidade, faremos um breve estudo desta tipologia.

Em Belém, não se encontram muitos dados oficiais sobre esse tipo, fator que explica a necessidade de maiores pesquisas, principalmente, por ser uma tipologia que, segundo MCidades (2010), pode se interseccionar com outras, somando precariedades.

Os cortiços são habitações coletivas constituídas por edificações subdivididas em cômodos alugados, sub alugados, ocupados ou cedidos a qualquer título, superlotados e com instalações sanitárias de uso comum dos moradores (MCidades, 2009). Alessandra Vieira (2008) acrescenta ainda, que esses são espaços apertados, de baixa ou nenhuma salubridade, com altos aluguéis e comprometimento nas instalações, causando insegurança.

Para Vieira (2008), os habitantes dos cortiços se submetem a tais precariedades por uma necessidade concreta de acessibilidade às redes de serviços urbanos e infraestruturas presentes nos centros das cidades, aliada a limitada situação financeira (PARIS, 2018). É nesse sentido que Octavie Paris (2018) considera que estudar o lugar dos cortiços para os seus habitantes e na cidade, garante-nos uma discussão sobre a questão da sustentabilidade de uma atividade residencial popular nos centros das cidades como garantia do direito à cidade. O que seria possível se o Estado considerasse a habitação coletiva como possível opção de

moradia popular em áreas já consolidadas e assumisse a responsabilidade pela garantia de condições de moradia digna, por meio da manutenção desses lugares e, desse modo, fazendo-se cumprir a lei⁹⁹ (VIEIRA, 2008).

Em Belém, os cortiços foram bastante comuns como local de moradia da população trabalhadora de baixa renda no final do século XIX e início do século XX. Localizados no centro da cidade, foram bastante reprimidos pelo poder público e alvo de demolições e remoções, como em outras capitais do Brasil (Ver Cap. 01).

Atualmente, percebe-se poucos dados oficiais sobre esse tipo de moradia na cidade. Segundo Paris (2018, p.26), ao falar de Belém em seu estudo sobre cortiços no Brasil – o autor analisa essa realidade urbana também nas cidades de São Paulo e Salvador -, “a falta de dados pode ser um dado em si”, fato que levou, a priori, aparentar a não existência de cortiços em Belém nas suas análises (Ibidem). Este fato pode ser explicado pela pouca importância destinada a esses espaços pelo poder público que, historicamente, tratou aqueles por um viés higienista e de apagamento.

Paris (2018), ao analisar os bairros da Cidade Velha, Campina e Reduto – bairros centrais de Belém -, não identificou cortiços que atendessem a definição pré-estabelecida em sua pesquisa – mesmo que os dados do IBGE (2010) tenham identificado 17 cortiços nos bairros da Cidade Velha e Campina -, de forma que avaliou estes como pensões e com uma particularidade de “atmosfera de decadência urbana” (Ibidem, p. 73. Tradução nossa). E constata, ainda, que os cortiços não são considerados nas políticas públicas em diferentes níveis político-administrativos

O plano municipal não apresenta uma definição oficial de habitat em cortiço e, por isso, também não desenvolve um programa específico para esta habitação. Esse último também seria difícil de implementar devido à falta de contagem (...). No nível estadual do Pará, a habitação cortiço também não aparece, implicando que este tipo de habitação não existe e não deve ser levada em consideração (Paris, 2018, p.73. Tradução nossa).

São raros os cortiços em Belém, quando comparados a São Paulo e a Salvador, segundo Paris (2018). De identificação difícil, os espaços analisados a partir das entrevistas feitas, demonstraram maior vínculo às “atividades de prostituição do que representar uma solução real de habitação para famílias de baixa renda” (Ibid., p.86). A autora sugere que tanto as intervenções de modernização da cidade - com

⁹⁹ Segundo Vieira (2008, p.01), o cortiço em si, não é ilegal. Ele se torna ilegal quando há condições de precariedade, superlotação e/ou aluguéis abusivos.

erradicação dos cortiços -, quanto a predominância de baixadas na proximidade dos centros, possam explicar essa reduzida existência de cortiços em Belém na atualidade¹⁰⁰.

Segundo a organização social AmaBelém (2016)¹⁰¹, em entrevista com Paris (2018), um dos elementos de identificação dos cortiços em Belém são a existência de grande número de varais com lençóis ou roupas penduradas em pequenas áreas ou janelas, de modo que é comum usar a expressão “Meu Deus, essa casa parece um cortiço” (Ibid., p. 159, tradução nossa) para situações em que casa esteja com muitas roupas penduradas no varal¹⁰². Para Paris:

O elemento do varal é muita das vezes característico das fachadas e partes comuns dos cortiços. Aliás, está aí, um dos sinais da exiguidade das residências e das diferentes funções desempenhadas pela única sala de estar. É, portanto, revelador ver roupa pendurada nas janelas dos cortiços (...). A presença de cordas de roupa visíveis na fachada permite, então, um primeiro filtro para identificar cortiços, embora não seja suficiente (PARIS, 2018, p. 159. Tradução nossa).

De toda forma, a existência dos cortiços na cidade de Belém é bastante rara atualmente, como constatado por Paris (2018). A autora explica que a característica presença de cortiços no centro histórico não se faz presente em Belém. Percebe-se, na verdade, uma prevalência do uso comercial influenciado pela proximidade de portos, feiras e comércios em geral.

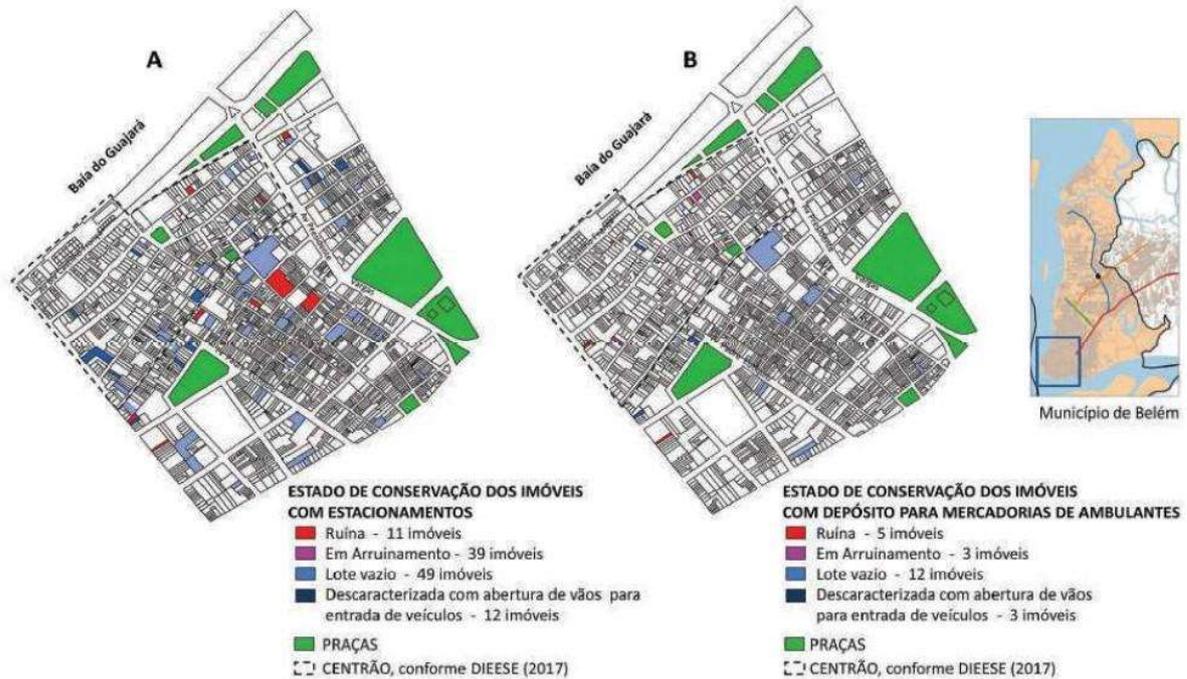
Entretanto, um processo de encortiçamento no Centro Histórico de Belém foi sugerido a partir dos estudos Mohry e Lima (2018, p.04), que tratam da *degradação arquitetônica e morfologia do bairro da Campina no Centro Histórico de Belém*. Segundo os autores, a “constatação de que na década de 2010 no bairro, existe um mercado imobiliário de aluguel de imóveis degradados, para o qual ocorrem aspectos ligados a suas localizações”, cria o que eles chamam de “um ciclo de degradação em andamento na área” (Figura 54).

¹⁰⁰ Essa constatação pode sustentar a hipótese criada no capítulo 01 dessa dissertação, ou seja, a hipótese de que os processos de demolição e proibição de cortiços, causado pelo plano de modernização de Belém na gestão do intendente Antônio Lemos, possivelmente, levou as famílias removidas, habitantes desses espaço localizados nas áreas centrais da cidade, a ocuparem as áreas alagadas e alagáveis não ocupadas na época, que hoje denominamos de *baixadas*, justamente pela proximidade à centralidade urbana e a disponibilidade de terra.

¹⁰¹ Entrevistada: Suzana do AmaBelém, 2016.

¹⁰² Essa expressão é muito utilizada em períodos de muitas chuvas que forçam as pessoas estenderem roupas dentro de casa para que possam secar.

Figura 54 – Localização do bairro da Campina (A) dos imóveis degradados com estacionamento para veículos e (B) dos imóveis degradados com depósito de ambulantes



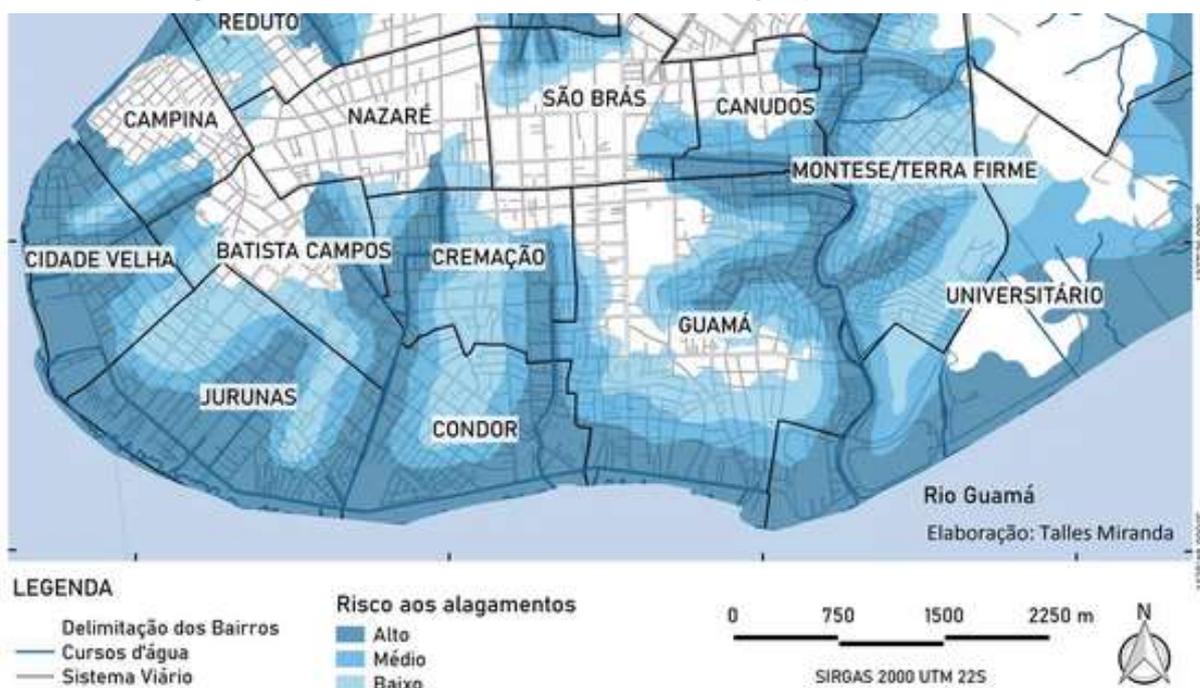
Fonte: Mohry e Lima (2018)

Mohry e Lima (2018, p.16) demonstram que os benefícios locais do espaço urbano do bairro favorecem para a uso dos imóveis degradados como depósitos de mercadoria de ambulantes, estacionamentos, e em alguns casos, como moradia, fomentando o “mercado imobiliário de aluguel de imóveis em ruínas”. Ou seja, percebe-se um padrão característico de encortimento nos processos de locação de imóveis em ruínas do Centro Histórico de Belém, ou mesmo, na ocupação desses, que servem de depósito para mercadorias de ambulantes, por pessoas em situação de rua.

Segundo Mohry e Lima (2018), esse processo de degradação está vinculado a questões socioeconômicas que decorrem da demanda por estacionamento e depósito para mercadoria de ambulantes, estimulado pela acessibilidade e atratores - Ver-o-Peso, bancos e instituições, assim como, pela ocorrência de ambulantes pelas ruas do bairro da Campina, a exemplo. Essas condições apresentadas de uso de imóveis degradados no bairro da Campina podem classificá-los como possíveis cortiços, quando usados para uso habitacional, seja por meio de locação ou ocupação – nos casos dos moradores em situação de rua.

É importante ressaltar que, se considerar a mancha de tipologia de assentamentos precários de Belém (PONTE *et al.*, 2016), o centro histórico se encontra na área delimitada como *baixada*, ou seja, tanto os cortiços estudados por Paris (2018), quanto esses imóveis degradados com características de cortiços no bairro da Campina, estão sujeitos a alagamento (Figuras 55 e 56), configurando uma sobreposição de condições de precariedade.

Figura 55 – Mancha de suscetibilidade de inundação parcial de Belém/PA



Fonte: CPRM (2015). Elaboração: Talles Miranda (2018)

Figura 56 – Foto de alagamento do entorno do Ver-o-Peso, bairro da Campina – Belém/PA



Fonte: Amanda Nogueira (2017)

Por fim, utilizando a síntese das definições dos Cortiços aqui levantadas e organizadas nessa pesquisa segundo as principais variáveis (MCidades, 2010), temos a Quadro 05:

Quadro 05 – Síntese das variáveis que definem os Cortiços em Belém/PA

Variáveis	Tipologia – Ocupações em áreas de expansão
Período histórico	Século XIX e início do século XX, mas são raros hoje em dia.
Acesso à moradia	Aluguel sem contrato, cedido ou ocupação ilegal de imóvel público ou privado.
Terreno	Lote regular
Localização	Áreas centrais
Traçado urbano	Inseridos em áreas consolidadas, com traçado urbano regular
Sistema ou Rede de infraestrutura	Dotados de infraestrutura urbana e acesso a rede de transporte público.
Condição da unidade habitacional	Cômodos resultantes de subdivisão de imóveis degradados, superlotação, com instalações prediais comprometidas, uso comum de instalações sanitárias, insalubridade e altos valores de aluguel, quando alugado.
Processo de ocupação e Agentes envolvidos	Moradia histórica da classe trabalhadora nos centros das cidades que sofreram grande repressão do poder público com demolições e proibições, de modo que hoje são raras a sua presença como solução habitacional popular em Belém.

Fonte: MCidades (2010, p. 20). Elaboração: Rogério Maués (2022)

Nota: Incluiu-se para além das variáveis utilizadas pelo MCidades (2010), “período histórico” e o “processo de ocupação e agentes envolvidos”.

Devido à rara ou nula existência de dados oficiais sobre os cortiços em Belém, a análise quantitativa de domicílios e moradores foi prejudicada.

f) Conjuntos habitacionais irregulares/deteriorados:

Segundo a Plano Nacional de Habitação (PNH), estes assentamentos são conjuntos deteriorados, não regularizados pelo poder público, podendo ser de acesso ilegal, compra e venda ou concessão de uso pelo poder público (sem registro) (MCidades, 2010).

A condição de acesso a esses pode ocorrer em forma de ocupação irregular ainda no período de construção, ou mesmo, antes da posse, pelos que seriam

beneficiados inicialmente (Ibidem) – como é o caso do Conjunto Jardim Sevilha, no bairro Parque Verde, em Belém (Figura 57 a/b). Ou mesmo acessados de forma regular, mas que entraram em estado de deterioração por falta de manutenção pelo poder público – como é o caso do Conjunto Satélite, em Belém, a exemplo.

Figura 57 – Fotos do Conjunto habitacional Jardim Sevilha – bairro Parque Verde, Belém/PA

- a) Via de acesso do Conjunto Jardim Sevilha e adaptação para o comércio nas edificações b) Exemplo de autoconstrução no processo de finalização das obras das edificações



Fonte: Gouvêa, 2021

Nota: Como o acesso ocorreu de forma irregular antes da finalização da obra, é comum ver diferentes materiais construtivos, revestimentos ou vedação por unidade habitacional, assim como, a adaptação para comércio ou mesmo de terraços para as unidades presentes nos últimos andares das edificações.

Os primeiros conjuntos habitacionais em Belém datam de meados da década de 1960 a 1980. São conjuntos produzidos pelo poder público na conjuntura do Banco Nacional de Habitação (BNH) - ou seja, produção em grande escala, de baixa qualidade construtiva e em áreas afastadas no centro urbano, antes rurais -, executados pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB-PA), e destinados, inicialmente, para reassentar moradores atingidos por projetos de infraestrutura urbana nas áreas centrais de Belém (TRINDADE JR., 1997). Dessa maneira, os conjuntos que hoje se encontram deteriorados ou ocupados irregularmente, datam desse período.

São poucos os dados oficiais sobre conjuntos habitacionais irregulares/deteriorados em Belém. Ponte *et al.* (2016) explica que os dados da COHAB-PA informam somente as denominadas “áreas de invasão”¹⁰³ – ocorrências

¹⁰³ Áreas demarcadas no mapa de sobreposição de contornos das áreas de ocupação irregular na RM de Belém e dos aglomerados subnormais e assentamentos precários, na figura 30.

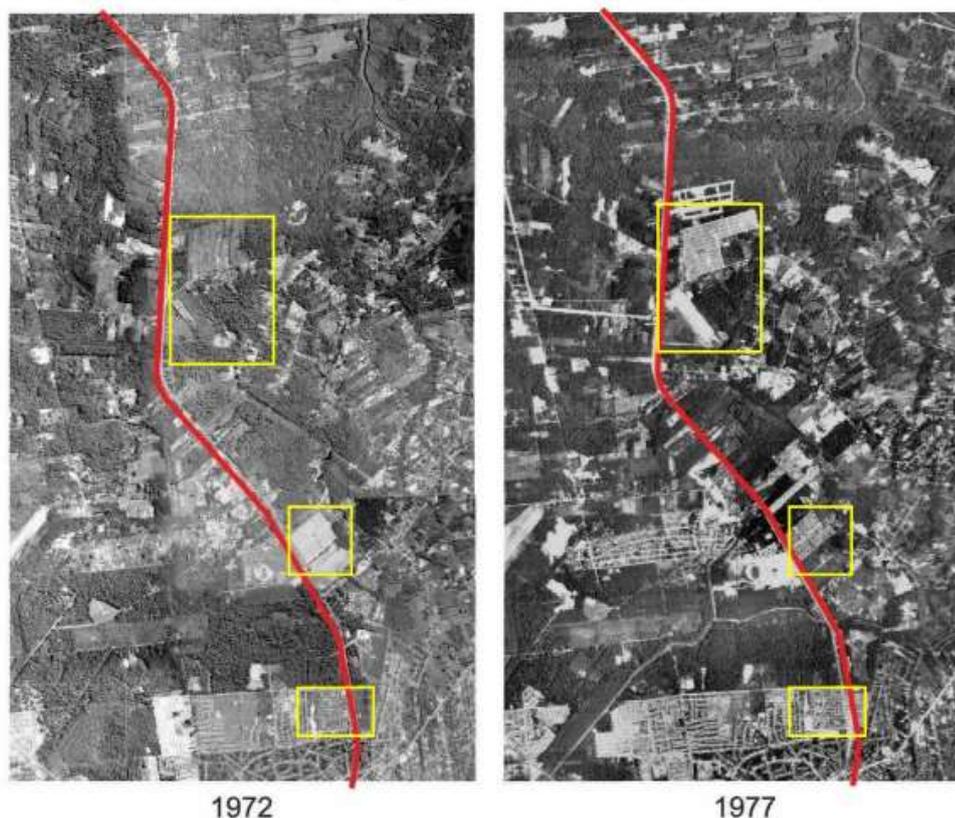
de ocupação irregular de terras (públicas ou privadas), incluindo as de domínio da própria COHAB-PA, que se encontram registradas oficialmente na RM de Belém.

Haveria, segundo Ponte *et al.* (2016, p.221), um debate na COHAB-PA a respeito da demanda de integrar aos dados denominados “áreas de invasão”, dados referentes aos conjuntos mais antigos que datam de 1960 – 1980, e que estão em “processo de decaimento físico”, pela falta de manutenção.

Esses conjuntos habitacionais possuem como característica uma localização distante do centro urbano, em áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura anterior a sua construção, como pode se ver na Figura 58. Lima (2002), ao explicar a escolha do local e do projeto dos conjuntos habitacionais, aponta que o mesmo tinha que atender a critérios financeiros do sistema financeiro do BNH,

o desenho se tornava uma “equação matemática” em que a forma e a localização dos assentamentos eram condicionadas pelo o preço da infraestrutura e o número de unidades dos conjuntos, incluindo ainda o tamanho e número de ambientes. A quantidade e o tamanho dos espaços de uso comum no assentamento eram definidos por último na projeção, quase sempre após o estudo de viabilidade do empreendimento e definido a partir de uma porcentagem da gleba total a ser ocupada, menos o número de unidades a serem construídas (parágrafo 5º).

Figura 58 – Primeiros conjuntos habitacionais (em destaque amarelo) na Avenida Augusto Montenegro (destaque vermelho)



Fonte: CODEM, 1999 e Google Earth (2010). Elaboração: Renata Durans e Beatriz Fiock (2015)
Nota: Percebe-se o aspecto de isolamento dos conjuntos e a desarticulação da malha, assim como o processo de evolução das ocupações nos terrenos próximos a estes.

Segundo Lima (2002), no que se refere à qualidade arquitetônica, os conjuntos habitacionais apresentavam baixa qualidade projetual, com uma inércia no que tange a constância dos modelos das unidades habitacionais, ao mesmo tempo que padeciam de adaptabilidade ao clima local. Souza (2016, p.44-45) complementa, ao explicar a forma dos conjuntos habitacionais, que estes se destacam pela extensão e regularidade, entretanto “individualizados dentro de uma malha desarticulada”, como mostra a figura anteriormente ilustrada.

Como forma de exemplificar os diferentes acessos aos conjuntos, discorrer-se-á sobre dois presentes na Avenida Augusto Montenegro, de tipologias e acessos de ocupação diferentes.

Como exemplo de conjunto habitacional irregular temos o Jardim Sevilha, localizado no bairro do Parque Verde, na Avenida Augusto Montenegro, cuja estrutura é fechada e de edifícios multifamiliares de 4 pavimentos, que foram ocupados pelo movimento social em 1994 e sofreram processos de adaptação construtiva para criação de pequenos comércios locais “sorveteria, mercado, restaurante, armário, salão de beleza, bares academias” e finalização das obras das edificações, a exemplo (SOUZA, 2016, p.98).

O historiador, fotógrafo e morador do conjunto, Klewerson Lima (2021), em entrevista ao Estadão, considera o conjunto habitacional Jardim Sevilha uma das maiores ocupações urbanas de Belém. Segundo o morador, o conjunto se consolidou por um processo de autoconstrução, uma vez que este estava inacabado no momento da ocupação pelos moradores. E conta ainda que, para que se findssem as obras não acabadas do conjunto - como o pórtico de entrada, a exemplo -, foi recebida ajuda financeira externa, inclusive.

Para Klewerson Lima (2021), o fato do Conjunto ser uma ocupação em plena Augusto Montenegro – principal via da área de expansão da cidade -, este tem como estigma um local da pobreza, violência e precariedades. E é no sentido de romper com esse conceito ruim sobre a comunidade, que o morador explica o uso de suas fotografias com registros do cotidiano local do conjunto, como mostram as figuras 59. Dessa forma, possibilitaria um outro olhar sobre a comunidade e reforçaria, também, o sentido de pertencimento dos moradores ao local (Ibidem).

Figura 59 – Fotos do cotidiano do Conjunto Habitacional Jardim Sevilha – Parque Verde, Belém/PA

a) Crianças brincando na rua.



b) Pedreiro com baldes nas costas.



Fonte: Gouvêa (2021)

O conjunto Satélite, por sua vez, é um conjunto habitacional acessado regularmente, mas que se percebe em processo de deterioração. O conjunto teve a sua construção por iniciativa do governo do Estado do Pará, na década de 1970, a fim de prover habitação para os servidores civis. As obras só findaram em 1984, com previsão de construção de 1704 unidades habitacionais em uma área de 755 hectares¹⁰⁴, segundo Lima, 2002.

José Júlio Lima (2002) explica que a propaganda vinculada ao conjunto Satélite vendia a ideia de um local distante como uma “cidade satélite” - influência do contexto modernista de Brasília visto como modelo de eficiência urbana, à época - de modo a justificar o isolamento que este se encontra. Entretanto, é sabido que as localizações isoladas comuns aos conjuntos habitacionais produzidos na vigência da política do BNH são consequência do descaso do Estado com a moradia popular, que utilizara terrenos distantes para reduzir os custos da produção.

Como características, o Conjunto Satélite é um conjunto aberto, inicialmente, com tipologia de unidades unifamiliares e de 1 pavimento, diferente do conjunto Jardim Sevilha em tipologia.

Apesar do acesso ao conjunto ter ocorrido de forma regular, percebe-se hoje um processo de deterioração. Relatos dos moradores denunciam o descaso com a caixa d'água que abastece o conjunto - que demonstra fissuras por falta de manutenção -, apresentando risco de desabamento (G1 PARÁ, 2020); lixões a céu aberto também se fazem presente, sendo um local de atração de bichos e insetos que

¹⁰⁴ IPASEP, Instituto de Previdência do Estado do Pará. **Projeto e memorial do Conjunto Residencial Satélite, 1974.**

podem ser vetores de doenças (GIUSTI, 2014), a exemplos, como pode se ver na Figura 60a e 60b.

Figura 60 – Problemas infraestruturais no Conjunto Satélite, Belém/PA

- a) Caixa d'água com falta de manutenção, b) Lixão a céu aberto, com restos de caroços de açaí, móveis usados e uma grande vala aberta.



Fonte: G1 Pará (2020)



Fonte: Giusti (2014)

Dessa maneira, podemos concluir que a tipologia de assentamento precário em conjuntos habitacionais irregulares/deteriorados padece de questões como o isolamento territorial - vide as características locais dos conjuntos -, que podem se aprofundar com a falta de frota de ônibus e qualidade das mesmas, a exemplo¹⁰⁵. Da mesma forma, verifica-se a necessidade de manutenção, ou mesmo, o fornecimento de novas infraestruturas nesses conjuntos habitacionais para se garantir qualidade de vida.

Por fim, utilizando a síntese das definições dos conjuntos habitacionais irregulares/deteriorados aqui levantadas e organizadas nessa pesquisa segundo as principais variáveis (MCidades, 2010), temos a Quadro 06:

Quadro 06 – Síntese das variáveis que definem os conjuntos habitacionais irregulares/deteriorados em Belém/PA

Variáveis	Tipologia – Conjuntos habitacionais irregulares/deteriorados
Período histórico	Década de 1960 a 1980
Acesso à moradia	Compra e venda ou concessão pelo poder público (sem registro), ou acesso ilegal

¹⁰⁵ Levando em consideração que os moradores dessas áreas utilizam recorrentemente os transportes alternativos (vans e moto-táxi), podemos inferir que o acesso a transporte público por esses moradores dos conjuntos, seja deficiente.

Terreno	Cota parte de terreno ou lote, em gleba parcelada pelo poder público, sem aprovação formal.
Localização	Áreas periféricas distantes adequadas ou não à urbanização
Traçado urbano	Traçado regular, com áreas públicas apropriadas para fins particulares.
Sistema ou Rede de infraestrutura	Infraestrutura completa ou não, com problemas de manutenção.
Condição da unidade habitacional	Construção por empreiteiras ou mutirão; materiais de baixa qualidade; falta de acabamento e manutenção; áreas comuns e entornos deteriorados.
Processo de ocupação e Agentes envolvidos	Em caso de ocupação irregular: obras paralisadas ou finalizadas e não ocupadas. Movimentos sociais; Poder Público.

A partir das análises sobre a tipologia de assentamentos precários em Belém, constata-se, que em números de moradores, as *baixadas* são as que predominam como espaço da moradia popular da cidade em alguma situação de precariedade. Para que se entenda as particularidades que as baixadas apresentam em si e na relação com o conjunto de espaços da cidade, faz-se necessário um estudo aproximado sobre o território dessa tipologia, de modo que demonstre como se vive de forma concreta nessa realidade urbana popular amazônica.

Além disso, damos importância ao estudo sobre a tipologia baixada por esta ser uma das mais antigas ocupações urbanas da capital paraense e, também, como área de históricas intervenções urbanas de saneamento.

É nesse sentido que o próximo capítulo fará atualização de dados na escala local sobre essa tipologia de grande expressão no espaço urbano popular de Belém, na dimensão do planejar e intervir. Para tanto, tem-se como objeto de análise o baixo Jurunas, bairro que se localiza na bacia hidrográfica da Estrada Nova, parte Sul de Belém, lugar que apresenta elevados índices de precariedade, mas também uma diversidade sociocultural e econômica característica de grande relação com os rios.

Nessa perspectiva, busca-se dar visibilidade às condições urbano-habitacionais, econômicas, sociais, geográfica, hidrológica, morfológica e cultural dessa realidade urbana que, como outras no Brasil, são cada vez mais apagadas e invisibilizadas nos dados oficiais, mas que demonstra características de um habitat amazônico.

3. BAIXADAS: UM OLHAR SOBRE A COMPLEXIDADE E CONTRADIÇÕES DAS CONDIÇÕES DA MORADIA POPULAR EM ÁREAS ÚMIDAS.

Esse capítulo tem por objetivo debater sobre as condições urbano-habitacionais nas baixadas hoje, de modo a evidenciar essas como um espaço de contradições e complexidades que apresentam particularidades frente os outros assentamentos precários de Belém e do Brasil. Particularidades essas, que deveriam ser consideradas nas proposições de políticas e intervenções urbanas, visto que as baixadas são espaços da cidade onde se materializam questões socioambientais, econômicas, espaciais e culturais do principal modo de morar popular de Belém.

A fim de atingir tais desígnios, inicialmente, fez-se um debate sobre o que seria a baixada, nuançado numa perspectiva dialética da produção do espaço urbano a partir das condições materiais e imateriais da bacia hidrográfica da Estrada Nova em Belém do Pará - bacia onde se encontra a área de estudo dessa pesquisa -, tomando por base diferentes referenciais e vertentes teóricas sobre o tema a ser debatido, de modo a demonstrar a evolução sobre o conceito desse espaço urbano em áreas úmidas, que é, predominantemente, local da moradia popular na cidade de Belém.

Em seguida, contextualiza-se a bacia hidrográfica da Estrada Nova no propósito de demonstrar a relevância desta no contexto urbano da cidade em termos hidrológicos, econômicos, sociais e urbano-habitacionais. Faz-se um debate das contradições presente na bacia hidrográfica, na premissa de justificar a sua importância na cidade de Belém e, por conseguinte, a escolha dessa como objeto de análise dessa pesquisa.

Por fim, no intuito de materializar a condição de moradia na baixada hoje e de contribuir para um planejamento e intervenção a nível local, fez-se análises sobre o Jurunas, bairro que guarda expressões significativas dentro do universo das baixadas de Belém, no que diz respeito às características físicas, morfologias, socioeconômicas, socioambientais, habitacionais e culturais. Pretende-se, por meio de comparações de dados oficiais, somado à análises espaciais feitas de forma remota e presencial, juntamente com entrevistas aos moradores e moradoras locais, Movimento Social e Assessoria Técnica Popular atuantes na área, criar um dossiê que

caracterize a baixada na sua realidade concreta e que evidencie a complexidade e contradições desse espaço urbano de características urbanas amazônica.

3.1. A BAIXADA ONTEM E HOJE: ALTERAÇÕES DO CONCEITO DE UM ESPAÇO PERIFÉRICO EM CONTEXTO URBANO AMAZÔNICO

No decorrer dessa dissertação se argumentou, apoiado numa perspectiva histórica, os apagamentos que as baixadas sofreram e sofrem no contexto urbano da cidade de Belém do Pará. Apagamentos esses que aparecem nos conceitos produzidos sobre esses espaços, na produção de dados e nos processos higienistas de intervenção sofridos por esses.

Os primeiros apagamentos se revelam antes mesmo de uma conceituação sobre esse espaço urbano produzido em áreas úmidas. Mapas, fotografias e documentos históricos continham pouca ou mesmo nenhuma informação sobre esses espaços, demonstrando uma negação desses no contexto urbano de Belém, como evidenciado no capítulo 01.

Outras formas de apagamentos se revelam nos históricos processos de intervenções urbanas que evidenciam um permanente aspecto higienista do tratamento sobre as baixadas. Desde os cortiços do final do século XIX e início do século XX - alguns dos quais se encontravam em áreas alagadas -, que foram proibidos, demolidos e rejeitados por governo, elite local e fração da sociedade, até os inúmeros casos de intervenções sobre corpos d'água em Belém – ensecamento de alagados e macro e microdrenagem de rios, igarapés, etc. -, locais com expressivo contingente populacional popular em Belém, são exemplos que manifestam um desejo, não só de remoção dessas águas do centro urbano, mas também de seus habitantes, como apontam estudos (ABELÉM, 2018; LEÃO, 2013; PONTE, 2010; SANTANA, 2020).

Quando os primeiros estudos voltados às baixadas se iniciam em Belém, começa-se a conceituar esses espaços. O estudo da Monografia das Baixadas (CONVÊNIO, 1976) – um dos primeiros a identificar, caracterizar e medir esses espaços urbanos -, possuía uma vertente teórica de caráter positivista, ou seja, tratou as baixadas por um olhar tecnicista e operacional a partir de análises sobre seus aspectos físicos. Ideia manifestada no trecho desse estudo que diz “do ponto de vista

físico e infraestrutural, o estabelecimento de Áreas de Estudo é um mecanismo altamente operacional para o estudo das baixadas de Belém” (Ibidem, p.30).

Dessa maneira, a Monografia das Baixadas classifica o que seriam baixadas por determinantes fisiográficos, de modo que, seria baixada a parte da cidade que “situa-se nos aluviões recentes abaixo da cota 4, oriundos de depósitos dos rios amazônicos” (Ibidem, 1976, p.21), como descrito no capítulo 02.

Considerar as características fisiográficas para classificar as baixadas não está errado, pois esse aspecto físico dessas áreas - de baixas cotas, solo alagado, úmido ou pantanoso, e que sofrem influência das variações dos níveis d’águas -, é de suma importância para compreender como a presença hídrica no meio urbano de Belém influencia nas condições de uso e ocupação desses espaços. Entretanto, por restringir-se a essas características, o conceito adotado pela Monografia das Baixadas não traz a complexidade que as baixadas possuem, complexidade que esse capítulo da dissertação tem por objetivo debater para contribuir com os estudos das baixadas em Belém.

A exemplo dessa caracterização fisiográfica presente no estudo de Convênio (1976), temos a Bacia da Estrada Nova, que é apresentada como:

a terceira em ordem de grandeza total e terceira em termos de terras alagáveis. A comprovação desta afirmativa expressa-se pelos seus 797 ha de terras totais, dos quais 469 estão sujeitos a inundação, ou seja, quase 60% de área constituída por baixadas (CONVÊNIO, 1976, p. 29).

A apresentação da bacia contínua no sentido fisiográfico quando essa é citada como 16% do universo do estudo¹⁰⁶ e por envolver “terras **dos bairros mais baixos da cidade**”, sendo eles Condor 36%, Batista Campos 8%, Guamá 23%, Jurunas 17% e Cremação 16%, na ordem de contribuição de terras baixas da cidade (Ibidem, p.29).

Quando a Monografia das Baixadas apresenta a análise demográfica de Belém e do universo do estudo, a baixada da bacia da Estrada Nova é constatada como uma das duas que possui o maior número populacional em área alagada na cidade. Essa grandeza foi explicada por a Estrada Nova conter os bairros que

¹⁰⁶ O universo do estudo considerado pela Monografia das Baixadas é uma divisão das bacias de drenagem do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), sendo o universo dividido em 5 áreas de estudo: área de estudo A (bacia do Una); área de estudo B (bacia das Armas e Reduto); área de estudo C (bacias do Comércio, Tamandaré e São José); área de estudo D (bacia da Estrada Nova); e área de estudo E (bacia do Tucunduba).

apresentaram maiores crescimentos populacionais em três décadas – Condor, Guamá, Jurunas e Cremação (Tabela 05) -, e por estarem entre os dez primeiros bairros mais alagados de Belém, todos próximos da orla marítima (CONVÊNIO, 1976, p. 32).

Tabela 05 – Densidade demográfica dos bairros da Condor, Guamá, Jurunas e Cremação (1950,1960,1970).

Bairros	Densidade demográfica		
	1950	1960	1970
Condor	10,4	71,2	159,7
Guamá	33,3	56,1	141,1
Jurunas	74,5	149,8	216,0
Cremação	61,8	95,1	177,5

Fonte: Moreira, 1966. *Apud.* Convênio, 1976. Edição: Rogério Maués (2022).

Nota: Percebe-se que a partir da década de 1950, os bairros mais alagados da Bacia da Estrada Nova já demonstravam relevância no que tange o contingente populacional de Belém.

O relatório (CONVÊNIO, 1976), ao explicar tal fenômeno, atribui a facilidade de acesso desses bairros pela população advinda do êxodo rural e a situação institucional predominantemente indefinida das terras nas baixadas, como facilitadores à permanência da população ocupante no local.

Entretanto, o relatório não explica os motivos dessa população não conseguir se instalar nas áreas mais infraestruturadas da cidade – como os altos preços da terra, dos imóveis (aluguel ou venda), os custos com taxas urbanas, a falta de política habitacional ou produção de habitação pelo mercado para classes econômicas de baixo poder aquisitivo, entre outros, a exemplo -, que são resultado, segundo Singer (1978), de um projeto de cidade capitalista que transforma a terra em mercadoria, logo, em fonte de renda para quem a detém.

É nesse sentido, que Cardoso e Ventura Neto (2013) explicam a ocupação das baixadas como solução de espaço de moradia para aqueles que não conseguiam consumir a cidade através do mercado – procedentes principalmente do interior do estado -, como um modo de garantia do direito à cidade.

Todavia, não só esses motivos influenciaram na permanência nas baixadas pela população que outrora era ribeirinha. O fato daquelas possuírem similaridades ao antigo habitat dessa – a proximidades dos rios, a exemplo -, facilitou para a

adaptação e reprodução social da população ribeirinha em meio urbano, entretanto, de forma pauperizada, em consequência da substituição de um modo de vida baseado na subsistência para um outro baseado no mercado, como explica Ponte (2010), ao usar o complexo *rio-mata-roça-quintal* de Loureiro (2004) para explicar a diferença da casa ribeirinha para a casa na baixada.

É nesse sentido que a baixada apresenta sua complexidade. Ao mesmo tempo que esse espaço possui problemas de ordem infraestruturais, urbanas e ambientais para uma condição digna de moradia, é nesse espaço – próximo do centro urbano, logo, próximo de rede de serviços, trabalhos e equipamentos urbanos -, que a população residente nas baixadas adaptou suas tecnologias do modo de morar ribeirinho ao meio urbano alagado – ocupação das margens de rios, construções em estruturas palafíticas -, a fim de encontrar a possibilidade de consumo da cidade, segundo Ponte (2010), mesmo que em situação de precariedade.

Esta forma de análise mais complexa sobre as baixadas, constatada nos estudos de Cardoso e Ventura Neto (2013) e Ponte (2010), não se faz presente no documento da Monografia das Baixadas, visto que este usou uma abordagem quantitativa e de caráter pragmático no levantamento de dados, demonstrando uma caracterização sistemática das baixadas, que serviu de subsídio na escolha da área selecionada para o projeto piloto que seria utilizado nas as futuras intervenções em baixadas pelo Programa de Recuperação das Baixadas (PRB).

Considerando o processo de escolha do local para o início do programa, a forma como este foi organizado e encaminhado, observa-se uma permanente preocupação com o rendimento possível de ser conseguido com a recuperação da área em detrimento da relegação dos benefício sociais que apareciam como uma justificativa primeira do Programa (ABELÉM, 2018). Os apontamentos do relatório mostraram que a viabilidade para a execução das obras nas baixadas estaria condicionada à possível incorporação das mesmas ao mercado imobiliário, principalmente as centrais (CONVÊNIO, 1976. *Apud.* ABELÉM, 2018):

Apresentam-se como fatores indispensáveis à autossustentação do programa, as possibilidades imobiliárias e institucionais da área. Deve-se considerar área prioritária a que melhor condições de rendimento apresentar (CONVÊNIO, 1976, p.58).

Resta considerar a propriedade da terra e a possibilidade de utilização comercial das áreas recuperadas, de modo a cobrir os custos de recuperação e implantação de infraestrutura nas mesmas (CONVÊNIO, 1976, p.58-59).

A potencialidade das áreas a serem recuperadas deverá ser expressa pela capacidade de valorização das mesmas (CONVÊNIO, 1976, p.59).

Tais condições demonstram o interesse pelo rendimento econômico possível de se alcançar com as áreas de baixadas recuperadas (ABALÉM, 2018), ficando constatada a reprodução de uma produção de cidade mercadoria, como explicado anteriormente a partir de Singer (1978).

Considerando os estudos de Mautner (1999) sobre a produção do território periférico a partir da relação de camada de trabalho e capital, percebe-se que as intervenções estatais de melhorias urbanas e infraestruturais previstas pelo PRB para as baixadas - territórios que inicialmente foram ocupados e produzidos por uma população mais pobre em espaços considerados desvalorizados na cidade sob a ótica do mercado -, conseqüentemente, trariam valorização à esses espaços e a substituição de seus usuários, de forma direta ou indireta, tanto pelas obras quanto pelo consumo daquele pelo capital, evidenciando, no Programa, a lógica de produção capitalista de cidade pelo Estado.

Outros aspectos formais expressos na Monografia das Baixadas demonstram uma caracterização estritamente física e infraestrutural das baixadas. A exemplo dessa questão, tem-se a caracterização da pavimentação das bacias estudadas, onde se apresenta que “as poucas ruas pavimentadas do sistema viário encontram-se quase que totalmente em terras altas”, justificando pelo fato de que:

sendo a terraplanagem e as redes de água e esgoto condições indispensáveis para que uma rua receba pavimentação definitiva, é fácil compreender [...] por que a maioria das vias interrompem bruscamente os seus cursos asfaltados ao se defrontarem com a área de baixadas [...] imperativos irreversíveis à expansão desordenada de uma cidade. (CONVÊNIO, 1976, p.33).

Ao considerar tais problemas como resultado de uma **expansão desordenada de uma cidade**, o estudo do Convênio (1976) responsabiliza os ocupantes das baixadas por essa “desordem”, fato que demonstra um ideário positivista do PRB, e isenta o Estado e o Capital da sua perversa ordem capitalista de produção de cidade, que coloca os sujeitos mais pobres, necessitados por moradia, em uma situação de produção compulsória de assentamentos, geralmente, precários.

E culpabiliza, também, os ocupantes pelos problemas existentes nessas áreas e que afetam a cidade como um todo, como se constata no trecho que relata os problemas do trânsito na cidade:

mas em Belém, enquanto as baixadas não receberem tratamentos iguais aos realizados nas áreas B e C¹⁰⁷, o trânsito continuará congestionando as ruas localizadas nas terras altas, ficando as baixadas como verdadeiras 'selvas' no meio da cidade [...] (CONVÊNIO, 1976, p.33).

A Monografia das Baixadas qualifica as baixadas como espaços não pertencentes à cidade, como "selvas no meio da cidade" (Ibid., p.33) e que geram problemas à mesma, como evidenciado nos trechos a seguir:

[...] tomando-se como elementos básicos para a sua definição, as bacias de drenagem do DNOS e a maior concentração populacional (comprovada por aerofotogrametria) que pudessem **evidenciar os problemas acarretados pelas baixadas** (CONVÊNIO, 1976, p.22, **grifo nosso**).

[...] ela poderá, apenas em caráter hipotético, questionar certos pontos da assistência educacional que apareçam estar sob **nítida influência dos problemas causados pelas baixadas**. (CONVÊNIO, 1976, p.35, **grifo nosso**).

Todavia, as baixadas são uma fração do espaço urbano, socialmente produzidas pelo Estado, capital e sociedade no tempo (TRINDADE JR., 1997), pertencentes à cidade - como evidenciado no Cap. 01 no debate sobre a formação do espaço urbano de Belém -, em situação de precariedades de ordem urbana, habitacional, infraestrutural e ambiental, que materializam a desigualdade socioespacial na cidade, e que detêm em seus territórios riquezas culturais, sociais e econômicas que se integram à dinâmica da cidade.

Ainda no que tange a caracterização da baixadas, especificamente a área D correspondente a bacia da Estrada Nova, Convênio (1976, p.33), apresenta essa com "tímida pavimentação" e de "insuportável isolamento" das comunidades ocupantes, com circuito de transporte coletivo presentes apenas nas ruas pavimentadas, ou seja, nas poucas ruas de cotas mais altas. Ruas essas que funcionariam "como se fosse pioneira estrada de integração da "selva" com a cidade.

¹⁰⁷ As áreas B e C são compostas por bacias hidrográficas que historicamente receberam intervenções urbanas por estarem localizadas no centro histórico de Belém e proximidades.

Exprime-se, desta maneira, além de uma consideração meramente física e infraestrutural, um olhar pejorativo sobre as baixadas, quando as considera como selvas por não possuírem o que a “cidade” possui, uma distinção de cidade que não considera os espaços ocupados e produzidos pela classe trabalhadora. Ou seja, que nega, como explica Telles (2010) a relação de coexistência dessas diferentes frações de espaço urbano na cidade.

No que se refere a energia elétrica, o relatório explica que devido à falta de vias arteriais em boas condições fica impossibilitada a instalação de redes de alta-tensão, o que faz com que se utilize apenas as redes de baixa-tensão para alimentação das áreas das baixadas, causando instabilidade no fornecimento de energia, mas havendo, ainda, trechos sem fornecimento de energia. O relatório justifica tal condição, também, ao crescimento “desordenado” da rede de distribuição de Belém (CONVÊNIO, p.34). Evidenciando um caráter histórico de precariedade da infraestrutura urbana nas baixadas, que, quando tinham fornecimento de energia, era de forma instável.

No tocante da rede de ensino escolar, segundo o relatório (CONVÊNIO, 1976), Belém possuía 276 escolas em 1976, sendo que menos de 35% se localizavam nas baixadas e, quando presentes, apresentavam-se em “‘braços’ para o centro urbano” (Ibid., p.36), causando a falsa impressão de atendimento dessa população por essas escolas, uma vez que, as escolas se aglomeravam nas partes altas da cidade. No caso da bacia da Estrada Nova (área D), existiam um total de 18 escolas, sendo 10 públicas e 8 particulares, distribuídas entre 17 do 1º grau e apenas 1 do 2º grau, das escolas localizadas pelo relatório (Ibid., p.95).

Com base nesses dados, o relatório justifica a falta de escolas públicas nas baixadas pelo fato destas “funcionarem como barreiras para a distribuição racional dos equipamentos escolares” provocando “a concentração das escolas (públicas principalmente) nas áreas mais centrais e urbanizadas da cidade (áreas B e C)” (Ibidem). Percebe-se, mais uma vez, as baixadas sendo consideradas como o problema, que influenciam na má distribuição da rede de ensino em Belém, também.

Com relação a estrutura de saúde pública, a Monografia das Baixadas (CONVÊNIO, 1976) caracteriza que, assim como os outros equipamentos públicos, as baixadas apresentam grande “desprovimento de unidades hospitalares” (Ibid. p, 38), sendo que a maior parte das unidades que “atendem” as baixadas “localizam-se

nas artérias que no máximo ficam próximas das áreas baixas”, dificultando o acesso aos moradores que residem nas partes mais internas dessas áreas (Ibidem).

Não é de se estranhar que a justificativa apresentada pelo relatório para tal questão seja o desprovimento de infraestrutura nas baixadas, assim como para todos os outros equipamentos urbanos. O relatório diz comprovar “a influência maléfica das baixadas” sobre os casos de malária, pois essas “se constituem um grande criadouro” do “alado”, como era nomeado o mosquito transmissor da malária, em Belém (Ibid. p, 38-39).

A consideração das baixadas como foco de doenças é a reprodução de um olhar higienista que se perpetua desde o período dos cortiços em Belém – como debatido no Cap. 01 -, que no caso atual, vem sustentar a necessidade intervir nessas áreas baixas, mas com propósitos outros, que não só de melhoria das condições de vida dos habitantes das baixadas, mas principalmente interesses econômicos sobre a terra (ABELÉM, 2018; PONTE, 2010).

Ao tratar do saneamento, o relatório (CONVÊNIO, 1976) explica que as obras de saneamento realizadas pelo Serviço Nacional de Malária (SNM) e pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), na década de 1940, sob as diretrizes do DNOS, não dispunham de materiais adequados para a execução por conta do período histórico de guerra vivenciado na época, e comenta que:

A falta de recursos impediu essas entidades de conservarem os serviços realizados no dique, nos igarapés e nas comportas. Além disso, os poderes públicos permitiram a construção de casas sobre o dique e sobre suas valas longitudinais, dificultando extremamente a reconstrução e a própria conservação em certos pontos (CONVÊNIO, 1976, p. 40)¹⁰⁸

No trecho citado é possível notar duas questões. A primeira é a reprodução de obras de baixa qualidade nas baixadas, que em pouco tempo se fez necessário a manutenção das mesmas. E o outro é que se condiciona ao fato da população ter construído casas sobre o dique – referindo-se ao dique da Estrada Nova -, e as valas longitudinais a deterioração dessas.

Mesmo que compreendamos que a ocupação sobre canais e diques apresenta riscos à saúde e a vida desses moradores, e que, de certo modo, prejudica a manutenção e conservação dessas obras de saneamento, o debate sobre os

¹⁰⁸ Trecho transcrito de um Relatório Preliminar encomendado pelo DNOS ao escritório Hidalius Cantanhede, em 1963.

motivos da permissibilidade do poder público para com a ocupação dessas áreas não aborda que tal questão é resultado de uma política que, ao não dispor de soluções habitacionais para as famílias necessitadas por moradia juntamente ao projeto de saneamento, deixa a cargo dessas a solução de suas próprias moradias, confirmando uma análise tecnicista e não dialógica sobre as baixadas no documento elaborado pelo Convênio (1976).

No que tange a rede de água, o relatório produzido pelo Convênio (Ibidem) explica que, de modo semelhante à rede elétrica, há uma rede de abastecimento, mas não alimenta parte dessa população, visto que “não possuem as mínimas condições infraestruturais para o assentamento das tubulações de água” (Ibid. p, 44), e condiciona a instalação da rede ao aterramento das áreas alagadas, principalmente aquelas que são de acesso por estivas (Ibidem), mostrando uma forma tradicional de pensamento para solução de questões urbanas, desconsiderando qualquer adaptação para uma realidade urbana típica amazônica.

Ao descrever a rede de esgoto sanitário, mais uma vez, o relatório demonstra narrativas discriminatórias sobre as baixadas. No momento que explica raquítica existência de rede de esgoto em Belém - 15% da cidade -, e que apenas 1% da população a utiliza, o relatório faz seguinte comparação “se isto ocorre com a população localizadas nas áreas ‘nobres’ da cidade, o que se pode esperar das populações das baixadas?” (CONVÊNIO, 1976, p.45).

No que se refere a rede de esgoto pluvial, a análise da bacia da estrada nova (área D) descreve que dentro da área alagada da bacia existem “5 artérias dotadas de esgoto pluvial, sendo todas elas avenidas principais (Bernardo Sayão, Padre Eutíquio, Roberto Camelier, José Bonifácio e Alcindo Cacela)” (CONVÊNIO, 1976, p.46). Entretanto, os outros trechos da bacia não possuíam esses equipamentos, demonstrando a fragilidade dessa estrutura perante a realidade hídrica (precipitação pluviométrica e variação dos níveis da maré) da cidade de Belém, principalmente nas baixadas, que por suas posições de proximidade dos rios e baixas cotas, recebe essa carga d’água das partes mais altas (ibidem).

O relatório aqui analisado, ao caracterizar os aspectos habitacionais, sociais e econômicos das baixadas, mune-se de uma narrativa discriminatória e pejorativa ao apresentar essas áreas:

Caracterizada pelo **despreparo para o trabalho, a população marginalizada**, quase toda oriunda do meio rural, enfrenta sérios problemas de subemprego e desemprego, condição agravada pelo alto número de pessoas que compõem os grupos familiares. Aliado a esses aspectos económicos, existe também **o baixo nível de aspirações** que impossibilita essas populações de participarem dos programas habitacionais, apesar de as moradias serem, de um modo geral, improvisadas, oferecendo pouco conforto, já que possuem de 1 (um) a 2 (dois) cômodos, abrigando uma ou mais famílias; não há suficiência de água encanada, iluminação e serviço de coleta de lixo; não contam com redes de esgotos, e suas fossas, em grande maioria, são "negras" (CONVÊNIO, 1976, p.49, **grifo nosso**)

O relatório descreve as propriedades presentes nas baixadas são 95% de propriedade particular, sendo 50% ocupadas por seus donos, 37,8% alugadas e o restante distribuídos pelas demais atividades (comércio, ensino, saúde, indústria). Essas ocupações eram prioritariamente em madeira (mais de dois terços), seguida da alvenaria como material construtivo; e as coberturas eram mais de 77% de telha de barro e 15% de palha (Ibidem. p, 50).

Outros trechos do relatório produzido pelo PRB ilustram o pensamento das instituições envolvidas na concepção do relatório da Monografia das Baixadas, assim como as classes médias e o empresariado local sobre as áreas pobres da cidade:

[...] **as baixadas são um dos muitos problemas** que a administração pública tem que resolver. (...) Só assim, acreditamos, ser possível a recuperação das baixadas de modo a impedir que Belém chegue naquela fase irreversível de **crecimento urbano desordenado** das grandes cidades (CONVÊNIO, 1976, p. 13, **grifo nosso**).

Além das condições feitas sobre as doenças endêmicas, cidades acima, pode-se resumir **a higidez dos moradores das baixadas**, generalizando da seguinte maneira: **a deficiência de hábito de higiene** concorre para uma alta taxa de verminose; tabus alimentares, hábitos alimentares inadequados, ocasionam a subnutrição e doenças carenciais e conseqüentemente baixa produtividade no trabalho. (Ibid., p. 39, **grifo nosso**).

[...] devido a origem interiorana, as populações das baixadas geralmente apresentam **hábitos e costumes manifestados pelos tabus e credices** (...). Marginaliza-se as novas formas de vida na cidade, gerando **acomodação, passividade, alto grau de anomia** (...) (ibid., p. 51, **grifo nosso**).

Nota-se que não apenas se caracteriza as moradias e se descreve alguns de seus problemas de cunho infraestrutural, mas também se caracteriza os habitantes das baixadas de forma desqualificada, como pessoas despreparadas para o trabalho, marginalizadas, sem higiene, de alto grau de anomia e com baixo nível de aspirações. Além de discriminar os hábitos e costumes culturais dessa população.

O relatório aponta ainda as condições econômicas da população das baixadas e as características físicas dessas áreas como responsáveis pelos problemas sociais frequentes, uma vez que estes seriam:

Favorecidos pela ociosidade de grande parte da população, que na falta de um trabalho regular, ou de uma recreação sadia e orientada [...], dedicam-se aos jogos, cartas, dama, bilharito, tráfico de entorpecentes, prostituição e suas casas de tolerância, fazendo com que haja registros abundantes de incidentes e confusões das mais variadas ordens (CONVÊNIO, 1976, p.51).

Do ponto de vista das indústrias, do total de 209 estabelecimentos relacionados, somente 75 encontravam-se nas baixadas. Destes, 9 encontravam-se na área de estudo D, que corresponde a bacia da Estrada Nova, e eram indústrias madeireiras. O relatório aponta a proximidade ao Rio Guamá como explicação do fato (CONVÊNIO, 1976, p. 54). Ou seja, pode-se inferir que a localização próxima ao rio influencia nas relações econômicas das baixadas.

Muitas das famílias residentes nas baixadas tinham suas atividades laborais relacionadas às atividades dos portos presentes na orla do Rio Guamá – portos que davam suporte para as atividades industriais, outras comerciais ou mesmo de transporte de passageiros da região - (PONTE, 2010), característica que não aparece no relatório da Monografia das Baixadas, mas que apresenta relevância para um planejamento urbano em área de orla.

Por fim, no que se referem às características do uso do solo, o relatório do PRB apresenta os aspectos físicos dos lotes das baixadas como “irregulares em tamanho e forma, e nas partes alagadas, quase sempre não possuem definição”, e justificam que pela presença de solo inconsistente, as demarcações dos lotes são feitas por “cerca de pau-a-pique, sendo rara a presença de muros”.

No momento que se explica sobre a ocupação desses lotes, o relatório descreve que essa “tem ocorrido quase que, sistematicamente, por invasão” (CONVÊNIO, 1976, p. 55), em lotes que, em sua maioria, (78%) são áreas da prefeitura que passaram por um processo de “invasão”, edificação e posteriormente foram requeridas por aforamento (Ibid.). Nota-se o uso do termo “invasão” para elucidar o processo de ocupação das baixadas, um termo que, segundo Ponte *et al.* (2016), possui conotação criminal, elucidando o pensamento que as instituições responsáveis pelo relatório teriam sobre as pessoas ocupantes dessas áreas.

Isto posto, percebe-se que o conceito de baixada presente no relatório em questão traz narrativas pejorativas sobre essas áreas; considera-as como um problema na cidade; culpabiliza os moradores pela situação de precariedade em que vivem; e os descreve com teor discriminatório. Para Cardoso e Ventura Neto (2013, p.66-67), o discurso da “recuperação” das baixadas proposto pelo PRB se constitui, em verdade, em forma de “limpeza social” e de “caráter fortemente sanitarista, sem incorporar diretrizes de sustentabilidade urbana para aquelas áreas”. Ideais esses alinhados às ações do DNOS, que se revestiam de aspecto “civilizatório e mantedor da ordem” (SOFFIATI, 2005), que, segundo Bresciani (2016), corresponde ao comum modelo conservador de projeto urbano no Brasil, à época.

De todo modo, a análise dessas características das baixadas apresentadas pela Monografia das Baixadas, assim como, o conceito empregado para essa, são importantes para a compreensão do processo de transformação que esses espaços sofreram, de modo a auxiliar no entendimento do que são as baixadas hoje.

Em outro momento histórico e com outra vertente teórica as baixadas são analisadas não só pela sua relação ao meio natural, mas também pelas relações do modo de produção do ambiente. É nessa perspectiva que Trindade Jr. (1997) conceitua as baixadas, compreendendo, que, a maneira como espaço é construído, em diferentes contextos históricos, imprime-se diferentes paisagens ao espaço urbano. Ou seja, a concepção do que é baixada, para o autor, só é permitida pela compreensão da relação da paisagem com as dinâmicas sociais nelas envolvidas, em determinado período histórico. Segundo o autor,

Uma questão, no entanto, precisa ser levantada ao considerarmos as baixadas como integrantes do espaço urbano de Belém. Como espaços sociais que são, a definição de baixadas tratada em nosso estudo, extrapola o simples significado geomorfológico. Inclusive, porque, alterações substanciais têm ocorrido nessas áreas devido à construção de canais, ao tratamento urbanístico, a aterros, etc... estabelecendo um novo perfil a essas frações do espaço urbano, seja no sentido fisiográfico, seja no caráter do uso do solo e da apropriação das mesmas pelas atividades e camadas sociais.

Ou seja, se tratarmos as baixadas apenas pelo seu caráter físico, como aborda o relatório da Monografia das Baixadas (CONVÊNIO, 1976), estaríamos usando um conceito desatualizado, uma vez que, esses espaços têm sofrido consecutivas alterações urbanas e não se conseguiria compreender as dinâmicas sociais que nelas ocorrem e que explicam, também, esse espaço.

Diferentemente ao relatório do PRB, Trindade Jr. (1997) entende as baixadas como pertencente ao conjunto de um espaço urbano, não como *locus* de sua dimensão geográfica, e sim como “espaços sociais integrantes de uma dada formação espacial urbana” (Ibidem, p. 27), dimensão de um “produto, meio e condição de trabalho social” (Ibid.).

O autor considera que os aspectos fisiográficos são importantes para a caracterização das baixadas, mas somente com a análise, também, do seu aspecto social é possível determinar o espaço geográfico em que se estabelecem (ibid.). Nessa concepção, seria possível identificar essas áreas como espaços socialmente produzidos que são.

Nessa perspectiva, ao identificar as baixadas como um espaço relacional e relativo, Trindade Jr. (1997), fazendo uso do sentido dado por Harvey (1980)¹⁰⁹, explica que a análise sobre esses espaços deve partir da compreensão dos elementos que as continuam e que constituem seu conjunto de relações com espaços outros.

A partir desse conceito, para além da caracterização fisiográfica da bacia da Estrada Nova, seria possível entender as intervenções sofridas e em andamento nessa bacia, assim como, os motivos da política urbana que buscam saneá-las e recuperá-las, que, segundo Trindade Jr. (1997), redefinem continuamente essa baixada no contexto urbano de Belém e altera sua fisiografia, de modo a valorizar sua terra e inseri-la na divisão econômica e social do espaço da cidade.

O processo de intervenção em baixadas é histórico em Belém. Trindade Jr. (1997) elucida que algumas dessas, ao passarem por processos saneamento e recuperação, se valorizaram e deixaram de apresentar as características que usualmente são empregadas a essas áreas, de espaços que “expressam uma face a pobreza urbana em Belém” (Ibidem, p.29).

Por esse motivo, o autor considera que as baixadas seriam “espaços segregados, socialmente excluídos, com deficiência e insuficiência de equipamentos urbanos e comunitários” (Ibidem), que passam a ser consideradas como o “espaço sem cidadãos”, independente das condições do sítio urbano” (Ibid.), se analisadas a partir da imagem ou percepção usualmente relacionada às mesmas, uma imagem construída “a partir da experiência cotidiana da vida urbana, [...] diretamente

¹⁰⁹ HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

relacionada à precariedade de moradia e dos equipamentos de consumo coletivo que apresentam” (Ibidem, p.30).

Atualmente, o conceito de baixadas vem sendo debatido por alguns autores do ponto de vista dialético da produção do espaço, de maneira menos dual e com olhar que busque entender a complexidade que é premente desses espaços. É nessa perspectiva, que esse estudo almeja acrescentar à crítica produzida sobre as baixadas, considerando os aspectos materiais e imateriais - morfologia, dinâmica social e especificidades outras desses assentamentos -, que caracterizam esses espaços, de modo que se mostre como é viver na baixada atualmente e materializá-la na sua realidade concreta.

Para o alcance de tal objetivo, utilizaremos o bairro do Jurunas, pertencente à bacia hidrográfica da Estrada Nova, que apresenta relevância hidrológica para a cidade de Belém, e, que guarda características morfológicas, socioambientais e sociais e habitacionais merecedoras de atenção dentro do contexto urbano das baixadas de Belém. Debate que se fará a seguir.

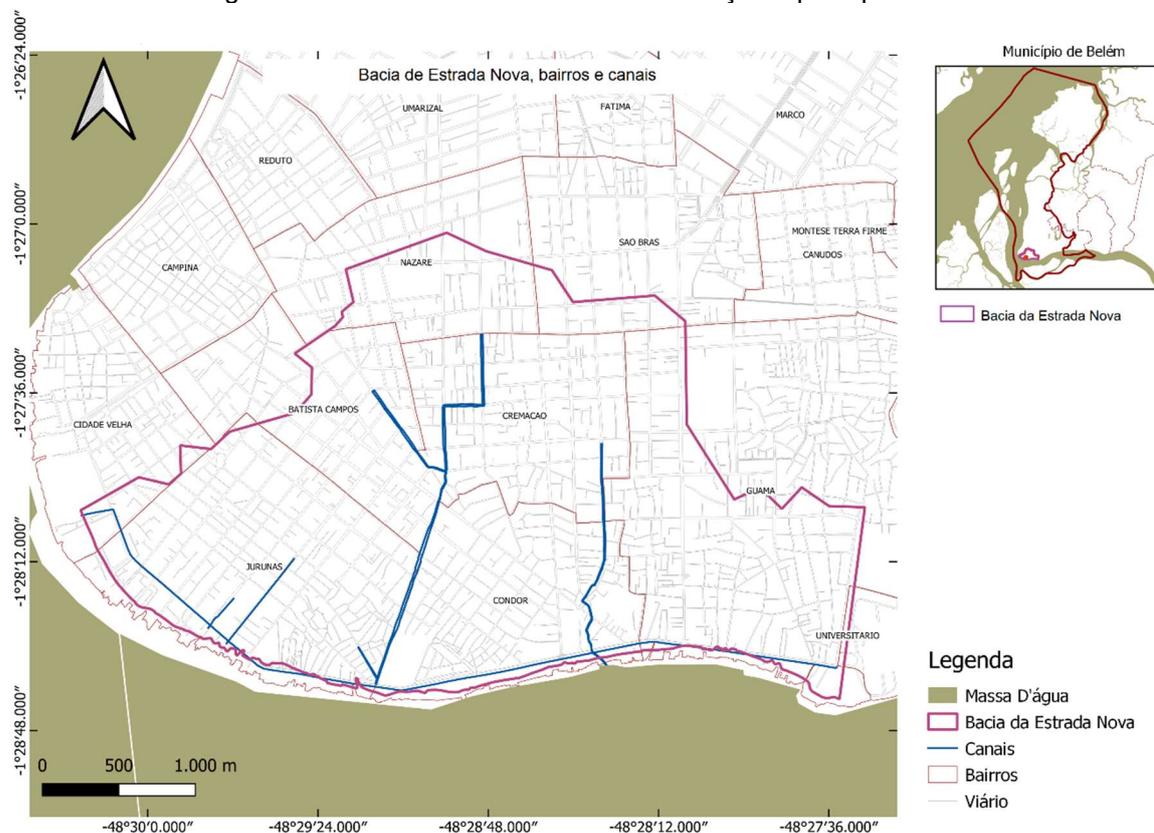
3.2. A RELEVÂNCIA DA BACIA HIDROGRÁFICA DA ESTRADA NOVA NA DRENAGEM E AS BAIXADAS

Situada na porção sul da cidade de Belém/PA, a bacia hidrográfica da Estrada Nova (Figura 61) possui grande expressão no cenário urbano da cidade. Composto integralmente os bairros do Jurunas, Condor e Cremação e parcialmente Batista Campos, Nazaré, São Brás e Guamá, ela abrange uma área de drenagem de aproximadamente 954 ha. (BELÉM, 2007) e uma população de cerca de 300 mil habitantes (IBGE, 2010). Esses valores configuram-na como a bacia de maior densidade populacional de toda a Região Metropolitana de Belém, com quase de 317 hab./ha (PONTE, 2010).

O território da bacia representa 16% da mancha urbana do município e apresenta 72,70% de sua extensão alagável (BELÉM, 2007). É cortada pelos canais Bernardo Sayão, Bom Jardim, Caripunas, Dr. Moraes, Euclides da Cunha, João de Deus, 14 de março, Radional I e II, Timbiras e 3 de maio (Figura 61) que, atualmente, são objeto de intervenção urbana pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), alvo de muitas críticas pelo seu modelo conservador de

drenagem urbana e pelo grande número de remoções sem resolução da questão habitacional.

Figura 61 – Bacia da Estrada Nova: localização e principais canais

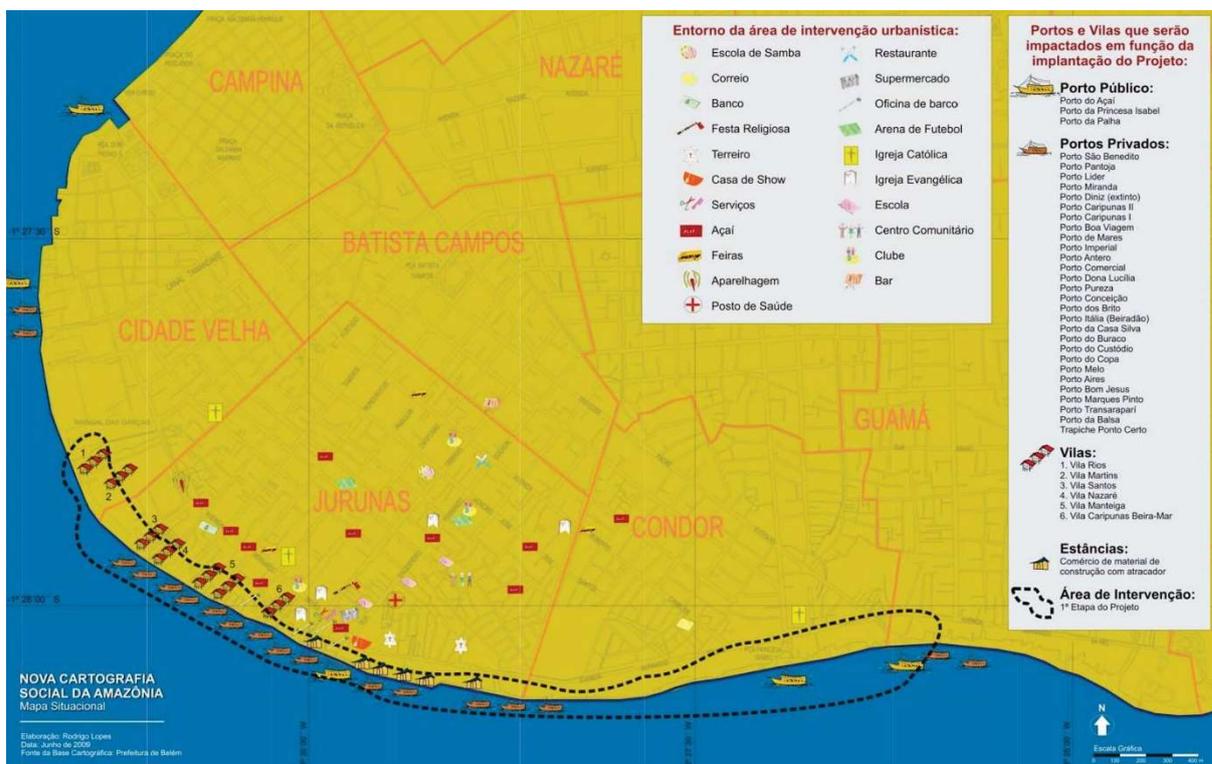


Elaboração: Rogério Maués; Wallace Avelar, 2022

Alguns bairros que compõem a territorialidade da bacia se desenvolveram à beira do rio Guamá, reflexo de uma concentração histórica e intensa de atividades portuárias na região e de íntima relação com o rio (PENTEADO, 1973; RODRIGUES, 2008). Seus portos, 3 públicos e 28 privados (Figura 62), muitos deles no bairro do Jurunas ao longo da avenida Bernardo Sayão (ALMEIDA *et al.*, 2009), apresentam grande informalidade econômica, mas constituem uma orla de expressiva vertente comercial e de consolidados portos com décadas de atividade; embarque e desembarque de passageiros interioranos, cargas e de entreposto comercial (PONTE, 2010).

Aspecto esse que traz fluidez à economia urbana, principalmente, pelo fluxo de provimentos com outros municípios e ilhas do entorno, assim como, pelo entreposto com o Ver-o-Peso (Ibidem).

Figura 62 – Relação de portos, vilas e estâncias e outros equipamentos na bacia da Estrada Nova, Belém/PA

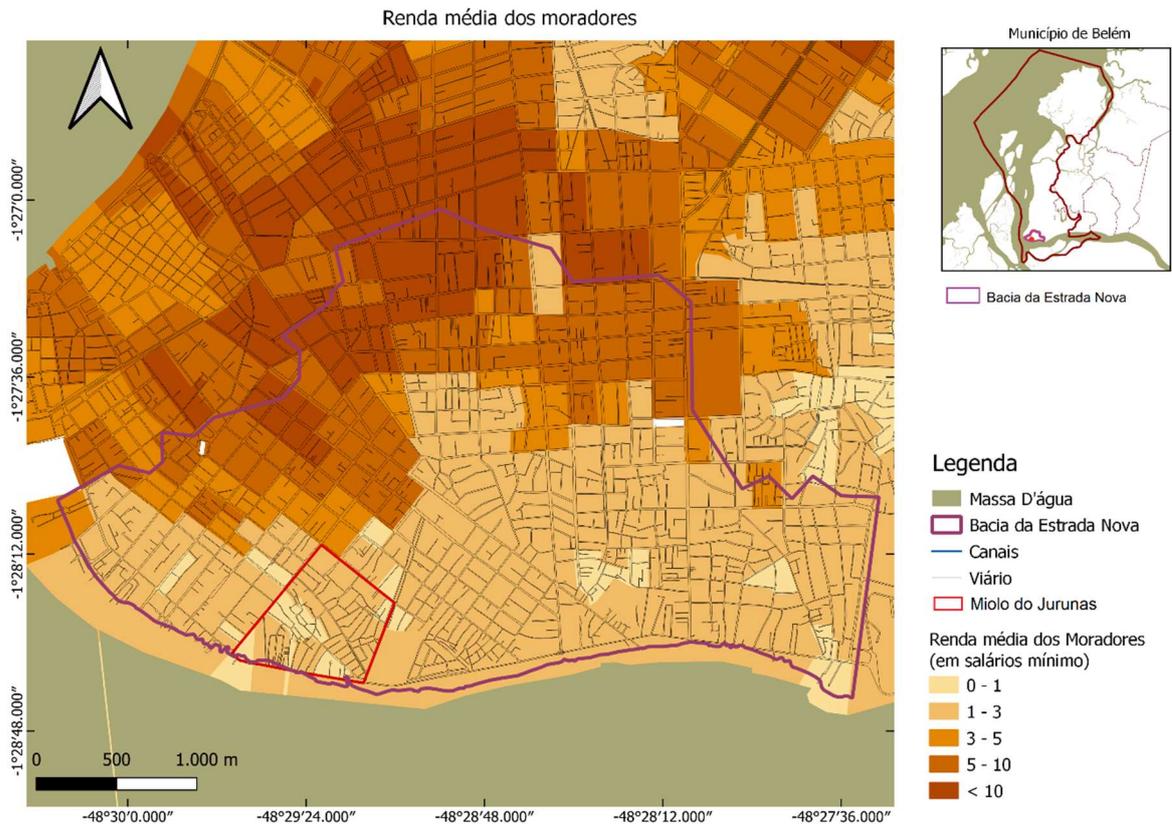


Fonte: Almeida *et al.*, 2009

A renda média e padrões urbano-habitacionais dos bairros que compõem a bacia da Estrada Nova é bastante heterogênea (Figura 63). Ao mesmo tempo que bairros como Jurunas, Condor, Guamá e Cremação possuem um rendimento médio mais baixo, com padrões urbanos de maior irregularidade e informalidade, por outro lado, os bairros da Batista Campos e Nazaré apresentam os mais altos rendimentos salariais de Belém e padrões urbanísticos mais regulares e formais (IBGE, 2010), dentro de um espaço próximo da cidade.

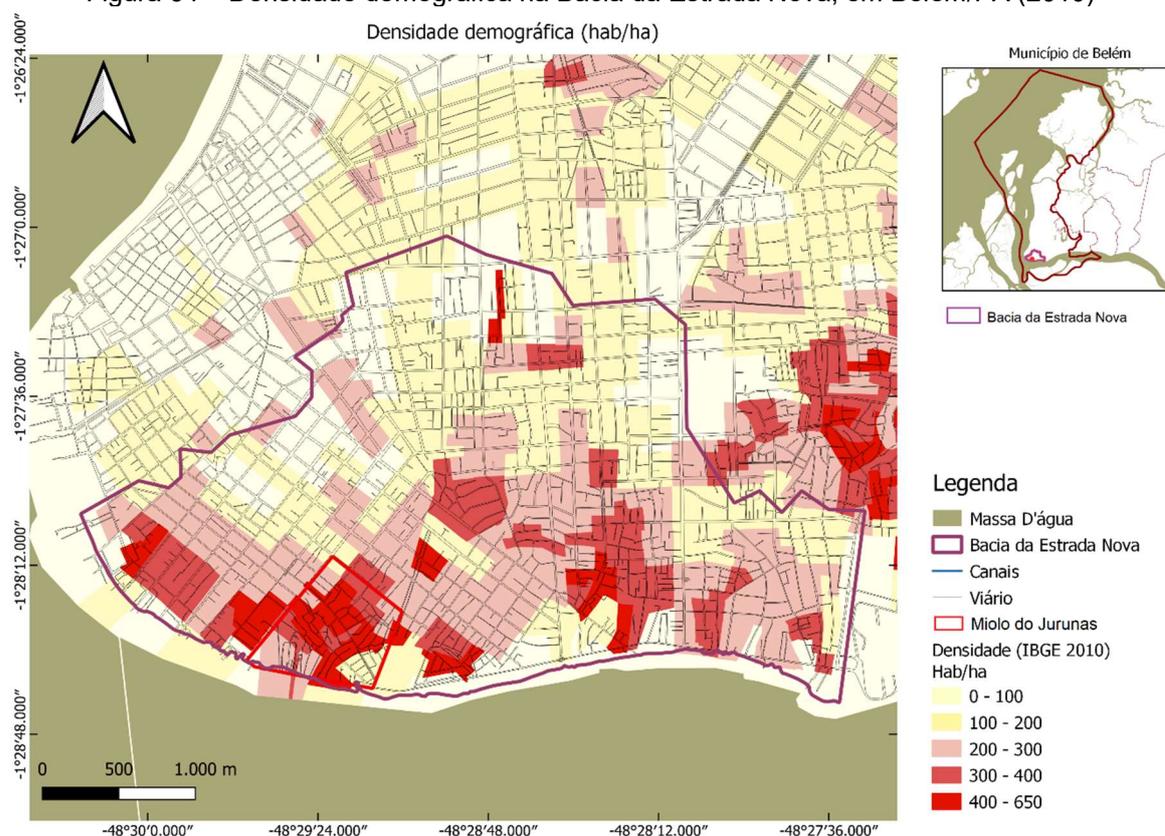
Essa característica se materializa no espaço urbano em transições nuançadas, em meio a uma coexistência de relações na cidade entre esses espaços, no que se refere Telles (2010) sobre os espaços periféricos. Desmistificando a dualidade entre as baixadas e terras altas presente em conceitos outros sobre aquelas.

Figura 63 - Renda média dos moradores da Bacia da Estrada Nova, em Belém/PA (2010)



Ao analisar a densidade populacional da bacia da Estrada Nova (Figura 64), são os bairros populares que guardam maiores densidades (mesmo que os bairros mais valorizados economicamente sejam mais verticalizados), o que se explica pelo processo histórico de ocupação dos bairros populares da bacia por uma população outrora ribeirinha, que, ao chegar em Belém, depara-se com dificuldades de consumir as áreas mais urbanizadas (mais valorizadas monetariamente na lógica mercadológica de cidade) e encontram nesses bairros margeados pelos rios - mesmo local onde se localizavam os portos por onde chegavam em Belém -, a solução para suas moradias, e, assim, garantir o mínimo de direito à cidade (CARDOSO; VENTURA, 2013; PONTE, 2010).

Figura 64 – Densidade demográfica na Bacia da Estrada Nova, em Belém/PA (2010)

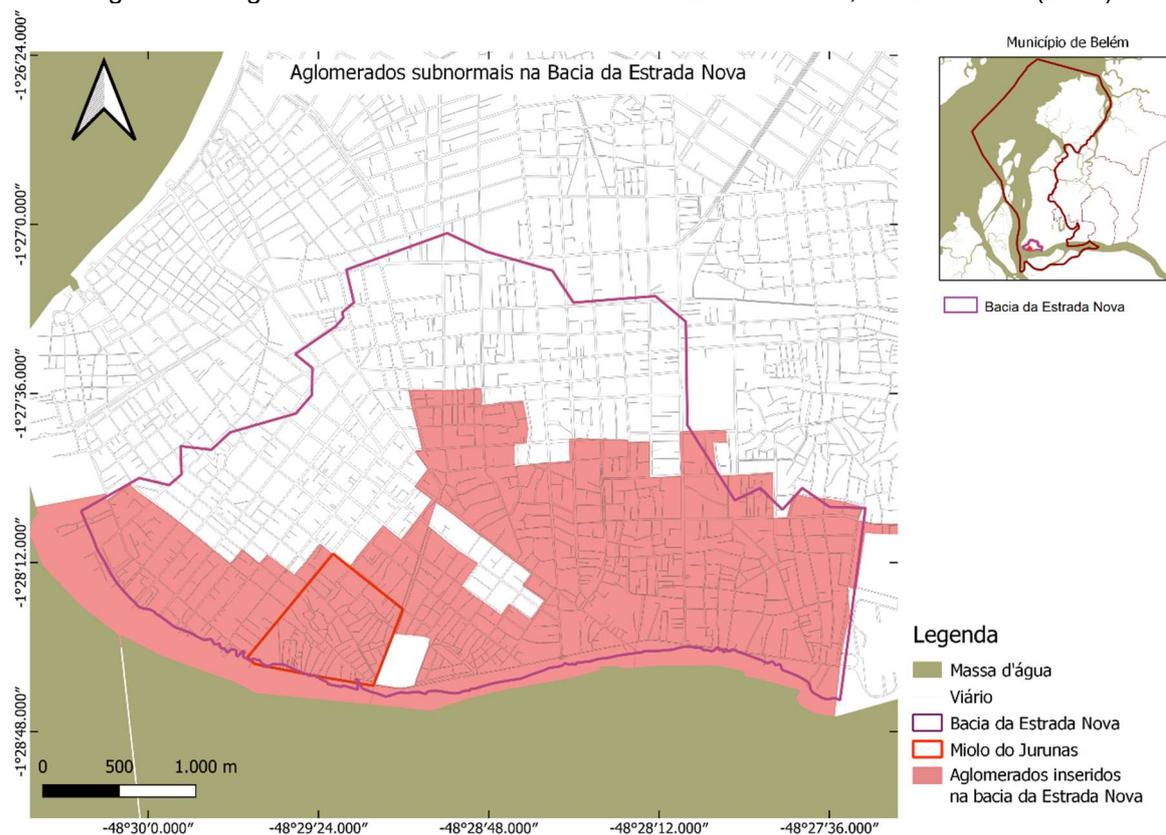


Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Rogério Maués e Wallace Avelas, 2022

Ponte (2010) explica que essa alta densidade nas baixadas foi possível a partir das estratégias de uso e ocupação do solo úmido empregue por essa população residente, que trouxe consigo tecnologias vernaculares e populares como recurso para assentamento nessas áreas, permitindo, assim, a ocupação das áreas alagadas antes não ocupadas na cidade. Processo que resultou no traçado irregular da malha urbana desses espaços, como será ilustrado mais à frente.

Os dados oficiais demonstram uma desigualdade socioeconômica que se materializa espacialmente na bacia, em densos e contíguos territórios precários, distribuídos em seis aglomerados subnormais (Figura 65) que margeiam o rio Guamá e cobrem uma extensão de mais da metade da área total, guardando cerca de 36.905 domicílios com mais de 150 mil pessoas e edificações de notável contiguidade nas quadras (IBGE, 2010).

Figura 65 – Aglomerados subnormais na bacia da Estrada Nova, em Belém/PA (2010)



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Rogério Maués e Wallace Avelas, 2022

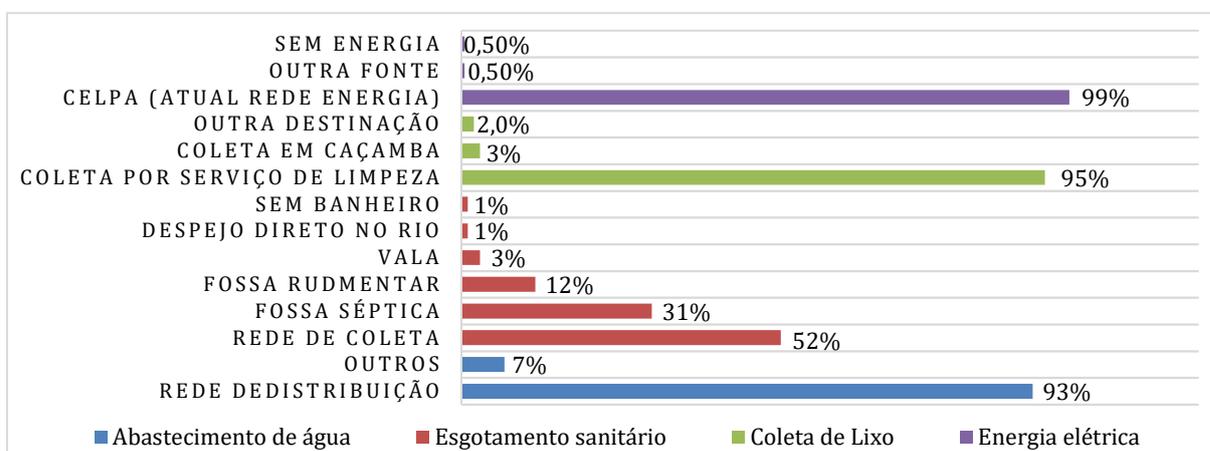
Se analisarmos os dados ilustrados acima, percebemos a sobreposição das áreas classificadas com algum tipo de precariedade urbano-habitacional pelo IBGE sobre as áreas de menor rendimento econômico e maior densidade. Esses dados evidenciam o processo de uso e ocupação do solo urbano por uma classe trabalhadora empobrecida em forma de assentamentos precários, característico de cidades da dita “periferia global” (DAVIS, 2016; HARVEY, 1982), fruto de desigualdades (sociais e econômicas) que resultam de “distintas formas do capitalismo periférico” (SANTANA *et al.*, 2020).

No caso de Belém, e nesse caso da bacia da Estrada Nova, os assentamentos precários foram produzidos pela sua população residente de forma expressiva em áreas alagadas ou alagáveis, em grande parte, desassistidos de políticas públicas para a construção das moradias e do espaço urbano. Todavia, apesar da carente ou precária infraestrutura na área, a população ocupante viu na proximidade ao centro urbano, com serviços e atividades econômicas, uma vantagem locacional (PONTE, 2010) e assim, uma garantia do direito à cidade (CARDOSO; VENTURA NETO, 2013).

Nota-se, aqui, a reprodução de um padrão brasileiro de ocupação de áreas ambientalmente frágeis por uma população pobre como resolução da escassez de moradia acessível, seja produzida pelo mercado ou pelo Estado, que resultam em consequências ambientais e sociais (MARICATO, 1999).

No que diz respeito às condições de serviços urbanos públicos da bacia da Estrada Nova, os dados censitários do IBGE (2010) não revelam a real situação de insuficiência ou informalidade, como pode ser visto na figura 66, pois, se assim fosse, praticamente a totalidade dos domicílios apresentariam um ótimo acesso às redes de serviço.

Figura 66 - Gráfico 05: Serviços públicos domiciliares na Estrada Nova, Belém/PA



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Rogério Maués (2022)

Essas informações são divergentes quando comparadas aos dados do plano diretor de realocização da população e atividades econômicas do PROMABEN (BELÉM, 2015b), que revela a partir do levantamento feito pelo programa, problemas de um abastecimento precário de água oferecido pela rede pública, com baixa pressão d'água¹¹⁰, frequente deficiência no abastecimento e com vazamentos nas tubulações que aumentam o risco de contaminação da água, e assim, da população usuária.

Fator que se agrava na bacia da Estrada Nova pelas conexões clandestinas na rede de abastecimento, que aliada a elevação do nível da maré e, conseqüentemente, das águas poluídas dos canais com alagamento dessas áreas

¹¹⁰ O relatório conta que a adutora não possui pressão necessária para ultrapassar os 3 metros. Faz-se necessário o uso de reservatórios e bombas para o armazenamento de água, condição nem sempre realizável em virtude da baixa condição econômica dos habitantes (BELÉM, 2015b).

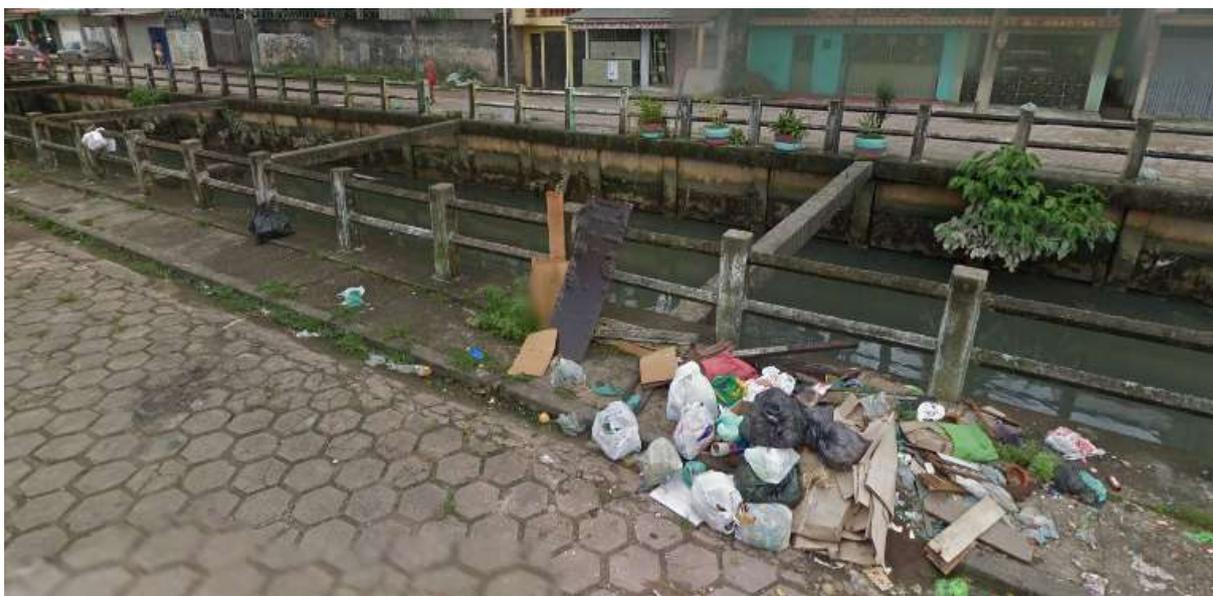
baixas características da região, facilita a entrada de resíduos e poluentes, que contaminam as águas da rede de abastecimento (PONTE *et al.*, 2014. *Apud.* Araújo, 2021, p.57).

De maneira similar para a questão do esgoto, o plano relata que a destinação final dos dejetos e águas servidas se dão de forma precária, sendo diretamente descartadas nos canais ou rede de coleta de águas pluviais sem o devido tratamento (BELÉM, 2015b), fator que resulta na contaminação das águas e se tornam um problema nos momentos de transbordamento dos canais, fruto de diversos fatores que serão destacados a seguir.

E sobre a coleta de lixo, o diagnóstico socioterritorial de Belém (Ibidem) explica, que segundo lideranças comunitária locais, ainda é presente a destinação de lixo em lixões ou canais que entrecortam a bacia (Figura 67), especialmente nos locais de difícil acesso em áreas mais periféricas. Um dos fatores que favorecem o transbordamento dos canais. Segundo Araújo (2021), após fazer um debate dos diferentes tipos de poluição, a partir de Lombardi e Cançado (2002):

De todos os tipos de poluição [...], o mais comumente observável nas periferias das baixadas é a poluição física, em virtude de a degradação da maioria dos canais urbanos ser facilmente identificável através de suas águas turvas, de presença constante de lodo em suas margens, além de presença abundante de objetos descartados nas encostas pela população, entre outros (ARAÚJO, 2021, p.59).

Figura 67 – Descarte inadequado de lixo doméstico no canal da Quintino Bocaiúva com Roberto Camelier - Jurunas, em Belém/PA



Fonte: Google Street View, 2020

Ou seja, o serviço urbano de coleta de lixo é uma política de deve ser planejada de modo que adentre as áreas menos acessíveis das baixadas, para assim, garantir um serviço de qualidade para esses moradores e auxiliar na redução dos eventos de transbordamento dos canais.

Todas essas condições de infraestrutura e serviços urbanos tem na drenagem urbana e nas condições topográficas um ponto de confluência. De grande relevância para a drenagem urbana de Belém, a bacia hidrográfica da Estrada Nova comporta canais importantes da rede de drenagem (Bernardo Sayão, Quintino Bocaiuva, 14 de março, Dr. Moraes, a exemplo), mas, que por se localizar a jusante, recebe um grande volume de água superficial da área a montante.

Esse quadro se intensifica com o processo de urbanização e impermeabilização do solo, tanto nas áreas de grande verticalização quanto nas ocupações informais (ARAÚJO, 2021), que, com a diminuição da capacidade de absorção das águas pelo solo, aumentam o volume água superficial transferido para bacia, corroborando para alagamentos mais frequentes e intensos, ainda mais, por essa se encontrar em área de grande suscetibilidade a inundação.

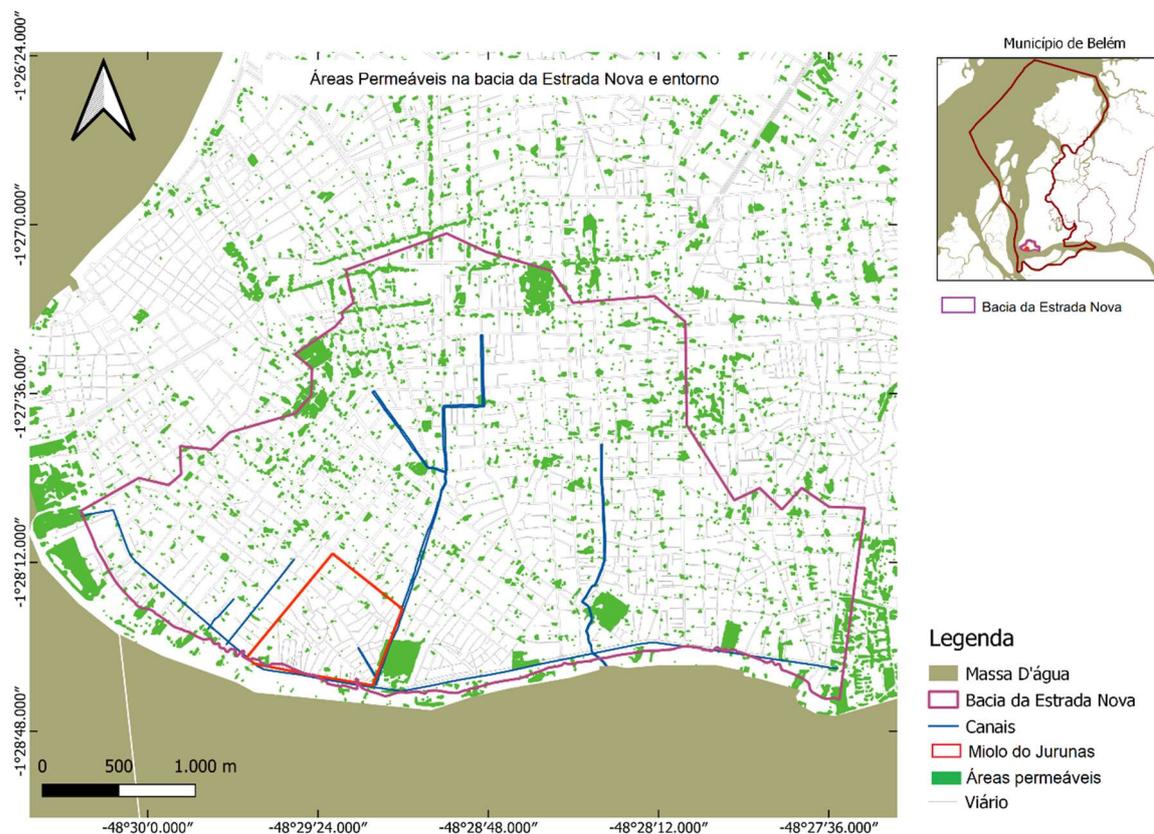
Camilla Araújo (2021) elucida que as baixadas da bacia da Estrada Nova não tiveram um planejamento urbano com a preocupação de criação de áreas livres, fator que impactou no pequeno número de áreas verdes, logo, também de áreas permeáveis nas baixadas.

Essas características territoriais, comum aos assentamentos precários, é explicada por Maricato (2001) pela autoprodução desses espaços pelos próprios moradores, mas sem o devido acompanhamento técnico pelo mercado ou Estado. Como resultado há uma “ausência de praças e parques com solos permeáveis” (ARAÚJO, 2021, p.60), como se pode constatar na Figura 68. Entretanto, condicionar apenas às baixadas a falta de áreas permeáveis na cidade de Belém seria precipitado.

Thales Miranda (2020) ao analisar a proporção de cobertura vegetal na RM de Belém, demonstra uma forte correlação entre a cobertura vegetal e a mancha urbana, de modo que, quando ocorre o crescimento desta mancha, conseqüentemente, diminuiu-se a cobertura vegetal da RM de Belém, como ilustra as figuras 69. Para o autor, isso:

É um processo pautado pela ação do Estado e por outros atores sociais, que de forma conjunta, mas não análoga, reduzem a cobertura vegetal da RMB, sem promover uma discussão ampla dos impactos que suas condutas podem causar (MIRANDA, 2020, p. 103).

Figura 68 – Mapa da bacia da Estrada Nova com indicação das áreas permeáveis, em Belém/PA



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Rogério Maués e Wallace Avelar, 2022

Analisando a Figura 68, é perceptível a carente existência de cobertura vegetal no conjunto da Primeira Légua Patrimonial de Belém, logo, não só nas baixadas. Isso influencia diretamente na diminuição da permeabilidade do solo da cidade e, por conseguinte, nos impactos hidrológicos nas bacias hidrográficas (MIRANDA, 2020), tanto a montante quanto a jusante. O autor, ao usar a cobertura vegetal como indicador de permeabilidade do solo, explica que:

A cobertura vegetal, em conjunto com solo exposto e determinados pavimentos filtrantes compõe as áreas permeáveis em uma bacia hidrográfica, que são importantes para infiltração, contenção e redução da velocidade do fluxo de águas pluviais, evitando possíveis inundações (Ibidem, p.105).

Ao avaliar os impactos hidrológicos na bacia da Estrada Nova, Miranda (2020) aponta a porcentagem de cobertura vegetal em estado crítico desde os anos de 1984, da mesma maneira para a porcentagem de escoamento superficial no ano de 2018. O autor descreve que a bacia da Estrada Nova, juntamente às outras três bacias

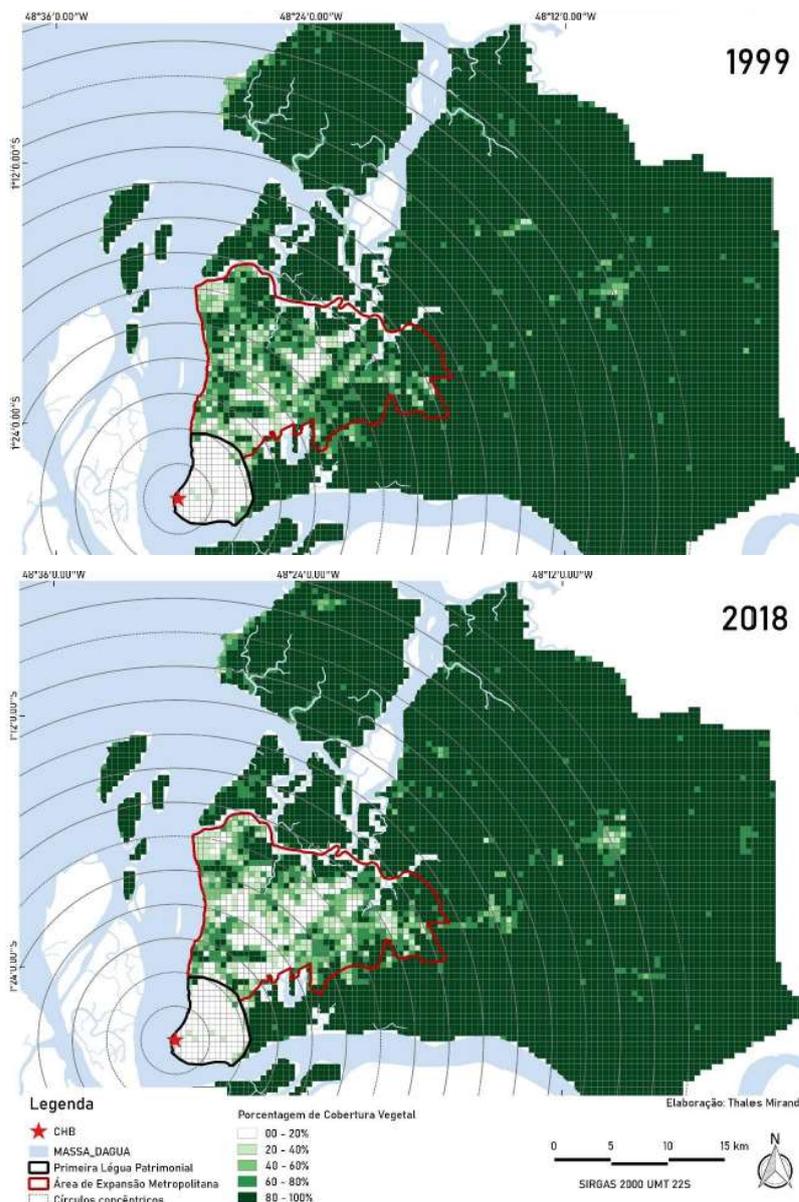
pertencentes à Primeira Légua Patrimonial, “reduziram a sua cobertura vegetal mais de 70% até o ano de 1999” (Ibidem, p.109), sendo que:

a redução ocorreu principalmente nas cotas altimétricas mais baixas, que correspondem à cobertura vegetal nos miolos de quadras e nos quintais das residências, os espaços livres privados (Ibid.).

Nesse sentido, compreendo a ocupação das baixadas como solução de espaço de moradia por uma classe trabalhadora empobrecida. Esta, compulsoriamente, ocupou esses espaços por necessidade e o fez por meio de um intenso aproveitamento do solo mediante o consumo das áreas verdes ali presente, que de forma consequente, mas não proposital, reduziu as áreas permeáveis e aumentou as chances de alagamento.

Figura 69 - Porcentagem de cobertura vegetal da Região Metropolitana de Belém - 1984, 1999, 2018.





Fonte: Miranda, 2020. A partir de USGS, 2018.

Nessa perspectiva, retomando o debate sobre a questão da drenagem urbana nas bacias hidrográficas e os condicionantes que resultam em transbordamento dos canais, alagamento das vias e, conseqüentemente, das baixadas, o fenômeno do alagamento se apresenta de forma exponencial na bacia da Estrada Nova.

Essa bacia, por localizar-se a jusante e receber um grande volume d'água das bacias a montante (BRANDÃO, 2016); por possuir apenas 3,27% do seu território permeável, com "suas baixadas ainda mais impermeabilizadas que suas chamadas áreas de 'crista'" (Avelar, 2018. *Apud.* Araújo, 2021), e ainda, pela presença de poluentes físicos nos canais e encostas (Araújo, 2021), apresenta determinantes que

corroboram ao aumento da intensidade e frequência dos alagamentos, principalmente, no período do “inverno amazônico”¹¹¹, como demonstra a Figura 70.

Figura 70 – Transbordamento do canal da 14 de março e alagamento das vias na bacia da estrada Nova.



Fonte: Jorge Sauma, 2020¹¹².

As condições ao alagamento se intensificam quando considerado o padrão tradicional de retificação e concretagem dos rios urbanos (TRAVASSOS, 2010), recorrente solução de drenagem urbana em Belém (PONTE, 2010). Modelo de drenagem que transformam o curso natural dos corpos d’água e intensificam ainda mais a descarga nas bacias a jusante (BUENO, 2008), que no caso de Belém, são as baixadas da bacia da Estrada Nova, como já debatido no capítulo 02.

Essas condições se tornam ainda mais preocupantes quando sobrepomos a essas áreas passíveis de alagamento da bacia da Estrada Nova - 72% do território da

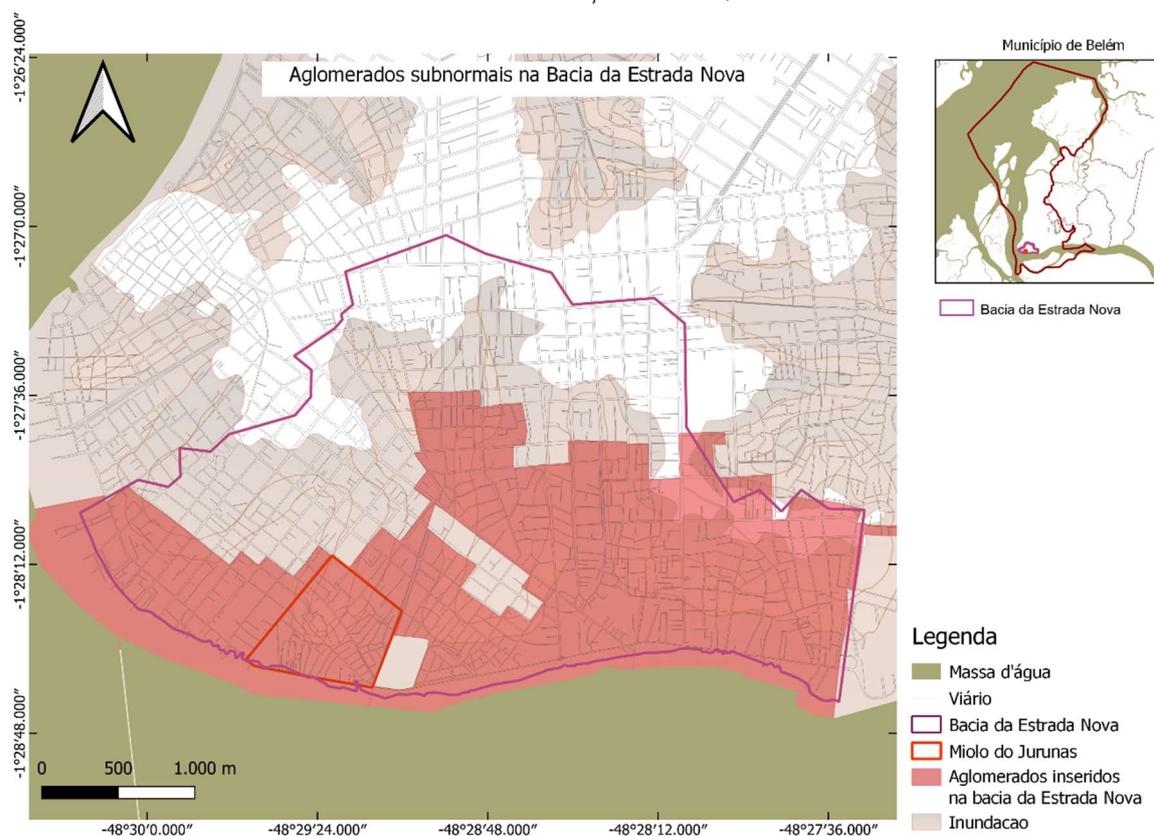
¹¹¹ Período de maior intensidade de chuvas e aumento do nível da maré, explicado no Capítulo 02, no item sobre baixadas.

¹¹² A fotografia é de uma notícia do jornal G1 Pará sobre alagamentos causados após intensa chuva de 12h seguidas, um total de 80 milímetros de chuva no início do mês de março, período do “inverno Amazônico”.

bacia (BRANDÃO, 2016) -, aos assentamentos populares presentes nessa (Figura 71). Fica nítida a extensa concentração de moradias populares nas áreas alagadas, de uma população prioritariamente mais pobre economicamente e em condições de alta densidade, como visto na Figura 61 e 63.

Essas condições atribuem um caráter ambientalmente vulnerável às baixadas da bacia da Estrada Nova (BRANDÃO, 2016), cenário que reflete no risco ambiental ao estabelecimento de doenças à população residente nesses espaços, segundo Gonçalves *et al.* (2016).

Figura 71 – Mapa de aglomerados subnormais e áreas de suscetibilidade de inundação na bacia da Estrada Nova, em Belém/PA

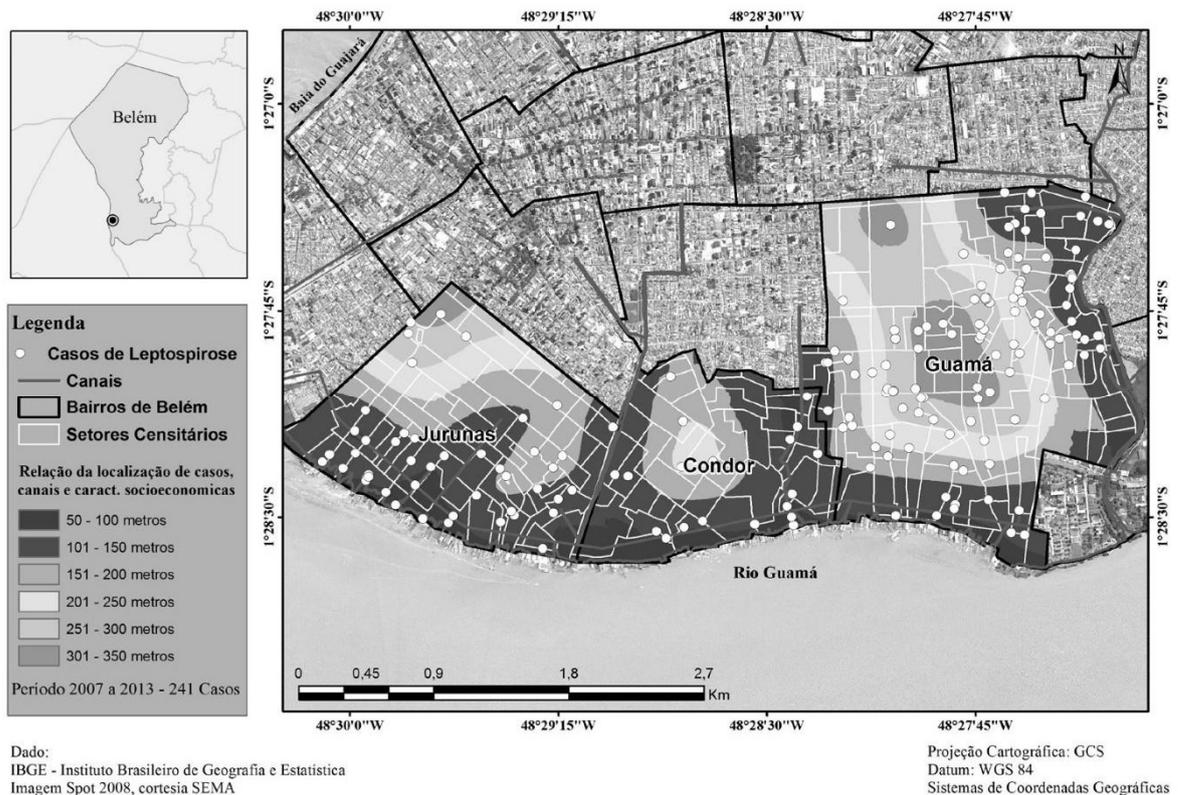


Fonte: CPRM – IPT, 2014; IBGE, 2010; IDESP, 2012a. Elaboração: Rogério Maués e Wallace Avelar, 2022.

Para o autor Gonsalves *et al.* (2016), em seu estudo sobre intercorrências de doenças de leptospirose nos bairros do Jurunas, Condor e Guamá – bairros que apresentam uma grande suscetibilidade à inundação e grande mancha de assentamentos populares na bacia da Estrada Nova -, comprova essa questão (Figura 72), ainda mais, se considerarmos as condições de precariedade das redes de abastecimento de água e esgoto, já citadas acima. Segundo o Autor:

O maior número de casos de leptospirose, em todo o período, foi registrado no bairro do Guamá (144), seguido por Jurunas (79) e Condor (18). [...] embora os três bairros sofram influência de canais, a maior concentração da doença nos bairros do Guamá e do Jurunas, ocorreu em áreas que apresentaram as menores cotas altimétricas. Fato este, que favorece o estabelecimento de alagamentos. A associação espacial destas variáveis constituiu fator de risco ambiental para o estabelecimento da doença (GONSALVES, 2016, p.3949)

Figura 72 – Correlação espacial da Leptospirose de riscos ambientais no bairro do Jurunas, Condor e Guamá – 2007 a 2013.



Fonte: Gonçalves *et al.*, 2016.

Não divergente às outras redes, o abastecimento de energia, mesmo que fornecido pela distribuidora, apresenta expressivas ligações clandestinas na área (BELÉM, 2015b). Essa última constatação pode ser explicada pelo elevado preço da taxa de luz na região, que somada a baixa renda de muitas famílias, pode levar a condições informais de acesso à energia elétrica como garantia de uma condição mínima de moradia.

Em resumo, nota-se que a bacia da Estrada Nova possui redes de infraestrutura em seu território, mas isso não implica dizer que há o abastecimento dos domicílios e, muito menos, qualidade nos serviços. Lojkin (1997) explica essa deficiência ou falta dos serviços e infraestrutura nos bairros mais pobres como um

atendimento mínimo das necessidades da classe trabalhadora pelo Estado, no intuito de manter condições de vida rebaixadas dessa população para uma situação de trabalho.

Entretanto, tal característica de fornecimento de infraestrutura nos bairros pobres se altera conforme os interesses na área pelo Estado e o Capital. Retomando o processo de ocupação das baixadas, após a sua autoconstrução pela classe trabalhadora, que são seguidas das tímidas melhorias urbanas feitas pelo Estado, há uma ordem de valorização imobiliária dessa periferia próxima de Belém, que transforma a forma de intervir urbanisticamente nessa área, mas, também, o público alvo, segundo explica Ponte (2010) ao utilizar o conceito de periferia como fronteira do capital de Mautner (2004). Dessa maneira, o capital, aliado às adequações urbanas feitas pelo Estado, se estabelece no território e altera os sujeitos e os usos pertencentes desses (MAUTNER, 2004. *Apud.* PONTE, 2010). O que explicaria as ações atuais na bacia da Estrada Nova.

A intervenção à qual Ponte (2010) faz referência, é o Programa de Saneamento da bacia da Estrada Nova – PROMABEN, idealizado pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) em 2006, que está em curso até o momento. Por questões de financiamento e etapa executiva, a PMB subdividiu a bacia (sub-bacia 01, sub-bacia 02 e sub-bacia 3 e 4), o que, segundo Brandão (2016), gerou heterogeneidade nos resultados. Ponte (2010) ao falar sobre o PROMABEN explica:

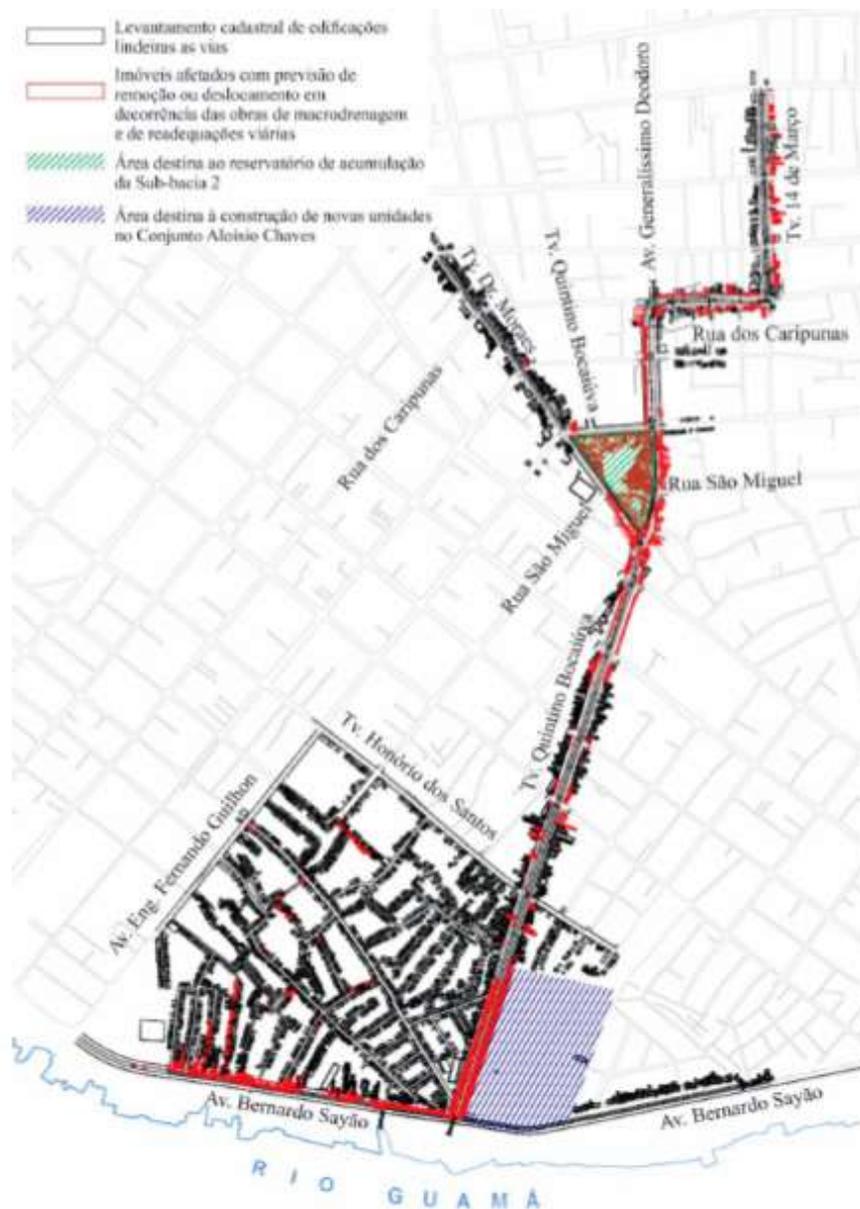
[...] Esta obra de macrodrenagem acompanha um planejamento de décadas no sentido de produzir infraestruturas de saneamento (então *básico* e, hoje, *ambiental*) capazes de lidar com as significativas descargas de águas pluviais e correntes fluviais a jusante, bem como administrar a sua associação com os vetores, resíduos e dejetos (PONTE, 2010, p.146).

O programa traz como discurso a resolução do problema social e ambiental dos assentamentos precários nos canais presentes no território da bacia da Estrada Nova, assumindo estratégias assentadas em quatro pilares: obras de macro e microdrenagem; reassentamento de pessoas assentadas sobre canais; a construção de avenidas e parque em áreas mais vulneráveis **a invasões ilegais e acessíveis** (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, 2009).

Na sub-bacia 02, a qual está presente o núcleo denominado “miolo do Jurunas” – área de grande densidade populacional e morfologia irregular -, estão previstas

ações de drenagem e de urbanização com grande aporte financeiro do Programa de Apoio ao Crescimento (PAC) Saneamento pelo PROMABEN, que têm como obras o saneamento dos canais da Av. Bernardo Sayão, Ruas Dr. Moraes, 14 de Março e Quintino Bocaiúva, e do PAC Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), com provisão de moradias para famílias reassentadas e urbanização desse núcleo urbano do bairro, onde pretende-se realizar a adequação e pavimentação da malha viária, assim como, a instalação de redes de infraestrutura (água, esgoto, drenagem) e pequenos equipamentos urbanos, como pequenas praças (BRANDÃO, 2016), ilustrado na Figura 73.

Figura 73 – Área de abrangência dos projetos de Urbanização e Macrodrenagem da Sub-Bacia 2



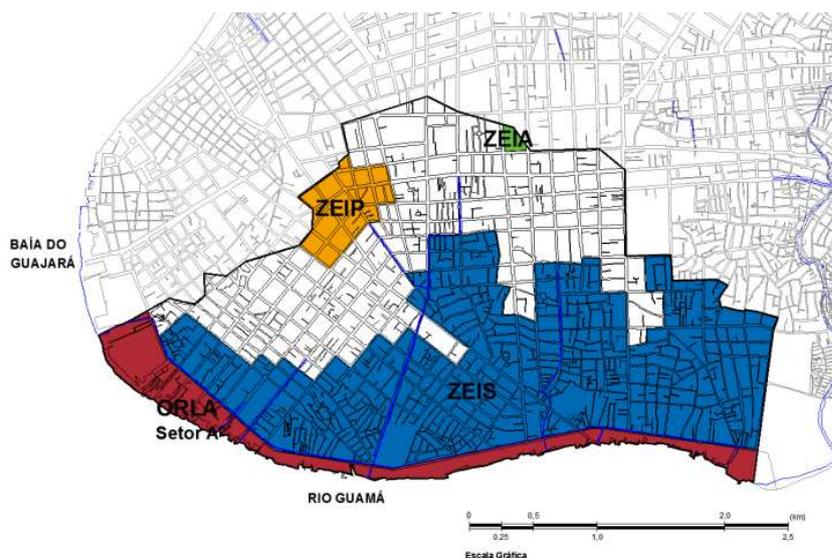
Fonte: Brandão, 2016

Um projeto de intervenção urbana como esse significa a presença de aporte financeiro para execução da política urbana, que num contexto de práticas que busquem uma outra engenharia e arquitetura nas intervenções para qualificação desses espaços, necessitaria de estudos aprofundados sobre as condições e necessidades urbano-habitacionais locais, para subsídio ao planejamento e assessoramento técnico adequado à realidade urbana da área, justificando, dentre outros aspectos, a seleção da área do baixo Jurunas como objeto de análise dessa pesquisa.

Entretanto, estudos criticam as ações conduzidas pelo projeto (BRANDÃO, 2016; MAUÉS, 2013; PONTE, 2010; SANTANA *et al.*, 2020), e apontam problemas como a remoção de famílias, impactos socioeconômicos e valorização imobiliária. O que, para Harvey (2005), denota a reprodução de um modelo hegemônico de produção capitalista do espaço.

As intenções do Programa, embebidas na ordem do capital, tiveram na alteração do Plano Diretor de Belém, em meados de 2008 (período subsequente ao lançamento do programa), a criação de diretrizes que “equivalem a adoção do amplo modelo de renovação urbana contemporânea”, critica Ponte (2010), como pode ser visto na Figura 74.

Figura 74 – Zoneamento urbano para a bacia da Estrada Nova segundo o Plano Diretor de Belém, 2008



Fonte: Belém, 2008.

O autor relata ainda, que das alterações no Plano Diretor para a área da Bacia da Estrada Nova:

(...) parece ser concebida uma forma de intervenção onde a associação entre degradação físico-ambiental (ou, especificamente, sanitária e hidrológica) e pobreza urbana legítima e justifica realocação de prioridades no investimento em infraestrutura urbana, com a criação de corredores do parque linear e do incentivo a diversos empreendimentos imobiliários privados de médio e de alto padrão (PONTE, 2010, p. 110-111).

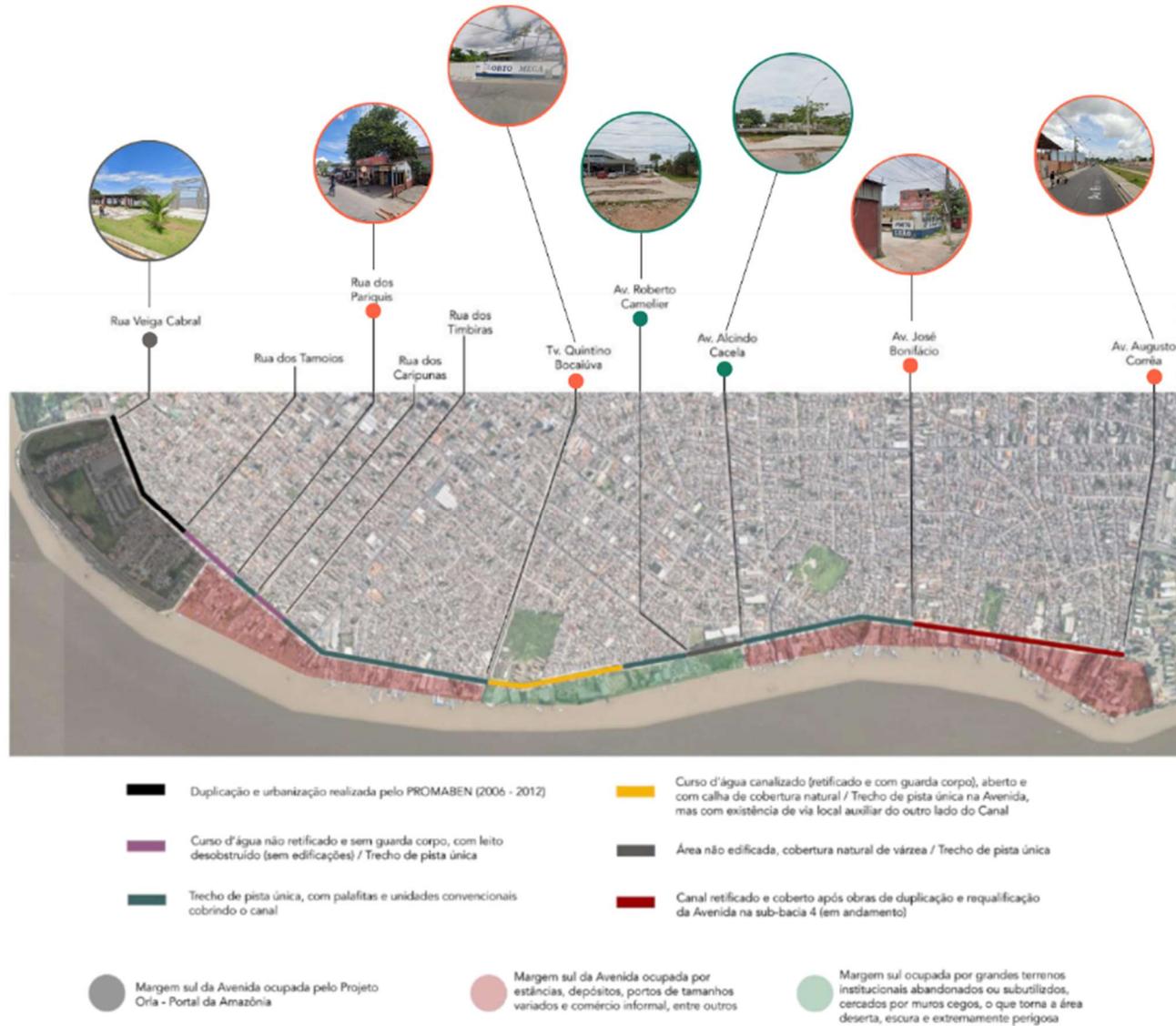
Essas diretrizes criticadas por Ponte (2010) se materializam na alteração do zoneamento da orla presente na bacia da Estrada Nova, que fica definida como Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA) Orla Setor A1, que segundo Leão (2014), demonstra os objetivos outros para essa área. Sobre esse assunto, Leão (2014) destaca:

A zona denominada Orla Setor A1 possui uma série de restrições aos usos de comércio varejista, comércio atacadista, depósito e indústrias, o único tipo de comércio varejista aceito seria através de "Shopping Center", o que é uma grande contradição, já que contrasta com os usos existentes de pequenos portos, depósitos, indústrias e comércios varejistas, demonstrando o interesse do poder público em implantar na orla novas formas de economia ligadas ao lazer e o consumo das classes média e alta (LEÃO, 2014, p. 10).

Ou seja, ficam aparentes os interesses de intervenção na área de orla para troca do uso e ocupação desta, a fim da valorização e atração de interesses do capital, como Shopping Center em detrimento da substituição de uma histórica ocupação de portos, estâncias e pequenas indústrias, que se relacionam economicamente com a dinâmica social local.

Para compreender melhor o uso e ocupação da orla da Bacia da Estrada Nova, assim como as intervenções já produzidas pelo PROMABEN e os interesses imbuídos, fez-se um esquema (Figura 75) a partir da caracterização e setorização da Avenida Bernardo Sayão elaborada por Rodrigues, Arruda e Serra (2018).

Figura 75 – Caracterização da Avenida Bernardo Sayão e Orla



Fonte: Rodrigues, Arruda e Serra, 2018. Edição: Rogério Maués; Emanuella Godinho, 2022.

Outra grande parte da bacia da Estrada Nova é delimitada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), uma delimitação que cria parâmetros outros que não o padrão da legislação urbanística, com objetivo de se adequar às características sócio-econômicas-espaciais dos assentamentos precários (BRASIL, 2001. *Apud.* RODRIGUES; ARRUDA; SERRA, 2018).

Entretanto, o funcionamento efetivo das ZEIS está sujeito ao levantamento das principais características e necessidades dos assentamentos, que possibilitem a construção de parâmetros apropriados à realidade de cada área (Ibidem), o que não ocorreu no processo de delimitação das ZEIS da bacia da Estrada Nova.

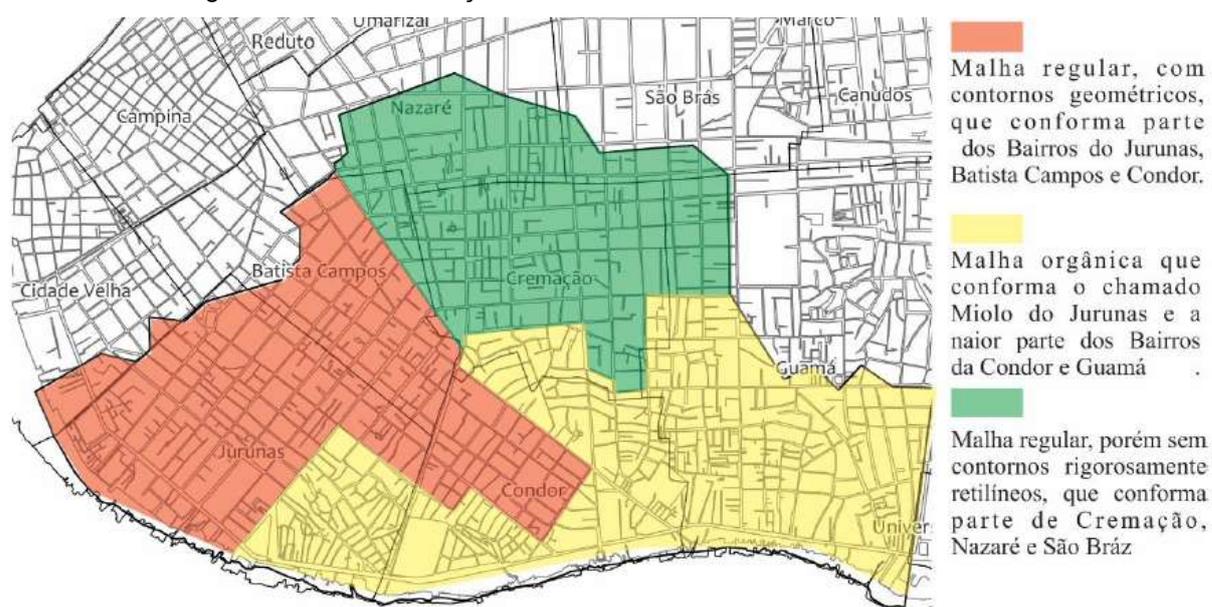
Segundo Rodrigues, Arruda e Serra (2018), seguiu-se, em Belém, um modelo de reprodução do instrumento urbanístico da mesma forma como em outros planos diretores, de maneira a apresentar deficiência na regulamentação do instrumento, assim como, “na definição de parâmetros e diretrizes urbanísticas, para fins de intervenção”, por motivos de carência dos dados municipais, a exemplo (Ibid., p.6-7).

Nesse sentido, pode-se perceber que a proposta do PROMABEN para a urbanização do núcleo urbano do “miolo do Jurunas” não tratará de forma adequada às condições espaciais da área, resultando na reprodução de um modelo urbano que não atenderá às necessidades locais.

Essa questão deixa visível a necessidade de um levantamento de dados mais detalhado dos territórios precários de Belém, principalmente, das Baixadas, em virtude da sua expressão como território popular da cidade. Um levantamento que avance para além dos dados secundários oficiais, uma vez que, apresentam uma produção generalizada de informação sobre os territórios precários, como já debatido no capítulo 02.

Um exemplo da necessidade de parâmetros urbanísticos específicos para áreas como as baixadas da bacia da Estrada Nova é a malha urbana (Figura 76). Boa parte das áreas alagadas possui uma malha orgânica, fruto do uso de uma tecnologia vernacular e popular que permitiu a adaptação a um território com presença de corpos d’água. Essa tecnologia garantiu a ocupação das margens dos rios e o adensamento dessas áreas, resultando em uma malha sinuosa (ARAÚJO, 2021; PONTE, 2010), diferente das áreas secas da bacia, que foram ocupadas seguindo o plano de alinhamento executado da Primeira Légua Patrimonial do Engenheiro Nina Ribeiro (Ver capítulo 01, Figura 04) e possuem uma malha regular.

Figura 76 – Caracterização da malha urbana da bacia da Estrada Nova



Fonte: Brandão, 2016. Adaptado de Araújo, 2011.

A Figura 76 demonstra um dos contrastes existentes dentro da bacia da Estrada Nova, que no caso, é a malha urbana. Araújo (2021) explica que a malha viária irregular/orgânica representa uma das segregações sofridas pelas baixadas devido à baixa acessibilidade que elas conferem aos espaços mais periféricos, entretanto tal questão não significaria dizer que a malha reticulada e ortogonal seja sinônimo de qualidade urbana. Para a autora:

[...] uma rede viária de padrão reticular e desenho ortogonal está distante de ser modelo de desempenho ambiental e acessibilidade a ser produzido indiscriminadamente. De nenhuma forma, a implantação de um único padrão de malha viária para toda uma cidade deve tornar-se necessidade e objetivo a ser alcançado pelo planejamento urbano (ARAÚJO, 2021, p.65).

Para Araújo (2021), a ocupação das áreas de cotas mais baixas com presença de corpos d'água, pela população ribeirinha e interiorana, foi a solução encontrada por esses de garantir um local nas proximidades das centralidades urbanas, uma vez que havia pouca disponibilidade de terra economicamente acessível na cidade. E foi a partir do uso de tecnologias construtivas adaptadas à ambientes alagados e encostas de rios, trazidas por essa população, que foi possível o uso intensivo do solo com maior adensamento habitacional e populacional nas baixadas, criando uma estrutura orgânica da malha urbana, segundo Ponte (2010).

Araújo (Ibidem) demonstra as vantagens e desvantagens atribuídas ao traçado urbano irregular da baixada da bacia da Estrada Nova. Ao ocupar as áreas alagadas, essa população economicamente empobrecida garantiu sua moradia próxima às redes de serviços e trabalhos, mesmo que em condições de precariedade ou carência de infraestrutura, explicando o conceito de “periferia próxima” para as baixadas em Belém.

Em contrapartida, essa malha orgânica traz dificuldades para a sua manutenção e prejudica a acessibilidade entre as baixadas e o centro da cidade, principalmente, nas áreas mais periféricas. Isso porque, essa estrutura irregular dificulta o acesso aos serviços públicos, que não são adaptados à essa malha urbana, incidindo em vias de acesso sem infraestrutura e de difícil trafegabilidade, entre outras precariedades prementes a essa situação (ARAÚJO, 2021).

Isto posto, dentre características hidrológicas, urbanas, habitacionais, socioeconômicas e ambientais, é possível perceber que a bacia hidrográfica da Estrada Nova apresenta relevância dentro do contexto urbano belenense. Soma-se a essas questões o fato da bacia estar na ordem da vez no que se refere aos investimentos públicos para intervenção urbana, assim como, no foco do mercado imobiliário, fatores que corroboraram para escolha da bacia da Estrada Nova como objeto de estudo dessa dissertação.

De maneira a melhor analisar as questões acima citadas da bacia, selecionou-se a área que apresenta essas questões com maior expressividade, o bairro do Jurunas, que se localiza ao Sul da bacia da Estrada Nova, nas sub-bacias 01 e 02. O bairro guarda características morfológicas, fisiográficas e socioespaciais-econômicas-ambientais que desafiam a proposição de uma outra arquitetura e engenharia que busquem a adequação desses espaços para uma moradia digna.

É, por esse motivo, que buscamos o aprofundamento do debate sobre as condições de moradia em área de baixada com foco nesse bairro, de modo que possamos contribuir no avanço dos estudos, das proposições de políticas públicas e no assessoramento técnico para essa realidade habitacional de características urbanas amazônicas.

3.3. JURUNAS: ENTRE A CONTRADIÇÃO DAS RIQUEZAS E DESIGUALDADES

Foi debatida até aqui a expressividade das baixadas no espaço urbano da cidade de Belém e sua característica como principal espaço de moradia da população dessa cidade. Do mesmo modo, demonstrou-se como as baixadas guardam questões de precariedade urbano-habitacionais que são prementes de comunidades favelizadas no Brasil, mas dentro de um contexto urbano amazônico.

Entretanto, uma análise dialética sobre as baixadas e seu contexto na cidade nos permite observar que essas são espaços integrados às outras frações de espaço urbano da cidade, demonstrando uma relação de coexistência, como explicaria Telles (2010).

Dentro desse universo, o Jurunas se apresenta em Belém como um bairro tradicional de grande expressividade, por apresentar, como já dito, a maior densidade populacional de toda a RM de Belém. Característica que traz como reflexo na sua estrutura urbana complexidades à um planejamento urbano e assessoramento técnico, em vista das condições de precariedade em áreas alagadas ou passíveis de alagamento. Juntamente, a formação deste bairro no contexto urbano da cidade traz consigo ricas relações econômicas, culturais e sociais construídas pela população local.

Nesse sentido, a fim de trazer para o estudo da baixada do Jurunas o olhar de seus próprios moradores e moradoras, pessoas que vivenciam diariamente a realidade de morar na baixada, fez-se nove entrevistas entre moradores e moradoras, um representante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – Pará (MLB) e uma Assessora Técnica Popular que atuam no bairro.

As entrevistas ficaram distribuídas entre moradores do chamado “Miolo do Jurunas”, pois, como já explicado, este apresenta as maiores densidades populacionais do bairro, mas também, da Rua Caripunás, por estar localizada na região do baixo jurunas com a presença de muitas vilas de densidades parecidas às do “miolo” e por conter maioria da população participante das atividades do MLB - Pará no Jurunas.

O bairro do Jurunas, caracterizado como um dos mais tradicionais e populosos da cidade, é sinônimo de pluralidade, movimento, identidade e tradição. Rico nos aspectos culturais e em suas relações sociais, o bairro é formado por moradores que

carregam consigo toda uma identidade e orgulho ao se auto intitularem *jurunenses* (RODRIGUES, 2008).

Formado por uma população de maioria do interior do estado ou de descendência interiorana (BELTRÃO, 2007), as práticas cotidianas de seus moradores possuem algumas características de um modo de vida ribeirinho, principalmente, pelo consumo do açaí e farinha como alimento quase que obrigatório da cesta básica.

Em entrevista com os moradores do bairro, praticamente todos alegaram o consumo diário do açaí em suas principais refeições. Quando perguntados se tomam açaí, resposta como “todo dia”, “todo dia tomamos açaí”, seguidas de risadas, demonstram o costume e afeição pelo consumo do fruto por essas famílias e até mesmo uma afirmação de ser interiorana pelo consumo deste, como mostra a resposta “E bem! Essa é uma abaetetubense, como diz o homem” da moradora Priscila (informação verbal)¹¹³. Fator que explicaria as inúmeras *baiucas*¹¹⁴ de açaí¹¹⁵ (com farinha, claro) no bairro, que muitas vezes, se faz na própria residência do vendedor (RODRIGUES, 2008).

Essa característica do uso misto das edificações é expressiva no Jurunas, uma forma de obtenção de renda extra, ou mesmo, principal. Soma-se a essa prática as vendas em carrinho de comida, feirinhas de rua, o complexo de feiras, que juntamente com as atividades dos portos e seus fluxos de passageiros e mercadorias corroboram para atividades de características específicas no bairro, de comércio e serviços popular e ambulante, que ocupam as ruas e movimentam o bairro (RODRIGUES, 2008), como podemos ver nas Figura 77.

Segundo Rodrigues (2008, p.148), “a maior parte desse movimento ocorre ao longo da avenida Bernardo Sayão, assim como em suas transversais, em direção aos diversos portos localizados na orla ribeirinha”, que numa “simbiose” entre moradias, comércios, portos e indústrias, exhibe uma complexa estrutura, responsável por criar uma dinâmica comercial intensa na região.

¹¹³ Entrevista concedida por PEREIRA, Priscila Ferreira. [nov. 2021]. Entrevistador: Rogério Santana Maués. Belém, 2021. 1 arquivo .m4a (11min. 21s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação.

¹¹⁴ Baiuca, banca, são termos usados para denominar locais de venda de açaí que, por sua vez, são identificados por uma bandeira vermelha com uma lâmpada acesa na frente do estabelecimento.

¹¹⁵ O abastecimento dessas bancas se faz com o açaí advindo das ilhas e que chega pelo Porto do Açaí, no próprio bairro (RODRIGUES, 2008).

Sobre isso, o morador Silva (informação verbal)¹¹⁶, antiga liderança comunitária do bairro, comenta que as pessoas que moram nessa área da Estrada Nova têm a sua subsistência ligada à área. Casas com vendas, relação com os portos, a relação com os ribeirinhos é intensa, por conta da questão geográfica e cultural com o rio.

Figura 77 – Feiras e comércios de rua no Jurunas, em Belém/PA

Figura 76(a) – Feira de rua.



Fonte: Google Street View, 2020.

Figura 76(b) – Venda de peixe e farinha.



Fonte: Google Street View, 2020.

Figura 76(c) – Venda de mingau no carrinho e açaí.



Fonte: Google Street View, 2020.

Figura 76(d) – Banca de venda de açaí e marmitta.



Fonte: Google Street View, 2020.

¹¹⁶ SILVA. **Entrevista I**. [fev. 2020]. Entrevistador: Rogério Santana Maués. Belém, 2020. Entrevista feita sem roteiro e não gravada. Relato da entrevista encontra-se no Apêndice B desta dissertação.

Ao analisar a construção da identidade e sociabilidade do território jurunense, a antropóloga Carmen Rodrigues (2008) afere a propagação dessa construção a uma forma internalizada, ou seja, “de dentro”, onde os moradores reafirmam sua identidade por meio das tradições festivas; carnaval, festa juninas, festividades dos padroeiros e festas de aparelhagens (figura que se perpetua por meio de relações parentais, de vizinhança e amigos que culminam em uma sociabilidade entre moradores). O historiador Leopoldo Santana Jr., antigo morador do bairro, relata:

Meu envolvimento com o carnaval vem desde a infância. Morador do bairro do Jurunas em Belém do Pará, participava, **juntamente com a família**, dos bailes de carnaval nas sedes da Escola de Samba Rancho Não Posso Me Amofiná [...]. Nas ruas, brincava nos blocos de sujos, **que uniam moradores de diversas passagens, vilas e ruas**. Homens vestiam-se de mulheres, pintavam-se, sujavam a si e aos outros que passavam com trigo, maisena e lama. Esses blocos usavam como instrumentos de percussão latas, panelas, bacias e cantavam marchinhas tradicionais, como: mamãe eu quero e marcha do remador (“se a canoa não virar, olê, olê, olá...”) dentre outras. O melhor desfile acontecia quando chovia, **pois os moradores celebravam momentos de felicidade e comunhão, percorrendo ruas, na sua maioria, enlameadas pela falta de saneamento básico** (SANTANA JR., 2008, **grifo nosso**).

A baixada do Jurunas é símbolo da expressão cultural popular de Belém. É nessa baixada que nasce a primeira escola de samba do Pará – e quarta mais antiga do Brasil -, o Rancho Não Posso Me Amofiná, em 1934, que organizava bailes de carnaval em sua sede (SANTANA JR., 2008). Escola esta que desfilou em forma de protesto na Ditadura Militar em um período que havia sido proibido os desfiles de carnaval (Ibidem). No período de carnaval os moradores do bairro se envolvem em prol dos desfiles por meio de festas, bingos, etc., para arrecadação de dinheiro, e assim, desfilam na avenida do samba (Ibidem).

Outra importante expressão cultural popular das baixadas são as festas de aparelhagens. Essas festas populares tem sua origem no Pará, com a Aparelhagem “Diamante Negro”, na década de 1950 (DRUSIAN, 2015) e possuem grande expressão na cultura local paraense, reconhecida hoje, nacionalmente. O bairro do Jurunas tinha a aparelhagem conhecida como “Bandeirantes do Jurunas”. Segundo Lima (2008), as festas de aparelhagem podem ser definidas como:

Conjunto de modalidades festivas populares sonorizadas pelas aparelhagens, empresas que se identificam pela utilização de suntuosos aparatos eletrônico-sonoros e diferenciadas pelo ‘estilo’ de festas a que se

propõem, pelo público que atraem e por suas dimensões e feições diversas (LIMA, 2008).

No mês de junho, afloram-se as disputas das quadras juninas. Tradicionalmente, grupos de bairros que treinaram durante o ano disputam nas quadras juninas, uns contra os outros, para eleger a melhor quadrilha. Um momento de “rivalidade” entre bairros periféricos, num contexto de muita música, comidas típicas e diversão.

Ou seja, o bairro do Jurunas, além de uma economia ativa, que movimenta e se articula com outros espaços da cidade, é também um bairro de expressão cultural latente que fortalece relações sociais e econômicas internas do bairro e com a cidade, como demonstra a Figura 78.

Figura 78 – Festas populares no bairro do Jurunas, em Belém/PA

77(a) Arrastão do Rancho nas ruas do Jurunas



Fonte: G1 Pará, 2014.

77(b) Apresentação de quadrilha junina



Fonte: Espaço São José Liberto, 2012.

77(c) Festa de Aparelhagem “Crocodilo Prime”



Fonte: Belém Online, 2022.

E assim, percebe-se o Jurunas como um bairro cercado por contradições. Ao mesmo tempo que seus moradores experimentam nas ruas uma alegria festiva e economia ativa (RODRIGUES, 2008), presenciam também uma situação histórica de carência de saneamento básico e outras redes de serviço urbana, como relatam alguns moradores do bairro.

Lenita Cardoso (Informação verbal)¹¹⁷, moradora da Vila Cardoso na Rua Caripunas, comenta sobre as condições da vila e da sua casa na incidência de fortes chuvas que “[...] é difícil aqui. Quando enche, quando vem aquela chuva mesmo, enche tudo aqui. Nós não temos condição de fazer a nossa casa. Nós já fizemos de tudo pra não encher”. O relato da moradora demonstra a situação de alagamento vivenciada por eles, assim como, as dificuldades econômicas para fazer melhorias eficientes na casa de forma a combater o alagamento da mesma, visto que já fizeram intervenções.

Da mesma forma para a questão da iluminação pública, os moradores das vilas e passagens relataram uma deficiência no serviço público, principalmente nas partes mais internas e estreitas, como destacam alguns relatos:

Só é quando a gente coloca as luz na frente de casa. Mas pra lá pra lá, onde fica a casa da minha irmã, é tudo no escuro, eles só acendem e depois eles apagam a luz deles, que eles não vão gastar, né!? (informação verbal)¹¹⁸ (PEREIRA, 2021).

Olha, a vila, aqui, eu quero que você veja o escuro! Já entrou polícia correndo para cá, e nós tudo aqui na frente. Já fomos em vários lugares pra ver se ligam pra cá, nunca deu porque não tem fio (informação verbal)¹¹⁹ (CARSDO, 2021c).

Em alguns pontos, é bom. No começo e no final da rua. No meio dela, a iluminação não tem (informação verbal)¹²⁰

Precariedades e carências infraestruturais e habitacionais, que atreladas às condições ambientais de suscetibilidade a alagamento na baixada do bairro, materializam a desigualdade socioambiental imposta a esses moradores. Ou seja, da

¹¹⁷ Entrevista concedida por CARDOSO, Lenita Ferreira. [nov. 2021a]. Entrevistador: Rogério Santana Maués. Belém, 2021. 1 arquivo .m4a (10min. 24s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

¹¹⁸ Pereira (2021).

¹¹⁹ Entrevista concedida por CARDOSO, Maria Izabel Ribeiro. [nov. 2021c]. Entrevistador: Rogério Santana Maués. Belém, 2021. 1 arquivo .m4a (6min. 40s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta dissertação.

¹²⁰ Entrevista concedida por MALCHER, Ariadne Alves. [nov. 2021]. Entrevistador: Rogério Santana Maués. Belém, 2021. 1 arquivo .m4a (18 min. 30s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta dissertação.

mesma forma que o bairro tem nas ruas feiras e um ativo comércio, tem-se também a fragilidade ambiental que afeta essa economia em períodos de alagamento, atingindo a dinâmica social dos moradores do bairro, a exemplo da economia relacionada ao comércio local.

Em uma varredura pelo bairro, via análise de satélite, percebe-se que no Jurunas existem poucos equipamentos públicos em seu território. São 11 escolas públicas, 1 praça e outras pracinhas menores, 1 Unidade Básica de Saúde (UBS) e uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h. Considerando que o bairro do Jurunas apresenta a maior densidade demográfica da RM de Belém, esses equipamentos de saúde pública se apresentam insuficientes.

Sobre esse aspecto, Ariadne Malcher (informação verbal)¹²¹, trabalhadora da área da saúde, comenta que acha precário o serviço público de saúde, em vista da alta densidade populacional do bairro e os poucos servidores públicos para atendê-los, acarretando na demora do atendimento. E reitera sobre aspectos de deveriam melhorar na saúde pública:

Eu acho que o primeiro ponto seria a assistência à saúde, porque aqui a gente não tem um NASF, que é o Núcleo de Apoio a Saúde da Família, a gente divide com a Condor. Então o Jurunas não tem um NASF próprio que já vai trabalhar essa questão de territorialidade. As nossas Unidades Básicas de Saúde não tem assistência como deveria. Agora, com a UPA, já melhorou bastante, mas se tratando somente da Unidade Básica, teria que melhorar bastante (Ibid., 2021, p.04).

Da mesma forma, as praças e parques. Como o bairro por questões fisiográficas e drenagem urbana recebe um grande volume d'água, há a necessidade de espaços permeáveis. E considerando o alto índice populacional do bairro, a presença de poucas praças e parques demonstram poucas de opções de lazer para seus moradores.

Essa realidade de carência força a população Jurunense a buscar em outros bairros opções de lazer e atendimento de saúde, como relata o morador Silva (informação verbal)¹²², residente na Av. Bernardo Sayão com Fernando Guilhon, ao alegar que o bairro do Jurunas padece de maiores redes de supermercado, bancos e outros serviços, assim como, o lazer. O morador explica que devido à proximidade do

¹²¹ Ibid., 2021, p.04.

¹²² Ibid., 2020.

bairro aos outros bairros com acesso a redes de serviços equipamentos públicos, consegue usufruir desses serviços escassos no Jurunas, a exemplo da Orla do Portal da Amazônia no bairro da Cidade Velha, ao lado. Isso demonstra a desigualdade socioespacial sofrida pela baixada do bairro, que tem na sua localização solução da garantia, por essa classe trabalhadora, ao mínimo acesso ao direito à cidade.

Com relação a situação da renda média do bairro, os dados do IBGE (2010), demonstram uma transição nuançada dos maiores rendimentos médios (R\$ 3.635,00 a 7.835,00)¹²³ presente na parte de malha ortogonal reticulada, que faz fronteira com o bairro da Batista Campos – área valorizada da cidade -, para os menores rendimentos (R\$ 0,00 a 628,00) na malha urbana orgânica, como mostra a Figura 63 (Cap. 3, p. 173). Já em relação a densidade demográfica, as menores densidades (0 – 197 hab./ha) irão se sobrepor aos maiores rendimentos médios, e crescem gradualmente ao se aproximarem do Canal da Bernardo Sayão e o canal da Quintino Bocaiúva, como visto na Figura 64 (Cap. 3, p. 174).

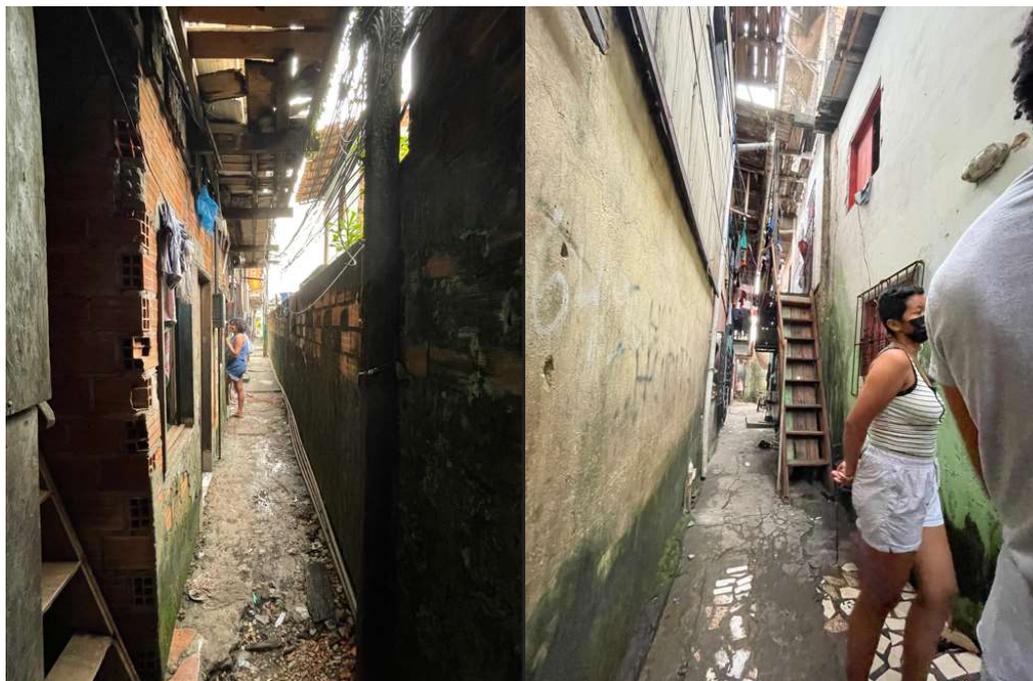
Essas características da contradição entre a renda e densidade no bairro puderam ser observadas a partir de pesquisa de campo. Ao acessar a área onde residiam os moradores, muitos dos quais moram em vilas estreitas, percebeu-se o grande número de casas com pelo menos dois ou três pavimentos, que tinham seus acessos a partir de escadas com inclinação bastante acentuada, como mostram as Figuras 79a e 79b.

E no que tange os alagamentos, o bairro, em quase em sua totalidade, praticamente, está suscetível ao alagamento, mesmo nas suas cotas mais altas de 12 metros e de malha urbana regular. O fato pode ser explicado tanto por questões fisiográficas de baixa altimetria (4 a 6 metros) em grande parcela do bairro, mas também pelo alto índice de impermeabilidade do solo causados pelo adensamento intensivo da área, juntamente com a presença de canais retificados e concretados, que resultaram no aumento da descarga d'água no bairro, que fica a jusante.

Esses e outros determinantes já dissertados ao caracterizar a bacia hidrográfica da Estrada Nova, alteraram a mancha de alagamento de 4m (CONVÊNIO, 1976), para cotas de até 12m, como demonstrado na Figura 46 (Cap. 02, p.130).

¹²³ Salário mínimo em 2010 era de R\$ 510,00, segundo Debit (2022)

Figura 79 (a e b) – Acesso da Vila Cardoso na Rua Caripunas – Jurunas, Belém/PA.



Fonte: Pesquisa de campo. Maués (2021).

Esses dados revelam que não há uma fronteira que delimita os espaços das baixadas dos espaços mais valorizados da cidade dita “formal”, em Belém. Essa transição é gradual no que se refere às condições socioespaciais, mas que apresenta condições de vida diferenciadas na cidade.

No Jurunas, como demonstrado no debate sobre a bacia da Estrada Nova, quanto mais próximo dos cursos d’água e áreas alagadas, mais se aumentam as precariedades e carências no que tange questões de infraestrutura e habitação. Aumenta-se as chances de contaminação por doenças transmissíveis pela água, a exemplo da leptospirose (Gonçalves *et al.*, 2016), assim como, diminui-se a acessibilidade desses espaços em regiões mais periféricas (ARAÚJO, 2021).

Essa realidade se mostra presente no comentário da moradora Emiliana Cardoso (informação verbal)¹²⁴, ao relatar que sua vila sofre por alagamentos ainda hoje, mesmo após a obra do PROMABEN na Rua Caripunas:

Alaga! A vila toda, sabe!? Os esgotos ficam entupidos, transborda água de fossa, aí fica aquela lameira toda. A gente vai pisando, assim, aquele negócio,

¹²⁴ Entrevista concedida por CARDOSO, Emiliana Pereira. [nov. 2021b]. Entrevistador: Rogério Santana Maués. Belém, 2021. 2 arquivos .m4a (3min. 25s e 6min. 44s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G desta dissertação.

aquela água... Tipo assim, coisas de fezes, essas coisas. É um perigo pra gente, pros moradores.

Considerando a formação desses espaços periféricos a partir de camadas de trabalho, como conceitua Mautner (1999), percebe-se níveis diferenciados de habitabilidade no contexto da baixada do Jurunas, a exemplo das moradias em vias que já passaram por intervenções urbanas ou estão mais distantes de canais.

Ou seja, enquanto se percebe a predominância de residências de madeira em estruturas palafíticas sob os canais com alguma situação de precariedade, mais ao fundo e distanciando-se dos canais, as edificações começam a se apresentar em alvenaria, como ilustra a Figura 80.

Da mesma forma, nota-se nessa área da baixada do Jurunas a existência de edificações, predominantemente, em alvenaria, em processo de evolução para incremento de novo pavimento, em área um pouco mais consolidada, e com presença de alguma cobertura vegetal (Figura 81), denotando a variedade ocupacional presente nas baixadas, logo, necessidades diferenciadas em processos de intervenção.

Figura 80 – Moradias em situação de precariedade em madeira e em estrutura palafítica sobre o canal da Bernardo Sayão - Jurunas, Belém/PA.



Fonte: Google Street View, 2020.

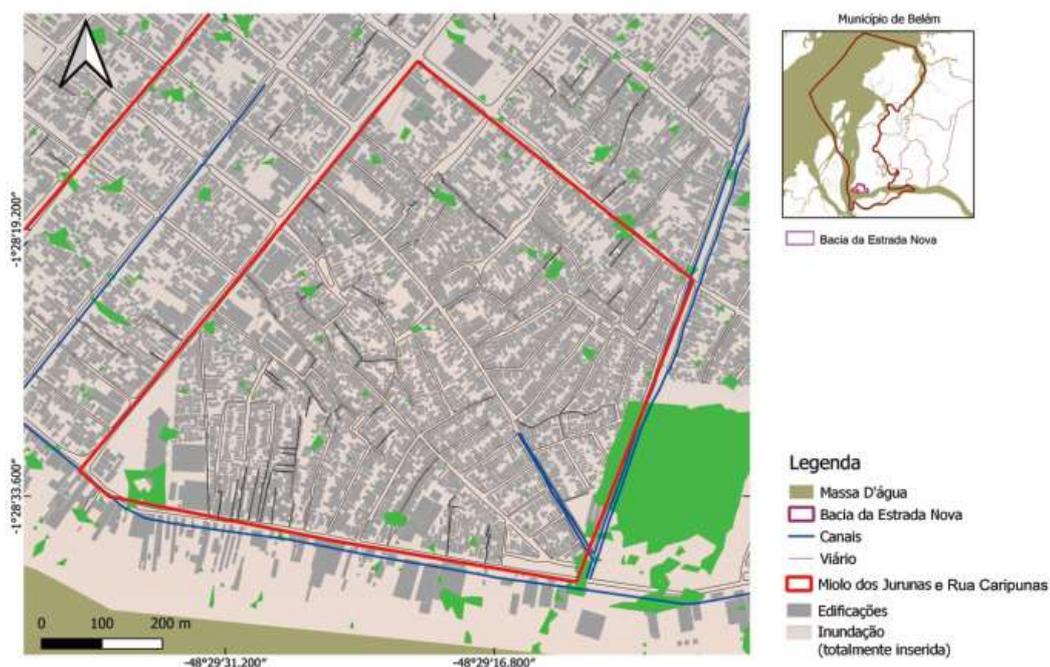
Figura 81 – Residências em alvenaria na rua Eng. Fernando Guilhon – Jurunas, Belém/PA.



Fonte: Google Street View, 2020.

De modo a debater com mais atenção a variedade ocupacional e o modo de vida nas baixadas, selecionamos o núcleo denominado “miolo do Jurunas”, ou como identifica o sociólogo Domingos Conceição, o “polígono da desigualdade” (Figura 82) como recorte analítico das baixadas de Belém para essa dissertação, formado por locais que apresentam as contradições do modo de morar nas baixadas.

Figura 82 - Delimitação da poligonal do “Miolo do Jurunas”, na bacia da Estrada Nova.



Elaboração: Rogério Maués e Wallace Avelar (2022)

A fim de compreender e atualizar as necessidades e particularidades das condições de moradia nas áreas úmidas, fez-se a análise das características morfológicas, habitacionais, ambientais e dinâmicas sociais dessa área do Jurunas, que, como dissertado, possui contradições e complexidades a serem consideradas nos processos de planejamento urbano e assessoramento técnico em áreas alagadas e passíveis de alagamento.

Olhar as condições individuais de um assentamento é um método utilizado por profissionais que se preocupam com o trabalho de levantamento e projetos de urbanização de favelas, pois interfere diretamente no processo de projeto urbanístico e habitacional (SANTO AMORE, 2014 *et al.* 2014), e nesse caso, na vida do morador do assentamento alvo de intervenção.

Compreende-se nesta pesquisa, que um olhar detalhado sobre as condições urbano-habitacionais específicos cria parâmetros particulares ao território e auxilia no suporte de proposições a uma intervenção urbano-habitacional e assessoramento técnico que almejem outra arquitetura, se adequa a realidade e necessidades específicas do território e proporcione qualidade de vida aos seus moradores. Segundo Santo Amore *et al.* (2014), ao tratar de urbanização de favelas:

Adotar as condições individuais das moradias como ponto de partida para os levantamentos e projetos, ao contrário, implica em outra forma de intervenção. Supõe um esforço de identificação, categorização (qualificação), classificação e medição (quantificação) das precariedades, de modo que se organizem parâmetros mais objetivos de leitura e interpretação das necessidades ou carências de cada domicílio e do assentamento como um todo, que tornem o reconhecimento das realidades mais complexo, que apoiem o processo de projeto, de intervenção, e que ainda sirvam à interlocução com os moradores (SANTO AMORE, 2014, p. 06).

Nessa perspectiva, serão descritos e discutidos, quantitativamente e qualitativamente, a partir de análises espaciais - remotas (imagens de satélite) e presenciais -, entrevistas e dados oficiais secundários, as características morfológicas, habitacionais, ambientais e das dinâmicas sociais da área escolhida como recorte analítico.

Entretanto, sendo as baixadas territórios dinâmicos, em constante transformação - utilizando o entendimento de Santo Amore *et al.* (2014) sobre assentamentos precários -, entende-se os limites da leitura do processo de levantamento das condições físicas e territoriais por este estar condicionado à realidade momentânea do território ao processo. Logo, as condições e necessidades levantadas se modificarão com o tempo.

3.3.1. Caracterização das baixadas: um ensaio a partir do Miolo do Jurunas

Não se pretende usar este recorte como um exemplo de todas as baixadas de Belém, mas sim contribuir com o acúmulo de informações e com o debate sobre as condições de moradia dessas áreas, que se expressam no espaço urbano da cidade de Belém como lugar predominante de moradia popular que se encontra em alguma situação de precariedade.

A caracterização e qualificação dos elementos descritos se utiliza da análise espacial remota (via Google Street View) e presencial (via pesquisa de campo), da base de cartográfica do Cadastro Técnico Multifinalitário da Companhia de Desenvolvimento de Administração da Área Metropolitana de Belém (CTM – CODEM, 2014) e da base do Censo Censitário do IBGE (2010) para aglomerados subnormais. A base de dados da CODEM forneceu as dimensões de quadras e lotes do bairro do Jurunas para que assim fosse possível as análises morfológicas. A base de dados do IBGE forneceu informações de densidade e renda, tornando possível a análise dos aspectos socioespaciais.

Para as análises das características urbano-habitacionais das unidades de moradia foram selecionadas três vias de acesso com estruturas diferentes. Uma de grande porte com presença de canal e próximo a orla (Avenida Bernardo Sayão), outra de médio porte e no limite do miolo do Jurunas, onde as características urbanas estão em transição (Travessa Honório dos Santos) e, por fim, uma de pequeno porte e mais interna ao núcleo estudado (Passagem Limoeiro).

3.3.1.1. Análise dos dados levantados

Iniciamos a análise do Miolo do Jurunas pela malha urbana. Esta se apresenta de forma orgânica (Figura 83), destoando da outra parte do bairro que apresenta malha regular. Isso pode ser explicado pelo processo histórico de ocupação dessas áreas alagadas por meio de autoconstrução e de indisponibilidade de recursos para alteração do terreno caracterizado pela presença de cursos d'água e áreas alagadas.

Ponte (2010), explica que a ocupação dessas áreas foi possível a partir de técnicas outras, que não as utilizadas na produção no parcelamento urbano da cidade dita formal. Foi o uso de tecnologias vernaculares e populares, como já dissertado aqui, que possibilitou a ocupação das margens dos rios e das áreas alagadas, com intenso uso do solo.

Figura 83 – Malha orgânica do Miolo do Jurunas

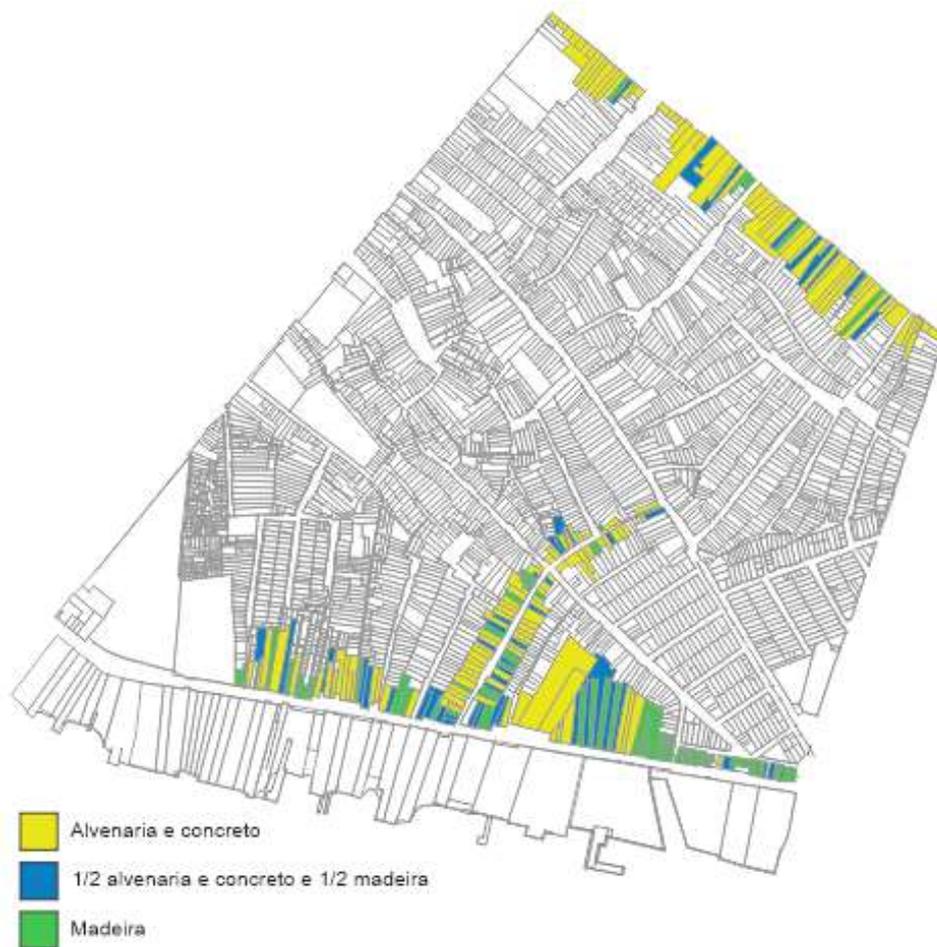


Fonte: CTM-CODEM (2014). Elaboração: Rogério Maués e Wallace Avelar (2022)

Como explica Mautner (1999), sobre o processo de camadas de trabalho na formação dos espaços periféricos, o Jurunas passa por essa evolução da ocupação ocorreram aterramentos das áreas alagadas pelos próprios moradores, que depois foram feitos por ações públicas - alguns acompanhados por projetos de drenagem. Isso possibilitou a transformação das casas, que outrora eram em palafitas – uma adequação para as áreas alagadas ou alagáveis -, em casas construídas diretamente no solo e com evolução de material construtivo de madeira para alvenaria.

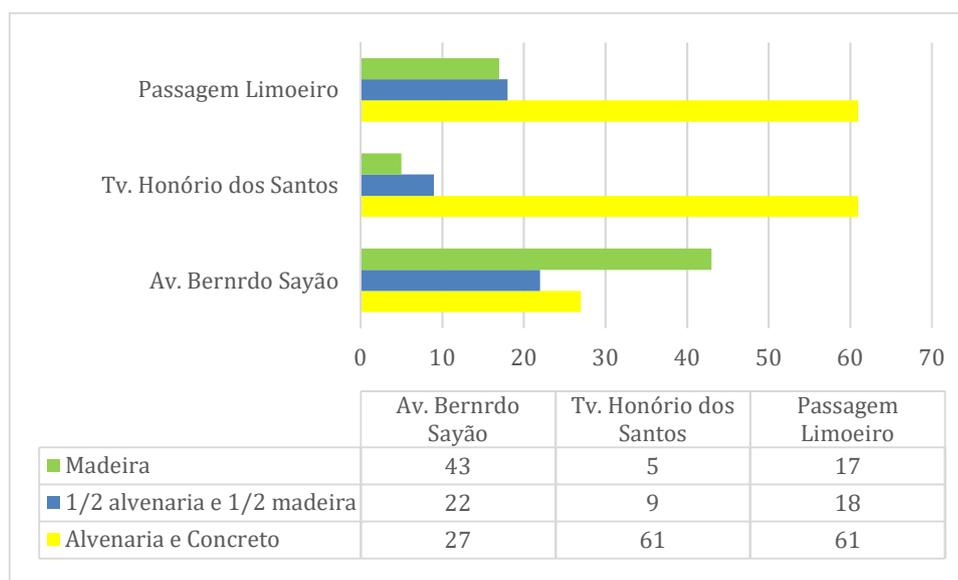
Entretanto, percebe-se ainda uma predominância de casas em padrões construtivos palafíticos nas proximidades de canais, padrão que se altera conforme se distancia dos corpos d'água, demonstrando uma diferenciação construtiva e qualitativa nas estruturas construtivas das moradias, como pode se verificar na análise das fachadas de lote de três vias distintas, a Avenida Bernardo Sayão (com presença de Canal), a Passagem Limoeiro (parte mais interna do núcleo do Miolo do Jurunas) e a Travessa Honório dos Santos, limite oposto do miolo em relação a Avenida Bernardo Sayão, como se verifica a Figura 84 e 85.

Figura 84 – Material construtivo das casas na Av. Bernardo Sayão, Passagem Limoeiro e Travessa Honório dos Santos – Jurunas, em Belém/PA



Elaboração: Rogério Maués (2022). A partir de levantamento remoto via Google Street View (2022)

Figura 85 – Gráfico 06: Proporção de material construtivos na Av. Bernardo Sayão, Passagem Limoeiro e Travessa Honório dos Santos – Jurunas, Belém/PA.



Elaboração: Rogério Maués (2022). A partir de levantamento remoto via Google Street View (2022)

O esquema ilustrado na Figura 84, e quantificado na Figura 85, confirma a predominância de construções em madeira em áreas próximas de canais (maioria em situação de precariedade construtiva como mostra a Figura 86) e a alteração para construções mistas de madeira e alvenaria, com predominância desta última em áreas mais distantes dos canais, observado nas Figuras 87 e 88.

Figura 86 – Exemplo da predominância de casas de madeira como material construtivo em palafita sobre o canal na Avenida Bernardo Sayão – Jurunas, Belém/PA



Fonte: Google Street View, 2022.

Figura 87 – Exemplos da predominância dos materiais construtivos em alvenaria e misto na nas casas da Passagem Limoeiro – Jurunas, Belém/PA



Fonte: Google Street View, 2022.

Figura 88 – Exemplo da predominância do material construtivo em alvenaria na Travessa Honório José dos Santos – Jurunas, Belém/PA



Fonte: Google Street View, 2022.

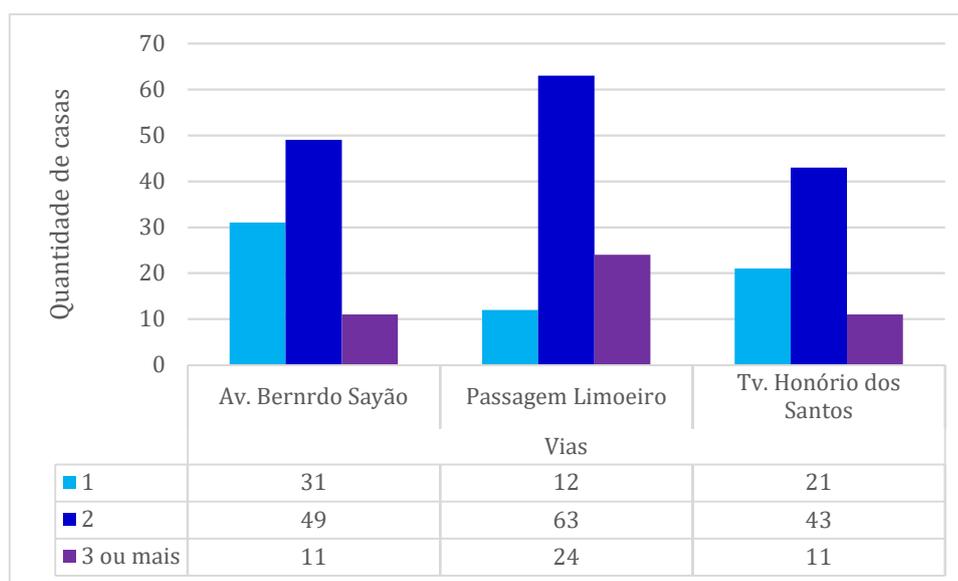
Analisando o número de pavimentos das edificações (Figura 89 e 90), a Av. Bernardo Sayão, mesmo que predomine casas de 2 pavimentos, é a via que mais apresenta casas em 1 pavimento. A passagem Limoeiro apresenta a maior proporção de casas com 2 pavimentos, seguida das casas de 3 pavimentos. A Tv. Honório dos Santos, mantém o padrão de 2 pavimentos como predominância nas moradias. Esses dados revelam que as áreas mais internas apresentam maior verticalização, o que poderia explicar a alta densidade populacional.

Figura 89 – Número de pavimentos das casas na Av. Bernardo Sayão, Passagem Limoeiro e Travessa Honório dos Santos – Jurunas, em Belém/PA



Elaboração: Rogério Maués (2022). A partir de levantamento remoto via Google Street View (2022)

Figura 90 – Gráfico 07: Número de pavimentos das casas na Av. Bernardo Sayão, Passagem Limoeiro e Travessa Honório dos Santos – Jurunas, em Belém/PA



Elaboração: Rogério Maués (2022). A partir de levantamento remoto via Google Street View (2022)

Nas vias analisadas da poligonal do Miolo do Jurunas, tem-se a presença de mais de 75% das casas com 2 ou mais pavimentos, como demonstra a Figura 90. Comparando aos dados dos aglomerados subnormais de Belém (IBGE, 2010), que demonstra um padrão de 1 pavimento em mais de 90% unidades habitacionais, tem-se uma diferença latente que explicaria, também, a alta densidade populacional na área.

Essa característica nas edificações se explica pela necessidade de moradia dentro de uma mesma família, a exemplo. Casos comuns como do filho ou filha que casa, formando uma nova família e não tem para onde ir, ou mesmo, quer se manter próximo dos pais, são resolvidos pela verticalização da casa, como é o caso da moradora Priscila Pereira (informação verbal)¹²⁵, que construiu um terceiro pavimento para o filho morar com a esposa, em um quarto.

Outro caso que demonstra essa verticalização com alta densidade é a casa da moradora Lenita Cardoso. No total, são 10 pessoas em uma casa de 2 pavimentos com 3 quartos, sala, cozinha e um banheiro. Explicou-se que a falta de recursos para adquirir uma nova moradia fez com que as filhas e alguns parentes vindos para Belém morassem todos na mesma casa, de modo que o uso de redes na sala e sobre as camas nos quartos foi percebido no momento da entrevista, como mostra a Figura 91.

Figura 91 – Sala com redes na casa da moradora Lenita Cardoso – Jurunas, Belém/PA

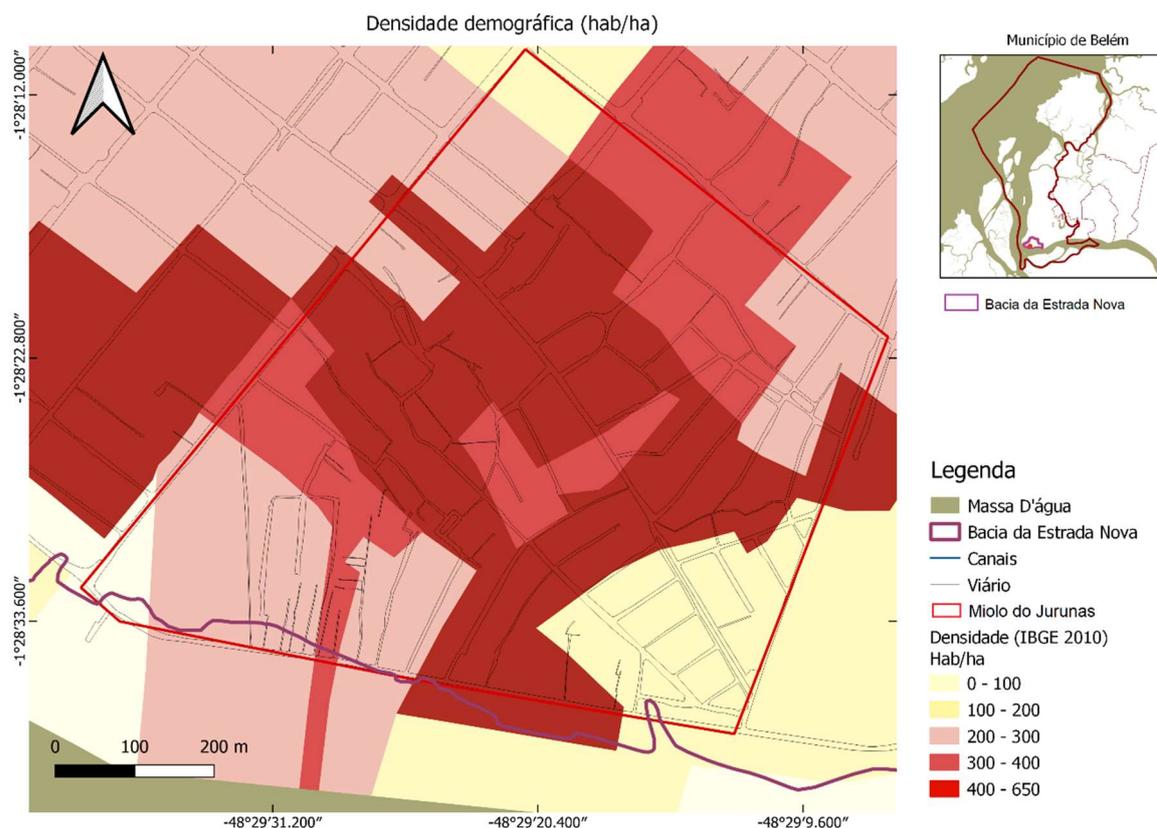


Fonte: Pesquisa de campo. Maués (2021).

¹²⁵ Pereira (2021).

Sobre esse ponto, os dados do Censo (IBGE, 2010) para o Miolo do Jurunas confirmam a alta densidade populacional da área (Figura 92), com aproximadamente 600 hab/ha (Ibid.). Uma média elevada para a realidade urbana belenense. Fator explicado pelo intenso aproveitamento do solo nas áreas de baixada, em vista da escassa disponibilidade de terras de baixo custo.

Figura 92 – Densidade populacional do Miolo do Jurunas, em Belém/PA



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Rogério Maués e Wallace Avelar (2022).

Como reflexo dessa alta densidade populacional no polígono, tem-se o elevado índice de ocupação do solo em comparação às poucas áreas verdes e vazias presentes na área, como demonstra o mapa de cheios e vazios (Figura 93). Como explicado por Miranda (2020), o aumento da mancha urbana ocorreu através do consumo das áreas verdes na RM de Belém. Não diferente, e de forma mais intensa nas baixadas, mas não proposital (Ibid.), a situação do Jurunas se mostra preocupante nesse sentido, visto que são características urbanas que influenciam no aumento da frequência e intensidade dos alagamentos (ARAÚJO, 2021).

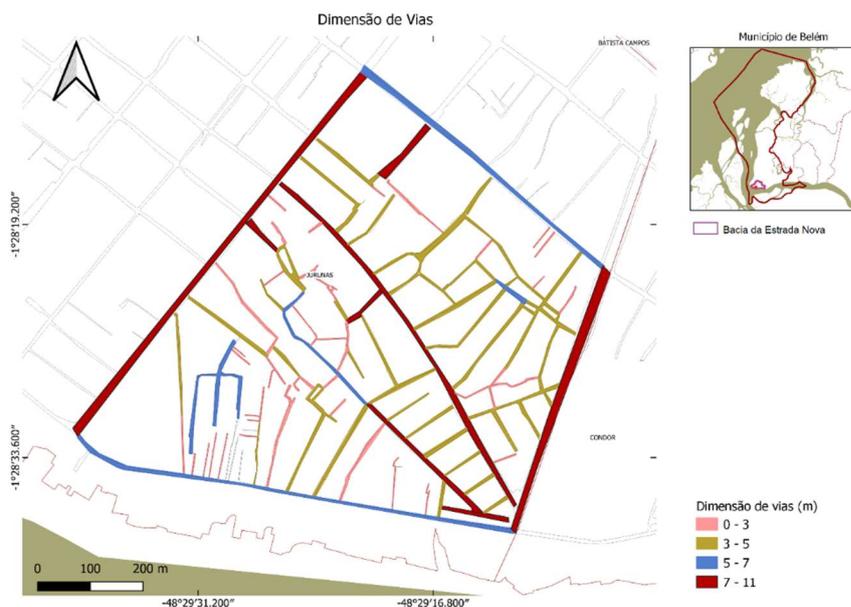
Figura 93 – Cheios, vazios e áreas verdes do Miolo do Jurunas, em Belém/PA.



Fonte: Brandão (2016)

O estudo da dimensão das vias da poligonal em análise demonstra uma grande quantidade de acesso por vias de 0 a 3 metros, como mostra a Figura 94, caracterizando baixas condições de acessibilidade nessas áreas mais internas, e como visto na análise da quantidade de pavimentos, mais verticalizadas também. Ou seja, um grande contingente populacional mora em condições de baixa acessibilidade, em vias formadas por vielas e corredores de acesso internos de lotes, geralmente subdivididos por familiares ou para locação.

Figura 94 – Dimensão de vias do Polígono do Miolo do Jurunas, em Belém/PA



Elaboração: Rogério Maués e Wallace Avelar (2022). A partir de levantamento remoto via Google Street View (2022)

Essa característica da dimensão da via tem reflexo no acesso ao transporte público. Além da dificuldade encontrada pelos moradores por essa baixa acessibilidade, as poucas linhas de ônibus que atendem a área não suprem a necessidade desses, até mesmo pela área de cobertura que essas linhas percorrem. Isso faz com que os moradores tenham que pagar por mais de um ônibus ou mesmo pegar os chamados transportes “alternativos” - as vans e motos -, para chegar nos destinos almejados, segundo comentários nas entrevistas.

A exemplo dessa limitação no transporte público, a moradora Ariadne, ao comentar sobre o descolamento até o seu local de trabalho, sinaliza as dificuldades para acessar tanto locais próximos quanto mais distantes, a partir do uso de transporte público:

Atualmente, eu sou fixa em um hospital, mas às vezes eu tenho que ir para alguns setores ambulatoriais. Então para eu ir para o hospital, eu não tenho dificuldade, porque eu pego uma van. Não tenho um ônibus para ir, então eu pego van. Mas quando eu tenho que ir para outros setores, como na Av. Almirante Barroso, ou na Marambaia (bairro), eu tenho que pegar de dois a três ônibus (informação verbal)¹²⁶.

Percebe-se na fala da moradora a necessidade do uso de transporte alternativo (van) para ir à um dos seus locais de trabalho. Ao ser perguntada o motivo, ela explica:

Porque não tem um ônibus que vá direto. Como eu vou pro Barros Barreto, ele fica ali na Mundurucus e não tem ônibus que vá para lá. Aí, ou eu pegaria dois ônibus, daqui para a Federal (UFPA) e da Federal pegar outro ônibus, ou eu pego a van, o que eu prefiro. Eu pego a van aqui na Roberto Camelier e salto ao lado do Barros Barreto (informação verbal)¹²⁷.

O hospital em questão fica no bairro ao lado do Jurunas e, mesmo assim, não tem uma linha de ônibus que faça uma rota direta para lá. Isso se torna um problema quando, em Belém, ainda não se utiliza da integração na maioria dos seus ônibus, tornando mais custoso o processo de deslocamento com troca de linha.

Em contrapartida, muitos moradores alegaram a proximidade às redes de serviços ou mesmo a presença de um comércio variado no próprio bairro como algo positivo, o que permite o atendimento de uma parte da demanda da população no próprio bairro. Como já exposto nesta pesquisa, o bairro do Jurunas carrega em sua

¹²⁶ Malcher (2021, p.05).

¹²⁷ Ibid.

região de orla atividades comerciais ativas, muitas das quais se relacionam às atividades portuárias, como demonstra a Figura 95.

Figura 95 – Porto do Açaí – Jurunas, em Belém/PA



Fonte: Osvaldo Fortes (2007)

Os portos se apresentam com expressividade no bairro do Jurunas no decorrer da Avenida Bernardo Sayão, como ilustra a Figura 96. As atividades portuárias alimentam estâncias de materiais de construção, comércios, feiras e são responsáveis por um fluxo de embarque e desembarque de passageiros na região.

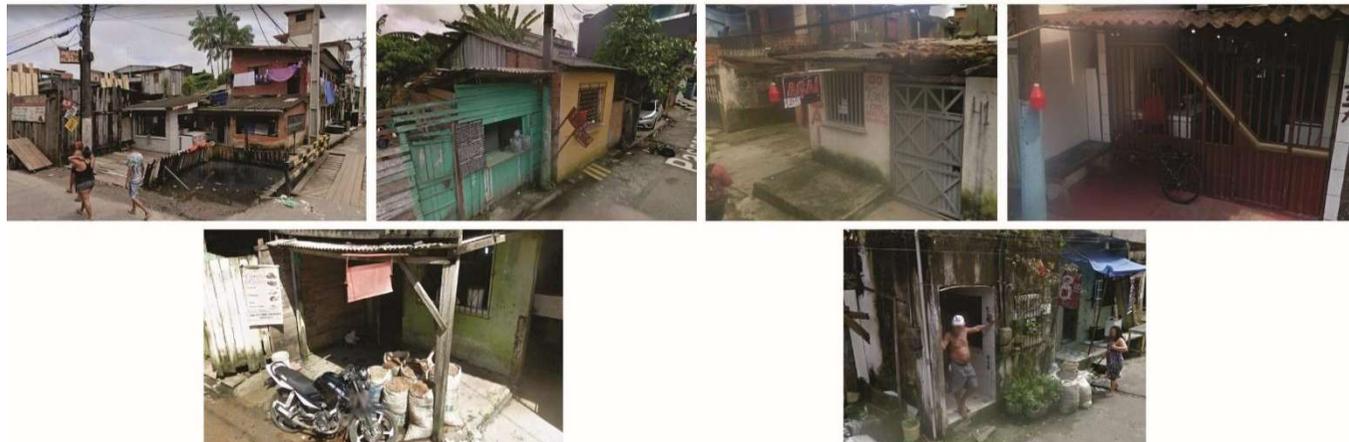
Um dos principais comércios abastecidos por produtos que chegam pelos portos são as vendas de açaí, as conhecidas “baiucas”, comumente sinalizadas com uma bandeira vermelha na frente da venda (Figura 97). Devido a histórica ocupação do bairro por uma população interiorana do estado, a cultura alimentícia do açaí é característica de seus habitantes, como demonstrado na entrevista com os moradores.

Figura 96 - Portos na Avenida Bernardo Sayão – Jurunas, Belém/PA



Fonte: Google Street View (2022). Edição: Rogério Maués (2022)

Figura 97 - Vendas de Açaí no Miolo do Jurunas – Jurunas, Belém/PA



Fonte: Google Street View (2022). Edição: Rogério Maués (2022)

Entretanto, a popularização do fruto no restante do Brasil e exterior aumentou a demanda por esse, ocasionando a alta do preço do produto. Dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese/PA, 2021), indicam que o preço do açaí comercializado em Belém teve alta de mais de 28%, atingindo, conseqüentemente, a alimentação da população das baixadas.

O relato dos moradores ao serem perguntados sobre o preço do açaí, de forma maçante, indicou a restrição do consumo do produto por questão dos altos preços, como demonstram as falas a seguir:

Íxi, meu Deus! Tá muito. Tem dias que eu não tomo, porque não tem condição. Eu tenho um neto que ele bate (bate açaí), ali. É alugado. Ele bate. Quando tá R\$18,00 eu não compro (risos). Eu tomo suco (risos)(informação verbal)¹²⁸.

*íih, tá caro! R\$14,00; R\$15,00; até R\$20,00. [...] Oh, às vezes a gente compra meio (meio litro) e coloca água (risos) (informação verbal)¹²⁹.
Por enquanto, não. Que tá caro, né!? É R\$15,00; R\$16,00; R\$14,00. Antigamente comprava de R\$7,00; R\$6,00; R\$5,00; agora tá até R\$20,00 (informação verbal)¹³⁰*

Essas respostas demonstram o reflexo do alto preço do açaí na alimentação básica deles, impossibilitando o consumo diário de um produto característico da alimentação da região, em virtude das baixas condições econômicas dessa população.

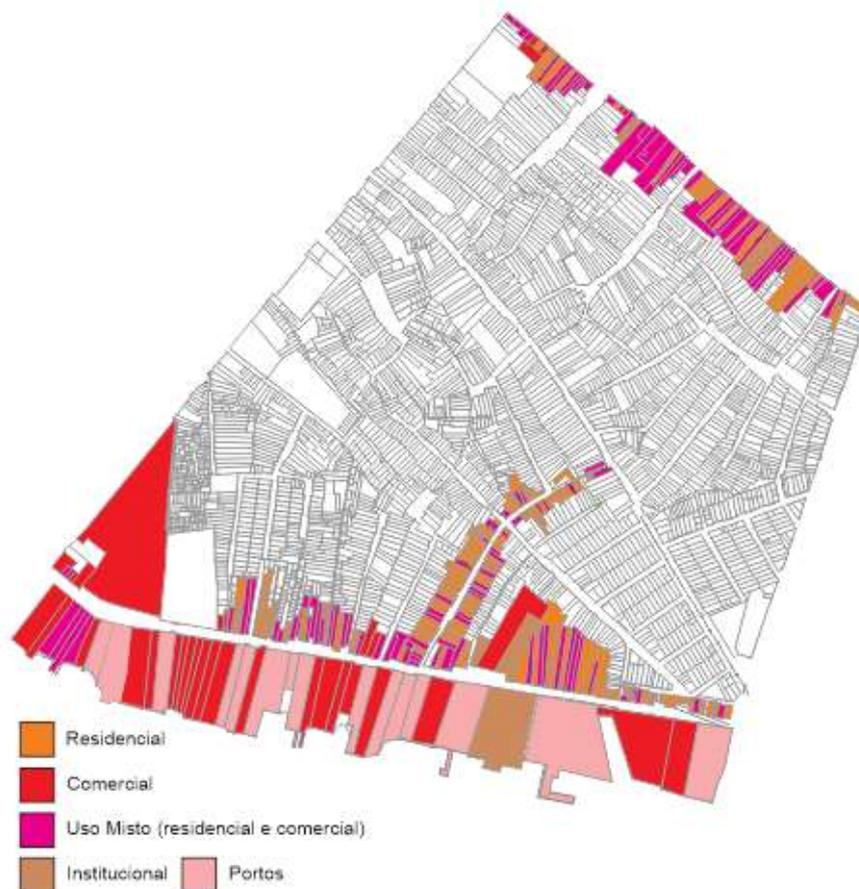
Mesmo que com restrições, esse grande consumo de açaí se materializa no território em inúmeros pontos de venda do produto, muitas vezes, nas próprias casas, de modo que tem-se como característica no bairro um vasto número de imóveis de uso comercial ou misto (Figura 98), movimentando a economia e garantindo a presença do açaí na cesta básica da população Jurunense.

¹²⁸ Pereira (2021, p.03).

¹²⁹ Cardoso (2021a, p.03).

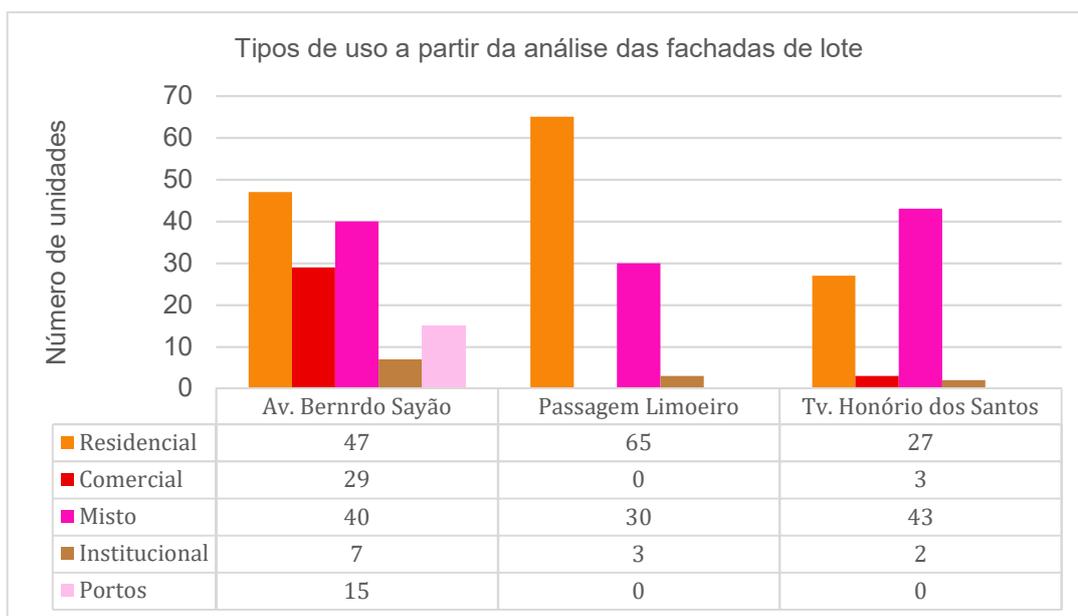
¹³⁰ Entrevista concedida por ASSIS, José Tavares de. [nov. 2021]. Entrevistador: Rogério Santana Maués. Belém, 2021. 1 arquivo .m4a (18 min. 30s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice H desta dissertação.

Figura 98 – Tipos de usos dos imóveis na Av. Bernardo Sayão, Passagem Limoeiro e Travessa Honório dos Santos – Jurunas, em Belém/PA



Elaboração: Rogério Maués (2022). A partir de levantamento remoto via Google Street View (2022)

Figura 99 – Gráfico 08: Tipos de uso dos imóveis na Av. Bernardo Sayão, Passagem Limoeiro e Travessa Honório dos Santos – Jurunas, em Belém/PA



Elaboração: Rogério Maués (2022). A partir de levantamento remoto via Google Street View (2022)

As Figuras 98 e 99 ilustram a forte presença comercial na poligonal em análise do bairro do Jurunas, principalmente, a partir do uso misto da habitação. Esse dado demonstra que um importante número de famílias têm a sua renda atrelada a alguma atividade econômica na própria casa, ou seja, vinculada à um trabalho informal, em suma. Dentre os quais as vendas de açaí se fazem bastante presentes, como visto na Figura 97.

Da mesma forma, os portos constituem boa parte da orla da Avenida Bernardo Sayão, juntamente com os comércios alinhados às atividades portuárias, como ilustrado na Figura 96. Essas atividades econômicas relacionadas à orla, rios e portos caracterizam o bairro do Jurunas e compõem as relações econômicas da população com o bairro.

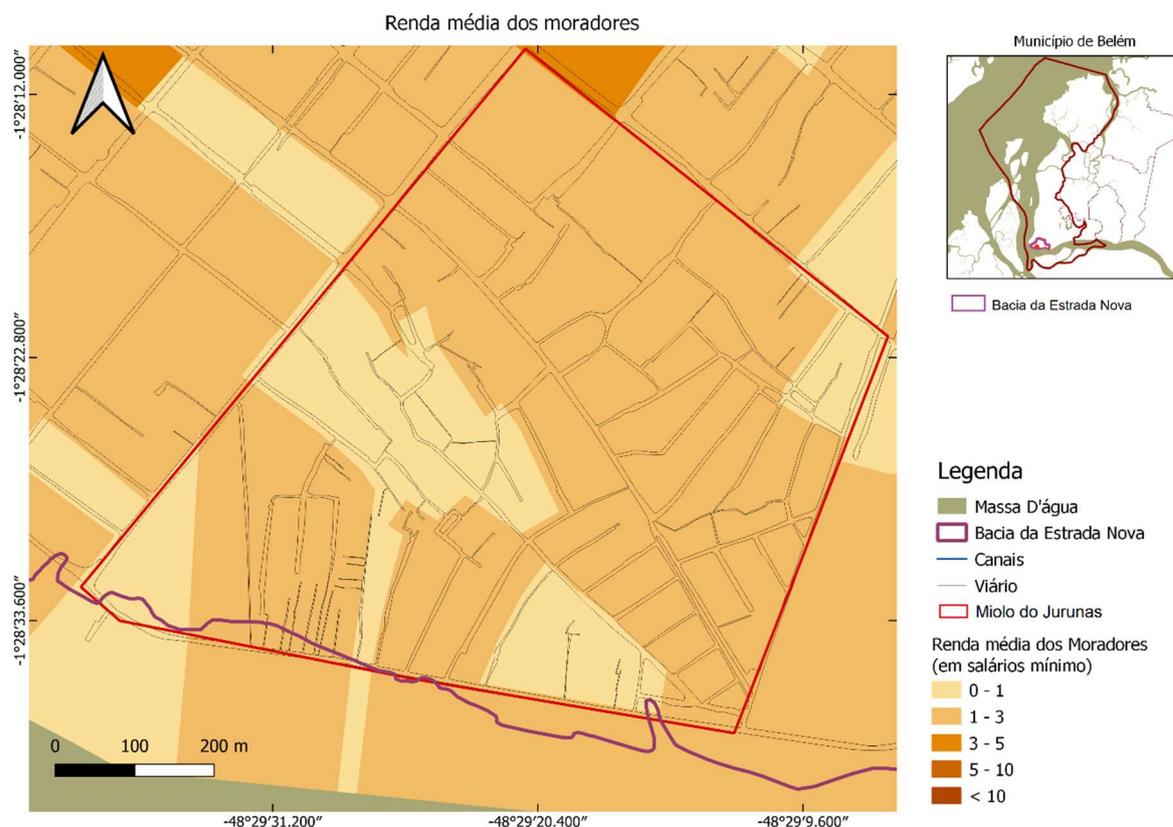
Isso implicaria dizer, que haveria a necessidade de pensar proposições para além das necessidades de moradia, incluindo unidades comerciais para essas famílias, assim como preservar as relações econômicas dessas com o local, de modo que não fossem impactadas economicamente em um possível processo de reassentamento.

Sobre essa questão econômica, a análise da renda média dos moradores do Miolo do Jurunas aqui estudado (Figura 100), apresenta um rendimento entre 0 a 3 salários mínimos (IBGE, 2010), um dado que demonstra a realidade das mais baixas condições econômicas do bairro. Essa situação se expressa materialmente nas condições de moradia, na alimentação – como visto na relação do consumo de açaí -, logo nas condições de vida dessa população.

Essas condições, somadas à insuficiência nos serviços urbanos de coleta de lixo doméstico, abastecimento de água encanada e esgotamento na baixada do Jurunas, já dissertados aqui, acometem em riscos à saúde da população, como demonstram os índices de casos de leptospirose no bairro, principalmente nas áreas de cota mais baixas e próximas aos canais¹³¹ (GONÇALVES *et al.* 2016).

¹³¹ A pesquisa de Gonçalves *et al.* (2016, p.3947) demonstrou maior concentração da doença em áreas de ausência de coleta de resíduos sólidos domiciliares (26%), esgoto (22%), água encanada (38%), e com arruamento não pavimentado (20%) e alagamento de rua (65%).

Figura 100 – Renda média dos moradores do Miolo do Jurunas, em Belém/PA



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Rogério Maués e Wallace Avelar (2022).

E nesse sentido, com a análise da baixada do Jurunas, se fez possível materializar as contradições prementes nas baixadas. Ao mesmo tempo que essas possuem uma pluralidade, economia ativa, e rica expressão cultural, que movimentam esses territórios e criam relações com outros espaços da cidade, os moradores das baixadas estão em condições mais precárias de moradia e infraestrutura urbana, pois, ao mesmo tempo que foi nas baixadas que eles encontraram um lugar para efetivar o seu direito à moradia e consumo da cidade, é nas baixadas que encontram-se condições históricas de insuficiência de infraestrutura urbana, serviços públicos somadas à uma realidade hidrológica e topográfica de suscetibilidade a inundações, condições que impactam em suas condições de moradia, atividades laborais e bem estar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central desta pesquisa foi de debater sobre a precariedade habitacional em um contexto urbano amazônico a partir das baixadas e dar visibilidade a esses assentamentos de grande expressão no espaço urbano da cidade de Belém do Pará, mas que historicamente são negados e sofrem apagamentos na cidade. É notória a pouca produção de dados sobre os assentamentos precários no Brasil, e principalmente na região amazônica. Questão que reflete na produção de políticas urbanas nacionais e locais inadequadas ao verdadeiro problema da habitação (CARDOSO, 2016).

Por isso, essa dissertação tratou de buscar na história da produção da cidade de Belém a formação das baixadas e como essas foram tratadas pelo o poder público e a sociedade, para que, além de produzir dados históricos sobre essa realidade de assentamento precário na Amazônia, fizesse-se entender os processos sociais e econômicos na história que formaram o que elas são as baixadas hoje.

Notou-se, a partir dessa análise histórica, que o tratamento sobre os territórios precários, seja nos cortiços ou nas baixadas, foi feito recorrentemente sob um olhar higienista, hostil, que não garantiu o direito à cidade aos seus moradores, que foram desapropriados, removidos ou reassentados, sob um discurso idealizador de cidade que segue padrões privatistas, independente da época das intervenções.

Também foi possível notar que as narrativas sobre esses espaços se adequam conforme a necessidade do mercado. No passado, eram pontos de má higiene e costumes, hoje, palafitas que trazem riscos ambientais e ocupam as aberturas para o rio. Ou seja, aos moradores desses espaços são recorrentemente negados o direito à cidade. É nesse sentido que essa dissertação demonstra a importância de disputar narrativas sobre esses assentamentos, para que se possa dar visibilidade e auxiliar na luta por moradia digna, assim como, na compreensão dos territórios precários brasileiros.

Outro ponto que se debateu foi a necessidade de aprimoramento dos métodos de mensuração e qualificação dos dados sobre os assentamentos precários para que se compreenda a realidade e necessidades dos desses territórios, tanto em uma dimensão nacional em relação aos assentamentos precários brasileiros, quanto em uma dimensão local no sentido de planejar e intervir.

No que diz respeito à atualização dos dados para compreender as baixadas na dimensão nacional em relação aos territórios precários brasileiros, percebe-se a necessidade de se considerar a questão ambiental/ física das águas no território, para alcançar as especificidades urbanas regionais amazônicas das baixadas e dos territórios em áreas úmidas como um todo.

Mostrou-se que para uma política habitacional e urbana adequada às baixadas, são necessários dados para o planejamento e intervenção, mas a falta desses sobre essa prejudicam a possibilidade de intervenções adequadas às condições ambientais, sociais e urbano-habitacionais que essas se encontram.

Nesse sentido, esse estudo aprofunda o debate sobre metodologia de mensuração e qualificação dos assentamentos precários pela necessidade de entendimento das condições individuais que, como avalia Santo Amore (2014), possibilita a compreensão das particularidades e necessidades. Ação necessária para compreendermos a diversidade ocupacional das baixadas e suas contradições, mas também para se pensar propostas outras que busquem soluções reais para as suas necessidades e que considerem suas particularidades.

Constatou-se nessa pesquisa, que as baixadas são a tipologia de assentamento precário predominante em Belém dentre as outras tipologias dentro de uma realidade de mais de 50% de moradias sob alguma condição de precariedade (PONTE, 2016). Isso não quer dizer que não se deve olhar para esses outros espaços precários da cidade, muito pelo contrário, mas as baixadas, pela sua expressão no contexto urbano e pelo seu histórico processo de formação condicionados a um território alagado ou passível de alagamento, traz similitudes à formação urbana brasileira em condições de precariedade e em áreas ambientalmente frágeis (MARICATO, 1999), mas tem particularidades de um contexto urbano amazônico, tais quais, a morfologia urbana mostrou, de tecnologias construtivas adaptadas, ocupação das margens de corpos d'água e alto adensamento.

O estudo, ao debater as condições pluviométricas, fisiográficas e hidrológicas das áreas de baixadas, mostrou que as manchas de alagamento aumentaram consideravelmente no espaço urbano da cidade, fruto do aumento da impermeabilização do solo, altas densidades a jusante e soluções de drenagem que retificaram e concretaram as margens dos rios urbanos, alterando a mancha de alagamento que antes era de 4 metros (CONVÊNIO, 1976) para 12 metros. Ou seja,

conceituar esses espaços apenas por condições físicas como antigamente não aborda a complexidade que são premente a esses espaços.

O levantamento detalhado das redes de serviço urbano também mostrou deficiências ao atendimento dos moradores das baixadas, que necessitam fazer ligações irregulares para ter acesso a condições mínimas de vida, mas que acabam por causar riscos à saúde dos mesmos.

Nesse sentido, se considerarmos as características topográficas e ocupacionais da bacia da Estrada Nova, em alguns setores mais baixos e de maior suscetibilidade de alagamento, há a necessidade de proposições de rede de serviço urbano que se adequem a essa realidade ocupacional. Diferente do que o relatório da Monografia das Baixadas (CONVÊNIO, 1976) propunha, o aterramento não é a única solução para a execução das redes de água, esgoto ou luz.

Confirma-se, portanto, que a intensa e contínua ocupação do solo das baixadas, por moradias de uma classe trabalhadora em áreas alagadas, com precária ou inexistente redes de infraestrutura, aumentam os riscos de contaminação dessa população em virtude das condições ambientalmente frágeis encontradas nesses assentamentos. Expressão de uma desigualdade de ordem socioambiental presente nos territórios populares em áreas úmidas em Belém.

Da mesma forma, confirma-se as baixadas como espaços da cidade responsável por relações econômicas, culturais e sociais que enriquecem as relações entre espaços da cidade e atribuem a condição de coexistência entre esses, de modo que, pensar a baixada apenas pelas suas condições físicas, sem considerar suas dinâmicas sociais, incorre em uma visão limitada de sua realidade.

Por fim, essa dissertação pretendeu contribuir com o debate sobre territórios populares, tanto no sentido de disputar narrativas, ou mesmo contribuir no estudo sobre assentamentos precários no Brasil, como também auxiliar na luta dos moradores e em proposições de intervenção nessas áreas.

REFERÊNCIAS

A CAPITAL do Pará. **Folha do Norte**, Belém, ano 2, n. 391, p. 1, 26 jan. 1897. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/101575/1511>>. Acesso em: 01 jul. de 2019.

ABELÉM, Auriléia Gomes. **Urbanização e remoção: por que e pra quem?** 2 ed. Belém: NAEA, 2018.

ALCAIDE fecha janelas. **Diário do Pará**, Belém, ano 6, n. 2051, p. 12, 7 mar. 1989. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/644781/42952>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *et al* (coord.). **Boletim informativo Nova Cartografia Social da Amazônia** – nossas vidas, nossos direitos: portal da Amazônia. Ano 2, n. 3, 16 pp., ago. 2009 / Projeto Nova cartografia Social da Amazônia – Manaus: UEA Edições /PPGAS-UFAM, 2009.

ALMEIDA, Lalo de., 2004. **Folhapress**. 27 fev.2004. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/conhecimento/politicas-publicas/desigualdade-renda-brasil/>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ALMEIDA, C. M. R. Belém do Pará, uma cidade entre as águas: história, natureza e definição territorial em princípios do século XIX. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 26, São Paulo, 2011. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

ANTIQUÁRIO Relíquias da Nossa História. **Cartão Postal de Belém** – Avenida S. Jeronymo. [ca. 1910]. Disponível em: <<https://www.reliquiasdanossahistoria.com.br/peca.asp?ID=306285>>. Acesso em 10 mar. 2020.

ATIVIDADES do novo Prefeito municipal. **O Liberal**, Belém, ano 1, n. 58, 24 jan. 1947. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/761036/235>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

AVENIDA 15 de agosto. **Correio Paraense**, Belém, ano 2, n. 386, p. 1, 22 ago. 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/302619/1448>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BAIXADAS vão melhorar em pouco tempo. **Diário do Pará**, Belém, ano 2, n. 431, C2, p. 2, 29 mar. 1984.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Contrato de empréstimo**, 2009. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em: 06 mai. 2011.

BELÉM. **Código de Postura Municipal**, art. 128, 1900.

BARROS; MEDEIROS e MORAIS. A configuração espacial para o diagnóstico dos assentamentos precários no Brasil. In MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE,

Cleandro e NETO, Vicente Correia Lima. **Caracterização e tipologias de assentamentos precários: estudo de casos brasileiros**. Brasília: IPEA, 2016.

BELÉM, Prefeitura Municipal. SEGEP - Secretaria Municipal de Planejamento. **Anuário estatístico do Município de Belém, 2020**. Disponível em: <<https://anuario.belem.pa.gov.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Diagnóstico Socioterritorial de Belém: um olhar sobre o município e as territorialidades dos CRAS**. Belém: FUNPAPA, 2015a.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Relocalização da população e das atividades econômicas**. Belém, 2015b. Disponível em: <https://promaben.belem.pa.gov.br/remanejamento/pdr-ii/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Relatório de Impacto Ambiental: Programa de reabilitação urbana e ambiental da bacia da Estrada Nova – PROMABEN. TOMO 01/02**. Engesolo Engenharia LTDA, 2007.

BELTRÃO, Jane. Memórias da cólera no Pará (1855 - 1991): tragédias se repetem? **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.145-167, dez. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14s0/07.pdf>>. Acesso em: 21/02/2021.

BEMERGUY, Danyllo. Foto do Canal do Tucunduba, Belém/PA. In.: RODRIGUES, Leonardo. Tucunduba, o rio fragmentado. UFPA Notícias, **Rádio UFPA**, 7 dez. 2017. Disponível em: < <http://radio.ufpa.br/index.php/ufpa-noticias/tucunduba-o-rio-fragmentado/>>. Acessado em: 10 fev. 2022.

BENGUI ainda sem títulos definitivos. **O Liberal**, Belém, ano 43, n. 22.260, Jornal dos Bairros, p. 4, 31 mar. 1989. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/761036/7301>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

BRASIL. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Política Nacional de Habitação. Brasília: Cadernos MCidades nº 4, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC**, Manual de Instruções, Projetos Prioritários de Investimentos (PPI), Intervenções em Favelas. Brasília: Presidência da República, 2007.

BRUM, Mario. Da luta pelo solo urbano à negociação pela urbanização: associativismo em favelas cariocas na redemocratização. In: **Perseu: história, memória e política**, Dossiê - n.06, pp.69-95, 2011. Disponível em: <<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/206>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BUENO, Laura Machado Mello. Reflexões sobre o futuro da sustentabilidade urbana com base em um enfoque socioambiental. In: **Cadernos Metrópole**, n. 19,

pp. 99-121, jan./jun. 2008. Disponível em:
<<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=402860220006>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

CANAL do Guamá em fase final de construção. **Diário do Pará**, Belém, ano 5, n.1658, p. 8, 3 fev. 1988. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/644781/31304>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

CAPIM e estrume, como aterro. **O Liberal**, Belém, ano 5, n. 641, p. 1, 31 mar. 1951. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/761036/1727>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte; VENTURA NETO, Raul da Silva. A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. **Caderno Metrópole**, São Paulo, v.15, n.29, p. 55-75, jan./jun., 2013.

CARDOSO, Adalto Lucio. Assentamentos precários no Brasil urbano: discutindo conceitos. In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro e NETO, Vicente Correia Lima. **Caracterização e tipologias de assentamentos precários: estudo de casos brasileiros**. Brasília: IPEA, 2016.

CARDOSO, Adalto Lucio; ARAÚJO, Rosane Lopes de; GUILHARDI, Flávio Henrique. Necessidades habitacionais. **Curso à distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. Coordenação geral de Júnia Santana Rosa e Rosana Denaldi. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

CARDOSO, Adalto Lucio; DENALDI, Rosana (Org.). **Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC**. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

CASTRO, Ana C. V. de.; SILVA, Joana M. de C. e. DOSSIÊ Fazer história: o estudo das fontes e o lugar dos acervos nas pesquisas de história de arquitetura e da cidade no Brasil. In.: **Anais do Museu Paulista**. v. 24, n. 3, set. - dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-471420160003&lng=pt&nrm=is>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CASTRO, Lara de. Lugares de memória dos trabalhadores #44: Hospedaria Tapanã, Belém/PA. **Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho**. Disponível em: < <https://lehmt.org/2020/07/30/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-44-hospedaria-tapana-belem-pa-lara-de-castro/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades, antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1965.

CONVÊNIO SUDAN; DONS; PARÁ. **Monografia das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação**. 2 ed. rev. Belém: SUDAM, 1976. 2v.

CODEM abre a boca. **Resistência**, Belém, n. 2, p. 8-9, maio 1978.

CODEM. Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém. **Ortofotos de Belém do Pará em 1955**.

CONTRASTES na baixada da Gentil. **Diário do Pará**, Belém, ano 2, n. 426, C2, Bairros, p. 2, 23 mar. 1984. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/644781/353>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

CO.OPERA.ATIVA, Cooperativa dos Profissionais do Habitat. **Vila da Barca – Habitação Social em Belém/PA**, 2005. Disponível em: <https://architizer.com/projects/vila-da-barca/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Série Princípios, 3ª edição, n. 174. Editora Ática, 1995.

CORTIÇO. **Diário de Notícias**, Belém, ano 6, n. 118, p. 2, 27 maio 1885. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/763659/4149>>. Acesso em: 29 maio 2019.

COUTINHO faz obras definitivas em Belém. **Diário do Pará**, Belém, ano 4, n. 1276, p. 4-5, 2 fev. 1987. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/644781/20564>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Bointempo Editorial, 2006.

DENALDI, Rosana. **Política de urbanização de favelas: evolução e impasses**. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DENALDI, Rosana e FERRARA, Luciana Nicolau. A dimensão ambiental na urbanização de favelas. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, Vol. 21, 2018.

DIVERSAS obras. **Gazeta Oficial**, Belém, ano 2, n. 223, p. 2, 06 out. 1859. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/720836/756>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

DRUSIAN, Deyvis. **A história da aparelhagem de som que embalou os Bailes da Saudade de Belém**. Moozyca. Disponível em: <<https://moozyca.com/artigo/a-historia-da-aparelhagem-de-som-que-embalou-os-bailes-da-saudade-de-belem>>. Acessado em: nov. 2021

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Aspectos Climáticos de Belém nos últimos 100 anos**. Therezinha Xavier Bastos [et al.] – Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2002. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/389773/1/OrientalDoc128.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FERREIRA, Eliana Ramos. Cidade de malvadezas ou de matar “bicudos”? Belém entre a Cabanagem e a Belle Époque. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza**, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772190_d1f66388657dff1c41c926647a03eeb.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FERREIRA, Sylvio Mario Pulga; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da superintendência de Valorização Econômica da Amazônia. **Texto para discussão**. IE/Unicamp, Campinas, n. 266, abr.

2016. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3461/TD266.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Páginas antigas: uma introdução a leitura dos jornais do Pará, 1822-1922. In.: **Margens**, vol. 2, n. 3, p. 245-266: Abr. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/3040>>. Acesso em: 22/02/2021.

FERREZ, Gilberto. **Avenida 16 de novembro, Belém/PA**. [ca. 1910]. Coleção Gilberto Ferrez. Acervo IMS - Instituto Moreira Sales. Disponível em: <<http://fotografia.ims.com.br/#/detailpage/16811>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FERREZ, Gilberto. **Edifício do Correio e Telégrafo, Belém/PA**. [ca. 1910]. Coleção Gilberto Ferrez. Acervo IMS - Instituto Moreira Sales. Disponível em: <<http://fotografia.ims.com.br/#/detailpage/16811>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FONTES, Edilza J. O. **Preferem-se português(as):** trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914). Belém: EditAedi, 2016.

FORTE, Oswaldo. Porto do Açaí, PA – Belém - Brasil. **Flickr**. 31 dez 2020. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/oswaldoforte/with/48432762392/>>. Acesso em: 26 maio 2021.

FREIRE, José Joaquim. **Plano geral da cidade do Pará em 1791**. [Pará, 1791]. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Divisão de Manuscritos. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/a-metropole-da-amazonia-400-anos-da-cidade-de-belem/cartografia-e-arquitetura/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

G1 PARÁ. Moradores denunciam as péssimas condições da caixa d'água do Conjunto Satélite, em Belém. **Rede Liberal**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/08/31/moradores-denunciam-as-pessimas-condicoes-da-caixa-da-gua-do-conjunto-satelite-em-belem.ghtml>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

GIUSTI, Dominik. Em Belém, moradores do Conjunto Satélite sofrem com lixões. G1 Pará, **Rede Liberal**, 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/07/em-belem-moradores-do-conjunto-satelite-sofrem-com-lixoes.html>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

GODIM, Linda Maria de Pontes. Meio ambiente urbano e questão social: habitação popular em áreas de preservação ambiental. **CADERNO CRH**, Salvador, Vol. 25, n. 64, p. 115 – 130, jan./abr. 2012.

GOOGLE Street View. **Belém/PA, Jurunas**. Maps Data: Google, ©2020. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-1.4719539,-48.4874079,16z>>. Acesso em: 05 maio 2020.

GONÇALVES, Nelson Veiga *et al.* Distribuição espaço-temporal da leptospirose e fatores de risco em Belém, Pará, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2016,

v. 21, n. 12, pp. 3947-3955. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320152112.07022016>>. ISSN 1678-4561. Acesso em: 28 maio 2021.

GAUTHEROT, Marcel. **Acesso da Vila da Barca por estivas, Belém/PA.** [1954]. Coleção Marcel Gautherot. Acervo IMS - Instituto Moreira Sales. Disponível em: <<https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/38666>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

GAUTHEROT, Marcel. **Mulheres tecendo rede de pesca e criança remando no casco/canoa, Vila da Barca, Belém/PA.** [ca. 1958]. Coleção Marcel Gautherot. Acervo IMS - Instituto Moreira Sales. Disponível em: <<https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/20566>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

GAUTHEROT, Marcel. **Vila da Barca totalmente em palafitas sobre área alagada e alagável no bairro Telegrafo sem Fio.** [1954]. Coleção Marcel Gautherot. Acervo IMS - Instituto Moreira Sales. Disponível em: <<https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/38638>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Revista Espaço e Debates**, v.6, pp. 7-14, 1982.

_____. **A produção capitalista do espaço.** 1ª Ed - São Paulo: Annablume, 2005.

HUNT, E. K. [História do pensamento econômico](#). Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Aglomerados Subnormais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aglomerados Subnormais: Resultados preliminares – 2019.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Trimestrais Nacionais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IDESP. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará. **Hipsometria e hidrografia da Região Metropolitana de Belém.** Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2010. Disponível em: <<http://relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

INMET. Instituto Nacional de Meteorologia. **Banco de Dados Meteorológicos,** Belém/PA. Disponível em: <<https://bdmep.inmet.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

INMET. Instituto Nacional de Meteorologia. **Histórico de Dados Meteorológicos,** Belém/PA, 2010-2020. Disponível em: <<https://portal.inmet.gov.br/dadoshistoricos>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

INTENDENCIA Municipal. **A Republica:** Órgão do Club Republicano (PA), Belém, ano 1, n. 89, 07 jun. 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/704440/1893>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo; CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Osmar Yazbek Bitar (Coord.) **Cartas de suscetibilidade e movimentos gravitacionais de massa e inundações:**

1:25.000 (livro eletrônico): nota técnica explicativa. São Paulo:

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo; Brasília: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2014.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LACERDA, Franciane G.; SARGES, Maria de N.. De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX. In.: **Projeto História**. São Paulo, n. 38, p. 165-182, jun. 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/5238>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

LEÃO, Monique Bentes Machado Sardo. **Remoção e Reassentamento em Baixadas de Belém: Estudos de caso de planos de reassentamento (1980-2010)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPA, Belém, 2013.

LEITÃO, Karina Oliveira e FERREIRA, Lara Isa Costa. Precariedade habitacional no Brasil Atual. In: **ANAIS do XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Natal, 2019.

LEME, Maria Cristina. A formação do pensamento urbanístico no Brasil. In. LEME, Maria Cristina (Coord.). **Urbanismo no Brasil – 1895 - 1965**. – São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

LIMA, Andrey Faro de. **“É a Festa das Aparelhagens!”** – Performances Culturais e Discursos Sociais. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Antropologia, Belém, 2008.

LIMA, José Júlio. Conjuntos habitacionais e condomínios de luxo em Belém: duas tipologias em confronto. **Revista Vitruvius**, Arquitectos, 2002. ISSN: 1809-6298 Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/03.027/763>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

LIMA, Klewerson. A fotografia da maior ocupação urbana de Belém. [Entrevista concedida a] Carlos Gouvêa. **Estadão**, Cultura e Lazer na Periferia, São Paulo, 30 jul. 2021. Disponível em: <<https://expresso.estadao.com.br/naperifa/fotografia-maior-ocupacao-urbana-belem/>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In. ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192 (Coleção Zero à Esquerda).

MARICATO, Ermínia. **A terra é um nó, na sociedade brasileira... também nas cidades**. Petrópolis, RJ – Ed. Vozes, v.93, n.6, p.7-22, 1999.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. **II Fórum Nacional BrCidades**: por um projeto para as cidades do Brasil. Comunicação oral na mesa de abertura. São Paulo, 2019.

MARQUES, E. *et al.* **Assentamentos precários no Brasil urbano**. Brasília: MCidades, 2008. v. 1.

MCIDADES, Ministério das Cidades. **Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários Brasília**. 82 p. Ministério das Cidades, Primeira impressão: Maio de 2010. ISBN: 978-85-7958-015-4

MAUÉS, Rogério Santana. Estudo sobre o processo de reassentamento de famílias no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN. In: **seminário de iniciação científica da UFPA (ANAIS)**. Belém, 2013. Disponível em: <http://www.pibic.ufpa.br/ANAISSEMINIC/XXIVSEMINIC/arquivos/resumos/Ciencias_Sociais_Aplicadas/ciencias_sociais_aplicadas_034.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2014

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira do capital. In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O Processo de urbanização do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

MELO, Ana Carolina Campos de; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. O papel da grande mineração e sua interação com a dinâmica urbana em uma região de fronteira com a Amazônia. **Nova Economia**, vol. 28, n. Especial, pp.1211-1243, 2016.

MIRANDA, Thales. Mapa de alagamento, 2018. In.: CORDEIRO, Taynã. **Alagamentos em Belém não são causados só pela forte chuva e maré alta, diz especialista**. Caderno Pará, G1, Rede Liberal, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/03/12/alagamentos-em-belem-nao-sao-causados-so-pela-forte-chuva-e-mare-alta-diz-especialista-entenda.ghtml>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

MOHRY, Samia Saady; LIMA, José Júlio Ferreira. Degradação Arquitetônica e a morfologia do bairro da Campina no Centro Histórico de Belém. **Oculum Ensaios**, vol. 16, n. 3, Set-Dez, pp. 503-532 – PUC Campinas, 2019.

MOREIRA, Eidorf. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

MOREIRA, Eidorf. **Os igapós e seus aproveitamentos**. Belém: Imprensa Universitária, 1970.

MINISTERIO do Império. Parte Oficial. **Jornal do Pará – Órgão Oficial**, Belém, ano 14, n. 126, p. 1, 6 jun. 1876. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/219339/9495>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

MOTA, Igor. **Aplicativo monitora canais de Belém**. Caderno Belém. O Liberal.com. 16 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/belem/aplicativo-monitora-canais-de-belem-1.258681>>. Acesso em: 19 maio 2021.

NADALIN; KRAUSE e NETO. Distribuição de aglomerados subnormais na rede urbana e nas grandes regiões brasileiras. *In* **Caracterização e tipologias de assentamentos precários: estudo de casos brasileiros**. Brasília: IPEA, 2016.

NASCIMENTO, Vitória; LEÃO, Monique. Urbanização de assentamentos precários: as intervenções na bacia do Tucunduba em Belém/PA. In.: **ANAIS VI ENANPARQ**, Brasília, 2020.

NOGUEIRA, Amanda. Comércio padece com alagamentos. Divulga Científica, **Jornal Beira do Rio**. Belém, 2017. Disponível em: <<https://www.beiradorio.ufpa.br/index.php/2017/85-138-agosto-e-setembro/169-comercio-padece-com-alagamentos>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

NOS COMMUNICAM. Gazetilha. **A Constituição: Órgão do Partido Conservador**, Belém, ano 5, n. 210, p. 1, 19 set. 1878. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/385573/2991>>. Acesso em: 15 maio 2019.

O CYRIO. **O Pará**, Belém, ano 1, n. 259, p. 2, 9 out. 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/306223/1030>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Estudos Cebrap, n. 2, 1972. P. 3-82.

O POVO no poder. Mais atuação nas baixadas. **Diário do Pará**, Belém, ano , n. 419, C4, p. 1, 15 mar. 1984. Disponível em: <

PARIS, Octavie Eugénie. **Habiter um logement populaire locatif du centre-ville: la place descortijos` São Paulo, Salvador et Belém**. Thèse (Doctorat), École Doctorat de Sciences Sociales n° 483, Université de Lyon, 2018.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém do Pará: estudo de Geografia Urbana**. 2 v. Belém: UFPA, 1968.

PENTEADO, Antônio Rocha. **O sistema portuário de Belém**. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo. Belém: Ed. UFPA, 1973.

PIMENTEL, Márcia A. da S.; SANTOS, Viviane C.; SILVA, Flávia A. O. da. A ocupação das várzeas na cidade de Belém: causas e consequências socioambientais. **Revista Geonorte**, [s. l.], vol. 2, n. 4, p. 34 – 45, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/2056>>. Acesso em: 13 maio 2019.

PINHEIRO, A. C. L.; PONTE, J. P. X.; VALENTE, A. M.; LIMA, A. M. de; PINHEIRO, P. Q. F. Assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém. Cap. 8 p. 189 – 248. In: **Caracterização e tipologias de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Editores: MORAIS, M. da P.; KRAUSE, C.; NETO, L. C. V. Brasília : IPEA, 2016.

PONTE, Juliano .X.P. **A Orla de Belém: intervenções e apropriação**. 212 f. 2004. Dissertação (Mestrado) – Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

PONTE, Juliano. X. P. **Cidade e água no estuário Guajarinó**. 2010. 327 f. Tese (Doutorado em Planejamento urbano e regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

PRA ONDE está indo a água da Cosanpa? **Resistência**, Belém, n. 4, p. 10, jul. 1978.

PUTTI, Alexandre. Cancelamento do Censo 2021 aprofunda ‘vazio estatístico’ nos municípios. **Carta Capital: Política**. 23 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/cancelamento-do-censo-2021-aprofunda-vazio-estatistico-nos-municipios/>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

RODRIGUES, Carmem Izabel. O bairro do Jurunas, à beira do rio Guamá. **Revista Mosaico**, v.1, n.2, p.143-156, jul./dez., 2008.

ROY, Ananya. Slumdog cities: rethinking subaltern urbanism. **International Journal of Urban and Regional Research**, 2 (35), pp. 223-238, 2011.

SAMPAIO, Dida. Foto das habitações em palafita na baixada do Tucunduba, Belém/PA. In.: ESTADÃO. **Tucunduba, um laboratório de problemas de família**, Favela Amazônia. Disponível em:< <https://infograficos.estadao.com.br/especiais/favela-amazonia/capitulo-5.php>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SANTANA, Joana. V.; FERREIRA FILHO, Sérgio L. C.; MAUÉS, Rogério, S.; OLIVEIRA, Aricarla B. de. Remoção de famílias e impactos socioeconômicos por projetos urbanísticos em Belém. In: **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, Cuiabá, v.6, n.10, pp. 14-48, jan/jun 2020. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/9350>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

SANTANA, Joana Valente; RIBEIRO, Rovane; HOLANDA, Anna Carolina Gomes. Questão ambiental e habitacional: particularidades dos assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém – PA. In: **Serviço social, trabalho e sustentabilidade**. ANDRADE, Roberta Ferreira de; PINHEIRO, Hamilda Assunção; CAVALCANTE, Lidiany de Lima; CUNHA, Marinez Gil Nogueira (Orgs.) Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2019.

SANTANA JÚNIOR, Leopoldo Nogueira. **Quem é do Rancho tem amor e não se amofina: saberes e cultura amazônicos presentes nos sambas-enredos da Escola**

de Samba Rancho Não Posso Me Amofiná. 2008. 151 f. Dissertation (Mastery in Education) – Universidade do Estado do Pará, 2008.

SANTOS, Tiago Veloso dos. Geografia e genealogia do planejamento urbano em Belém: elementos da modernidade e produção de desigualdades. **Caderno de Geografia**, v.28, n.55, p.980-1005. Disponível em: <<file:///C:/Users/roger/AppData/Local/Temp/17590-Texto%20do%20artigo-67056-1-10-20181030.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SANTO AMORE, Caio *et al.*, 2014. Precariedades habitacionais: um ensaio de qualificação e quantificação, uma metodologia de projeto para intervenção em favelas. In: **Anais I URB Favelas**. São Bernardo do Campo, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. “Introdução”. In: SANTOS, B.S. & MENESES, M.P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, CES, pp. 9-19, 2009.

SARGES, M. D. N. **Belém, riquezas produzindo a Belle Époque (1870 – 1912)**. 2ª. ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SAUDE publica. **Correio Paraense**, Belém, ano 1, n. 142, p. 2, 20 out. 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/302619/374>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SETTE, Fernando. Fotografia do Porto da Praça Princesa Isabel. In: MAGNO, Jamilya. **Praça Princesa Isabel é a porta de entrada as ilhas próximas de Belém**. Rede Pará, 02 fev. 2019. Disponível em: <<https://redepara.com.br/n/199816>>. Acesso em: 26 maio 2021.

SILVA, Maria O. da S. e. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo, Cortez Editora, 1989.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista, 1978. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1982.

SOFFIATI, Arthur. DNOS: uma instituição mítica da República brasileira. In.: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol.7, nº 2, pp. 61-76, nov. 2005. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/145>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SOUZA, Renata Durans Pessoa de. **A área de expansão de Belém: um espaço de múltiplas vivências**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. 138 p, Belém, 2016.

TELLES, Vera S. **As cidades nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvun Editora, 2010.

TEMPORAL do medo: o jacaré mordeu a velha e a cobra quase engoliu o garotinho. **Diário do Pará**, Belém, ano 2, n. 422, Polícia, p. 8, 18 mar. 1984. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/644781/292>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

TOPICOS e noticias. Não tem fundamento... **Estado do Pará**: propriedade de uma sociedade anonyma, ano 2, n.362, p. 2, 7 abr. 1912. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/800082/1454>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

TOPICOS e noticias. Os Drs. Angelino... **Estado do Pará**: propriedade de uma sociedade anonyma, ano 3, n. 861, p. 3, 20 ago. 1913. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/800082/4207>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

TRAVASSOS, Luciana Rodrigues Fagnoni Costa. **Revelando Rios**: Novos paradigmas para a intervenção em fundos de vale na cidade de São Paulo. 2010. 243 f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa do; RAVENA, Nirvea. A cidade e o rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém. In: TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da (Orgs.) **Belém: a cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005. p. 12 – 43.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1997.

UM ANO de trabalho por você. E ainda faltam três. Deito de Morar. **Diário do Pará**, Belém, ano 2, n. 419, C2, p. 7, 15 mar. 1984. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/644781/207>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

UMA ESCOLA gratuita. **O Liberal do Pará**, Belém, ano 15, n. 15, p. 2, 20 jan. 1885. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/704555/16404>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

VARIAS obras importantes foram ontem visitadas pelo chefe do Estado, pelo Senador Magalhães Barata e pelo Prefeito Alberto Engelhard. **O Liberal**, Belém, ano 1, n. 151, 17 maio 1947. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/761036/604>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

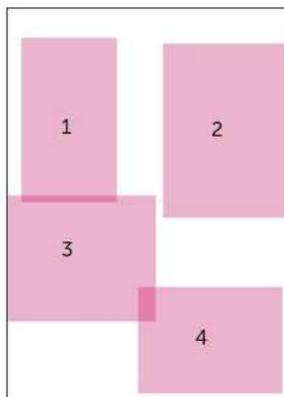
VIEIRA, Alessandra d'Ávila. Cortiços – uma realidade velada. **Desafio do desenvolvimento**. Ano 5, edição 44. IPEA, 2008. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=981:catid=28&Itemid=23>. Acessado em: 01/02/2022.

WIEGANDT, Conrad. **Panorama do Pará em onze vistas**: desenhadas por J. L.Righini, 1867. Disponível em: <<https://www.cma.ufpa.br/galeriarighini.html>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

ZANFER, Gustavo. Cancelamento do Censo deixa o Brasil às cegas em meio a pandemia. **Jornal da USP**. Atualidades. Jornal da USP no Ar 1ª edição. 27 abr. 2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/?p=409146>>. Acesso em: 01 maio 2021.

Referências mosaicos

FINAL SÉC. XIX



IMAGENS

- 1 FIDANZA, Felipe Augusto. **Rua no Pará**. Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Gilberto Ferrez), [ca. 1875]. 1 fotografia. Disponível em: <http://fotografia.ims.com.br/#/detailpage/20779>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- 2 FIDANZA, Felipe Augusto. **Rua no Pará**. Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Gilberto Ferrez), [ca. 1875]. 1 fotografia. Disponível em: <http://fotografia.ims.com.br/#/detailpage/20778>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- 3 Anônimo. **Reduto**. Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Gilberto Ferrez), [ca. 1875]. 1 fotografia. Disponível em: <http://fotografia.ims.com.br/#/detailpage/16857>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- 4 FERREZ, Marc. **Doca de Reduto**. Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Gilberto Ferrez), [ca. 1900]. 1 fotografia. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/6402>. Acesso em: 20 jul. 2019.

der.aspx?bib=763659&pagfis=10439&pesq=corti%C3%A7os. Acesso em: 28 jun. 2019.

6 Ofensas à moral pública. **Diário de notícias**. Belém, PA, Brasil, n. 111, p. 3, 18 maio 1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/763659/2031?pesq=cortiço>. Acesso em: 29 jun. 2019.

7 Echos e notícias. **Folha do Norte**. Belém, PA, Brasil, n. 248, p. 2, 4 set. 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=101575&pagfis=956&pesq=corti%C3%A7o>. Acesso em: 5 jun. 2019.

8 Intendência municipal. **A República**. Belém, PA, Brasil, n. 89, p. 2, 7 jun. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=704440&pagfis=1893&pesq=barracas>. Acesso em: 1 jul. 2019.

9 O Tangarafuso. **Diário de notícias**. Belém, PA, Brasil, n. 151, p. 2, 8 jul. 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=763659&pagfis=7221&pesq=corti%C3%A7o>. Acesso em: 1 jul. 2019.

10 O Cortiço. **O Democrata**. Belém, PA, Brasil, n. 46, p. 2, 28 fev. 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=186171&pagfis=2307&pesq=corti%C3%A7o>. Acesso em: 29 maio 2019.

11 Salubridade Pública. **Diário de Belém**. Belém, PA, Brasil, n. 68, p. 2, 25 mar. 1887. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=222402&pagfis=12064&pesq=corti%C3%A7os>. Acesso em: 27 jun. 2019.

12 Pela Moral. **Diário de notícias**. Belém, PA, Brasil, n. 215, p. 1, 29 set. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=763659&pagfis=15990&pesq=corti%C3%A7os>. Acesso em: 28 jun. 2019.

13 Uma escola gratuita. **O Liberal do Pará**. Belém, PA, Brasil, n. 15, p. 2, 20 jan. 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=704555&pagfis=16404&pesq=barracas>. Acesso em: 1 jul. 2019.

TEXTOS

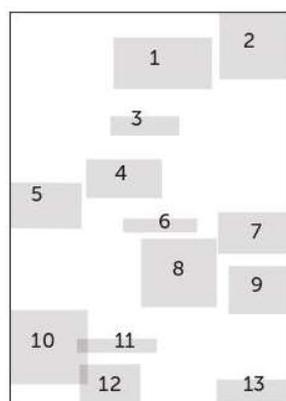
1 Decima Urbana. **Diário de Belém**. Belém, PA, Brasil, n. 28, p. 3, 6 fev. 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=222402&pagfis=587&pesq=barracas>. Acesso em: 29 jun. 2019.

2 A capital do Pará. **Folha do Norte**. Belém, PA, Brasil, n. 391, p. 1, 26 jan. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=101575&pagfis=1511&pesq=barracas>. Acesso em: 29 jun. 2019.

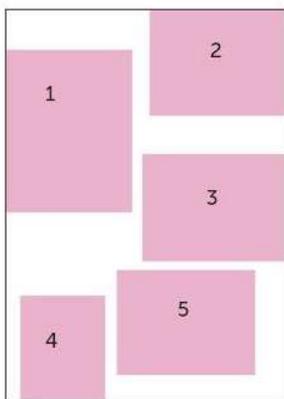
3 Um cortiço condenado. **O Pará**. Belém, PA, Brasil, n. 569, p. 2, 23 nov. 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/306223/2237?pesq=cortiço>. Acesso em: 29 jun. 2019.

4 Com vista à intendência. **Correio Paraense**. Belém, PA, Brasil, n. 379, p. 1, 12 ago. 1893. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=302619&pagfis=1420&pesq=desapropri%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 8 abr. 2019.

5 Os cortiços. **Diário de notícias**. Belém, PA, Brasil, n. 208B, p. 2, 25 set. 1891. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=763659&pagfis=10439&pesq=corti%C3%A7os>. Acesso em: 28 jun. 2019.



INÍCIO SÉC. XX



IMAGENS

1 Anônimo. **Avenida 16 de novembro**. Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Gilberto Ferrez), [ca. 1910]. 1 fotografia. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2202>.

2 Anônimo. **Praça da República**. Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Gilberto Ferrez), [ca. 1910]. 1 fotografia. Disponível em: <http://fotografia.ims.com.br/#/detailpage/16803>. Acesso em: 5 jun. 2019.

3 Anônimo. **Construção da Praça da República**. Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Gilberto Ferrez), [ca. 1875]. 1 fotografia. Disponível em: <http://fotografia.ims.com.br/#/detailpage/16787>. Acesso em: 20 jul. 2019.

4 Anônimo. **Praça das Mercês**. Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Gilberto Ferrez), [ca. 1875]. 1 fotografia. Disponível em: <http://fotografia.ims.com.br/#/detailpage/6562>. Acesso em: 20 jul. 2019.

5 Anônimo. **Doca do Ver-o-Peso**. Belém, PA, Brasil: Instituto Morei-

ra Salles (Coleção Gilberto Ferrez), [ca. 1875]. 1 fotografia. Disponível em: <http://fotografia.ims.com.br/#/detailpage/6562>. Acesso em: 20 jul. 2019.

TEXTOS

1 Dia Social. **Estado do Pará**. Belém, PA, Brasil, n. 876, p. 3, 4 set. 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=800082&pagfis=4309&pesq=corti%C3%A7o>. Acesso em: 6 jun. 2019.

2 O proprietário do cortiço. **A República**. Belém, PA, Brasil, n. 270, p. 2, 27 jan. 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=704440&pagfis=5870&pesq=corti%C3%A7o>. Acesso em: 3 jun. 2019.

3 Limpeza pública. **A República**. Belém, PA, Brasil, n. 590, p. 1, 28 dez. 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=704440&pagfis=6713&pesq=corti%C3%A7o>. Acesso em: 3 jun. 2019.

4 Reclamações. **Estado do Pará**. Belém, PA, Brasil, n. 3397, p. 2, 1 set. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=800082&pagfis=20687&pesq=corti%C3%A7o>. Acesso em: 10 jun. 2019.

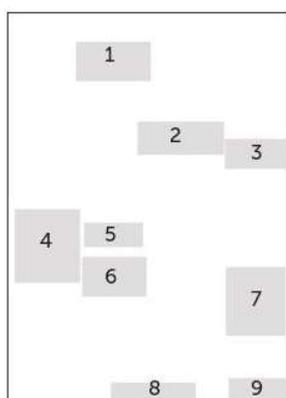
5 Tópicos e Notícias. **Estado do Pará**. Belém, PA, Brasil, n. 362, p.

2, 7 abr. 1912. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800082&pesq=indecentes&pasta=ano%20191>. Acesso em: 3 jun. 2019.

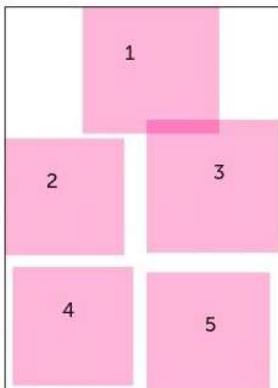
6 Imposto predial. **Estado do Pará**. Belém, PA, Brasil, n. 115, p. 1, 9 ago. 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=800082&pagfis=469&pesq=barraca>. Acesso em: 10 jun. 2019.

7 Emenda. **O Pará**. Belém, PA, Brasil, n. 759, p. 3, 9 jul. 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=306223&pagfis=2758&pesq=corti%C3%A7o>. Acesso em: 3 jun. 2019.

8 e 9 Serviço sanitário municipal. **O Pará**. Belém, PA, Brasil, n. 643, p. 2, 28 jan. 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=306223&pagfis=2521&pesq=corti%C3%A7o>. Acesso em: 3 jun. 2019.



MEIO SÉC. XX



IMAGENS

1 GAUTHEROT, Marcel. **Vila da Barca, palafitas flutuantes**. Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Marcel Gautherot), [entre 1954 e 1958]. 1 fotografia.

2 GAUTHEROT, Marcel. **Vila da Barca, palafitas flutuantes**. Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Marcel Gautherot), [entre 1954 e 1958]. 1 fotografia.

3 GAUTHEROT, Marcel. **Vila da Barca, palafitas flutuantes**. Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Marcel Gautherot), [entre 1954 e 1958]. 1 fotografia.

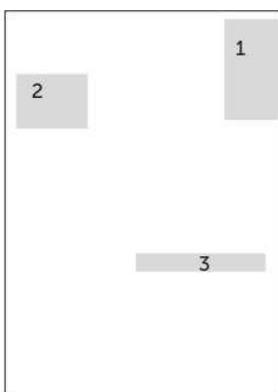
4 GAUTHEROT, Marcel. **Vila da Barca, palafitas flutuantes**. Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Marcel Gautherot), [entre 1954 e 1958]. 1 fotografia.

5 GAUTHEROT, Marcel. **Vila da Barca, palafitas flutuantes**. Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Marcel Gautherot), [entre 1954 e 1958]. 1 fotografia.

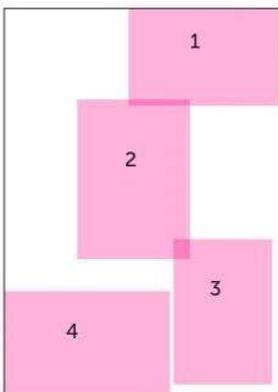
TEXTOS

1 Apelo repugnante. **O Liberal**. Belém, PA, Brasil, n. 68, p. 2, 5 fev. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761036&pagfis=274&pesq=corti%C3%A7o>. Acesso em: 17 jun. 2019.

2 e 3 Influência social e política do suburbio. **O Liberal**. Belém, PA, Brasil, n. 328, p. 4, 20 dez. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761036&pagfis=1412&pesq=favela>. Acesso em: 17 jun. 2019.



FINAL SÉC. XX



IMAGENS

1 Anônimo. **Valas abertas**. Belém, PA, Brasil: O Liberal, 4 jul. 1989. 1 fotografia. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761036&pesq=%22valas%20abertas%22&pasta=ano%20198>. Acesso em: 24 jul. 2019.

2 Anônimo. **Problemas inundam a passagem Miramar**. Belém, PA, Brasil: O Liberal, 13 abr. 1989. 1 fotografia. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761036&pagfis=8027&pesq=palafita>. Acesso em: 17 jun. 2019.

3 Anônimo. **Cenários de alagamentos**. Belém, PA, Brasil: O Liberal, 6 jul. 1989. 1 fotografia. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761036&pesq=cen%C3%A1rios%20de%20alagamentos&pasta=ano%20198>. Acesso em: 24 jul. 2019.

4 Anônimo. **O bairro de Jurunas**. Belém, PA, Brasil: O Liberal, 5 jul. 1989. 1 fotografia. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761036&pesq=enormes%20%C3%A1reas%20alagadas&pasta=ano%20198>. Acesso em: 24 jul. 2019.

TEXTOS

1 e 10 Macro drenagem vai alterar o quadro das velhas baixadas. **O Liberal**. Belém, PA, Brasil, n. 22356, p. 46, 5 jul. 1989. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761036&pesq=enormes%20%C3%A1reas%20alagadas&pasta=ano%20198>. Acesso em: 24 jul. 2019.

2 Famílias ainda instaladas nas margens do canal. **O Liberal**. Belém, PA, Brasil, n. 22440, p. 40, 27 set. 1989. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761036&pagfis=17284&pesq=casebre>. Acesso em: 24 jul. 2019.

3 e 8 Problemas inundam a passagem Miramar. **O Liberal**. Belém, PA, Brasil, n. 22273, p. 47, 13 abr. 1989. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761036&pagfis=8027&pesq=palafita>. Acesso em: 24 jul. 2019.

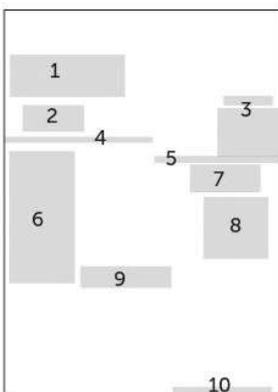
4 Macro drenagem vai alterar o quadro das velhas baixadas. **O Liberal**. Belém, PA, Brasil, n. 22356, p. 46, 5 jul. 1989. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761036&pesq=enormes%20%C3%A1reas%20alagadas&pasta=ano%20198>. Acesso em: 24 jul. 2019.

5 Macro drenagem das baixadas espera a aprovação final. **O Liberal**. Belém, PA, Brasil, n. 22355, p. 40, 4 jul. 1989. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761036&pesq=valas%20abertas%20s%C3%A3o%20comuns&pasta=ano%20198>. Acesso em: 24 jul. 2019.

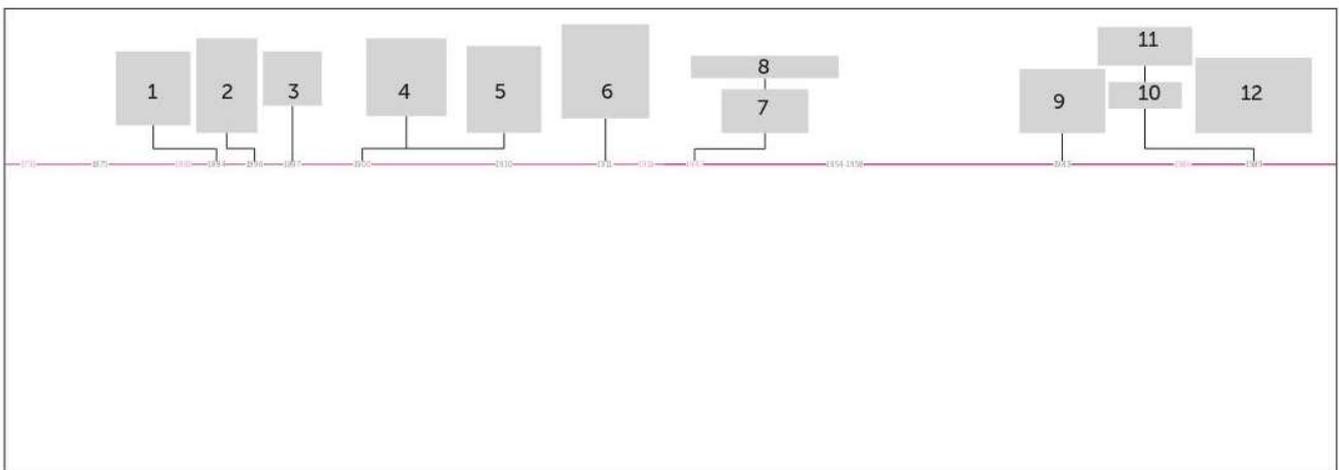
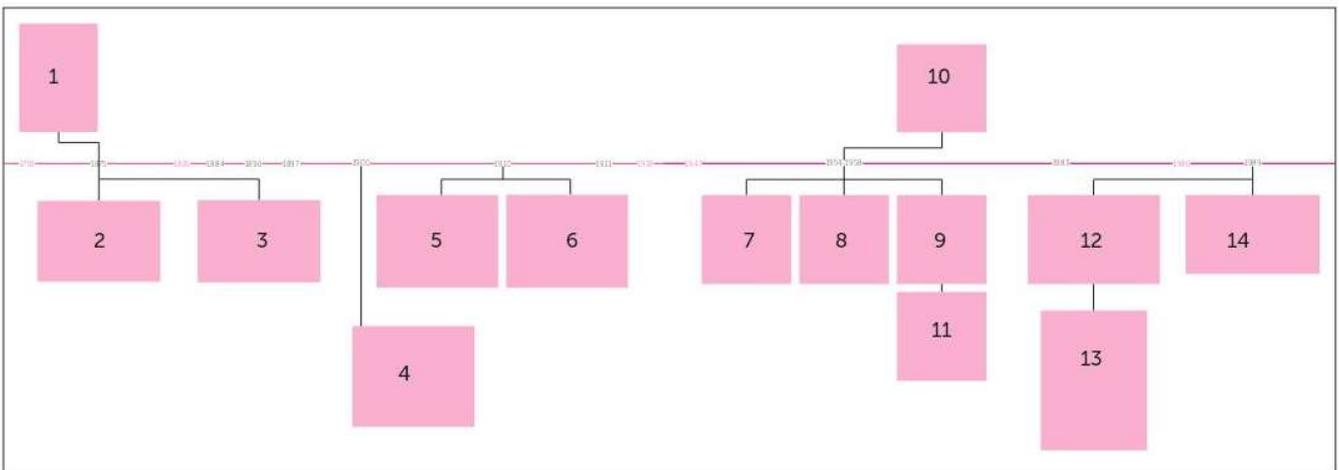
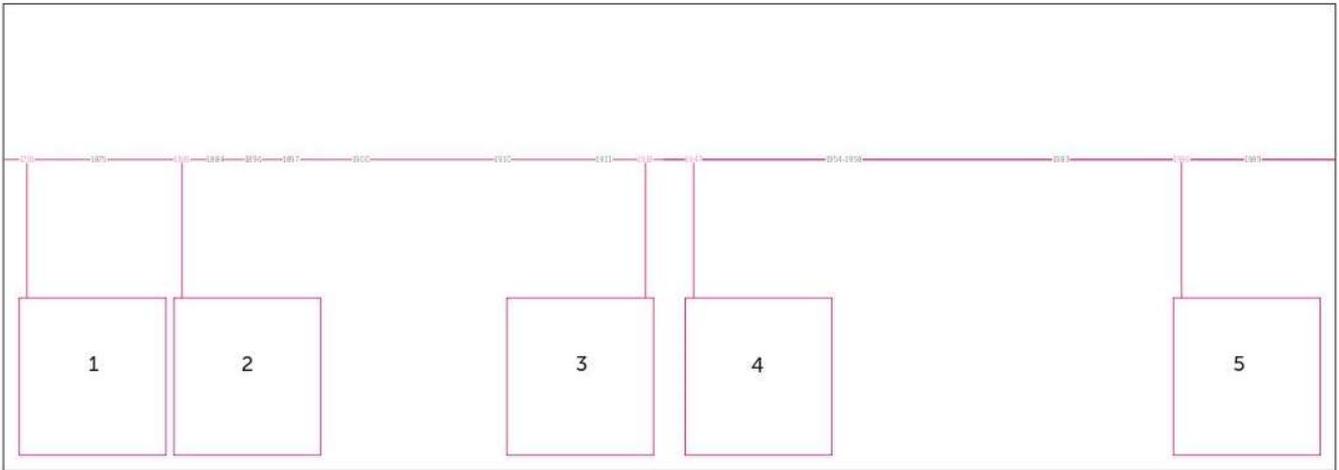
6 Moradores do Telégrafo dizem o que esperam da nova administração. **O Liberal**. Belém, PA, Brasil, n. 22175, p. 43, 5 jan. 1989. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761036&pagfis=2919&pesq=baixada>. Acesso em: 24 jul. 2019.

7 Contraste na Baixada do Gentil. **Diário do Pará**. Belém, PA, Brasil, n. 426, p. 10, 23 mar. 1984. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=644781&pagfis=362&pesq=baixada>. Acesso em: 31 jul. 2019.

9 Terrenos ainda sem legalização. **Diário do Pará**. Belém, PA, Brasil, n. 221, p. 5, 27 abr. 1983. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=644781&pagfis=131&pesq=baixada>. Acesso em: 31 jul. 2019.



Referências linha do tempo



MAPAS

- 1 Mancha urbana de Belém, Pará, em 1791.** Produção própria a partir de dados disponíveis em: <https://bdigital.bn.gov.br/exposicoes/a-metropole-da-amazonia-400-anos-da-cidade-de-belem/cartografia-e-arquitetura/> e base do Google Maps.
- 2 Mancha urbana de Belém, Pará, em 1881.** Produção própria a partir de dados disponíveis em: <https://fauufpa.org/2017/06/10/belem-a-planta-de-1881-e-as-vias-republicanas-de-1890/> e base do Google Maps.
- 3 Mancha urbana de Belém, Pará, em 1918.** Produção própria a partir de dados disponíveis em: <https://fauufpa.org/page/55/?wref=bif> e base do Google Maps.
- 4 Mancha urbana de Belém, Pará, em 1947.** Produção própria a partir de dados disponíveis em: <https://fauufpa.org/2015/06/05/mapa-de-belem-19471948-por-mayr-sampaio-fortuna/> e base do Google Maps.
- 5 Mancha urbana de Belém, Pará, em 1986.** Produção própria a partir de dados disponíveis em Google Earth Pro e base do Google Maps.

IMAGENS

- 1 FIDANZA, Felipe Augusto. Rua no Pará.** Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Gilberto Ferrez). [ca. 1875]. 1 fotografia. Disponível em: <http://fotografia.ims.com.br/#/detailpage/20778>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- 2 Anônimo. Mercado Ver-O-Peso.** Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Gilberto Ferrez). [ca. 1875]. 1 fotografia. Disponível em: <http://fotografia.ims.com.br/#/detailpage/16858>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- 3 Anônimo. Rua Padre Prudencio e Igreja Santa Anna.** Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Gilberto Ferrez). [ca. 1875]. 1 fotografia. Disponível em: <http://fotografia.ims.com.br/#/detailpage/16859>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- 4 Anônimo. Doca do Ver-o-Peso.** Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Gilberto Ferrez). [ca. 1875]. 1 fotografia. Disponível em: <http://fotografia.ims.com.br/#/detailpage/6562>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- 5 Anônimo. Porta do Pará.** Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Gilberto Ferrez). [ca. 1875]. 1 fotografia. Disponível em: <http://fotografia.ims.com.br/#/detailpage/16805>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- 6 Anônimo. Porta do Pará.** Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Gilberto Ferrez). [ca. 1875]. 1 fotografia. Disponível em: <http://fotografia.ims.com.br/#/detailpage/16805>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- 7 GAUTHEROT, Marcel. Vila da Barca, palafitas flutuantes.** Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Marcel Gautherot). [entre 1954 e 1958]. 1 fotografia.

- 8 GAUTHEROT, Marcel. Vila da Barca, palafitas flutuantes.** Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Marcel Gautherot). [entre 1954 e 1958]. 1 fotografia.
- 9 GAUTHEROT, Marcel. Vila da Barca, palafitas flutuantes.** Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Marcel Gautherot). [entre 1954 e 1958]. 1 fotografia.
- 10 GAUTHEROT, Marcel. Vila da Barca, palafitas flutuantes.** Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Marcel Gautherot). [entre 1954 e 1958]. 1 fotografia.
- 11 GAUTHEROT, Marcel. Vila da Barca, palafitas flutuantes.** Belém, PA, Brasil: Instituto Moreira Salles (Coleção Marcel Gautherot). [entre 1954 e 1958]. 1 fotografia.
- 12 Anônimo. Valas abertas.** Belém, PA, Brasil: O Liberal, 4 jul. 1989. 1 fotografia. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761036&pagfis=22&pesq=abertas%22&pasta=ano%20198>. Acesso em: 24 jul. 2019.
- 13 Anônimo. Problemas inundam a passagem Miramar.** Belém, PA, Brasil: O Liberal, 13 abr. 1989. 1 fotografia. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761036&pagfis=8027&pesq=palafita>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- 14 Anônimo. Casas nas margens do Canal Tamararé.** Belém, PA, Brasil: O Liberal, 13 abr. 1989. 1 fotografia. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761036&pagfis=8027&pesq=palafita>. Acesso em: 17 jun. 2019.

TEXTOS

- 1 Os Cortiços. Diário de Belém.** Belém, PA, Brasil, n. 212, p. 3, 16 set. 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=222402&pagfis=9453&pesq=corti%C3%A7os>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- 2 Saneemo-nos. Diário de Notícias.** Belém, PA, Brasil, n. 230, p. 2, 15 out. 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=763659&pagfis=14906&pesq=corti%C3%A7os>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- 3 A capital do Pará. Folha do Norte.** Belém, PA, Brasil, n. 391, p. 1, 26 jan. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=101575&pagfis=1511&pesq=barracas>. Acesso em: 29 jun. 2019.
- 4 Intendencia municipal. A República.** Belém, PA, Brasil, n. 89, p. 2, 7 jun. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=704440&pagfis=1893&pesq=barracas>. Acesso em: 1 jul. 2019.
- 5 Emenda. O Pará.** Belém, PA, Brasil, n. 759, p. 3, 9 jul. 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=306223&pagfis=2758&pesq=corti%C3%A7o>. Acesso em: 3 jun. 2019.
- 6 Imposto predial e esgotos de Belém. Estado do Pará.** Belém, PA, Brasil, n. 115, p. 1, 2 ago. 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=800082&pagfis=469&pesq=barraca>. Acesso em: 3 jun. 2019.
- 7 e 8 Influência social e política do subúrbio. O Liberal.** Belém, PA, Brasil, n. 328, p. 4, 20 dez. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761036&pagfis=1412&pesq=favela>. Acesso em: 17 jun. 2019.

- 9 Terrenos ainda sem legalização. Diário do Pará.** Belém, PA, Brasil, n. 221, p. 5, 27 abr. 1983. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=644781&pagfis=131&pesq=baixada>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- 10 e 12 Anônimo. Macrodrenagem vai alterar o quadro das velhas baixadas.** Belém, PA, Brasil: O Liberal, 5 jul. 1989. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761036&pesq=enormes%20%C3%A1reas%20alagadas&pasta=ano%20198>. Acesso em: 24 jul. 2019.
- 11 Famílias ainda instaladas nas margens do canal. O Liberal.** Belém, PA, Brasil, n. 22440, p. 40, 27 set. 1989. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=761036&pagfis=17284&pesq=casebre>. Acesso em: 24 jul. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TABELA DOS JORNAIS, ANOS, EDIÇÕES, TERMOS E LINKS PESQUISADOS

Nº	ANO	JORNAL	EDIÇÃO	PALAVRA CHAVE	LINK	DATA PESQUISA
1	1853	Treze de Maio (PA)	252	remoção	http://memoria.bn.br/DocReader/700002/1191?pesq=remoção	08/04/2019
2	1854	Treze de Maio (PA)	279	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/700002/1273?pesq=desapropriação	08/04/2019
3	1859	Gazeta oficial (PA)	223	baixadas	http://memoria.bn.br/DocReader/720836/756?pesq=baixadas	08/04/2019
4	1861	Treze de Maio (PA)	65	alagado	C:\Users\roger\OneDrive\Documentos\USP\MESTRADO\1.DISSERTAÇÃO\CAP. 01 HISTORIOGRAFIA BELÉM\IMAGENS JORNAIS\1860 - 1869	13/02/2020
5	1869	Diário de Belém (PA)	81	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/222402/789?pesq=desapropriação	08/04/2019
6	1869	Diário de Belém (PA)	28	barracas	http://memoria.bn.br/DocReader/222402/587?pesq=barracas	29/06/2019
7	1873	O Liberal do Pará (PA)	105	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/704555/3849?pesq=cortiço	15/05/2019
8	1876	A Constituição	118	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/385573/459?pesq=cortiços	27/06/2019
9	1876	Jonal do Pará (PA)	126	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/219339/9495?pesq=cortiços	27/06/2019
10	1877	Diário de Belém (PA)	110	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/222402/4876?pesq=cortiço	15/05/2019
11	1877	Diário de Belém (PA)	110	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/222402/4876?pesq=cortiços	27/06/2019
12	1878	A Constituição	210	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/385573/2991?pesq=cortiço	15/05/2019
13	1878	Jonal do Pará (PA)	127	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/219339/9499?pesq=cortiços	27/06/2019
14	1879	A Constituição	178	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/385573/4008?pesq=cortiço	15/05/2019
15	1881	Gazeta de Notícias (PA)	189	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/721140/255?pesq=cortiços	27/06/2019
16	1882	Diário de Belém (PA)	56	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/222402/6950?pesq=desapropriação	08/04/2019
17	1882	Diário de Notícias (PA)	200	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/1278?pesq=cortiço	22/05/2019
18	1883	Diário de Notícias (PA)	111	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/2031?pesq=cortiço	29/05/2019
19	1883	Diário de Notícias (PA)	291	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/2690?pesq=cortiço	29/05/2019

20	1883	A Constituição	38	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/385573/7715?pesq=cortiços	27/06/2019
21	1883	Diário de Belém (PA)	363	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/222402/8872?pesq=cortiços	28/06/2019
22	1883	O Liberal do Pará (PA)	31	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/704555/14154?pesq=cortiços	28/06/2019
23	1883	O Liberal do Pará (PA)	295	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/704555/15148?pesq=cortiços	28/06/2019
24	1883	Diário de Notícias (PA)	160	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/2218?pesq=cortiços	28/06/2019
25	1883	A Constituição	92	barracas	http://memoria.bn.br/DocReader/385573/7872?pesq=barracas	01/07/2019
26	1883	O Liberal do Pará (PA)	160	pardieiros	http://memoria.bn.br/DocReader/704555/14650?pesq=pardieiros	02/07/2019
27	1884	A Constituição	194	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/385573/9260?pesq=cortiço	22/05/2019
28	1884	O Liberal do Pará (PA)	198	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/704555/15940?pesq=cortiço	22/05/2019
29	1884	O Liberal do Pará (PA)	201	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/704555/15951?pesq=cortiço	22/05/2019
30	1884	Diário de Belém (PA)	212	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/222402/9453?pesq=cortiços	27/06/2019
31	1884	Diário de Belém (PA)	104	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/222402/9132?pesq=suburbio	13/02/2020
32	1885	Diário de Notícias (PA)	118	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/4149?pesq=cortiço	29/05/2019
33	1885	Diário de Notícias (PA)	15	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/3801?pesq=cortiços	28/06/2019
34	1885	O Liberal do Pará (PA)	15	barracas	http://memoria.bn.br/DocReader/704555/16404?pesq=barracas	01/07/2019
35	1887	Diário de Belém (PA)	68	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/222402/12064?pesq=cortiços	27/06/2019
36	1888	O Liberal do Pará (PA)	153	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/704555/20377?pesq=cortiço	22/05/2019
37	1888	O Liberal do Pará (PA)	184	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/704555/20501?pesq=cortiço	22/05/2019
38	1888	O Liberal do Pará (PA)	189	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/704555/20521?pesq=cortiço	22/05/2019
39	1888	Diário de Notícias (PA)	151	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/7221?pesq=cortiço	29/05/2019
40	1888	Diário de Belém (PA)	250	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/222402/13012?pesq=cortiços	28/06/2019
41	1888	O Liberal do Pará (PA)	65	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/704555/20025?pesq=cortiços	28/06/2019
42	1888	Diário de Notícias (PA)	234	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/7553?pesq=cortiços	28/06/2019

43	1888	Diário de Notícias (PA)	281	barracas	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/7744?pesq=barracas	01/07/2019
44	1889	O Liberal do Pará (PA)	51	suburbio	http://memoria.bn.br/DocReader/704555/21147?pesq=suburbio	13/02/2020
45	1889	O Liberal do Pará (PA)	37	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/704555/21088?pesq=cortiços	28/06/2019
46	1889	Diário de Notícias (PA)	221	barracas	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/8103?pesq=barracas	01/07/2019
47	1890	O Democrata (PA)	246	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/186171/962?pesq=cortiços	28/06/2019
48	1890	A República (PA)	97	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/704440/1924?pesq=cortiços	28/06/2019
49	1890	A República (PA)	89	barracas	http://memoria.bn.br/DocReader/704440/1893?pesq=barracas	01/07/2019
50	1891	Diário de Notícias (PA)	123B	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/10095?pesq=cortiço	05/06/2019
51	1891	Diário de Notícias (PA)	164	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/10256?pesq=cortiço	12/06/2019
52	1891	Diário de Notícias (PA)	208B	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/10439?pesq=cortiços	28/06/2019
53	1892	Correio Paraense (PA)	142	alagado	http://memoria.bn.br/DocReader/302619/374?pesq=alagado	13/02/2020
54	1892	O Democrata (PA)	46	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/186171/2307?pesq=cortiço	29/05/2019
55	1892	O Democrata (PA)	268	cortiço	http://memoria.bn.br/docreader/186171/3181?pesq=cortiço	29/05/2019
56	1892	A República (PA)	560	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/704440/3761?pesq=cortiço	12/06/2019
57	1892	A República (PA)	682	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/704440/4249?pesq=cortiço	12/06/2019
58	1892	Correio Paraense (PA)	81	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/302619/126?pesq=cortiços	28/06/2019
59	1892	A República (PA)	712	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/704440/4369?pesq=cortiços	28/06/2019
60	1893	Correio Paraense (PA)	353	pobres	http://memoria.bn.br/DocReader/302619/1317?pesq=pobres	02/07/2019
61	1893	Correio Paraense (PA)	402	pobres	http://memoria.bn.br/DocReader/302619/1512?pesq=pobres	02/07/2019
62	1893	Correio Paraense (PA)	391	pobres	http://memoria.bn.br/DocReader/302619/1468?pesq=pobres	12/02/2020
63	1893	Correio Paraense (PA)	379	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/302619/1420?pesq=desapropriação	12/02/2020
64	1893	Correio Paraense (PA)	386	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/302619/1448?pesq=desapropriação	12/02/2020

65	1893	Correio Paraense (PA)	259	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/302619/940?pesq=desapropriação	08/04/2019
66	1893	O Democrata (PA)	20	cortiço	http://memoria.bn.br/docreader/186171/3334?pesq=cortiço	05/06/2019
67	1893	Correio Paraense (PA)	396	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/302619/1488?pesq=cortiços	28/06/2019
68	1894	Correio Paraense (PA)	551	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/302619/2111?pesq=remoção	12/02/2020
69	1894	Correio Paraense (PA)	520	Jurunas	http://memoria.bn.br/DocReader/302619/1985?pesq=jurunas	08/02/2020
70	1894	Diário de Notícias (PA)	119	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/12808?pesq=cortiço	12/06/2019
71	1896	Folha do Norte (PA)	159	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/101575/624?pesq=suburbio	13/02/2020
72	1896	Folha do Norte (PA)	43	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/101575/159?pesq=cortiço	05/06/2019
73	1896	Folha do Norte (PA)	151	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/101575/592?pesq=cortiço	05/06/2019
74	1896	Folha do Norte (PA)	248	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/101575/956?pesq=cortiço	05/06/2019
75	1896	Folha do Norte (PA)	249	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/101575/960?pesq=cortiço	05/06/2019
76	1896	O Pará (PA)	569	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/306223/2237?pesq=cortiço	05/06/2019
77	1896	Diário de Notícias (PA)	200	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/14789?pesq=cortiço	12/06/2019
78	1896	Diário de Notícias (PA)	219	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/14862?pesq=cortiço	12/06/2019
79	1896	Diário de Notícias (PA)	230	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/14906?pesq=cortiço	12/06/2019
80	1896	Folha do Norte (PA)	249	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/101575/959?pesq=cortiços	28/06/2019
81	1896	Diário de Notícias (PA)	31	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/14122?pesq=cortiços	28/06/2019
82	1896	Diário de Notícias (PA)	208	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/14818?pesq=cortiços	28/06/2019
83	1896	Diário de Notícias (PA)	230	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/14906?pesq=cortiços	28/06/2019
84	1897	Folha do Norte (PA)	516	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/101575/2010?pesq=desapropriação	08/04/2019
85	1897	Folha do Norte (PA)	445	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/101575/1729?pesq=cortiço	05/06/2019
86	1897	Folha do Norte (PA)	473	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/101575/1841?pesq=cortiço	05/06/2019

87	1897	Folha do Norte (PA)	531	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/101575/2071?pesq=cortiço	05/06/2019
88	1897	Diário de Notícias (PA)	241	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/16084?pesq=cortiço	12/06/2019
89	1897	Diário de Notícias (PA)	215	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/763659/15990?pesq=cortiços	28/06/2019
90	1897	Folha do Norte (PA)	391	barracas	http://memoria.bn.br/DocReader/101575/1511?pesq=barracas	01/07/2019
91	1898	O Pará (PA)	156	barracas	http://memoria.bn.br/DocReader/306223/623?pesq=barracas	01/07/2019
92	1898	O Pará (PA)	259	barracas	http://memoria.bn.br/DocReader/306223/1030?pesq=barracas	01/07/2019
93	1898	Mensagem do Governador no Pará para a Assembleia	1	pardieiros	http://memoria.bn.br/DocReader/873586/477?pesq=pardieiros	02/07/2019
94	1899	Folha do Norte (PA)	531	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/306223/2102?pesq=cortiço	05/06/2019
95	1899	O Pará (PA)	384	cortiços	http://memoria.bn.br/DocReader/306223/1521?pesq=cortiços	28/06/2019
96	1899	O Pará (PA)	336	barracas	http://memoria.bn.br/DocReader/306223/1337?pesq=barracas	01/07/2019
98	1900	A República (PA)	270	cortiço	http://memoria.bn.br/docreader/704440/5870?pesq=cortiço	27/06/2019
99	1900	O Jornal	51	suburbio	http://memoria.bn.br/DocReader/169250/190?pesq=subúrbio	27/02/2020
100	1900	O Jornal	74	barraco	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=169250&pesq=barraco&pasta=ano%20190	03/06/2019
101	1900	A República: Órgão do Club Republicano	269	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/704440/5865?pesq=cortiço	03/06/2019
102	1900	A República: Órgão do Club Republicano	270	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/704440/5870?pesq=cortiço	03/06/2019
103	1900	A República: Órgão do Club Republicano	283	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/704440/5922?pesq=cortiço	03/06/2019
104	1900	A República: Órgão do Club Republicano	330	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/704440/6110?pesq=desapropriação	27/02/2020
105	1900	A República: Órgão do Club Republicano	334	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/704440/6126?pesq=cortiço	03/06/2019
106	1900	A República: Órgão do Club Republicano	590	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/704440/6713?pesq=cortiço	03/06/2019
107	1900	O Pará	638	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=306223&pesq=corti%C3%A7o&pasta=ano%20190	03/06/2019

108	1900	O Pará	643	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/306223/2521?pesq=cortiço	03/06/2019
109	1900	O Pará	662	pardieiro	http://memoria.bn.br/DocReader/306223/2592?pesq=pardieiro	18/02/2020
110	1900	O Pará	695	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/306223/2721?pesq=cortiço	03/06/2019
111	1900	O Pará	759	barraca	http://memoria.bn.br/DocReader/306223/2758?pesq=remoção	27/02/2020
112	1900	O Pará	759	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/306223/2758?pesq=cortiço	03/06/2019
113	1900	O Pará	783	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/306223/2842?pesq=cortiço	03/06/2019
114	1900	O Pará	785	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/306223/2850?pesq=cortiço	03/06/2019
115	1900	O Jornal	8	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/169250/28?pesq=cortiço	03/06/2019
116	1900	O Jornal	23	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=169250&pesq=corti%C3%A7o&pasta=ano%20190	03/06/2019
117	1900	O Pará	662	casebre	http://memoria.bn.br/DocReader/306223/2592?pesq=casebre	04/08/2019
118	1900	Mensagens do Governador do Pará para a Assembléia	2	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/873586/797?pesq=desapropriação	27/02/2020
119	1911	Estado do Pará	4	barraca	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/14?pesq=barraca	10/06/2019
120	1911	Estado do Pará	30	pardieiro	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/132?pesq=pardieiro	18/02/2020
121	1911	Estado do Pará	39	barraca	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/167?pesq=barraca	10/06/2019
122	1911	Estado do Pará	108	casebre	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/442?pesq=casebre	04/08/2019
123	1911	Estado do Pará	113	barraca	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/462?pesq=barraca	10/06/2019
124	1911	Estado do Pará	114	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/465?pesq=cortiço	03/06/2019
125	1911	Estado do Pará	115	barraca	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/469?pesq=barraca	10/06/2019
126	1911	Estado do Pará	131	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/534?pesq=cortiço	03/06/2019
127	1911	Estado do Pará	137	barraca	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/558?pesq=barraca	10/06/2019
128	1911	Estado do Pará	151	barraca	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/613?pesq=barraca	10/06/2019
129	1911	Estado do Pará	196	barraca	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/784?pesq=barraca	10/06/2019
130	1911	Estado do Pará	208	barraca	http://memoria.bn.br/docreader/800082/832?pesq=barraca	11/06/2019
131	1911	Estado do Pará	218	barraca	http://memoria.bn.br/docreader/800082/872?pesq=barraca	11/06/2019
132	1911	Estado do Pará	219	barraca	http://memoria.bn.br/docreader/800082/876?pesq=barraca	11/06/2019
133	1911	Estado do Pará	227	barraca	http://memoria.bn.br/docreader/800082/907?pesq=barraca	11/06/2019
134	1912	O Jornal	80	alagado	http://memoria.bn.br/DocReader/169250/307?pesq=alagado	20/02/2020
135	1912	Estado do Pará	320	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/1279?pesq=cortiço	03/06/2019

136	1912	Estado do Pará	344	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/1377?pesq=subúrbio	27/02/2020
137	1912	Estado do Pará	362	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/1454?pesq=cortiço	03/06/2019
138	1912	Estado do Pará	620	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/2639?pesq=cortiço	06/06/2019
139	1912	Estado do Pará	721	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/3214?pesq=cortiço	06/06/2019
140	1913	O Jornal	709	alagado	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/3140?pesq=alagado	21/02/2020
141	1913	Estado do Pará	737	pardieiro	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/3329?pesq=pardieiro	19/02/2020
142	1913	Estado do Pará	738	pardieiro	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/3334?pesq=pardieiro	19/02/2020
143	1913	Estado do Pará	738	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/3334?pesq=cortiço	06/06/2019
144	1913	Estado do Pará	811	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/3835?pesq=cortiço	06/06/2019
145	1913	Estado do Pará	861	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/4207?pesq=cortiço	06/06/2019
146	1913	Estado do Pará	876	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/4309?pesq=cortiço	06/06/2019
147	1913	Estado do Pará	891	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/4416?pesq=cortiço	06/06/2019
148	1913	Estado do Pará	923	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/4647?pesq=cortiço	07/06/2019
149	1913	Estado do Pará	919	casebre	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/4618?pesq=casebre	04/08/2019
150	1914	O Jornal	1357	alagado	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/7692?pesq=alagado	21/02/2020
151	1914	Estado do Pará	1030	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/5384?pesq=cortiço	10/06/2019
152	1914	Estado do Pará	1055	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/5573?pesq=cortiço	10/06/2019
153	1914	Estado do Pará	1094	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/5837?pesq=subúrbio	27/02/2020
154	1914	Estado do Pará	1161	pardieiro	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/6302?pesq=pardieiro	19/02/2020
155	1914	Estado do Pará	1395	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/7364?pesq=desapropriação	27/02/2020
156	1915	Estado do Pará	1516	casebre	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/8771?pesq=casebre	04/08/2019
157	1916	O Jornal	1843	alagado	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/11364?pesq=alagado	21/02/2020
158	1916	Estado do Pará	1890	casebre	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/11687?pesq=casebre	04/08/2019
159	1917	Estado do Pará	2120	pardieiro	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/13524?pesq=pardieiro	19/02/2020
160	1917	Estado do Pará	2391	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/15317?pesq=subúrbio	27/02/2020
161	1917	Mensagens do Governador do Pará para a Assembléia	2	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/873586/3527?pesq=subúrbio	27/02/2020
162	1919	Estado do Pará	3124	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/18776?pesq=desapropriação	27/02/2020
163	1920	Estado do Pará	3158	barraca	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/19016?pesq=barraca	04/08/2019

164	1920	Estado do Pará	3185	periferia	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/19198?pesq=periferia	26/02/2020
165	1920	Estado do Pará	3186	pardieiro	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/19206?pesq=pardieiro	19/02/2020
166	1920	Estado do Pará	3259	pardieiro	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/19762?pesq=pardieiro	19/02/2020
167	1920	Estado do Pará	3260	pardieiro	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/19770?pesq=pardieiro	19/02/2020
168	1920	Estado do Pará	3279	pardieiro	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/19903?pesq=pardieiro	19/02/2020
169	1920	Estado do Pará	3282	pardieiro	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/19920?pesq=pardieiro	19/02/2020
170	1920	Estado do Pará	3397	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/20687?pesq=cortiço	10/06/2019
171	1920	Mensagens do Governador do Pará para a Assembléia	1	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/873586/3882?pesq=subúrbio	27/02/2020
172	1921	Estado do Pará	3797	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/22672?pesq=cortiço	10/06/2019
173	1921	Estado do Pará	3838	barraca	http://memoria.bn.br/DocReader/800082/22949?pesq=barraca	04/08/2019
174	1947	O Liberal	58	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/235?pesq=baixada	19/02/2020
175	1947	O Liberal	151	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/604?pesq=baixada	19/02/2020
176	1947	O Liberal	68	cortiço	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/274?pesq=cortiço	04/08/2019
177	1947	O Liberal	222	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/923?pesq=subúrbio	27/02/2020
178	1947	O Liberal	328	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/1412?pesq=favela	04/08/2019
179	1951	O Liberal	571	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/1447?pesq=suburbio	06/02/2020
180	1951	O Liberal	631	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/1687?pesq=suburbio	06/02/2020
181	1951	O Liberal	641	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/1727?pesq=suburbio	06/02/2020
182	1951	O Liberal	730	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/2090?pesq=suburbio	06/02/2020
183	1951	O Liberal	767	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/2239?pesq=suburbio	06/02/2020
184	1951	O Liberal	787	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/2321?pesq=suburbio	06/02/2020
185	1951	O Liberal	793	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/2345?pesq=suburbio	06/02/2020
186	1951	O Liberal	826	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/2485?pesq=suburbio	06/02/2020
187	1982	Diário do Pará	2	periferia	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/35?pesq=periferia	26/02/2020
188	1983	Diário do Pará	220	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/124?pesq=baixada	20/02/2020
189	1983	Diário do Pará	221	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/131?pesq=baixada	05/08/2019
190	1983	Diário do Pará	221	periferia	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/131?pesq=periferia	26/02/2020
191	1984	Diário do Pará	488	alagado	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/1375?pesq=alagado	21/02/2020

192	1984	Diário do Pará	488	alagado	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/1375?pesq=alagado	21/02/2020
193	1984	Diário do Pará	419	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/225?pesq=baixada	20/02/2020
194	1984	Diário do Pará	421	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/270?pesq=baixada	20/02/2020
195	1984	Diário do Pará	426	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/362?pesq=baixada	05/08/2019
196	1984	Diário do Pará	431	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/444?pesq=barraco	18/02/2020
197	1984	Diário do Pará	431	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/444?pesq=barraco	18/02/2020
198	1984	Diário do Pará	457	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/880?pesq=baixada	20/02/2020
199	1984	Diário do Pará	419	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/207?pesq=desapropriação	27/02/2020
200	1984	Diário do Pará	422	periferia	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/292?pesq=periferia	26/02/2020
201	1984	Diário do Pará	419	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/197?pesq=subúrbio	27/02/2020
202	1985	Diário do Pará	717	alagado	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/6290?pesq=alagado	21/02/2020
203	1985	Diário do Pará	672	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/5214?pesq=baixada	20/02/2020
204	1985	Diário do Pará	700	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/5889?pesq=desapropriação	27/02/2020
205	1985	Diário do Pará	672	periferia	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/5201?pesq=periferia	26/02/2020
206	1985	Diário do Pará	685	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/5526?pesq=subúrbio	27/02/2020
207	1985	Diário do Pará	685	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/5526?pesq=subúrbio	27/02/2020
208	1986	Diário do Pará	15	alagado	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/12570?pesq=alagado	21/02/2020
209	1986	Diário do Pará	994	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/13636?pesq=baixada	20/02/2020
210	1986	Diário do Pará	969	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/13036?pesq=desapropriação	27/02/2020
211	1986	Diário do Pará	981	periferia	-	26/02/2020
212	1986	Diário do Pará	60	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/13022?pesq=subúrbio	27/02/2020
213	1986	Diário do Pará	1013	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/14056?pesq=subúrbio	27/02/2020
214	1987	Diário do Pará	1325	alagado	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/21882?pesq=alagado	21/02/2020
215	1987	Diário do Pará	1325	alagado	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/21882?pesq=alagado	21/02/2020
216	1987	Diário do Pará	1359	alagado	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/22813?pesq=alagado	21/02/2020
217	1987	Diário do Pará	1359	alagado	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/22813?pesq=alagado	21/02/2020
218	1987	Diário do Pará	1276	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/20564?pesq=baixada	20/02/2020
219	1987	Diário do Pará	1276	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/20564?pesq=baixada	20/02/2020
220	1987	Diário do Pará	1288	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/20898?pesq=desapropriação	27/02/2020
221	1987	Diário do Pará	1299	periferia	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/21199?pesq=periferia	26/02/2020

222	1987	Diário do Pará	1366	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/22984?pesq=subúrbio	27/02/2020
223	1988	Diário do Pará	1807	alagado	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/35834?pesq=alagado	21/02/2020
224	1988	Diário do Pará	1718	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/33088?pesq=baixada	20/02/2020
225	1988	Diário do Pará	1658	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/31304?pesq=desapropriação	27/02/2020
226	1988	Diário do Pará	1640	periferia	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/30812?pesq=periferia	26/02/2020
227	1988	Diário do Pará	1640	periferia	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/30812?pesq=periferia	26/02/2020
228	1988	Diário do Pará	1689	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/32219?pesq=subúrbio	27/02/2020
229	1989	Diário do Pará	2042	alagado	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/42692?pesq=alagado	21/02/2020
230	1989	O Liberal	22182	alagado	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/3289?pesq=alagado	21/02/2020
231	1989	O Liberal	22175	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/2919?pesq=baixada	04/08/2019
232	1989	O Liberal	22181	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/3240?pesq=baixada	20/02/2020
233	1989	O Liberal	22218	barraco	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/5145?pesq=barraco	04/08/2019
234	1989	O Liberal	22218	barraco	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/8027?pesq=palafita	04/08/2019
235	1989	O Liberal	22260	barraco	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/7301?pesq=%22precárias%20casas%22	06/06/2020
236	1989	O Liberal	22273	barraco	http://memoria.bn.br/docreader/761036/5145?pesq=BARRACO	04/08/2019
237	1989	O Liberal	22215	casebre	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/5008?pesq=casebre	04/08/2019
238	1989	O Liberal	22440	casebre	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/17284?pesq=casebre	04/08/2019
239	1989	Diário do Pará	2051	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/42952?pesq=desapropriação	27/02/2020
240	1989	O Liberal	22273	palafita	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/8027?pesq=palafita	04/08/2019
241	1989	O Liberal	22351	palafita	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/12320?pesq=palafita	04/08/2019
242	1989	O Liberal	22356	palafita	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/12614?pesq=palafita	04/08/2019
243	1989	O Liberal	22271	pardieiro	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/7928?pesq=pardieiro	19/02/2020
245	1989	Diário do Pará	2050	periferia	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/42917?pesq=periferia	27/02/2020
246	1989	O Liberal	22173	periferia	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/2828?pesq=periferia	04/08/2019
247	1989	O Liberal	22292	periferia	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/9030?pesq=periferia	27/02/2020
248	1989	Diário do Pará	2041	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/42664?pesq=subúrbio	27/02/2020
249	1989	O Liberal	22200	subúrbio	http://memoria.bn.br/DocReader/761036/4277?pesq=subúrbio	27/02/2020
250	1990	Diário do Pará	2391	alagado	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/52402?pesq=alagado	21/02/2020
251	1990	Diário do Pará	2347	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/51218?pesq=baixada	20/02/2020
252	1990	Diário do Pará	2347	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/53068?pesq=baixada	20/02/2020

253	1990	Diário do Pará	2420	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/53217?pesq=baixada	20/02/2020
254	1990	Diário do Pará	2441	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/53679?pesq=baixada	20/02/2020
255	1990	Diário do Pará	2526	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/55593?pesq=baixada	20/02/2020
256	1990	Diário do Pará	2526	baixada	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/55593?pesq=baixada	20/02/2020
257	1990	Diário do Pará	2435	desapropriação	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/53535?pesq=desapropriação	27/02/2020
258	1990	Diário do Pará	2498	palafita	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/54973?pesq=palafita	05/08/2019
259	1990	O Liberal	22355	palafita	http://memoria.bn.br/docreader/761036/12560?pesq=palafita	04/08/2019
260	1990	Diário do Pará	2357	periferia	http://memoria.bn.br/DocReader/644781/51459?pesq=periferia	27/02/2020

APÊNDICE B - RELATO DA CONVERSA COM O MORADOR SILVA

Endereço: Avenida Bernardo Sayão com Rua Eng. Fernando Guilhon – Jurunas

Data: 14 de fevereiro de 2020

O entrevistado Silva mora no Bairro do Jurunas desde que nasceu, e mora atualmente na Bernardo Sayão com a Fernando Guilhon desde 2002. Comentou que a duplicação da Bernardo Sayão é esperada a muitos anos e que havia uma expectativa dos moradores em ver a duplicação pronta quando houve o lançamento no governo Duciomar.

Disse que na década de 1950 foi construído o dique, mas a urbanização e infraestrutura urbana não foram feitas e com o tempo houve a intensificação da ocupação no local. Os moradores começaram a intervir. Aterrar com caroço de açai, construir em estilo palafita.

O morador relata que quando o Projeto Portal da Amazônia foi lançado pelo governo Duciomar, houve uma reação muito grande. Os mais antigos que esperavam as melhorias desde as obras do Dique. Esperavam muito usufruir com esse projeto, mas o mesmo foi muito excludente, pois as pessoas que moram nessa área da Estrada Nova têm a sua subsistência ligada à área. Casas com vendas, relação com os portos... A relação com os ribeirinhos é intensa. “Somos ribeirinhos urbanos” pela questão geográfica e cultural com o rio.

O projeto da alça-viária causou impacto na diminuição do uso dos portos. Com o Projeto PROMABEN houve um impacto muito grande também na economia com o fechamento de alguns portos e remoções. Apesar de haver uma promessa de novas moradias no local da obra, só foram entregues dois blocos e muitos ainda vivem no aluguel social.

As indenizações foram baixas e com isso as pessoas foram levadas a morar longe, diz Silva. As indenizações da sub-bacia 01 eram melhores, mas só levavam em consideração as benfeitorias feitas no terreno, “não levavam em consideração a longa vida das pessoas na área”. As indenizações na sub-bacia 02 foram bem menores. A Sub-bacia 02 vai da Rua Eng. Fernando Guilhon até a Rua Cabo Leão.

Sobre a qualidade das obras, Silva comenta Já existirem problemas pós-obra entregue (canais da Caripunas e Timbiras) e passagem Veiga Cabral. É necessário o uso de bomba para drenar a água pro rio.

Silva afirma “Nunca fomos contra o projeto. Nós passamos a ter repulsa quando descobrimos que teria uma exclusão”.

Quando perguntado sobre a sua moradia, já considera que a casa dos fundos que ficará para morar, pois a obra removerá a parte construída da frente, reduzindo o terreno consideravelmente.

Segundo o morador, diziam que não poderiam construir nada após o início do projeto, então o morador fez uma fundação nos fundos do terreno e fez uma casa de 3 andares. O mesmo alega que agora mora em área “toda encaixotada, morador de um lado e de outro”. Fez um jardim de inverno para melhorar a ventilação e iluminação e manteve um espaço recuado de onde passará a pista. O morador fez três andares para poder ter vista e ventilação da orla, mas principalmente teve que verticalizar por

Quando perguntado sobre a conta de luz, Silva comenta, que por algum motivo na região se tem um alto custo de energia, com isso deixou de usar os equipamentos elétricos da venda do comércio como refrigeradores. Tem planos de instalar energia solar.

Sobre o lazer, para o morador, não se tem acesso ao lazer no bairro, somente a orla que é no bairro próximo. Mas que, devido à proximidade do bairro do Jurunas a outros bairros, consegue usufruir desses outros espaços. Alega que o Bairro do Jurunas padece de maiores redes de supermercado, bancos e outros serviços.

No que se refere ao transporte público, diz que o bairro é alimentado pelas Linhas de ônibus: Arsenal, Cipriano, Ceasa e Cremação. Mas não tem uma linha que leve até o entroncamento (local onde se delimita o limite da primeira légua patrimonial de Belém), e que gostaria de ter mais facilidade de acesso e de deslocamento público.

Por fim, o morador afirma que tudo que tem no bairro do Jurunas foi fruto da luta dos moradores.

(Agradecimentos e fim da entrevista)

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM A MORADORA LENITA CARDOSO

Nome: Lenita Ferreira Cardoso

Endereço: Vila Cardoso na Rua dos Caripunas e Estrada Nova

Data: 26 de novembro de 2021

SOBRE A MORADORA

Qual a sua ocupação? E qual a sua renda?

Eu recebo benefício. Não sou aposentada.

Mora a quanto tempo no Jurunas?

Nós moramos a muito tempo, aqui. Morreu o meu marido e ficou só eu com os filhos.

Você nasceu aqui?

Não, não, não!

Você nasceu onde?

Maracapucu, Abaeté/PA.

Como foi para vir morar no Jurunas?

Foi o meu irmão que arrumou um trabalho na olaria para nós *trabalhar*. Aí a gente veio, não deu certo e a gente veio embora para cá.

E porque o Jurunas?

Porque as meninas trabalhavam numa coisa de frango, e aí a gente veio pra cá.

SOBRE A CASA

Como é a sua casa? De tijolo ou madeira?

É tudo alvenaria em cima, só o piso é de madeira.

São quantos andares?

Só dois.

Quantos cômodos?

Cozinha, sala e três quartos.

A casa é própria ou alugada?

É, é própria.

Quem construiu a casa?

Nós compramos e pagamos para um pedreiro ir construindo.

Quantas pessoas moram na casa?

10

Com relação as gastos com água e luz, você considera que esses valores são altos?

Muito alto. Agora que a gente não está pagando água, né!? Mas vamos pagar, pois já estão iniciando.

Vocês consideram a casa bem iluminada naturalmente? A luz do sol ilumina bem aqui?

Não... Se não tivesse as lâmpadas ligadas...

E com relação a ventilação?

É quente.

Isso torna a casa úmida? Dá mofo?

É! Dá!

Você considera que a iluminação da vila é boa? A iluminação pública.

Não tem lâmpada, ela é bem escura. Só tem na rua. Quem me dera que tivesse.

SOBRE O ACESSO

O acesso da casa é por rua, vila ou ponte?

É por vila

A vila é asfaltada?

É cimentado

Você acha que o material do piso da vila é adequado?

Não, é difícil aqui. Quando enche, quando vem aquela chuva mesmo, enche tudo aqui. Nós não temos condição de fazer a nossa casa. Nós já fizemos de tudo pra não encher.

Então quando chove alaga tanto a vila quanto a casa?

É.

Vocês já tentaram fazer o que pra evitar o alagamento aqui na casa

Tentar, mas é só quando tem (dinheiro), assim, de vez em quando. aí a gente come e acaba o dinheiro (risos). A situação da casa é essa. Desde quando o papai morreu a gente quer tentar ajeitar, mas...

Como era a situação dos alagamentos antes das obras na rua?

liih, era muito cheio, cheio, cheio, cheio.

Como era o acesso aqui?

Era ponte.

Vocês que faziam a manutenção da ponte?

Não, era a prefeitura que fez.

SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA

Vocês costumam tomar açaí?

Todo dia tomamos açaí (risos)

Como está pra vocês o preço do açaí?

íiuh, tá caro! R\$14,00; R\$15,00; até R\$20,00

E isso faz com que vocês deixem de tomar açaí?

Oh, às vezes a gente compra meio (meio litro) e coloca água (risos).

Vocês fazem feira onde?

Ali na Conceição.

No Complexo?

É.

Vocês costumam pegar ônibus?

Às vezes a gente pega.

Vocês acham que é fácil o acesso até o ponto de ônibus?

Mudou o ponto da Braves. Melhorou um pouco.

Vocês acham que os ônibus que passam aqui atende as necessidades pra acessar locais mais distantes aqui da cidade ou vocês têm que trocar de ônibus pra poder chegar?

É difícil a gente sair, assim. Ficamos mais por aqui.

O bairro propicia vocês a ter acesso a serviços pela redondeza?

É!

Com relação ao serviço de saúde pública que tem aqui perto, vocês acham que atende bem a demanda da população?

Tem o posto logo ali perto da feira.

E vocês acham que esse posto da conta de atender os moradores do Jurunas?

Não, porque eles estão atendendo mais do corona, porque não sei o que e despacham.

Você trabalha fora de casa? (pergunta feita à filha, pois a mãe recebe benefício do governo)

Nós *trabalha* numa academia pra fazer faxina.

É fácil o acesso de vocês de casa até o trabalho?

É porque é aqui próximo.

Com relação a melhorias na casa de vocês, o que vocês acham da necessidade de políticas para a moradia?

Péssimo! É assim, eu já tentei correr atrás desse cheque moradia, mas dão mais pra quem só tem o terreno.

É só pra quem tem a posse, é isso?

É! E essa casa aqui era do meu pai. Aí ele faleceu e não tiramos documento nenhum. Aí nós não *tem* documento dele. Aí fica difícil, né!? De pegar esse cheque para construir aqui.

(Agradecimentos e fim da entrevista)

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM A MORADORA PRISCILA PEREIRA

Nome: Priscila Ferreira Pereira

Endereço: Rua Caripunas, 318, entre Tv. Breves e Estrada Nova

Data: 26 de novembro de 2021

SOBRE A MORADORA

Qual a sua ocupação?

Sou aposentada.

Você mora aqui a quanto tempo?

Aí, já moro aqui há mais de 15 anos. Desde *piquichichita* eu tô aqui. Desde criança.

Você veio morar pra cá ou nasceu aqui?

Vim morar pra cá.

E você nasceu onde, antes?

Abaetetuba.

SOBRE A CASA

A sua casa é de alvenaria ou madeira?

É alvenaria.

Tem quantos pavimentos?

Tem 3.

São quantos cômodos?

Sala, cozinha e dois quartos. E aí tem o Quarto dele, né!?

Aí seria como se fosse outra residência?

É.

Essa sua casa é própria?

É.

Quem construiu a casa?

O dinheiro, foi cheque moradia. Aí eu contratei um pedreiro daqui do bairro mesmo.

Quantas pessoas moram aqui com a senhora?

Aqui mora 4

Com relação aos gastos com relação a luz e água, como é o gasto com luz?

Porque eu tenho a minha luz e ele tem a dele, lá em cima. Só de luz tem vez que eu pago duzentos e pouco, porque eu tenho bomba (se referindo a bomba da caixa d'água), né, e a água não sobe. Aí esse mês veio mais um pouco, um pouquinho, veio cento e quarenta e um.

E a senhora acha que esse valor está condizente ao seu consumo ou está muito elevado?

Eu acho que é por causa da bomba que é assim, porque eu só tenho uma televisão, um ventilador e uma geladeira, e é só.

Na sua casa, a senhora acha que ela é iluminada naturalmente? A luz do sol consegue iluminar bem a sua casa?

Não!

E com relação a ventilação?

Também, não, porque olha, casa daqui, casa dali, casa pra trás. (risos)

Isso gera umidade na sua casa?

Mas rapaz, não tem condições. Se a gente não tiver isso daqui (se referindo ao ventilador), a gente não dorme. Ventilador e luz tem que tá aqui. Tem que tá, é muito quente.

A sua casa tem foco de mofo, essas coisas?

Às vezes tem, né!? Porque, olha, aqui, olha como é que tá! Porque o meu neto pagou pro rapaz colocar uma calha e o rapaz colocou errado. Quer dizer que ela cai metade pra lá e metade aí no palanque e vaza pra aí pra dentro. Aí já vai pagar de novo pra tornar a fazer. Ainda nem terminei o meu quarto. Ainda falta lajotar, terminar de rebocar. E o quarto do menino, também. Falta a Porta, janela aí do quarto. Porque, aí em cima, o dele é ventilado, porque eu mandei fazer uma enorme de uma janela pra ter o vento. Ainda não tá pronto. Aí só deu pra fazer aqui, porque, agora, os pedreiros estão pedindo R\$150,00, já, a diária deles. Aí fica ruim, pra quem ganha um salário, né!? Paga luz, paga tudo, paga conta. A gente tira no supermercado, tem que pagar (risos).

SOBRE O ACESSO

O acesso aqui é por rua, vila ou ponte?

É vila

A iluminação dessa vila, quando é de noite, ela é iluminada?

Não! Eu já pedi e ainda não vieram (sobre a concessionária de energia elétrica). Só é quando a gente coloca as luz na frente de casa. Mas pra lá, pra lá, onde fica a casa

da minha irmã, é tudo no escuro, eles só acendem e depois eles apagam a luz deles, que eles não vão gastar, né!?

Essa vila tem pavimentação?

Não, ela é chão batido. E nós é que já fizemos.

Quando chove, como é que fica a condição de acesso da sua casa?

De primeiro, enchia. Por isso eu fiz a casa alta. Ela enchia muito. Tudinho, essas casas aí, enchia. Aí, quando eu mandei fazer a minha casa, eu mandei fazer bem alta. Agora, a daí do vizinho, tudo enche.

Faz quanto tempo que você mandou fazer essa elevação do piso?

Olha, o ano que eu construí a minha casa foi 2014.

A rua daqui da frente sofreu obra recente, né!?

Sofreu!

Antes das obras, como era a questão dos alagamentos?

Íiiiih... a gente andava com a calça por aqui, óh! (fazendo alusão a altura que se erguia a calça para não molhar). Era tudo água, tudo, tudo. Aí, bem aí no meio tinha um igarapé que enchia de água, o pessoal vinha de canoa inté aí. Aí, pra gente sair, a gente tinha que esperar a água vazar para poder andar, porque era só ponte. E a gente caia da ponte, era muito ruim. E aí, pra nós não andar (nessas condições), nós fizemos um abaixo-assinado para mandar construir essa rua, demorou muito. Demorou muito.

A manutenção da ponte que vocês usavam, a manutenção, vocês que tinha que fazer?

Era, era nós que fazíamos. O papai ia pegar esteio da estância e nós faziam, o pessoal, todo mundo, pregavam, pra nós poder andar. Era muito feio aqui na Caripunas. A água (da rede de abastecimento) não dava aqui. A gente ia buscar lá no canto do Jurunas. A água pra nós tomar.

Onde era esse canto do Jurunas?

Lá defronte da Igreja da Santa Terezinha, que tem, bem no canto. Tinha uma torneira lá que a gente tinha que sair de madrugada pra gente pegar, porque dava muita gente. A gente só pegava mesmo pra tomar, aqui. Quando era pra lavar roupa, a gente ia *ceeedo*. E o menino enchia o camburão e a gente lavava roupa. E eu trabalhava, nesse tempo, na fábrica de palmito. Quando eu vinha de lá de noite, de madrugada, eu aproveitava com os meninos e enchia, logo, tudinho. Tinha que trazer o camburão da Santa Terezinha até aqui. Tinha que trazer, cada um com um balde. Às vezes a gente trazia de carro-de-mão.

E nesse período, como era a iluminação?

Ah, a iluminação era desses portes bem pequenininho, assim. Os fios bem fininhos. Que só dava só... era no tempo do papudinho, né!? (risos) Era! Ele colocava pro povo.

SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA

senhora costuma tomar açaí?

E bem! (risos) Essa é uma abaetetubense, como diz o homem.

O preço do açaí, como é que está pra senhora?

Íxi, meu Deus! Tá muito. Tem dias que eu não tomo, porque não tem condição. Eu tenho um neto que ele bate (bate açaí), alí, é alugado. Ele bate. Quando tá R\$18,00 eu não compro (risos). Eu tomo suco (risos).

Então, você já disse que o valor do açaí te impede de comprar.

É! Ou a gente compra comida ou a gente compra açaí. Um dos dois.

E quando a senhora faz feira, a senhora costuma comprar onde?

Aí na conceição.

Com relação ao transporte público, a senhora tem facilidade de acesso?

Tenho. Tenho a carteirinha agora. Primeiro eu pagava (risos)

Eu digo assim, pra acessar o ponto de ônibus.

Agora ele já passa lá na Monte Alegre.

Mas a senhora acha que esses ônibus que passam na Monte Alegre te levam até os locais que a senhora precisa?

Às vezes leva, mas às vezes tem que descer longe pra poder ir. Vê, agora, eu vou fazer fisioterapia, vou começar dia 04. Aí eu pego o ônibus daqui, lá pra praça da República. Aí eu desço lá. De lá eu *aaaando* um pedaço, atravesso para poder ir pra lá. Entendeu? Porque ele não vai parar certo, ele não tem a parada bem defronte.

Com relação ao lazer, aqui perto, a senhora tem espaço de lazer para a senhora ir?

É só na orla.

Lá no Portal da Amazônia?

É lá no Portal que a gente vai, mas eu não gosto.

Mas é só lá?

É, mas eu não gosto, às vezes. Só quando a minha filha fala “mamãe, vamos pra Mosqueiro, que é a casa da...”.

E com relação ao serviço de saúde do bairro?

Olha, tem aqui o posto e tem lá no portal. Mas esse posto aqui não tá dando nada, agora.

A senhora acha que essas duas unidades atendem a necessidade do bairro?

Lá no portal atende muito bem. As coisas que eu fazia aí (no posto do Jurunas), eu faço lá. Eles passam exame, tudinho, direito pra gente. Eles passam fisioterapia. É tudo.

(Agradecimentos e fim da entrevista)

APÊNDICE E – ENTREVISTA COM A MORADORA MARIA CARDOSO

Nome: Maria Isabel Ribeiro Cardoso

Endereço: Vila Cardoso (na Rua Caripunas), entre Av. Bernardo Sayão e Tv. Breves - Jurunas, Belém/PA.

Data: 26 de novembro de 2021

SOBRE A MORADORA

Qual é a sua ocupação atualmente?

Eu tenho umas duas diárias por semana.

E a sua renda é de quanto?

Eu ganho uns R\$ 200,00.

Você está morando a quanto tempo aqui?

Eu estou morando desde quando o meu marido morreu. Aí eu vim embora. Eu vim lá do sítio.

Onde era o sítio?

Em Breves/PA.

Em que ano foi isso?

Faz uns seis anos (2016, aproximadamente).

Você está morando onde?

Sim, na casa da minha mãe. Mas eu comprei esse terreno e estou construindo a casa.

O nome da sua mãe é?

Lenita

SOBRE A CASA

A casa que você está construindo é de que material?

É de laje, cimento, tijolo.

Vai ser de um pavimento?

Não, eu quero fazer mais em cima! porque a família é grande.

Quantos cômodos terão a casa?

Vai ser sala, cozinha e dois quartos.

Você acha que a sua casa, aqui, será bem iluminada com a iluminação do sol?

Vai, porque aqui o sol bate de frente.

E ventilação, você acha que será bem ventilado?

Não, porque aqui tem muitos moradores.

Quem está construindo? Você paga um pedreiro ou é alguém da família?

Olha, eu estou pagando um pedreiro. Só que o pedreiro está cobrando R\$150,00 na diária. E eu não dei conta. Eu parei, porque eu tenho filho deficiente.

Você está tendo muita dificuldade para construir?

Eu estou!

Quais os maiores impedimentos?

Olha, eu estou ganhando esse salário, aí, meu filho tem problema mental e eu tenho que comprar todos os remédios dele. Ele toma seis medicamentos por dia.

Quantas pessoas irão morar na casa?

6 pessoas ou 7.

E com relação a gastos com água e luz, quanto está sendo cobrado nas faturas?

Eu estou pagando R\$400,00 de luz, mais ou menos.

Isso é alto pra você?

É! A água só ligaram agora.

SOBRE O ACESSO

A casa é acessada como? Por Rua, Vila ou ponte?

É por vila

Como é o nome da Vila?

Vila Cardoso.

O piso da Vila é de que material?

É de piso cimentado.

Quando chove, alaga?

Alaga tudo!

E com relação a iluminação da Vila?

Olha, a vila, aqui, eu quero que você veja o escuro! Já entrou polícia correndo para cá, e nós tudo aqui na frente. Já fomos em vários lugares pra ver se ligam pra cá (ligam a iluminação pública), nunca deu porque não tem fio.

Não tem a infraestrutura, né!?

Não tem! Eles dizem que não tem fio. Já vieram umas três vezes aqui.

A senhora já morava aqui quando a rua principal (Caripunas) não tinha obra?
Já!

E como era quando chovia?
Quando chovia, ficava alagado. Só lama.

O acesso era por qual tipo?
Por ponte. Nós *andava* na ponte.

SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA

Você costuma tomar açaí?
Todo o dia.

O preço do açaí, como é que está pra senhora?
Ixi, tá muito caro. Tem dias que a gente não toma.

Isso está dificultando?
A alimentação básica é o açaí, né!?

Você faz feira onde?
Faço aqui no complexo do Jurunas.

Você acha que aqui você tem facilidade de acesso ao ônibus?
Não, porque com essa obra aí, nunca mais passou ônibus.

Está passando onde?
Tá passando muito longe pra mim. É difícil pra chegar.

Com relação a espaços de lazer aqui no bairro. Você costuma ir onde?
Olha, a gente vai aqui na praça, na orla, mas como tem muita matança, essas coisas, a gente *paremo de andar*. Fica mais na casa.

Com relação ao serviço de saúde, você acha que os postos de saúde do bairro estão suprimindo a necessidade?
As vezes a gente vai no posto, as vezes não tem remédio. Meu filho toma remédio controlado e eu tenho que comprar porque não tem.

Qual a quantidade de gente que usa o posto?
É muita gente!

E o tempo de espera?
Agora não está demorando muito.

Da sua casa pro seu trabalho é longe?

Eu trabalho aqui perto.

E vai como pro trabalho?

A gente vai de pé, daqui.

(Agradecimentos e fim da entrevista)

APÊNDICE F – ENTREVISTA COM A MORADORA ARIADNE MALCHER

Nome: Ariadne Alves Malcher

Endereço: Passagem Santo Antônio, 751. Entre Roberto Camelier e Honório José dos Santos.

Data: 26 de novembro de 2021

SOBRE A MORADORA

Qual a sua ocupação?

Sou residente de Terapia Ocupacional no Hospital Barros Barretos

Tu moras no Jurunas a quanto tempo?

Desde sempre. Há 24 anos.

E tua mãe sempre morou no Jurunas?

Não!

O que motivou a tua mãe a mudar para o Jurunas?

Minha mãe mudou para o Jurunas em 1985. A família dela veio para cá, pois na época foi onde acharam terreno com valor mais acessível.

SOBRE A CASA

A tua casa é de que material construtivo?

De alvenaria

Tem quantos andares?

3 andares

Tem quantos cômodos?

7 cômodos

Tu consideras a tua casa iluminada naturalmente pelo sol?

Não, naturalmente, não!

E tu consideras que a casa seja bem ventilada?

Também não!

Com isso, tu percebes que causa uma certa umidade que propensa a mofo?

Sim, principalmente no inverno (amazônico)

A casa é própria ou alugada?

Própria

Sabes me dizer quem construiu a casa?

Quando viemos morar aqui, já tinha o primeiro andar, mas meu pai, junto com o meu avô foram construindo o restante.

Quantas pessoas moram na casa?

5, pai, mãe, eu e meus dois irmãos

Com relação aos gastos de água e luz, tu achas que os valores são valores altos?

Atualmente, sim. Como houve essa mudança na taxa de cobrança, ele ficou um pouquinho mais alto. Mas antes não era tanto.

SOBRE O ACESSO

Como é o acesso da tua casa?

Por uma passagem, Passagem Santo Antônio.

A passagem é asfaltada?

É asfaltada

Chegaste a viver nessa rua antes dela ser asfaltada?

Sim

A infraestrutura dessa rua, iluminação pública, calçada e drenagem, como tu avalia?

Ela não tem calçada, porque as casas já dão direto na via mesmo. O asfalto dela é relativamente bom, eles trocaram recentemente, mas esse que colocaram por último não tem uma qualidade muito boa. Eles colocaram e depois já foi sofrendo mudanças. O tamanho dela, ela é um pouco estreita, então quando passa um carro, não pode ter muito movimento.

E a iluminação pública da passagem?

Em alguns pontos, é bom. No começo e no final da rua. No meio dela, a iluminação não tem.

A água da chuva drena direito quando chove ou ela acumula na passagem?

Depende da chuva. Quando é uma chuva bem intensa, ela acumula em alguns pontos, como bueiro entupido, alguma coisa assim. Então os moradores têm que intervir para tirar o lixo.

Então no período do inverno amazônico tem alagamento na passagem?

Tem, e tem até em algumas casas. A minha casa é um pouquinho mais alta que as demais, então as casas que são mais baixas, quando a chuva é muito intensa, elas alagam.

Ou seja, mesmo após as obras na passagem, a água além de encher a passagem, ela entra em algumas casas.

Isso

Saberias me informar como era a passagem antes do asfalto, principalmente essa questão do alagamento?

Ela era de terra seca. A minha mãe dizia que existia um valão entre as casas e a rua, então só tinha rua no meio, e entre as casas e a rua tinham as valas que percorriam, e ela era de terra seca mesmo, então vivia alagando aquela terra batida. Ela dizia que era bem ruim.

Não chegou a ter aqueles acessos de madeira?

Ela disse que para passar da rua para as casas, faziam aquelas rampas de madeira, sim.

A tua casa, antes do asfaltamento, ela chegava a alagar ou ela sempre foi alta?

Não, ela sempre foi alta.

SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA

Tu costumava tomar açaí com frequência?

Não todos os dias, mas com uma certa frequência. Não sou aquela viciada em açaí.

E tu achas que esse preço atual do açaí, permite esse consumo frequente?

Não! Quando a gente está no inverno amazônico, ele tá bem mais alto, o preço, que o normal. O preço está mais alto e a qualidade mais baixa (risos).

Quando vocês fazem feira, onde vocês costumam comprar?

A gente vai no Ver-o-Peso, quando é sábado ou domingo, ou a gente vai na feira do Jurunas, no Complexo.

Vocês têm facilidade de acesso ao transporte público?

Sim!

Mas como tu consideras com relação às linhas que passam aí perto da tua casa para tu ires para locais mais distantes da cidade?

A gente sempre tem que pegar 2 ou 3 ônibus.

Então essa integração dos ônibus é limitada para quem mora no Jurunas?

Isso.

E como tu consideras a questão do lazer?

Aqui a gente tem algumas praças, mas não tem tantos brinquedos como tinha antigamente. Tem a orla, mas ,particularmente, não é um lazer que eu consuma tanto, mas meus irmãos e meus vizinhos usam bastante.

E essa proximidade ao centro de Belém, o Jurunas te permite essa facilidade de consumo de serviços e lazer fora do bairro?

Sim! Tanto que eu considero o Jurunas próximo de tudo. Tem Shopping, tem praça e até mesmo o comércio, eu acho bem tranquilo. Eu acho mais difícil quando a gente tem que ir para locais mais distantes, como Doca, aquelas partes mais nobres da cidade, a gente tem mais dificuldade porque o transporte público não vai.

E com relação a rede de serviço público, como tu avalia essa rede no bairro?

Acho bem precária, mesmo por causa da nossa população. Como nós temos uma população bem densa, e a gente sabe que o serviço público não tem tantos servidores, então isso acaba dificultando. Então, o serviço de saúde ou então o de assistência social, a gente demora muito para conseguir de fato solucionar uma questão.

E com relação a tu ires para o teu local de trabalho e estudo daí de onde tu moras?

Atualmente, eu sou fixa em um hospital, mas às vezes eu tenho que ir para alguns setores ambulatoriais. Então para eu ir para o hospital, eu não tenho dificuldade, porque eu pego uma van. Não tenho um ônibus para ir, então eu pego van. Mas quando eu tenho que ir para outros setores, como na Av. Almirante Barroso, ou na Marambaia (bairro), eu tenho que pegar de dois a três ônibus.

Poderias explicar melhor o por que tu não vais de ônibus para o hospital?

Porque não tem um ônibus que vá direto. Como eu vou pro Barros Barreto, ele fica ali na Mundurucus e não tem ônibus que vá para lá. Aí, ou eu pegaria dois ônibus, daqui para a Federal (UFPA) e da Federal pegar outro ônibus, ou eu pego a van, o que eu prefiro. Eu pego a van aqui na Roberto Camelier e salto ao lado do Barros Barreto.

Tu poderias falar pra mim um pouco de como tu te sentes em relação a morar no Jurunas? As particularidades do Jurunas, quais os pontos positivos e quais os pontos que deveriam melhorar, sofrer intervenções públicas?

Eu gosto de morar no Jurunas, porque como eu falei, tem tudo muito perto. Eu acho que se a gente precisa ir em uma feira, tem! Supermercado, tem! Desde os pequenos até os grandes, atualmente, a gente já tem. Às vezes, por ter tanta gente é um lado positivo e negativo, mas a gente se acostuma com a nossa rotina aqui. Eu vejo que é

um bairro que funciona meio que 24 horas, porque se a gente precisar de alguma coisa a noite, a gente tem.

E que um ponto positivo é, que quando eu vejo a história do bairro eu vejo uma mudança muito grande em questão de criminalidade. Não é que ele seja um bairro muito seguro, mas a gente já vê mudanças de se sentir segura no bairro, de se sentir pertencente àquele bairro. Então, eu gosto muito de morar aqui. Não sei como seria morar em outro lugar, porque a gente já se acostuma.

Mas olhando para trás, eu vejo que ele já mudou bastante, até em questão de infraestrutura, porque, antigamente, era menosprezado, né!? E hoje é um bairro que tem uma certa visão. Não sei se é por causa de alguns artistas que saíram daqui, como a Gaby Amarantos, e teve uma visibilidade diferente. E até mesmo os próprios moradores já estão dando uma visibilidade diferente para o bairro. Como aqui na Quintino que tem, agora, o Gueto, que está sendo muito bem visto aqui no Jurunas e que atrai outros olhares. Não somente para a criminalidade, mas para a educação.

Podes falar mais sobre esse Gueto?

Ele é um espaço que foi criado para trazer um pouco de cultura, educação e lazer pro bairro. Ele tem um incentivo financeiro do governo, da Secretaria de Cultura, se eu não me engano, mas a maioria das coisas lá é doação. Lá é um espaço que tem oficina de teatro, oficina de música e oficina de pintura. Eles se mobilizaram e pintaram alguns paredões que tinham na Quintino que ficaram bem legais e dão uma outra visão, também, pro bairro.

O que tu consideras que o poder público poderia melhorar, com relação ao bairro, justamente para que vocês, como moradores do Jurunas, de uma baixada, pudessem ter melhores condições de moradia, de vida?

Eu acho que o primeiro ponto seria a assistência à saúde, porque aqui a gente não tem um NASF, que é o Núcleo de Apoio a Saúde da Família, a gente divide com a Condor. Então o Jurunas não tem um NASF próprio que já vai trabalhar essa questão de territorialidade. As nossas Unidades Básicas de Saúde não tem assistência como deveria. Agora, com a UPA, já melhorou bastante, mas se tratando somente da Unidade Básica, teria que melhorar bastante.

A questão da segurança, a gente ainda vê muitas questões peculiares. Os policiais que fazem vista grossa a alguns assuntos, que já conhecem a redondeza, então não agem de forma tão eficaz como deveriam, e isso é bem nítido para quem mora aqui. De fazer vista grossa, realmente, para alguns acontecimentos. Como eu moro mais perto da avenida, eu não sinto tanto, mas quando eu vou mais pra dentro do Jurunas eu sinto uma mudança na segurança, realmente. Aqui, como é uma passagem que vai sair na Roberto e na Honorio, avenidas bem movimentadas, a gente não tem tanto esse problema, mas quando a gente vai mais pra dentro, para essas passagens que são menores ou, até mesmo, em becos, a gente percebe uma dificuldade de segurança muito grande.

Tu podes citar alguma passagem dessas menores, de dentro?

A Bom Jardim, a Dr. Brito, que tem uma parte mais segura, e quando vai mais lá para dentro ela se torna mais perigosa, até pela questão da iluminação, que não tem.

Então tu percebes uma diferença tanto de infraestrutura quanto de segurança das áreas próximas de avenida comparadas às áreas mais internas do bairro?

Sim! Tanto que na minha (passagem), no meio, é onde dá pro Beco do Relógio, então, geralmente, é onde é mais perigoso. Tanto que, nas pontas, a maioria dos vizinhos não são envolvidos com coisas erradas, mas no meio é mais perigoso, realmente.

(Agradecimentos e fim da entrevista)

APÊNDICE G – ENTREVISTA COM A MORADORA EMILIANA CARDOSO

Nome: Emiliana Pereira Cardoso (Fabiana)

Endereço: Vila Cardoso na Rua dos Caripunas, entre Tv. Breves e Estrada Nova (Av. Bernardo Sayão)

Data: 26 de novembro de 2021

SOBRE A MORADORA

Qual a sua ocupação?

Sou aposentada.

Você mora a quanto tempo aqui?

4 anos

E a senhora veio de onde?

Eu estava morando em Boa Vista.

E o que fez a senhora vir para cá?

Porque a minha irmã morreu, a dona dessa casa. Aí eu vim me embora tomar conta. (filha comenta que o pai era alcoólatra, por isso vieram para cá).

A casa é toda de que material?

Alvenaria em baixo e madeira em cima.

São quantos pavimentos?

Só dois.

Quantos cômodos são?

Cozinha, quarto e o banheiro

Você considera a sua casa bem iluminada, naturalmente, pelo sol?

Não

E ventilada?

Não, também (risos)

Isso faz com que a casa fique úmida e crie mofo?

Faz!

Essa casa é própria ou alugada?

Não, essa casa é do meu primo. A gente não tem uma casa própria, sabe!? Ele estava querendo assim, tipo, pegar de volta a casa. Agora não sei pra que, porque ele tem casa.

Então posso dizer que é cedida?

É, ela é cedida.

Moram quantas pessoas aqui, com vocês?

moram 4 pessoas

SOBRE O ACESSO

Com relação a iluminação da viela, vocês acham a iluminação boa?

Muito ruim. Muito feia (risos)

Isso causa insegurança pra vocês?

Sim, porque a gente vem, tem idoso, tem criança, tem pessoas que são “ruins” aqui, e pra sair, a gente fica pensando uma pessoa sair de madrugada pra correr nessa vila, é muito escuro, é muita *buraqueira*, sabe!? Essas coisas de esgoto, tudo isso.

Aqui, quando chove, alaga?

Alaga! A vila toda, sabe!? Os esgotos ficam entupidos, transborda água de fossa, aí fica aquela lameira toda. A gente vai pisando, assim, aquele negócio, aquela água... Tipo assim, coisas de fezes, essas coisas. É um perigo pra gente, pros moradores.

Vocês chegaram a morar antes da obra aqui na rua?

Não, só depois.

SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA

Vocês consomem açaí?

Sim!

Todos os dias?

Todos os dias.

O preço do açaí, como é que está pra vocês?

Tá muito caro!

Isso impossibilita vocês de tomarem açaí?

Impossibilita, porque a gente compra por mês açaí, e sai quase R\$300,00 reais

E a feira, vocês fazem onde?

Na feira, a gente compra só as comidas. A gente faz mais supermercado.

Não costuma usar a feira, então!?

Mais ou menos.

Qual o supermercado que vocês costumam ir?

No Meio-a-Meio, Supermercado do Jurunas, Na Roberto (Tv. Roberto Camelier)

Quando vocês querem um momento de lazer, pra onde vocês vão?

Olha, a gente nem sai, quase. Nós só vamos para a igreja Universal.

Vocês acham que o bairro tem esses espaços de lazer?

Tem. Tem praça, que as crianças brincam. A gente mesmo que não sai. Tem também a escuridão, né, dessa vila. É muito escuro.

Então vocês ficam bem limitadas de sair por conta da própria infraestrutura do acesso?

Sim.

Quando vocês pretendem pegar ônibus, vocês acham que é fácil o acesso ao ponto de ônibus?

É ruim, porque fica pra lá pro canto. A gente tem que andar. Nós *anda* de Uber.

E com relação ao posto de saúde, vocês usam esses postos aqui do Jurunas?

Sim, a gente usa. A gente usa mais aquele de perto do Portal (Orla Portal da Amazônia), porque o daqui do Jurunas, mesmo, só tem quase mais emergência, essas coisas. Aí a ficha a gente tem que madrugar, entendeu? Aí a gente tem mais acesso pra lá, porque pra lá é a tarde, aí fica mais fácil.

Então vocês acham que não é suficiente o que tem de posto de saúde aqui no bairro?

Não é!

E o seu trabalho (pergunta para a filha), ele é longe ou perto?

Ele é longe.

E pra você chegar no seu trabalho, com relação a transporte?

Eu tenho que ir de mototáxi, porque no ônibus fica muito ruim e eu tenho problema de depressão pra mim andar na rua. Tenho pânico da rua. Então eu deixo de cuidar da minha mãe pra mim trabalhar. Pra mim também ter as minhas coisas, né!? Pra não ficar só no salário dela.

Então, por questões do próprio transporte, o mototáxi fica mais viável pra chegar no trabalho, né!?

Sim!

Com relação as melhorias na casa. Como vocês consideram essa política para as moradias de Belém?

Num primeiro momento eu não estou considerando uma coisa boa, né. Porquê... devido, também dessa situação que as coisas estão caras, né!? E também o governo quer botar pra gente pagar impostos, né!? Alto, né!? Ainda vem água, e fica mais apertado ainda para as pessoas.

Falando nisso, como é a taxa de água e luz? Vocês consideram esses valores altos?

Luz, muito alto. Dificulta bastante.

Você acha que esse valor que está vindo, faz jus ao consumo que vocês têm na casa?

Não, está acima, porque eu já cheguei à base de trezentos e poucos reais, sendo que eu só tenho geladeira, ventilador e televisão. Às vezes máquina, sabe!? Mas é só uma batida e pronto. E isso sai pesado.

(Agradecimentos e fim da entrevista)

APÊNDICE H - ENTREVISTA COM O MORADOR JOSÉ DE ASSIS

Nome: José Tavares de Assis

Endereço: Rua dos Caripunas entre Tv. Breves e Estrada Nova (Av. Bernardo Sayão)

Data: 26 de novembro de 2021

SOBRE O MORADOR

Qual a sua ocupação?

Operador de máquinas

Você mora a quanto tempo aqui?

aqui? 3 anos.

Você veio de onde?

São Luís/MA.

E qual foi a sua história para vir pra cá?

Eu vim com a minha mãe pra cá.

SOBRE A CASA

Sobre a sua casa, como ela é? Ela é de madeira? alvenaria? madeira e alvenaria?

A parede é de alvenaria e o restante é de madeira

Quantos cômodos tem a sua casa?

3 cômodos, dois quartos e a cozinha.

Ela tem quantos andares?

só um.

Você considera a sua casa iluminada?

Considero sim.

E ventilada? Naturalmente.

Não, é quente!

A casa é própria ou alugada?

Própria

Quem construiu a casa?

Foram os parentes da minha esposa, o pai dela.

Moram quantas pessoas com vocês?

três pessoas.

E com relação a gastos de água e de luz, vocês acham que os preços dessas contas estão condizentes com o que vocês consomem?

Está muito caro!

SOBRE O ACESSO

A sua casa tem acesso direto pela rua, vila ou ponte?

Pela rua¹³², de frente.

Você considera a rua da sua casa bem iluminada? a Iluminação Pública, no caso?

É.

Quando você chegou aqui já tinha essa obra¹³³ ou não?

Não, a uns 5 anos atrás ainda não estava assim.

Como era a situação da rua quando chovia?

Hum, só era lama aqui. Só era piçarra, isso aqui.

Quando chovia, alagava a sua casa?

Alagou, mas depois que fizeram isso aqui, não alagou nem uma casa, mais.

SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA

Você costuma tomar açaí todos os dias?

Só quando dá, né!? Quando tem dinheiro a gente compra.

O valor do açaí está permitindo esse consumo?

Por enquanto, não. Que tá caro, né!? É R\$15,00; R\$16,00; R\$14,00. Antigamente comprava de R\$7,00; R\$6,00; R\$5,00; agora tá até R\$20,00.

Quando vocês fazem feira, vocês fazem onde?

Aqui no Complexo do Jurunas. É aqui perto.

Com relação ao uso dos ônibus, tu achas que é fácil pegar ônibus aqui? É perto?

É, tá perto.

¹³² Ao conhecer a casa, a mesma tem acesso por uma vila fechada por uma grade.

¹³³ A obra referida é o Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN.

E as linhas de ônibus que têm, te levam até onde queres ir, ou tens que pegar mais de um ônibus?

Não, elas levam.

Com relação aos momentos de lazer, o senhor acha que o bairro do Jurunas tem os espaços disponíveis para você curtir uma tarde, por exemplo?

Tem, tem sim.

E onde é que o senhor vai, geralmente?

Aqui na orla, no Portal.

E em relação ao serviço de saúde, você acha que os serviços de saúde atendem as necessidades aqui do bairro?

Olha, por enquanto o posto não está atendendo por conta dessa pandemia que tá tendo. Tá só na UPA.

O seu local de trabalho é longe daqui ou é perto?

É lá perto de São Braz.

E é fácil de chegar lá?

É sim.

(Agradecimentos e fim da entrevista)

APÊNDICE I - ENTREVISTA¹³⁴ COM REPRESENTANTE DO MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS - MLB/PARÁ.

Nome: Augusto Cleber Nascimento

Data: 17 de fevereiro de 2022.

...¹³⁵ E a configuração que é: as pessoas residindo na beira do rio. Então, são pessoas que até têm a posse de determinado, digamos assim, a posse da terra. Aquelas pessoas que têm a sua casa própria, mas que não podem ser inseridas em nenhum programa, porque não conseguem ser inseridas em nenhum programa de habitação na prática, por exemplo, o Sua Casa, hoje, é um programa que não permite a construção... As pessoas podem até ser contempladas, mas elas não vai conseguir construir nas palafitas que estão estruturadas naquelas persintas no aterro. Ou seja, as casas que estão na parte alagada, elas não vão conseguir usar. E a política habitacional no nosso município, é uma política extremamente frágil do ponto de vista de resolver o problema da moradia.

Então, assim, são 150 mil inscrições para 400 casas, 400 unidades. E, assim, é uma fragilidade grande e as pessoas não conseguem enxergar na política pública de habitação a saída para resolver sua moradia. Porque, ah... aí, enfim, né!? Minha Casa Minha Vida o município, num determinado período, segurou o recurso. Não fez, né!? Protelou e tal, e agora o município não acha viável finalizar as obras, porque a contrapartida das prefeituras é muito alta. Ainda tem essa parte.

Então, assim, um rolo, uma situação toda complicada, que impede as pessoas de ter acesso a sua moradia. Então foram esses motivos que nos levaram a organizar o povo aqui em Belém, e uma das formas de poder materializar a luta é uma ocupação, né!? E nós organizamos o povo, passamos por esse processo de organização sete vezes, visitando as casas e tal, e aí a gente conseguiu tomar a decisão de uma data específica, aprovada pela coordenação do movimento e decidimos realizar a ocupação para denunciar essa política municipal, que não é de hoje. Enfim, a política habitacional não é pensada de um dia para outro. Nós temos no nosso município um déficit habitacional gigantesco, Belém é uma cidade onde existe mais periferia. São dados públicos, isso. Como é que pode uma cidade relativamente pequena, mas com

¹³⁴ Entrevista feita de forma remota via Google Meet.

¹³⁵ Erro na gravação. Havia-se perguntado sobre as políticas habitacionais em Belém e a realidade do Jurunas.

tanta periferia? O centro da cidade, ali, é uma periferia, na prática, né!? esmagadoramente.

Então nós temos essa situação de total descaso do poder público a anos que não resolve a política habitacional, não resolve a situação do povo. E as obras que estão em andamento, ainda tem esse outro fator. Você tem obras acompanhadas de macro e microdrenagem, que não dão perspectivas para as pessoas saírem. Existe, na Caripunas, ali naquela redondeza, na Estrada Nova, pessoas que receberam metade do recurso de indenização e não receberam a outra metade. E a obra passou. Entendeste? Então, as pessoas saíram de lá. As casas foram derrubadas e as pessoas ainda estavam ali. Isso foi ano passado. Ano retrasado, na verdade, 2019.

Você tem assim, um aglomerado de coisas que acabam impedindo o povo de poder ter acesso a morar dignamente, de ter o direito de ter uma casa, onde dormir. E a outra questão, também, que a gente sempre leva em consideração, é o fato do aluguel em Belém ser altíssimo. Como é que você consegue imaginar uma casa, um kitnet, com um quarto e uma cozinha, morando 7 pessoas? As famílias que participam das nossas reuniões, predominantemente, têm essa realidade. Pagam R\$600,00 reais de aluguel, às vezes pagando R\$200,00, R\$300,00 de energia. A energia aqui em Belém não é barata, você sabe disso. Fora o gás de cozinha, alimentação, que inclusive saíram uns dados recentes agora, que Belém é a quarta cidade com maior variação de preço dos alimentos.

Tudo isso acarretou, nesse último período, uma crise gigantesca, onde metade do que as pessoas ganham é para destinar para a moradia. Fora o aumento do desemprego, tudo isso que nós já sabemos.

A gente organiza o povo dia de segunda-feira, lá no Jurunas. Fazemos as reuniões, e nas nossas reuniões nós não tratamos essa questão de moradia como uma questão isolada, como se fosse um aspecto isolado das questões sociais que nós vivemos hoje. Na verdade, a situação que o povo passa, necessariamente é uma questão que está relacionada com a vida, política do nosso país, enfim.

A gente faz formação com as pessoas. Nós discutimos textos sobre economia para as pessoas entenderem que a vida delas não é uma vida só. Que nós construímos a riqueza desse país, mas nós não desfrutamos dessa riqueza. Já que no capitalismo a produção é coletiva, mas o acúmulo é individual. e aí, o povo trabalhador ele não desfruta.

Tem até casos, assim, que são interessantes no Jurunas. Têm alguns pedreiros, que eles dizem: Augusto, a gente já construiu várias casas, mas eu ainda não consegui construir a minha. São pessoas que trabalham muito, trabalham muito no dia-a-dia. Extrapolam aquele horário de trabalho, que a gente fala que são 8h. Mas pro povo pobre, pro trabalhador, pro camelô não tem hora, ali. A hora é, quando deu, deu. Quando não deu, vai pra casa.

Então, essas famílias participam com a gente. Assim como no Jurunas, assim como no Maracangalha, no bairro da Pratinha, a gente luta pra mudar essa realidade.

E dessas pautas que vocês tratam, que não trata só da unidade habitacional, o que os moradores trazem quando estão reunidos com vocês? Transporte, lazer, aluguel, conta de luz?

Olha, a principal demanda, a fatia maior do bolo, é o aluguel. Porque, como eu disse, uma família, ela recebe em média mil e quinhentos reais (R\$1.500,00). E, geralmente, essa crise que está vivendo o nosso país, e Belém não está fora disso, uma pessoa trabalha dentro de casa. A outra, no máximo, faz bico. Então você tem, assim, uma renda muito pequena, né!? Aí você gasta metade do que você ganha para pagar o aluguel. Apesar da gente reconhecer que no bairro, eu testou falando do Jurunas, existe uma debilidade grande dessa questão do transporte público, reconhecer isso. Inclusive, nós fizemos esse debate lá um tempo atrás, que existe uma dificuldade grande das pessoas terem acesso às linhas de ônibus integradas, que possam garantir com que as pessoas possam ir em vários lugares. Sim, tem um problema grande do transporte público.

A outra questão é o saneamento. Belém, apesar de... assim, ali, na Caripunas, inclusive nós fazemos as reuniões em cima do passeio, onde a muito tempo atrás passava um canal. Apesar de se passar um canal ali, quando chove, as casas das pessoas alagam. Ainda tem outra característica, a configuração da rua. Porque tem a rua e tem as vilas, e as vilas tem, assim, milhões de casas em uma vila, tanto de um lado quanto de outro.

O esgoto, na maioria das vezes, ele, normalmente, não tem uma tubulação que saia das casas para ir pra rua. Então é o esgoto descendo no caminho da vila e indo pra rua. Então você tem assim, vários problemas. Essa questão do saneamento é um debate que é complexo, e traz vários problemas de saúde para as pessoas.

A outra coisa é considerar que nem todas as casas, ali, são de alvenaria. Muitas casas estão em locais alagados, inclusive ali na Caripunas mesmo. Locais alagados e de madeira. Então, você tem uma fragilidade muito grande.

Esses pontos que tu trazes são muito importantes para mostrar o que é viver no Jurunas, na baixada. Essa questão de dizer que o próprio esgoto não acessa a rede que passa próximo das vielas que as pessoas moram, é bastante complicado. Tem dados que mostram o índice de contaminação de Leptospirose com a proximidade de moradias aos canais. E as casas nas beira dos canais, quanto mais próximo, maior é o índice. Ou seja, é a questão da vida das pessoas, em risco, por conta da condição de saneamento, das condições de moradia.

Você consegue até, rasamente, imaginar. Como é que nós estamos vivendo num país, no momento, no ano, no século que as pessoas ainda morrem pela doença que é transmitida pelas fezes e urina de rato. É um absurdo. E isso sendo numa capital, numa cidade. Então, assim, sem condições nenhuma.

Tu falaste que moravas no Jurunas. Onde tu moraste no Jurunas?

Na Caripunas, entre Breves e Estrada Nova.

Tens quantos anos?

26 anos

Qual a tua ocupação?

Graduando em Ciências Contábeis na UFPA.

E como tu identificas essa questão da relação do povo do Jurunas com o restante da cidade?

No meu ponto de vista, eu acho que é uma relação assim, o povo tem uma característica histórica interessante. As pessoas saem às ruas para se divertir, assistir jogo de futebol, para fazer o culto, porque isso também é cultural, pra conversar, se você jogou uma bola lá na arena ou em qualquer outro lugar, chega na rua e vai beber, assim, pra se divertir, né!? E eu acho que a relação principal que o povo tem. Nesse bairro, no Jurunas, inclusive pela sua tradição cultural, que não vou entrar no mérito do debate, mas foi esvaziado por um tempo por um setor estratégico da sociedade, o setor ligado à direita, não vou entrar nessa questão contigo aqui, mas a questão do samba, enfim.

O povo tem o Jurunas, assim, pelo menos eu enxergo como uma relação de importância. A cidade tem uma relação importante com o Jurunas. Tanto do ponto de

vista onde mora o povo trabalhador, porque ali na divisão do Jurunas com a Batista Campo existe uma classe média, relativamente, decadente, se me permite falar. É um povo que trabalha, trabalha todo dia, mais de seis horas por dia, e que volta para sua casa, enfim, participa da roda de samba, da roda de pagode que tem na sua rua. Então a relação que, pelo menos, eu consigo enxergar é a relação que o povo trabalhador tem carinho pelo bairro.

Tem uma questão tradicional ali na Caripunas, que é o presépio que é um negócio que sempre acontece. E isso mostra não só um sentimento natalino, não é só isso, é um sentimento de pertencimento de um lugar. (nome de algum autor(a) não entendível) faz esse debate. Que aquele é o lugar da pessoa. Agora, é interessante isso, que mesmo as pessoas morando de aluguel - acho que são objetos que, inclusive, podem ser investigados pela antropologia, pela cartografia social, que mesmo as pessoas - que eu já conversei bastante -, as pessoas que moram de aluguel lá, elas têm esse sentimento, né!? De não querer sair do Jurunas. De querer... vê: "vou sair de uma casa, mas pra ir pra outra na outra rua, mas não quero sair daqui. Eu adoro esse lugar". Assim, pelo menos é essa a impressão que eu tenho.

Então eles criam esse vínculo muito afetivo com o próprio bairro. A pessoa fala "eu sou jurunense", "moro no bairro do Jurunas".

Com respeito a palavra, um título de pertencimento que a pessoa tem com o bairro. É isso. No Jurunas eu sou Jurunas.

Isso é bem interessante. Inclusive a Leona fala das questões do Jurunas. Isso é muito forte, realmente.

Tem uma questão cultural forte. Isso que eu estou te falando. Eu percebo isso, a mesma coisa, com a Pedreira, diferente do bairro Souza, por exemplo, ou Fátima. Terra Firme é a cultura do povo, entendeu? Guamá eu não consigo sentir isso, tanto, mas eu acho que é porque está ligado à como as pessoas se relacionam. Porque como no Guamá as pessoas trabalham e não tem esse contato com a vizinhança, não têm essa questão mais próxima, acho que fica difícil estabelecer uma conexão que permita dizer "poxa, esse é o meu lugar. Eu gosto das pessoas daqui".

As pessoas...¹³⁶ Posso até estar enganado sobre o Guamá aqui, mas o Jurunas existe esse sentimento. As pessoas têm esse pertencimento com o bairro, essa relação de lugar é fato mesmo. As pessoas gostam de sair para conversar, falar, enfim. Do samba

¹³⁶ Queda da conexão.

e do pagode na rua, do culto. Tem uma relação muito próxima entre as pessoas que moram ali.

E como tu enxergas essa relação do bairro do Jurunas com relação a luta popular?

Todo processo de luta requer um tempo, mas como o povo consegue enxergar a luta que a pessoa trava para colocar um prato de comida dentro de casa também pode ser a luta que eu posso tocar pra moradia. Isso foi identificado.

No período da pandemia, a gente enfrentou o vírus com máscara, capacete, colete e tudo. Fechou um ponto de solidariedade e entregamos cesta básica para o povo. A cesta básica no Jurunas chegou primeiro do que o auxílio emergencial. Mesmo sendo cortado, a gente continuou entregando cesta básica, porque o povo precisa.

É interessante que, apesar desse sentimento de, “poxa, acabei de receber uma cesta, eu vou pedir pro próximo mês para eu vir, porque eu estou sem comida em casa”. Mas o sentimento é que “essa cesta que eu recebi foi uma cesta de trabalho coletivo, fruto de uma campanha”. Então o povo passa a ter esse sentimento de luta quando ele participa dos espaços, e a gente tem se esforçado para fazer isso. Então, não há aversão à luta, não há aversão à participar das coisas. O povo só precisa conhecer mais, saber que coletivamente ele pode transformar essa realidade.

O que os moradores falam com relação às taxas de luz e de água?

Deixa eu te falar. Energia é muito alta, sinceramente, energia é um negócio absurdo. Eu não tenho uma explicação científica do porquê que a energia é tão cara, porque as outras coisas a gente até consegue explicar cientificamente, como essa questão da coabitação, que tem como explicar. Porém, energia é um negócio absurdo. E não são pessoas que têm ar-condicionado e freezer nas suas casas, a grande maioria das pessoas. Mas a energia é muito cara, as pessoas reclamam muito. Têm habitações que o preço da energia se compara ao preço do aluguel, de tão alto que é. Então, assim, é um absurdo total.

Agora, a água, as pessoas dão um jeito pra ter, se é que tu me entendes. Fazem do jeito que tem que fazer e, enfim. Faz um gato e dane-se, entendeu? Até para isso (ligação de água) tem que solicitar para a COSANPA; a COSANPA faz um estudo de caso para dizer se tem e tal. Então demora bastante. É um pouco de “se vira”, então faz o gato, mesmo, no cano e garante a água. E nem isso, assim, porque quando as pessoas fazem isso, elas conectam canos finos para não “dar muito na cara” e,

geralmente, a vila toda pega essa água, então a água fica muito fraca para todo mundo. Então garantir que a água chegue na porta da casa das pessoas também é um desafio do poder público, que a gente precisa provocar esse debate.

Agora, imagina como é fazer esse tipo de ligação na Caripunas beira-mar? Onde as pessoas andam sobre palafitas, sobre pedaços de pau, sobre a madeira? Então tem que ligar (a água) lá da rua. É um negócio perigoso. Porque se a pessoa cai ali, você não sabe o que tem naquela lama, se tem pedaço de ferro, enfim... Então, as pessoas se submetem à várias situações, que podem levar, inclusive, ao risco às vidas delas, pra poder ligar e ter água na torneira pra fazer a sua comida, tomar banho, enfim. Então, a água é um outro problema sério lá no Jurunas, que não está ligada só a Caripunas, são várias ruas que estão assim nessa situação.

E os alagamentos são algo contínuo?

Até que nesse último período os alagamentos deram uma diminuída, mas ainda continua alagando. Porque só limpar as estruturas de escoras de água não vai resolver. Eu não sou técnico, mas o povo, inclusive, lá do Jurunas que é pedreiro falou que aquele cano da macrodrenagem que eles colocaram, é um cano que não vai aguentar. Ou vai estourar ou vai alagar a casa das pessoas, não tem jeito. São duas alternativas, só. Porque um negócio fino daquele jeito ali, não tem condições.

E você ainda tem um outro fenômeno aqui nessa região, que é a alta e a baixa do rio. Então você tem um avanço e um recuo do rio, que no período de março, é o período onde você tem, assim, “porrada” de água mesmo, é uma loucura. Alagamento tem mesmo, bastante. Aquela região que faz fronteira com a Condor é horrível, quando alaga as suas coisas ficam no meio da água, cocô de rato, esgoto, é horrível.

(Agradecimentos e fim da entrevista)

APÊNDICE J – ENTREVISTA COM A ARQUITETA POPULAR CAROL TAVARES

Nome: Ana Carolina de Miranda Tavares

Endereço: Rua Monte Alegre, entre Rua dos Caripunas e Pariquis.

Profissão: Arquiteta e Urbanista

Trabalho: Comissão de regularização fundiária da UFPA.

Idade: 25 anos

Data: 19/02/2022

A partir do teu olhar de arquiteta, nessa atuação pelo movimento, como tu enxergas as condições de moradia no Jurunas? O que os moradores têm colocado como pauta?

Então, Rogério, as famílias que estão ocupando o MLB aqui no Jurunas, a maior parte delas, são moradoras aqui da Caripunas. Então, é importante pontuar isso também, pois não é representativo da totalidade do Jurunas. Tu sabes que a Fernando Guilhon separa essas duas áreas, né!? E essas famílias que estão inseridas no movimento, elas são mais desses lotes que receberam as obras de macrodrenagem, inclusive; Timbiras; Caripunas.

O que eu ouço mais das famílias se queixarem é de valores de aluguel. Que os valores de Aluguel estão muito alto, que elas estão sem condições de pagar, etc., enfim, são valores que não cabem no orçamento delas e que compõe o déficit habitacional, por que tem aquela questão de quando o aluguel “come” grande parte do salário, isso já está dentro do déficit. Então elas se queixam muito disso.

Além das famílias que estão naquela situação de coabitação, porque não conseguem sair da casa de um familiar, então tem vários núcleos familiares morando na mesma casa, e geralmente é naquele esquema de fundo de lote, que a gente sabe que é muito característico daqui.

Então, aqui na Caripunas, na Timbiras tem muito isso, das casas irem se compondo nos fundos de lote e é muito precária. A gente pode ver que são condições de moradias muito precárias, matérias precários, madeira precária e etc.

E aí as famílias elas têm essa esperança de conseguir melhores condições de moradia e reivindicar por meio do movimento. O que a gente conseguiu agora, recentemente,

foi um comprometimento da COHAB em conceder o “Sua Casa” para aquelas 80 famílias que fizeram a ocupação.

O “Sua Casa”, não sei se estás familiarizado com isso, mas é o antigo “Cheque-Moradia”, que eles mudaram de nome, só.

E aí, eles conseguiram isso, só que não contempla grande parte das famílias, porque o “Sua Casa” são pra famílias que já tem um terreno, já tem um lote. Então, como muitas dessas famílias vivem em aluguel, não tem terreno nenhum, então elas não poderiam ser contempladas por esse programa.

O que eu vejo disso tudo, também, é que as famílias, elas são muito apegadas aqui ao bairro. Naturalmente, né!? A pessoa que viveu aqui no bairro a vida inteira, ela tem todas as relações dela constituídas aqui. Então, algumas soluções pra moradia que poderiam ser oferecidas pelo Governo do Estado, pela Prefeitura, etc., não atendem totalmente as necessidades dessas pessoas porque elas precisariam ser deslocadas para distâncias muito grande. Aí caí em toda aquela discussão que a gente já sabe de programa habitacional, que, enfim... o MCMV é um programa muito liberal, que geralmente a construção habitacional ocorre em áreas muito distantes do centro da cidade, etc.

Então, uma discussão que a gente tá tentando levantar, que eu acredito que faz muito bem, é a necessidade de dar funcionalidade para esses imóveis que estão sem uso no centro da cidade, que a gente sabe que seria uma forma de garantir e aumentar o estoque de moradia, sem precisar que essas famílias se deslocassem para muito longe de suas áreas de origem, que é aqui no Jurunas.

A gente sabe que uma solução para moradia seria, vamos ver, mudar, sei lá, pra Outeiro? Poderia ser algo traumático para as famílias, porque elas iriam ter que se desfazer de muitos laços que elas tem construído aqui¹³⁷.

Mas em fim, o que eu vejo enquanto Arquiteta é que, desde que o governo Bolsonaro se instalou, as condições para conseguir aumentar o estoque de moradia passaram a ser cada vez menores. Nem o MCMV existe mais, só esses conjuntos que ainda estão sendo finalizados, etc. Então, cada vez menos o Estado e Municípios tem condições de conseguir ofertar essas moradias, porque não tem recurso destinado pra isso.

Então, acho que uma forma de conseguir baratear esse estoque de moradia, e não necessariamente, gastar tanto dos cofres públicos do governo do Estado e Municípios,

¹³⁷ No bairro do Jurunas.

seria, realmente, pensar em programa de habitação que envolvessem usar imóveis que já existem. Que já estão construídos que só dependem de uma reabilitação.

Sem a necessidade de construir novas habitações, mas sim, readequar imóveis já construídos, certo!?

É, isso é uma coisa que se discute muito, porque toda vez que se fala: “o déficit habitacional no Brasil é tanto”, mas a quantidade de moradia sem utilização é ainda maior. Então, poderíamos solucionar essa equação, em tese.

E com ralação de taxas urbanas de água, luz, o que esses moradores trazem de questões?

Eu vou ser sincera contigo, eu ainda não vi eles se queixando dessas questões. Ainda não vi manifestações sobre isso. O que eu sei é que muitas famílias... - Isso é o que eu sei aqui do bairro (Jurunas), né -, tem isenção das taxas de água e de luz, mas IPTU, não tenho muito falar sobre isso.

Nas tuas idas às reuniões na segunda-feira, ali na Caripunas, o que tu enxergas das questões de infraestrutura dessas moradias? Das que moram em vila, as que moram em palafita. Dessa questão da infraestrutura urbana da moradia dessa população?

O que eu percebo que é mais comum e que gera mais adensamento é a moradia em fundo de lote. O que eu já vi é que, quanto mais a gente adentra no lote, pior é a situação da moradia. Então tem muito conflito de vizinho, porque é como se fosse um pequeno condomínio, só que as pessoas que moram naquela vila, naquela vilinha, lidam com todo tipo de dificuldade, precariedade, então isso acaba gerando muito conflito de vizinhança, mesmo. Pra lidar com área livre, com saguão, etc.

Tem muita casa de madeira precária, é principalmente esse material. A gente vê que as ocupações mais recentes usam material um pouco mais precários. Usam muita madeira, mas madeira velha, precária. De vez em quando eu ouço falar de alguma casa de madeira que caiu, etc. Quanto mais vai chegando na Bernardo Sayão é que dá pra ver moradia e palafita mesmo. Em cima do canal, etc.

Mas assim, está acontecendo o PROMABEN, também. Então, cada vez menos. Cada vez a gente vê menos moradia em palafita, mas também não sei como está a questão do remanejamento dessas famílias até o momento.

E como é que tu enxerga essa questão dessa área do Jurunas com relação ao resto da cidade? A relação desses moradores com o restante da cidade, esse

vínculo deles com o resto da cidade, de acesso a transporte, de acesso ao lazer em outros lugares.

Eu não ouvi falar muito sobre isso, mas o que eu vejo é que muitas famílias tem esse tipo de relação aqui no bairro mesmo. É por isso que eu acho que elas são muito apegadas ao bairro. Porque embora o Jurunas tenha muitas precariedades, tem muito serviço, muito comércio. Os espaços de lazer são poucos, mas ainda assim, dá pra se aproveitar.

Então muita coisa acontece aqui no bairro mesmo. Eu vejo que essa relação dos moradores com o bairro do Jurunas é muito forte mesmo. No sentido de desempenhar, conseguir trabalhar aqui, levar as crianças pra escola aqui, fazer compras aqui no bairro, etc. Não sei como é a relação deles com outros bairros, mas falar sobre ter ônibus, o acesso pela proximidade com as áreas centrais da cidade, facilita e fortalece a relação das pessoas com o bairro. E vejo que tem esse receio de se mudar para um lugar muito distante da área central.

E com relação as obras de infraestrutura no local, Carol. Como tu observas essas melhorias que estão sendo feitas? Tu achas que elas estão alcançando as necessidades que esse moradores precisam?

Eu acho que o PROMABEN segue essa tradição de como são feitas essas obras de urbanização aqui em Belém, que é de focar na obra sanitária, na questão sanitária, que é de macrodrenagem daquele curso d'água, etc., e fica por isso. Pouco se discute ou pouco se abrange coisas para além disso. Pouco se abrange melhorias habitacionais das pessoas que moram ali nas proximidades daqueles cursos d'água, etc. É mais no sentido mesmo de fazer a macrodrenagem, retirar as pessoas que moram na proximidade do rio ou do curso d'água, fazer essa compensação de moradia por uma outra unidade habitacional que muitas vezes não preenche os requisitos do modo de vida que aquelas pessoas tinham antes e é isso.

Então, essas pessoas que moram aqui na Caripunas, na Timbiras, etc., não estão sendo impactadas positivamente, em termo de moradia, por essas obras. Porque a moradia delas, depois disso, vai continuar sendo a mesma, em termos físicos, correndo o risco delas terem mais custos com aluguel e etc., que a gente sabe que isso sempre acontece depois de uma obra urbanística. Essas melhorias são incorporadas na renda da terra.

E como tu observas O principal risco, no que se refere as baixadas, que são os alagamentos. Os alagamentos são frequentes em Belém. Nas baixadas há uma intensificação desse problema por conta do alto adensamento, das condições de topográficas. E como tu enxergas no Jurunas esses alagamentos?

Égua, Rogério, por incrível que pareça, eu não tenho visto tanto alagamento. Eu não sei se, depois que o Edimilson¹³⁸ assumiu, como eles passaram a fazer mais manutenção, reparos nos canais, isso ajudou. Eu acho que sim, porque ultimamente eu não tenho visto tanto, pelo menos por onde eu moro, por onde eu círculo.

Onde eu vi, foi mais na Mundurucus, pra parte mais daqui (parte mais baixa). E na Fernando Guilhon, também. Frequentemente tem alagamento quando tem uma chuva muito forte.

O que eu acho é que o fato de ainda ter alagamento, prova que fazer macrodrenagem dessa forma tradicional, focando só em ações estruturais, em obras que envolvam a concretagem do canal, não resolve o problemas, porque você está impermeabilizando mais áreas e a água não tem por onde infiltrar.

Então o que eu acredito é que uma forma de ter uma gestão ambiental melhor e conseguir de fato... não sei se mitigar, mas ter melhorias que sejam realmente palpáveis nessa questão do alagamento, teria que se adotar um tipo de estratégia que conseguisse garantir a permeabilidade do solo nas margens daquele curso d'água.

Mas eu vejo que as famílias, também moradoras aqui do Jurunas, em termos de paisagem mesmo, elas consideram que... como a Timbiras, como a Caripunas estão hoje, é melhor do que como era antigamente. Quando o curso d'água estava aberto, as ruas não eram asfaltadas, era um locam de despejo de esgoto. Então eu tenho muito familiar que mora aqui no Jurunas e proximidades que consideram que hoje é muito melhor do que como era antigamente, antes de ser feita as intervenções na Timbiras e na Caripunas.

Então, eles consideram em termos de paisagem, é melhor agora. Eu tenho as minhas críticas quanto a isso. Eu acho que se a gente conseguisse manter os cursos d'água não concretados, abertos e com as margens permeáveis, acho que seria, não apenas melhor em termos de infiltração, em termos de melhorar as condições dos alagamentos, mas também pra gente ter a noção de que a cidade tem muitos rios. E só concretar e esconder eles, a longo prazo eles irão achar um caminho melhor.

¹³⁸ Prefeito municipal vigente de Belém pelo PSOL.

Mas, por outro lado, eu também acho que o fato da atual prefeitura ter uma preocupação maior, em conseguir manter a limpeza dos canais, a drenagem dos canais com mais frequência, ajudou bastante a diminuir a frequência dos alagamentos recentemente.

Qual a particularidade que tu enxergas do Jurunas com relação as outras baixadas?

Eu acho que o Jurunas, Guamá, Terra Firme, Condor tem muitas similaridades, eu acho eles muito parecidos mesmo, em termos de morfologia, de condições de moradia. Acho que pelo fato desses locais serem de ocupação tão antiga, e hoje em dia contarem com tanta infraestrutura e conseguirem desenvolver uma economia popular, faz com que as pessoas tenham relações muito fortes de pertencimento mesmo com o bairro.

Então eu acho isso muito interessante, o fato de ter toda uma cadeia de economia popular que começa desde lá dos trapiches (estruturas de madeiras na beira do rio, nos portos), onde as coisas chegam das ilhas, aí, a partir disso, são levadas para o comércio – que emprega grande parte da população -, e feiras, etc. e tal.

Isso é uma coisa muito forte e que diferencia um pouco essa questão das baixadas do Jurunas, e das baixadas da Estrada Nova, em relação as outras baixadas. Eu acho que essa relação, por estar tão próximo da baía, faz com que se desenvolva uma cultura, uma economia muito própria mesmo, aqui desses bairros.

(Agradecimentos e fim da entrevista).